

MARLENE RODRIGUES BRANDOLT

ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX:
A LUTA PELO DIVÓRCIO E AS ESCRITORAS BRASILEIRAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Literatura, na linha de pesquisa Crítica Literária Feminista e Estudos de Gênero.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana
Cássia Kamita

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

BRANDOLT, MARLENE RODRIGUES

ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX: : A
LUTA PELO DIVÓRCIO E AS ESCRITORAS BRASILEIRAS / MARLENE
RODRIGUES BRANDOLT ; orientadora, Prof.ª Rosana
Cássia Kamita - Florianópolis, SC, 2017.
293 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós
Graduação em Literatura.

Inclui referências

1. Literatura. 2. Escritoras do século XIX e início do
XX. 3. Feminina. 4. Divórcio. 5. Casamento. I. Kamita,
Prof.ª Dr.ª Rosana Cássia . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura.
III. Título.

“Entre o fim do século XIX e o início do século XX: a luta pelo divórcio e as escritoras brasileiras”

Marlene Rodrigues Brandolt

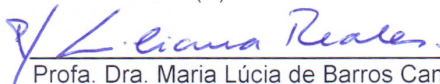
Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título

DOUTORA EM LITERATURA

Área de concentração em Literaturas e aprovada na sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.



Profª. Dra. Rosana Cássia Kamita
ORIENTADOR(A)

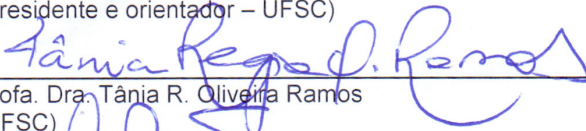


Profª. Dra. Maria Lúcia de Barros Camargo
COORDENADORA DO CURSO

BANCA EXAMINADORA:




Profª. Dra. Rosana Cássia Kamita
(Presidente e orientador – UFSC)



Profª. Dra. Tânia R. Oliveira Ramos
(UFSC)



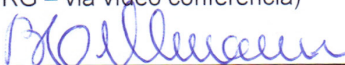
Profª. Dra. Simone P. Schmidt
(UFSC)



Profª. Dra. Susana Borneo Funck
(UFSC/DLLE)



p/ Profª. Aimée Teresa González Bolaños
(FURG – via vídeo conferência)



Profª. Dra. Risolete Maria Hellmann
(UFSC)

HOMENAGEM PÓSTUMA

À Professora Doutora Zahidé Lupinacci Muzart (Cruz Alta, RS, 14 de julho de 1939 – Florianópolis, SC, 28 de outubro de 2015) que soube pelo conhecimento e generosidade tocar a minha essência humana. “Pioneira nos estudos sobre mulher e literatura no Brasil, fundadora do GT ‘A mulher na Literatura’ da Anpoll, e uma das principais responsáveis pela criação do Curso de Pós-Graduação em Literatura da UFSC. Participava da coordenação do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC e de duas editorias da revista *Estudos Feministas*”.¹

Nas imagens saudosas residem ainda minha mãe e meu pai. Ela, uma mulher de seu tempo, incentivando-me a estudar e a ter uma profissão; ele, um homem de intenso amor e bondade.

¹ Texto escrito em memória da Professora Zahidé Muzart pela Professora do PPGLit Simone P. Schmidt. Disponível em: <literatura.ufsc.br/2015/10/29/em-memoria-de-zahide-muzart/>. Acesso em: 29 out. 2015.

AGRADECIMENTOS

À família que, protegida pelo carinho imenso do meu esposo Manoel, dos filhos Ralfh e Randal, do neto Henrique e da nora Liandra, fundamenta a escrita que ora apresento.

À minha orientadora, Professora Doutora Rosana Cássia Kamita, que me acolheu em meio a tantos compromissos, orientou-me com sabedoria e afeto a cada “grande abraço”.

À Professora Doutora Zilma Gesser Nunes, que gentilmente me acompanhou até a porta da sala da pós-graduação de Literatura da UFSC, cuja passagem resultou na finalização desta tese.

À Professora Doutora Patricia Peterle, por acreditar no meu desempenho, elaborando a carta de apresentação para o Programa.

À Professora Doutora Tânia Regina Oliveira Ramos, pelo apoio especial num momento de fragilidade, encorajando-me a manter a pesquisa.

À Professora Doutora Jussara Bittencourt de Sá, pelo atendimento carinhoso.

À minha sogra, D. Aidê, com 97 anos, que esclareceu vários pontos sobre o casamento do início do século XX.

Às minhas irmãs Maria Helena, Marieine e Marilene; ao meu irmão Aelson, que, silenciosamente ou comentando diretamente, acompanharam a pesquisa.

Às sobrinhas Graziela, Maria Luiza e Sílvia; enfim, aos demais sobrinhos, pelas palavras de confiança.

Às cunhadas Rufina e Selma; ao tio Plínio e à prima Vita, pela serenidade e o bom humor com que me ouviram.

À Carmen Kinas e à Vera Teresa Bemfica, amigas de longa data;
ao amigo Jorge Molina Couto, pela troca de diferentes ensinamentos.

Às amigas Cleusa Pereira, Eloá Galante, Gabriela Nogueira,
Lígia Freitas, Margarete Cordini, Rosane Hart e Suelen Costa, bem
como ao colega Diogo Lise, incentivadores da trajetória conquistada.

Às comadres Heloísa Soler, Janete Antunes e Mônica Silva,
ouvintes atenciosas do meu interesse pelo academicismo.

Ao revisor de texto João Reguffe e à formatadora Gerusa
Bondan, presentes a cada solicitação.

À lembrança significativa de cada pessoa que, de alguma forma,
compartilhou da perspectiva aqui alcançada.

A Deus, por iluminar meus caminhos...

À Universidade Federal de Santa Catarina, que, mediante o curso,
propiciou o meu encontro com a pesquisa de iniciativa da Professora
Zahidé Lupinacci Muzart.

RESUMO

A contribuição deste estudo, centrado em escritoras e narrativas selecionadas, prevê a leitura das obras de meados do século XIX e início do XX associada ao modo como as escritoras brasileiras oitocentistas pensam o divórcio. Para falar de divórcio, antes é preciso dissertar sobre casamento, assunto reconhecido nas escritoras e respectivas obras, a saber: Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?) – *O ramalhete* (1845); Maria Benedita Bormann (Délia, 1853-1895) – *Lésbia* (1890); Inês Sabino (1853-1911) – *Lutas do coração* (1898) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) – *Eles e elas* (1910). Já a interpretação mais diretamente sobre o divórcio fica sob o ponto de vista de Josefina Álvares de Azevedo (1810-1885), no periódico *A Família* (1888-1898), Nísia Floresta (1810-1854), em *Opúsculo humanitário* (1853); Carmen Dolores (1852-1910), com a crônica *Ao esvoaçar da ideia* (1910); Francisca Clotilde (1862-1935), em *A divorciada* (1902) e Andradina de Oliveira (1864-1935), em *Divórcio?* (1912). Em suas opiniões, as escritoras defendem o tema, assumindo por vezes uma postura dispersa entre o desejo de ver o divórcio pleno em exercício e o compromisso moral com o sistema eclesiástico, estabelecido na instituição do casamento e da família. Joan W. Scott, June E. Hahner, Constância Lima Duarte, Mary Del Priore, Nádia Battella Gotlib, Norma Telles, Zahidé Lupinacci Muzart, entre algumas estudiosas, esclarecem os motivos de a mulher, na época indicada, oscilar entre as fronteiras do lar e os anseios de liberdade.

Palavras-chave: Escritoras do século XIX e início do XX. Feminina. Divórcio. Casamento.

ABSTRACT

The contribution of this study, which focuses on selected writers and narratives, deals with the analysis of their books, written in the mid-19th century and in the beginning of the 20th century, associated with how Brazilian writers from the 80's think about divorce. Before writing about divorce, marriage must be brought up, since it is an issue acknowledged by the writers in their books: Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?) – *O ramalheite* (1845); Maria Benedita Bormann (Délia, 1853-1895) – *Lésbia* (1890); Inês Sabino (1853-1911) – *Lutas do coração* (1898); and Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) – *Eles e elas* (1910). Divorce was more specifically addressed in the light of Josefina Álvares de Azevedo (1810-1885), in the journal *A Família* (1888-1898), Nísia Floresta (1810-1854), in *Opúsculo humanitário* (1853); Carmen Dolores (1852-1910), in the chronicle *Ao esvoaçar da ideia* (1910); Francisca Clotilde (1862-1935), in *A divorciada* (1902); and Andradina de Oliveira (1864-1935), in *Divórcio?* (1912). When the writers expose their opinions, they defend the theme. However, their attitudes wavered between the wish to see divorce being fully exercised and the moral commitment to the ecclesiastical system established by the institution of marriage and family. Joan W. Scott, June E. Hahner, Constância Lima Duarte, Mary Del Priore, Nádia Battella Gotlib, Norma Telles, Zahidé Lupinacci Muzart and other scholars clarify why, at that time, women oscillated between the boundaries of the household and the longing for freedom.

Keywords: Nineteenth-century and early twentieth-century women writers. Feminine. Divorce. Marriage.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	EM CENA, A PALAVRA DIVÓRCIO.....	31
2.1	O DIVÓRCIO PELO CASAMENTO CIVIL.....	33
2.2	A HIERARQUIA SOCIAL NO CASAMENTO DO SÉCULO XIX.....	39
2.3	O DIVÓRCIO ESTIGMATIZADO PELO CATOLICISMO.....	43
2.4	AS CONTRADIÇÕES DO DIVÓRCIO.....	51
3	INDÍCIOS DO DIVÓRCIO NAS OBRAS (1845-1912).....	59
3.1	O JOGO INTRINCADO DO CASAMENTO EM <i>O RAMALHETE</i> , DE ANA EURÍDICE EUFROSINA DE BARANDAS.....	62
3.2	MARIA BENEDITA BORMANN (DÉLIA) E O DESENLAÇE CONJUGAL EM <i>LÉSBIA</i>	72
3.3	COROLÁRIOS DO MATRIMÔNIO NO ROMANCE <i>LUTAS DO CORAÇÃO</i> , DE INÊS SABINO.....	81
3.4	“MALES DO ESTIO” EM <i>ELES E ELAS</i> , DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA.....	88
4	PARA ALÉM DO DIVÓRCIO.....	101
4.1	OPINIÕES FEMININAS NA IMPRENSA DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....	107
4.2	O DIVÓRCIO POR JOSEFINA ÁLVARES DE AZEVEDO.....	112
4.2.1	<i>A Família a favor do divórcio</i>	114
5	O DIVÓRCIO NA ENGRENAGEM LITERÁRIA FEMININA.....	123
5.1	TENDÊNCIAS DIVORCISTAS EM NÍSIA FLORESTA.....	125
5.2	CARMEN DOLORES ENTRE OS CONFLITOS DA DIVORCIADA.....	134
5.3	FRANCISCA CLOTILDE EM UMA OPÇÃO DIVORCISTA.....	149
5.4	ANDRADINA DE OLIVEIRA PELO DIVÓRCIO	

	PLENO.....	157
5.5	E A LUTA CONTINUA.....	168
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
	REFERÊNCIAS.....	187
	APÊNDICE A – Notas.....	205
	APÊNDICE B – Quadro Temático.....	209
	ANEXO A – O divórcio.....	291
	ANEXO B – O casamento civil.....	293

1 INTRODUÇÃO

Há mais de dois anos, com a orientação da Professora Zahidé Lupinacci Muzart até o seu falecimento em outubro de 2015, e desde então sob orientação da Professora Rosana Cássia Kamita, participo do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, filiada ao resgate da literatura de autoria feminina produzida a partir da metade do século XIX e alcançando o início do século XX. Nos primeiros encontros, foi-me mostrada a importância em rever um vasto manancial literário de escritoras, o qual tem sido fundamental no desenvolvimento dos textos dos orientandos.

Comigo não foi diferente, e assim tomei o encargo de estudar a produção literária e o ativismo libertário das escritoras da metade/início dos séculos XIX e XX especialmente engajadas nos problemas relacionados à indissolubilidade do casamento.

A pesquisa, na época, teve como ponto de partida a escritora Maria Benedita Bormann, com a qual tive forte empatia, feita de admiração pela sensibilidade com que ela assume escrever e a tematizar a separação conjugal, quando a intelectualidade da mulher não era reverenciada. Cabe lembrar uma das frases da Professora Zahidé Lupinacci Muzart, em entrevista publicada em 31/10/2008: “As escolhas na vida são estranhas e, muitas vezes, ditadas por circunstâncias!”². A observação foi ampliada no contato com as demais escritoras – Ana de Barandas, Nísia Floresta, Josefina Álvares de Azevedo, Inês Sabino, Carmen Dolores, Júlia Lopes de Almeida, Francisca Clotilde, Andradina de Oliveira e Mariana Coelho –, que surgiram ao longo das conversas presenciais e virtuais com a orientadora. No que tange a Mariana Coelho, a orientadora entende que ela poderia fazer parte com interseções, porém, dadas as suas peculiaridades, caberia à escritora outro momento especial na academia.

As colocações feitas por Zahidé Lupinacci Muzart diluíram-se em meu modo de compreender a importância daquelas autoras, para a história de um feminismo brasileiro, com manifestações reivindicatórias de direitos políticos. O caminho traçado por ela continua aqui, precisando ser lapidado, a fim de fazer jus ao empenho e dedicação aos estudos de escritoras esquecidas pelo cânone literário masculino. Com

² Disponível em: <noticias.ufsc.br/.../zahide-muzart-fala-de-livros-e-autores-no-circulo-de-l>. Acesso em: 10 de out. 2015.

paixão, a Professora deixou a esta pesquisadora e a outros colegas o legado de estudá-las e apreciá-las, enquanto autoras.

Aqui abro um parêntese para comentar sobre as circunstâncias em que vim a participar do tempo de leitora e escritora da Professora Zahidé Lupinacci Muzart. Pelas próprias exigências do campo social, a expressão escrita feminina merece revisão permanente. Lembro que no Curso de Pós-Graduação em Literatura Brasileira Contemporânea, em nível de Especialização, no ano de 1992, tive meu primeiro encontro com a escritura de Lya Luft, por meio do romance *As parceiras* (1986). Essa obra, naquele instante, causou-me estranhamento pela massificação, assinalada por traços do patriarcalismo, com que a escritora apresenta sua poética feminina.

Ao buscar respostas às aflições de um discurso representativo da condição feminina, provocadas, certamente, pelo condicionamento cultural mundial, volto a pensar a estética de Lya Luft, no Mestrado em História da Literatura, pela FURG, em 2003, na linha de pesquisa Escrita Feminina. Sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Aimée Teresa González Bolaños, para alcançar a compreensão da arte de autoria feminina, o estudo segue uma leitura hermenêutica, baseada no processo narrativo em primeira pessoa da obra *O rio do meio*, de Lya Luft (1996).

Os textos que compõem o *corpus* da pesquisa que agora me proponho foram escritos do ponto de vista de mulheres escritoras, cujas inquietações, no conjunto literário, alcançam um espaço na legislação brasileira reivindicando o divórcio pleno. Portanto, justifica-se recordar e historiar, em particular, o cenário presenciado pelas escritoras num determinado momento literário da metade do século XIX e início do XX. Ao longo da leitura das autoras oitocentistas, há o encontro com as raízes do feminismo, com o imaginário de expectativas de mulheres escritoras, entrelaçado ao sentido cultural, social e político. Tais elementos estéticos fazem de cada uma das narrativas “grande e plural Poética” (GNISCI, 2011, p. 98), cujo espaço aberto presta-se a trabalhar uma ficção em que estão dispostas expressões literárias juntamente à percepção do lugar do feminino.

O resumo das minhas ações interpretativas, no espaço das obras referidas, vem justificar o interesse que surgiu da ligação com o resgate de escritoras relegadas ao ostracismo ao longo da história da literatura brasileira. Com um olhar, agora, para um período da literatura que já remonta a mais de cem anos, iniciei pesquisa sobre um assunto específico. Este corresponde ao sentido do divórcio no pensamento das oitocentistas.

Com o tema em discussão, a pesquisa objetiva evidenciar “uma consciência e formação” (GOTLIB, 1990, p. 18), marcante na luta pelo divórcio. Sob essa perspectiva, mulheres-escritoras descrevem as aflições do amor-desamor e as possibilidades de escolha pela felicidade entre pares. E suas escritas, de tendência feminina, surgem como *flores escolhidas* entre categorias fixas para as mulheres, como era comum à época.

É bom lembrar que a ordem cronológica das autoras aparece nos espaços em que ocupam, nos diferentes capítulos. Em comum, seguem o controle das normas religiosas e é sob essas impressões que escrevem. Independente da passagem de tempo e de espaço que separam as escritoras, a manifestação literária fica em torno das sensações amorosas que atravessam os ciúmes fatais e paixões.

Para tal fim, antes de tratar das leis que dispõem sobre o divórcio, é preciso entender o processo do casamento civil nas respectivas obras por elas produzidas. Os enredos escolhidos giram em torno de indicativos do divórcio, sobressaindo o desconforto do casamento, por atritos entre os casais. Nesta fase do estudo, encontram-se, a saber:

- Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?) – *O ramalhete* (1845);
- Maria Benedita Bormann (Délia, 1853-1895) – *Lésbia* (1890);
- Inês Sabino (1853-1911) – *Lutas do coração* (1898);
- Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) – *Eles e elas* (1910).

Para a interpretação da questão do divórcio, na imprensa, destaquei especialmente Josefina Álvares de Azevedo (1810-1885) – cuja produção circulou no periódico *A Família* (1888-1898). Na literatura, aparecem Nísia Floresta (1810-1854), no *Opúsculo humanitário* (1853); Carmen Dolores (1852-1910) com a crônica *Ao esvoaçar da ideia* (1910); Francisca Clotilde (1862-1935) em *A divorciada* (1902), e Andradina de Oliveira (1864-1935) com *Divórcio?* (1912), porque essas autoras, embora defendam a moralidade familiar dominante, justificam abertamente a importância do divórcio amplo como solução para discordâncias conjugais. O fato é que elas assumem em relação ao divórcio uma postura contraditória, isto é, dispersa entre o desejo de ver a lei em exercício pleno e o compromisso moral, marcado pelo bom senso e especialmente ditado por um forte consenso tradicional. Uma observação: o debate acerca da lei de divórcio realizado sob a ótica das obras eleitas não significa que, em outras, as mesmas escritoras não tenham também mostrado seu posicionamento sobre a lei. Contudo, esta pesquisa contempla a intervenção das

escritoras na luta do divórcio, nas obras nomeadas, para uma discussão feminina e legal.

Com isso, a lei é discutida sob a ótica dessas produções, ainda que outras obras das escritoras possam mostrar posicionamentos sobre o código civil. Outro detalhe a ser considerado é o fato de o divórcio significar a dissolução de um casamento válido, razão por que será feita, ao longo do trabalho, a conexão entre ambos os dispositivos legais, antagônicos e interferentes da estrutura familiar.

Igualmente a análise não deve perder de vista o lugar das autoras e obras mencionadas, as quais favorecem espaço para esta pesquisa embrenhar-se “no imenso jardim secreto” (PERROT, 2005, p. 503) das lutas femininas, entre elas a lei referida. As inquietações que surgem ao longo da leitura das obras propiciam analisar o decreto estabelecido pelo esforço de escritoras em alterar as origens do patriarcado, as quais foram/estão reproduzidas na sociedade conjugal, no trabalho e no código civil da família.

As narrativas, cada uma ao seu modo de expressão, com marcos temporais diferentes para falar de mulheres brasileiras, geram questionamentos identificados nos quatro capítulos da pesquisa. Para apresentar o pensamento das escritoras, o trabalho procura seguir a disposição cronológica das escritoras, considerando o lugar delas, nos devidos capítulos, em que suas opiniões serão veiculadas. Com frequência, elas tratam do conservadorismo do matrimônio prescrito pelo clero, que interferiu no pensamento da sociedade no que diz respeito ao divórcio.

Os textos, por meio dos quais falam as oitocentistas, ilustram um período de remodelação da sociedade por meio da história do cotidiano das famílias e da sociedade brasileira. Para exemplificar: a pesquisa interpreta falas femininas veiculadas na imprensa da época, as quais transformam observações do cotidiano em matéria literária, que falam da história da mulher. Apesar de saber da importância da demarcação que os gêneros literários representam no conjunto de uma interpretação literária, nesta pesquisa, a menção a eles serve para sinalizar a capacidade de liberdade do espaço feminino no matrimônio de que se valem as mulheres escritoras. Até porque é por meio das diversas modalidades de escrita, seja na composição para o teatro, romances, contos, crônicas publicadas em livros, ou artigos em periódicos, que as escritoras divulgam uma literatura de resistência ao conformismo de uma suposta vulnerabilidade feminina. Esses sinais aparecem na construção da história do movimento feminista, interpretados nas suas contradições. Efeitos que a história do gênero não tem resolvido, uma

vez que historiadores não conseguiram provar que as mulheres foram importantes para a história participando “das mudanças políticas principais da civilização ocidental” (SCOTT, 1991, p. 5).

Os referenciais de gênero humano não fundamentam esta pesquisa, mas as articulações feitas devem considerar tal estudo determinante para a entrada da mulher no processo de desenvolvimento econômico, educativo e judiciário da nação. Não há como negar que as autoras nos períodos indicados tenham concentrado opiniões ao redor do gênero, ao apontar, em suas narrativas, o caminho de “uma porta que se abre, de saída da casa matriarcal em direção ao mundo” fundado no senso de justiça, com direitos e deveres de cada indivíduo (SCHMIDT, 2004, p. 18).

Para abranger maiores realizações humanas, as obras trazem os desafios às forças autoritárias de gênero; à crítica ao casamento arrumado e sem afeto e às ofensas à dignidade da mulher descasada, que optou por outro relacionamento ou mesmo por viver sem marido. Combativas, as escritoras acompanham o interesse de autonomia dos indivíduos envolvidos na indissolubilidade das relações conjugais, celebradas segundo as leis do catolicismo. Estas eram pautadas nas formas estabelecidas pelo Concílio de Trento e nas Leis do Império do Brasil. Por essa razão, ao passar a analisar o pensamento das escritoras, relativo ao divórcio, há a necessidade de falar da realização do casamento, que exigia que não houvesse impedimentos entre os noivos. A condição equivale a não ter compromisso matrimonial anterior.

Embora algumas escritoras estejam próximas e vivenciando o período republicano, elas registram a lei do casamento ligada ao texto constitucional de 1824, estabelecida pela Igreja Católica Apostólica Romana como a religião do Estado. A celebração de casamentos atendia à vontade da maioria da população, que professava a religião oficial, em que o matrimônio constituía-se como um dos sacramentos, sob o qual regia a formação das famílias.

Por força do sistema eclesiástico, o governo mantinha a religião católica, continuando as disposições das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, elaboradas por D. Sebastião Monteiro da Vide, aprovadas em 1707, as quais determinam o matrimônio como sacramento instituído por Cristo, cujo contrato sagrado é indissolúvel. Há, na união entre o casal, a repetição do ritual perpétuo do Senhor com a Igreja, conferindo, portanto, a mesma graça divina aos que dignamente recebem o sacramento (CIARALLO, 2009, p. 259).

Os reflexos religiosos estão resguardados pelas escritoras, em sua época republicana, quando acontece a separação entre Estado e Igreja

Católica advinda do Decreto 119.A, de 7 de janeiro de 1890, ratificado pela primeira constituição republicana de 1891. Essa divisão introduz o direito ao divórcio restrito. O projeto autorizado determina posições ambíguas em relação à decisão pela indissolubilidade. Até porque a legislação não separava o matrimônio religioso dos atos civis, demonstrando não estar disposta a transpor as razões que garantiam a estabilidade do casamento, assegurada ainda na Constituição de 1824 do governo imperial.

De posse das informações, desenvolvo nesta introdução um resumo das abordagens do tema e da metodologia desenvolvida, com particular embasamento da produção de Umberto Eco *Como se faz uma tese* (1995). Para realizar a abordagem indicada, faço uso dos instrumentos de pesquisa discriminados a seguir:

- Seleção de fontes centradas na crítica feminista e literária;
- Registros de manifestações a respeito do tema na imprensa do século XIX e XX, particularmente de escritoras;
- Seleção de pensamentos, em quadro temático, centrados em sugestões ou indicações do divórcio nas obras em análise.

Os apontamentos deram subsídios para uma exposição de como as autoras compartilharam da discussão em relação ao divórcio, em um período, notadamente de interferências da formação católica da população brasileira. Ao trajeto conduzido pela Professora Zahidé Lupinacci Muzart, somam-se outros caminhos disponibilizados por acadêmicos, pela Internet, bibliotecas presenciais e virtuais, como é o caso da Hemeroteca Digital, encaminhada pela pesquisadora Risolette Maria Hellmann.

Os estudos de Zahidé Lupinacci Muzart mostram os avanços das escritoras do século XIX que, ao defender a legalização do divórcio, as questões do abolicionismo, colocaram as letras “a serviço da política, uma política de luta e de resistência” (MUZART, 2004, p. 163). Com esse olhar de reconhecimento, a pesquisadora apresenta a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, que conta com três volumes (1999, 2004 e 2009), envolvendo escritoras que, em suas obras, abordaram a questão do divórcio. Particularmente, nos volumes I e II, entre outras escritoras, Inês Sabino traz para a ficção a condição da mulher separada, em *Lutas do coração*, e Francisca Clotilde trata da separação dos casais em *A divorciada*.

No conjunto da avaliação pretendida, a análise é delineada com o zelo de não abandonar³ o literário e o feminino brasileiro, discutido por Constância Lima Duarte, Joan W. Scott, June E. Hahner, Mary Del Priore, Nádia Batella Gotlib, Norma Telles e Zahidé Lupinacci Muzart, entre outros, que informam sobre a luta de mulheres pelos direitos legais na passagem de um século para o outro. Na linha da pesquisadora Tânia Regina Oliveira Ramos, os espaços abertos para os críticos e suas especificidades “permitem um novo olhar sobre as coisas ditas” (2013, p. 852) a respeito de um passado histórico e político da mulher, que apontam para as contradições do feminino/feminismo. Como autores, os estudiosos intervêm no espaço da pesquisa com suas falas distintas, das quais “sairá afinal o juízo, que não é julgamento puro e simples, mas avaliação, reconhecimento e definição de valor” (CANDIDO, 1963, p. 32).

Uma síntese do desenvolvimento da pesquisa pode ser assim formulada: o primeiro capítulo, intitulado “Em cena, a palavra divórcio”, é composto de quatro subtemas, dedicados ao divórcio. Aborda a lei vinculada ao casamento civil às contradições do divórcio, assinaladas pela interferência do catolicismo e pela hierarquia social do casamento do século XIX.

A leitura contempla, no segundo capítulo, “Indícios do divórcio nas obras de 1845 a 1910”; esse oferece indicativos sobre a lei em quatro subdivisões. Sem usar explicitamente o vocábulo, os enredos das obras selecionadas problematizam o matrimônio, construído por imposições sociais e do catolicismo, que mobilizou debates a favor e contra em torno do código civil. Apesar de o assunto divórcio não estar abertamente nas obras do capítulo em questão, as autoras enfatizam a sociabilidade feminina ancorada na igualdade, colocando em cena as realidades – a de subalternidade e a de resistência. Cada subtema dialoga com “O jogo intrincado do casamento” e com a ruptura do matrimônio, quando a vida a dois parece intolerável. A alternativa da separação provém, quase sempre, dos males de dependência não resolvidos. Os textos, apesar de se colocarem sob as normas tradicionais, denunciam os desencontros no matrimônio. *O ramalhete*, de Ana de Barandas, registra, além desses incômodos, as tensões que as mulheres enfrentavam na disputa política e familiar, expondo os limites das decisões femininas, abrindo caminhos para discussões de emancipação da mulher brasileira. Surge, então, uma escrita de autoria

³ Claudia de Lima Costa, no artigo “O tráfico do gênero” (*Cadernos Pagu*, n. 11, p. 127-140, 1998).

feminina associada a *flores escolhidas no jardim da imaginação* que nasce entre desilusões e uma forte atmosfera política caracterizada pela Guerra dos Farrapos.

Nesse capítulo, Maria Benedita Bormann traz as desordens no cenário conjugal que ocorrem durante “a mais bela fase do casamento”, quando a protagonista passa a sofrer transformações mórbidas (BORMANN, 1988, p. 81). No livro, intitulado *Lésbia*, a escritora alia aos aspectos do Romantismo com esboços sentimentais, dores que culminam em tragédias. Maria Benedita Bormann acrescenta aos devaneios e paixões próprias do movimento romântico uma crítica política contra a opressão conjugal, rompendo com um casamento tradicional, ao expulsar o marido de casa. Com a abordagem referente à desilusão da mulher, já nos primeiros dias do casamento, a autora abre horizontes para a discussão sobre o matrimônio e o efeito de dissabores nos sentimentos femininos, ao falar de amor e solidão.

Na sequência, Inês Sabino, em *Lutas do coração*, próxima aos fatos historicamente marcados pela subordinação da mulher, refere-se, em especial à mulher, como separada do marido. Do mesmo modo, examina as dificuldades de uma história de dependência, e por meio da escrita debate os danos do matrimônio. A escritora não escapa da sina do amor impossibilitado por situações conflituosas, quase sempre resultantes de uma educação que previa para a mulher apenas uma “suficiente instrução para não parecer tola” (SABINO, 1999, p. 117). As personagens criadas por ela são mulheres dissimuladamente fracas, pois, cada uma delas sabe tomar suas decisões, em contraponto às atitudes de homens, que não conseguem administrar os próprios sentimentos, sufocando o amor nas “lutas do coração” (SABINO, 1999, p. 278).

Os personagens de *Lutas do coração* não escapam de uma falsa moral e da ausência de uma educação que permitisse às mulheres escolhas além da almejada felicidade pelo casamento, que nem sempre acontece. Inês Sabino, ainda que use um tom moralizante, sugere a possibilidade da formação de novos vínculos afetivos, condenando o casamento indissolúvel, pela própria condição de desencanto que vive a protagonista Ofélia e pelo tormento do personagem Hermano.

Examinada a obra de Inês Sabino *Lutas do coração* e demais produções, é possível verificar a rede de atuação política e social que as escritoras oitocentistas lograram tecer nas reflexões sobre a mulher, em busca de outra maneira de lidar com a vida. Na continuidade da divisão, Júlia Lopes de Almeida, em *Eles e elas*, aproveita as adversidades entre casais para tratar dos tumultos na construção feminista, provocada por diferenças, embaraços e agonias conjugais, entretanto, contempla a

reconciliação, motivo para que sua literatura seja examinada no segundo capítulo, em que o relacionamento entre pares é focalizado.

Eles e elas, composto de crônicas literárias, é construído a partir das vozes narrativas com as quais a autora cria pequenos monólogos e diálogos alternadamente apresentados por maridos e mulheres, narradores e personagens, que falam a respeito dos seus próprios conflitos. Nádya Gotlib, em *A literatura feita por mulheres no Brasil*, considera que a obra *Eles e elas* marca a presença de uma narradora implícita, por aludir à própria autora Júlia, quando a narrativa apresenta manifestações femininas contra certos papéis sociais desempenhados pelo homem e pela mulher, além de queixas sobre os respectivos cônjuges e sobre o sexo oposto em geral. À época, o casamento oferecia garantia social às mulheres, em particular, às com menor possibilidade educacional.

Num país que havia pouco deixara de ser colônia, Júlia Lopes de Almeida e as outras escritoras aqui contempladas estavam atentas a diferentes mobilizações, uma das quais era relativa às questões de gênero. O surpreendente era que o faziam com tal empenho, sem qualquer temor de assumir as múltiplas posições de esposa, mãe, somadas às atividades sociais e profissionais, reagindo, assim, aos dias “intermináveis, tediosos e doentios” (ALMEIDA, 1905, p. 131).

Nas páginas do jornal não ficam de fora as circunstâncias ambíguas do casamento e da lei que não “desobriga” ao casal “do contrato eterno” (2 out. 1890). Das publicações de receitas de culinária e de bordado em jornais e revistas, as mulheres passam a incluir um discurso político, angariando conquistas fora da esfera privada do lar. Sem o desejo de excluírem da arte da escrita as funções de esposa e mãe, as escritoras afirmam-se como profissionais, apesar da difícil conquista do espaço literário e jornalístico.

O terceiro capítulo – “Para além do divórcio” –, acrescido de três subtemas, tem como porta-voz sobre o assunto na imprensa articulistas da época e algumas autoras. A lei não era uma prática divulgada nem incentivada pela Igreja, porém, os editoriais de revistas e de jornais atualizavam a notícia; na verdade, o tema do divórcio já existia legalmente em diversos países americanos e europeus; no Brasil, considerando a forte presença religiosa na família patriarcal, é apresentado legalmente pela primeira vez, em 1891. Apesar do difícil acesso para as mulheres exporem seus planos de emancipação feminina, as escritoras usaram a imprensa para a circulação das próprias ideias. No entanto, conscientes da oposição masculina e da dificuldade de

aceitação de suas opiniões, as redatoras debatiam o código, prestando atenção ao comportamento moralmente correto da sociedade brasileira.

Dentre alguns periódicos, *A Mensageira*, *O Paiz* e *A Família* aproximam algumas vozes femininas que se colocavam dispostas a defender uma tese em relação ao divórcio. Nas páginas publicadas, as escritoras encontravam um meio de reagir e de aplaudir aspirações individuais, legais e profissionais. O propósito do panorama jornalístico, na transição do Império para a República, era o de exercer a cidadania feminina, considerando os diferentes lugares que a mulher devia ocupar.

Para melhor justificar os acontecimentos num tempo-espaço experimentado pelas autoras, nesse capítulo, algumas contribuições de poetisas-redatoras serão apenas citadas, embora significativas – Mme. M. L. Gagneur (1832-1902), Guiomar Torrezão (1844-1898), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Adelina A. Lopes Vieira (1850-?) e Analia Franco (1853-1919), enquanto Josefina Álvares de Azevedo terá aqui um espaço maior, como proprietária e redatora do jornal *A Família*. Ela trata, em suas colunas, do sufrágio feminino, das atribuições do casamento, sem excluir a essência do amor e ainda oferece às mulheres espaço nas páginas do seu periódico à divulgação de suas ideias. Os editoriais esclarecem a respeito da “lei do casamento civil” que “não exclui o religioso, mas traz o divórcio. Partidária à luta pelo divórcio, Josefina Álvares de Azevedo abre o jornal para posicionamentos de jornalistas e escritoras a respeito da indissolubilidade do casamento, instituto legitimado pelo juramento “em presença de Deus, do padre, das testemunhas e do mundo inteiro”, como diz a escritora portuguesa Guiomar Torresão (16 mar. 1890, p. 3).

Com aptidões comuns às mulheres de nível social privilegiado, as escritoras, colaboradoras de periódicos, revelavam a exploração de mulheres e seu sofrimento com o controle de suas existências, sobretudo pelas normas religiosas. Conscientes de que a Igreja combatia o divórcio, as oitocentistas usavam a imprensa para defender argumentos de que casais, em situação de permanente discórdia, tinham direito a outra decisão referente à vida conjugal. Prudentes em relação ao Catolicismo dominante na época, as autoras assumiam, nas suas abordagens, um tom que não ferisse os costumes patriarcais e o credo religioso.

Para o quarto capítulo – “O divórcio na engrenagem literária feminina” –, dividido em cinco partes, é reservado particularmente ao tratamento das escritoras ao divórcio nas suas obras, nas quais, nessas, a lei é apresentada sem subterfúgios e discutida mais diretamente. O casamento é percebido na sua complexidade, os enredos permitem

avaliar criticamente a sua indissolubilidade e os transtornos no afeto conjugal. O amor é comparado à “vida!”, é uma “chama” que, quando se apaga, deixa “em cinzas as ilusões...” (OLIVEIRA, 2007, p. 144). Quanto às indefinições de sentimentos, Andradina de Oliveira e as outras escritoras aludem às variações que se sucedem nas famílias e no pensamento oitocentista. Em outros termos, posicionam-se como antes mencionei: são favoráveis ao divórcio e sempre preocupadas em não banalizar o matrimônio, preveem uma conduta feminina com base na moral religiosa.

As autoras tratam do processo de subalternização da mulher, com o fim de trazer à tona a necessidade da educação numa forma de produzir resoluções profissionais que ofereçam independência social. Com Nisia Floresta, em *Opúsculo humanitário*, começo o diálogo literário, recordando que meio século separa a obra das demais produções das escritoras. Contrapondo-se à sujeição da mulher brasileira, ela traz posições a respeito da legalização do divórcio para a realidade brasileira, defendendo uma educação sólida e sobretudo de perspectiva cristã. Apesar das convicções religiosas, a autora menciona ser a lei do divórcio pleno uma prática moralmente mais recomendável que o casamento com vínculo indissolúvel, percebendo que a oposição à lei é “resultado quase sempre infalível da ignorância e da educação estacionária” (1989, p. 19). Segundo Constância Lima Duarte, Nisia Floresta foi precursora do feminismo no Brasil por ser uma das primeiras a defender um movimento realizado por mulheres, que buscassem ampliar os seus direitos civis e políticos, equiparando-os aos direitos do homem (2011, p. 76-77).

Acompanhando a ordem cronológica, no início do século XX, o pensamento de Carmen Dolores mostra-se partidário da lei do divórcio amplo, no livro de crônicas, intitulado *Ao esvoaçar da ideia*. Nele, especialmente a escritora coloca a obra, no “lugar de memória” da história feminina, onde traduz a reivindicação de direitos sociais, auxiliando na importante ação⁴. Carmen Dolores fala, nas crônicas, das contradições no interior da família, fazendo comentários irônicos acerca da união aparente entre marido e mulher, que, sem calor moral, passam a viver uniões ilegais. Em suas abordagens, a cronista revela incertezas relativas ao matrimônio arranjado, à aparente harmonia do lar, considerando como causas a ausência de projetos educacionais e, por

⁴ Disponível em:

<www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7>. Acesso em: 14 maio 2013.

consequência, a falta de colaboração econômica feminina. A favor da educação para a mulher e da significação das mulheres na vida laboral, a autora deixa ecoar, no centro de suas narrativas, a luta pela consolidação do divórcio pleno.

A discussão pelo direito ao divórcio, resistindo à confinamento perpétua do lar, é delineada também em *A divorciada*, de Francisca Clotilde. Nádia Battella Gotlib, ao tomar os estudos de gênero em “A divorciada”, entre alguns pontos, situa a voz da escritora “como um marco importante na história da literatura feminina no Brasil” (GOTLIB, 1990, p. 18). Segundo a estudiosa, a autora, por trás de uma narradora onisciente, mostra a desorientação para com a possibilidade do divórcio, na situação conjugal vivida pela personagem Nazaré. Com ela, Francisca Clotilde questiona a dificuldade de a mulher decidir-se pelo divórcio. A hesitação leva em conta o sacramento, visto como fato consumado e permanente pela bênção da Igreja. Apesar de preservar uma conduta conformada, a escritora mostra-se contrária à legalização do divórcio restrito, que impedia novo laço matrimonial, solução concretizada muito mais tarde, em 1977, como se sabe.

À época, os preceitos legais e sociais oitocentistas depreciavam, sobretudo, a mulher divorciada, como sugere Francisca Clotilde, em *A divorciada*. O tema da lei é, na obra referida, tratado com discrição, considerando a história da sociedade brasileira, premida pela relação conjugal formal e, até então, indissolúvel. Daí a protagonista de Francisca Clotilde realizar novo matrimônio apenas por ocasião de sua viuvez. Por um lado, a narrativa mostra uma visão conformadora, e, por outro, o título e a história, que discutem a separação da personagem Nazaré, na época, são desafiadores para a literatura de tendência feminina. No período da escrita da obra *A divorciada*, a separação conjugal não dava o direito a um novo casamento, quando o controle do pai/marido e da religião dominava as decisões da mulher. Entretanto, Francisca Clotilde apresenta a possibilidade de o divórcio ser consentido pela família.

Seguindo a concepção de divórcio pleno, aceito, no período, em vários países, como a Inglaterra, a Alemanha, a França e Portugal, Andradina América de Andrade e Oliveira, no livro *Divórcio?* ressentem-se com a permanência do vínculo conjugal brasileiro e debate diretamente o divórcio amplo com um tom agressivo. A escritora próxima ao acontecimento da substituição do termo divórcio por desquite pelo Código Civil Brasileiro de 1916, a autora convoca mulheres e homens a lutarem pela aprovação do divórcio “amplo” ou “pleno”, aquele que dá possibilidade a um novo casamento. A escritora

impõe-se a favor da urgência de um regime amplo, esclarecendo sua posição favorável ao divórcio “para os que estão com a corda na garganta [...] e quase estrangulados” (OLIVEIRA, 2007, p. 32). Em defesa da opção pela separação legal, coloca-se contra a injusta situação da mulher de todas as classes, lembrando a situação do homem, também sem o direito de poder construir um segundo lar, a fim de deixar as “agruras do primeiro” (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

Em *Divórcio?*, nos textos em forma de cartas, há uma expressão coletiva indicada por narradores, por onde se observa uma intervenção autoral. Com esse jogo narrativo, a autora discute experiências de mulheres e homens partidários ou não do divórcio, cujos relatos abrangem a separação matrimonial; o abandono do lar pelo marido ou esposa. As missivas focalizam uma realidade do início do século XX e reproduzem, com maior veracidade, a agonia de mulheres que, separadas, por vezes são caluniadas pela família ou pela sociedade. Por outras palavras, as cartas falam daqueles que ficam à espera do divórcio amplo, apenas estabelecido na segunda metade do século XX.

Em linhas gerais, as oitocentistas, com relatos mesclados pelo cotidiano e pela ficção, inscrevem-se nos fatos narrados, por vezes, sob o pronome “nós”, e falam da necessidade de uma modificação civil em direção à politização da mulher. Na abordagem do casamento, da família e do divórcio, encenam um universo de divergências de uma sociedade conservadora. Nasce daí *flores escolhidas*, uma poética feminina, confrontando a Igreja Católica e a sociedade por um modo de legalizar uniões cultivadas no respeito e no afeto. Para intervir na mudança social, as escritoras pensaram em inverter, por exemplo, os ideais enganadores sobre o casamento, os quais resultavam em desilusão. No país, ainda era necessário desafiar o severo tribunal eclesiástico e os constrangimentos provocados pelo preconceito social a respeito do rótulo designado como mulher livre, quando separada. Elas escolheram enfrentar um caminho de dificuldades rotuladas pela mentalidade cristã da época, promoveram discussões acerca do divórcio, tentando mudar as inquietudes.

Resta considerar que “A luta continua...”, pois questões que envolvem a família, o casamento, a separação, o divórcio e sobretudo a mulher expressam, em cada período, outras necessidades de tratamento. Em suas épocas, as autoras viabilizaram o debate em torno do divórcio, por meio da escrita no feminino, sinalizando contradições que dificultavam o rompimento com os conceitos engessados, que mesmo ainda hoje, vez por outra, tramitam nos parlamentos e na sociedade. Não há como negar que o divórcio causa transtornos, uma vez que há o

reconhecimento do lar, como local de aconchego e de troca de afetos. Em contrapartida, a casa é também o universo determinante das diferenças entre mulheres e homens, onde se repetem incertezas e ajustes, consolidação e deslocamentos, exigindo permanente mecanismo de atualização.

Após essas considerações, seguem-se conclusão, notas em sequência cronológica, com dados da bibliografia das escritoras em estudo, as referências bibliográficas, quadro temático – um esboço pessoal de estudo, conservado na versão final da tese, por reproduzir obras de difícil acesso – e os anexos, com alguns periódicos consultados no acervo digital da Biblioteca Nacional. Para completar, é preciso dizer que encontrei nos estudos feministas referências esclarecedoras de questões que inibiram a luta/aceitação do divórcio das escritoras, nos períodos indicados.

Compreendida a forma com a qual as escritoras se posicionam ante a indissolubilidade e o divórcio amplo, cumpre atentar para o fato de que tinham consciência não só da importância da família na ordem social, mas também do alicerce religioso que sustentava a sociedade e suas regras morais. Para complementar, as escritoras ressentem-se do controle da Igreja, principalmente da perpetuação do casamento, e argumentam pelo reconhecimento da lei plena, preocupando-se com a legitimidade da união. Ao pensarem o divórcio, denotam dúvidas, conflitos e, mesmo sujeitas à esfera do sagrado, questionam o conservadorismo da época. Para tanto, manifestam-se em áreas que antes estavam sob o exercício e influência masculina, colocando em exercício a mobilidade de pensamento de uma sociedade que começa a esperar uma prática social em que a opção pelo divórcio diminuísse a hostilidade familiar.

Antes de decidirem prós e contras, e assumirem esta ou aquela posição, tinham o cuidado de considerar, primeiro, a doutrina cristã. Este era o motivo para a sutileza com que algumas delas trataram o tema. A despeito de tal atenção, algumas escritoras tendiam a sugerir o tópico por meio da indicação da tolerância como solução para problemas conjugais, culminando em um enfrentamento adaptado à necessidade de obediência às leis do Estado com vistas à manutenção doutrinária do catolicismo, manifestada entre meados do século XIX e início do século XX. Apesar desses percalços, as autoras não se desvinculam da luta pelo direito feminino de resistir à prática colonial e às Constituições baianas de 1707, atuando em maior ou menor medida de liberdade para expressar reivindicações de ordem familiar.

As escritoras e várias outras intelectuais desafiam normas historicamente localizadas, inspiradas em uma história oficial, contribuindo para agregar as diferenças e as possibilidades de experiências construídas por mulheres. Pelo cenário literário e jornalístico, elas observam o cotidiano do matrimônio, para além do lar, tentando conquistar o direito de se manifestar em favor de um feminismo que, num sentido mais amplo, envolve a história das mulheres, as quais se pronunciam e lutam para diminuir a desigualdade social. Assim, elas abraçam lutas, por vezes, a partir das próprias vivências, outras servindo-se de identificação com os anseios de outras mulheres. Com os valores de seu tempo, escreveram uma literatura de autoria feminina, registrando o que percebiam e pressentiam nas diversas situações de dependência das mulheres que, no século XIX, ressentiam-se como vítimas da opressão patriarcal. Segundo Norma Telles, elas marcaram presença nos empreendimentos literários femininos, ajustando à educação a luta pela lei do divórcio, as reclamações do voto feminino e maiores oportunidades profissionais, o que propiciaria integração entre as pessoas.

Com um espírito instruído, pela educação que receberam, as escritoras adicionaram à ficção modos de questionar direitos femininos, ocupando o lugar de autor, ao explicar certos acontecimentos em uma obra, como as transformações de perspectiva individual e social, revelando-se no projeto da escrita. A proposição alude à referência de Michel Foucault acerca de um autor, que compreendido na função autoral, propicia um diálogo com diferentes *eus*, determinados por um discurso heterogêneo, a saber, um que fala em um prefácio, outro que argumenta no corpo da obra e ainda um terceiro, que avalia a recepção da obra e a esclarece. Na esteira de Foucault, o que faz com que um indivíduo exerça a função autor é o fato de, mediante seu nome, delimitar, recortar e caracterizar os textos, que passam a ser pesquisados na sua relação biográfica com a vida e com a literatura.

Para Michel Foucault, a criação narrativa oferece, de certo modo, a imagem do autor, cuja figura se movimenta e assume o lugar de um indivíduo real que se coloca na produção, como o autor do próprio texto (2009, p. 280). O filósofo sustenta que o autor, ao produzir o texto, comanda a organização temporal e espacial das questões temáticas focalizadas. O argumento de que no fundo o escritor é sempre o autor do seu próprio texto remete à maneira autoral com que as escritoras surgem em suas obras: fazendo uso de interferências, de reminiscências históricas e de um tempo presente da escrita. No cumprimento de

autoras dos textos, elas manifestam uma relação da própria experiência de vida como substância literária em suas obras.

Apenas como curiosidade, Michelle Perrot, tratando da mulher francesa, em *As mulheres ou os silêncios da história*, diz que “À primeira vista, a questão das mulheres e até mesmo da diferença entre sexos não é uma preocupação inicial de Michel Foucault” (2005, p. 489); entretanto ela percebe, nas explicações de poder do filósofo francês, um convite para dialogar com o universo do movimento feminista. O comentário é motivo para a pesquisa, sem pretender defender as relações de força de Michel Foucault, associar a posição do autor ao lugar de mulheres autoras, expondo resistências a um determinado contexto social adverso.

Comprometidas com um literário capaz de criticar a condição subalternizada do outro, ao lutar pelo direito ao divórcio as autoras estavam reivindicando o direito de pensar com autonomia. Com as informações sobre o divórcio amplo, elas apresentam um contexto em que a decisão pela lei exigiria enfrentar remorsos ou cair em lamentações por uma única e insatisfeita parceria. Por conseguinte, suas produções revelam a contradição seja pela tentativa de ampliar esclarecimentos às questões da lei, seja por reter uma cultura desfavorável à condição feminina no matrimônio: o tratamento que a tornava propriedade garantida do marido, considerando-a como um dos seus bens patrimoniais. Na verdade, tratam de uma mentalidade brasileira, na qual estavam localizadas, representando um passado de dificuldades conjugais e de leis que existe na sociedade de hoje e, provavelmente, sempre existirá.

2 EM CENA, A PALAVRA DIVÓRCIO

Como se sabe, divórcio, palavra de origem latina – *divortium* –, assume conotativa e denotativamente acepções diversas; contudo, em qualquer caso mantém o sentido básico de separação, desunião, fracionamento, desvinculação.⁵ Interessa-me, aqui, como ficou explícito na Introdução, o sentido específico de dissolução de laços matrimoniais, separação de marido e mulher. O tema, em especial, com período marcado – da última metade do século XIX até as primeiras décadas do XX –, é produzido dentro de um universo escolhido: textos literários e artigos para periódicos de escritoras oitocentistas. Entre os últimos, menciono, por exemplo, o jornal *O Paiz*, que circulou no Rio de Janeiro, de 1º de outubro de 1884 a 18 de novembro de 1934, tornando-se por 50 anos, um dos principais formadores de opinião da sociedade brasileira naquele período marcado por mudanças profundas na história do Brasil. As matérias que veiculou caracterizam-se pelo engajamento em campanhas importantes em debates nos campos econômico, político e social, entre estes, o abolicionismo, a luta pelos direitos feministas. Trouxe à luz, por exemplo, o tema divórcio em suas páginas com expressiva frequência: 3.680 vezes.

A expressão é usada na edição de 13 de dezembro de 1884, na primeira página, reportando-se ao divórcio conjugal, com destaque para a resistência do Vaticano em relação ao voto francês partidário da dissolubilidade matrimonial. Em nota, o Papa Leão XIII recorda “que a igreja católica, em época alguma, sancionara o divórcio [pois] a indissolubilidade do casamento é dogma [invariável] em consequência disto, se via a igreja obrigada a considerar a nova lei francesa nula e sem efeito” (*O Paiz*, 13 dez. 1884, ano I, n. 74). Em tempo, no decorrer da

⁵ À guisa de exemplo: um periódico, *O Paiz*, discorria sobre as diversas modalidades de significados do distrato, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista da ruptura entre áreas de interesse, sociedades ou filosofias partidárias, como aparece na primeira página do jornal, de 28 de dezembro de 1884, em “Tópicos do dia”: “É um consolo [...] considerar que não é completo o divórcio entre a Arte e os que, entre nós, se dedicam à Política” (*O Paiz*, 28 dez. 1884, ano I, n. 89). O redator evita preleções entre os segmentos, posicionando-se a favor da coesão e repudiando aqueles que “Acreditam que a política está acima da literatura e das artes [considerando] ridículo quando o homem de letras é aqui chamado a ocupar uma pasta...” (*O Paiz*, 28 dez. 1884, ano I, n. 89).

história do divórcio francês sobrevieram várias reformas. Somente em 1830, retirada a exclusividade do catolicismo como religião oficial, sucederam-se projetos para implementação do divórcio, que veio a acontecer em 1889, com a Lei Naquet⁶.

Na França, o divórcio foi instituído pela lei de 20 de setembro de 1792 e conservado no Código Civil de 1804. Alfred Naquet, cientista e deputado de esquerda, é o responsável pelo relançamento da campanha, em junho de 1876; no entanto, o divórcio só alcança êxito, quanto à separação de pessoas e bens, pela Lei de 10 de março de 1908 (FERREIRA, 1993, p. 92). A atitude contestatória da França, sob o prisma do anticlericalismo, influenciou e entrecruzou-se com a de outros países, onde havia partidários da lei em questão. A partir de então, a proposição divorcista expande-se a várias jurisdições.

No Brasil, o Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, indica nova forma de casamento, que podia ser dissolvido pelo divórcio. O ordenamento jurídico brasileiro institui o casamento civil dissociado do casamento religioso, admitindo o divórcio com restrição, situação que perdurou por quase 90 anos, até 1977, quando se admitiu o divórcio pleno, cancelando-se o texto constitucional sobre a indissolubilidade matrimonial.

Por conseguinte, a influência cultural e religiosa definiu a legalização do divórcio na França, assim como determinou os caminhos no Brasil e em Portugal. No território lusitano, a matéria no Parlamento, decretada pelo Código Civil, é vinculada ao espírito dominante da legislação europeia, que centraliza os interesses da família legítima e na supremacia marital, motivo por que a população portuguesa relativiza a receptividade à instauração do divórcio. Há os que desejam legitimar a sua instauração e os que se contrapõem a tal conduta⁷.

⁶ Alfred Naquet, cientista e deputado de esquerda, é o responsável pelo relançamento da campanha, encetada em junho de 1876 e que vem a culminar, num primeiro momento, na promulgação da lei do divórcio, de junho de 1884, em resultado de uma intensa agitação parlamentar, jornalística e literária (FERREIRA, 1993, p. 92).

⁷ Ver “a título ilustrativo, a atitude de Dias Ferreira que em plena revolução manifestou a sua discordância, advogando que a perpetuidade do vínculo conjugal se apresentava como ‘a base necessária da moralidade no lar doméstico’, posição tanto mais significativa quanto foi pronunciada no 2º Congresso do Livre Pensamento, na secção relativa à instituição familiar, onde participaram alguns dos paladinos divorcistas, nomeadamente Alberto Bramão” (FERREIRA, 1993, p. 169).

A escritora Mariana Coelho mostra que “No último quartel do século XIX debateu-se com fervor a indissolubilidade do casamento” (2002, p. 383), cujo avanço surge com as leis da República portuguesa, “inspirad[o] numa alta concepção de justiça e equidade, [...] concedendo à mulher direitos dignificantes” (COELHO, 2002, p. 185). Seguindo o pensamento de Mariana Coelho, em 1910, a Liga Republicana de Mulheres Portuguesas entregou ao Governo provisório da República uma petição em cujo teor se demandavam garantias para as “necessidades imediatas da família e da mulher, individualmente, cidadã livre duma Pátria livre e respeitada” (COELHO, 2002, p. 187), Reconhecida pelo governo português, este concede as leis do divórcio e da família.

Segundo Helen Ulhôa Pimentel (2012, p. 166), no século XVIII, o divórcio aparecia com significado distinto do de hoje: correspondia a uma separação de leitos e de teto; a igreja, porém, não abria a menor probabilidade de novo casamento aos cônjuges. Para a época, a união constituía a família legítima. Para romper a tradição secular, o reconhecimento jurídico decreta a dissolução judicial do matrimônio. Decorrente das mudanças de projetos entre cônjuges, facultando aos casais o direito a novas núpcias, o século XX tornou o divórcio exclusivamente direto, dando-se este tanto pelo consentimento dos cônjuges, quanto pela forma litigiosa⁸, que tende a se resolver por ações judiciais.

2.1 O DIVÓRCIO PELO CASAMENTO CIVIL

Na primeira metade do século XIX, apesar da união entre Estado⁹ e a Igreja Católica, os registros de casamento eram controlados pela legislação civil e a eclesiástica, mas somente esta última considerava o ato legítimo.

⁸ Disponível em: <www.conteudojuridico.com.br/artigo,divorcio-liminar-um-novo-instrum>. Acesso em: 22 out. 2015.

⁹ Constituição Federal de 1988 dispõe como princípio fundamental em seu artigo 1º, inciso III, que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 abr. 2014.

Num breve resumo, a Constituição Imperial, de 1824¹⁰, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, tratou dos cidadãos brasileiros, seus direitos e garantias, preocupando-se antes em consolidar o regime monárquico. Importou-se apenas com o casamento religioso e civil de pessoas ligadas ao império, conforme dispõem os artigos¹¹:

Art.112. Quando as princesas houverem de casar, a assembleia lhes assinará o seu dote, e com a entrega dele cessarão os alimentos.

Art.113. Aos príncipes, que se casarem, e forem residir fora do Império, se entregará por uma vez somente uma quantia determinada pela assembleia, com o que cessarão os alimentos, que recebiam.

Além dos artigos acima, a Constituição de 1824 determina que a religião católica é a do Império. Porém, nada diz sobre a proteção pelo Estado Imperial à família brasileira enquanto estrutura social, que também deveria ter firmada a segurança alimentar, educação e lazer, entre outras. O termo família correspondia àquela formada pelo casamento – as demais instituídas livremente não eram assim consideradas.

Essa ligação com a forma do casamento perpétuo deve garantir a ordem social familiar presente na formação histórica brasileira, a qual tem como suporte ideológico o *pater familias*, todo-poderoso no texto da lei jurídica. Iáris Ramalho Cortês, em “A trilha legislativa da mulher”, salienta as controvérsias com que a legislação refere-se a homens e mulheres, sendo condescendente com a liberdade sexual dos homens e exigindo comportamentos moralistas para a mulher. A pesquisadora faz um balanço do que acontece na primeira Constituição Brasileira de 1824, conferindo ali o direito de propriedade concedido ao homem, enquanto à “mulher – juntamente com os escravos e os homens

¹⁰ Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 24 jul. 2015.

¹¹ TAPIA, Eloisa Veloso Rodriguez. O conceito jurídico de família nas constituições brasileiras de 1824 a 1988: um estudo histórico-historiográfico. *Horizonte Científico*, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <www.seer.ufu.br>. Acesso em: 11 out. 2015.

livres pobres – estava excluída de praticamente todos os atos da vida civil, como [votar e] ser votada, exercer cargo público, entre outras restrições” (CORTÊS, 2012, p. 261, 265).

A primeira Constituição republicana retira do casamento religioso qualquer valor jurídico, estabelecendo que somente as uniões fundadas no casamento civil seriam reconhecidas. Desse modo, não havia proteção do Estado à família constituída informalmente, pois não eram consideradas família, o que contraria os juízos da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1824, na qual consta que “A lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um”¹².

Compassiva principalmente com a luta doméstica, em que o poder masculino acompanhou a dinâmica da sociedade, Iáris Ramalho Cortês faz uma avaliação dos patamares desiguais em que se situam o homem e a mulher. Consciente das aquisições, no campo político, alcançado pelas brasileiras atuais, procura avaliar o percurso difícil que serviu de cenário para as mulheres oitocentistas, ao exigirem a cidadania em sua plenitude. A forma de cidadania seria, à época, a difundida pela sociedade francesa, que tinha por objetivo proporcionar à mulher uma formação no espaço privado da família e na esfera pública. No entanto, às brasileiras são atribuídos menos e menores direitos políticos.

A primeira Constituição, de 1824, falava de “cidadãos brasileiros”, porém, a mulher estava ausente das disposições, que concediam, por exemplo, liberdade aos homens e, no que diz respeito ao comportamento feminino, a legislação exigia procedimento reservado. Assim, “Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas, enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional” (FAVERI, 2007, p. 340).

Sob esses confrontos, surge o Código de 1890, que regula o casamento civil, incluindo o instituto do divórcio. A nova forma de registro, o civil,¹³ para ser gestada precisou combater o processo de

¹² NOGUEIRA, Octaciano. *A Constituição de 1824*, Constituições Brasileiras, v. 1, 3ed., Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, Brasília, 2012, p. 86. Disponível em: <www2.senado.leg.br/bdsf/.../Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf>. Acesso em: 04 out. 2015.

¹³ “Com a ratificação do casamento civil pela constituição de 1891, no art. 72, parágrafo 4º – ‘A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita’ –, a Igreja Católica não teve outra opção a não ser amenizar sua posição no que diz respeito ao casamento civil e celebrar seu Sacramento

“construção institucional” da Igreja Católica no Brasil ao longo da República Velha (1890-1930), que “se prende, de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira”¹⁴.

O Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, dispõe sobre o casamento civil brasileiro, resumindo, no Capítulo I, as formalidades preliminares do casamento:

Art. 2º À vista dos documentos exigidos [e] exibidos pelos contraentes, ou por seus procuradores, ou representantes legais, o oficial do registro redigirá um ato resumido em forma de edital, que será por ele publicado duas vezes, com o intervalo de sete dias de uma a outra, e afixado em lugar ostensivo no edifício da repartição do registro, desde a primeira publicação até ao quinto dia depois da segunda.

Art. 3º Se, decorrido este prazo, não tiver aparecido quem se oponha ao casamento dos contraentes e não lhe constar algum dos impedimentos que ele pode declarar ex-officio, o oficial do registro certificará às partes que estão habilitadas para casar-se dentro dos dois meses seguintes àquele prazo.¹⁵

O direito de igualdade é renovado na Constituição de 1891¹⁶, no entanto, apenas a instituição familiar legítima, fundada no casamento civil, detinha proteção constitucional. Uma e outra constituinte mantinha o preconceito às mulheres separadas, bem como à mulher casada não podia, sem autorização do cônjuge, decidir-se por uma

conforme convém a fê e o respeito de seus fiéis pelos seus princípios dogmáticos enfatizados no Concílio Tridentino (1545-1563).” (GOMES, 2006).

¹⁴ BELLO, José Maria. *História da República*: (1899-1954). 5. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1964. p. 13, apud Gomes, 2007.

¹⁵ Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

¹⁶ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 04 out. 2015.

profissão, pois a manutenção financeira da família era obrigação do marido. O ordenamento jurídico da época caracteriza-se pelo tratamento conservador, no que tange ao direito de família, colocando a mulher em uma função de desigualdade social, ao estabelecer a responsabilidade legal da família pelo homem.

É preciso dizer que o divórcio é subordinado ao casamento, argumento para a legislação brasileira, de 1890, declarar que, para os casais obterem o divórcio, os cônjuges deverão apresentar-se pessoalmente ao juiz, levando a sua petição escrita por um e assinada e levando, dentre alguns documentos, “§ 1º A certidão do casamento”¹⁷. O mesmo Decreto n. 181, no Capítulo II, refere-se aos impedimentos do casamento, seguindo o critério da indissolubilidade. A separação realizada é a de corpos entre os companheiros, que devem obedecer aos deveres de lealdade, respeito, assistência, guarda, sustento e educação dos filhos.

Na vigência dos oitocentos, as dificuldades nas uniões conjugais representavam fatores que contribuíam para a primeira proposta de introdução do divórcio no ordenamento jurídico brasileiro. Esta, apresentada à Câmara dos Deputados no ano de 1893, pelo deputado Érico Marinho, fora rejeitada. O mesmo ocorreu com a proposta de divórcio do deputado Martinho Garcez, sete anos depois, em 1900. O pano de fundo que se desenhava era exatamente o desejo do divórcio de fato e de direito, tal qual o conhecemos hoje, instituído somente a partir de 1977. Até então o desquite era a única possibilidade de separação oficial dos casais e não permitia novas núpcias.

O termo desquite foi introduzido no direito brasileiro com o Código Civil de 1916, sofrendo inúmeras alterações, sendo que a primeira delas se deu em 1919, com vigência do código. Apesar de não mais existirem deveres conjugais, a igreja católica impedia novas núpcias. O novo instituto introduzido nada mais era do que o divórcio regido pelo Decreto n. 181/1890, mas com outra nomenclatura. A base da família era o casamento com leis civis instituídas em Portugal, principalmente as das Ordenações Filipinas, de 1603.

De acordo com as Ordenações, os que moravam ou trabalhavam na mesma casa sujeitavam-se ao chefe de família, que tinha o direito de castigar fisicamente a sua mulher, os seus filhos, os seus criados e seus escravos. Similar à homogeneização do caráter sagrado do pátrio poder, “o casamento era considerado um sacramento, cuja administração e

¹⁷ Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

autoridade jurisdicional pertenciam à Igreja e eram regidas pelo Direito Canônico” (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2001, p. 122).

O direito de família das Ordenações vigorou no Brasil até o ano de 1916, considerando a mulher relativamente incapaz, juntamente com os filhos menores de idade, delegando ao marido a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher. Ela sujeitava-se ao domínio do pai e, depois, ao do marido. O texto legislativo conseguiu expressar relações já existentes no seio da organização imperial brasileira, ao contemplar o pátrio poder na figura do marido como chefe da relação conjugal e procedimentos de conteúdo moral cristão.

Com isso, especialmente as mulheres desquitadas sofriam o preconceito, uma vez que, mesmo com o fim do vínculo matrimonial, os cônjuges continuavam casados sob a ótica da Igreja e dos costumes; mas eram as mulheres as mais vigiadas.

Há, nos séculos em questão, um esforço para mudanças entre posições da mulher e do homem na sociedade familiar, mas a situação é encarada sob a égide de um Código Civil que, especificamente, rotulou até 1916 a mulher de vulnerável, daí a participação política da mulher, “quando não foi nula foi hostil” (ALMEIDA, 1926, p. 40). Essa discriminação tem oferecido à mulher brasileira uma forma restrita e oficializada pelo Estado, cujo controle pode estar ilustrado no enredo de *La mujer*, de 1904, onde D. Severo Catalina se manifesta com humor e, ao mesmo tempo, de maneira realista sobre a controvérsia que envolve os casados. Diz: “Casarse, para el vulgo de los hombres, es un negocio como otro cualquiera; casarse, para el vulgo de las mujeres, es adquirir un marido, tener derecho de salir sola a la calle, y cambiar por el de *señora* su título de *señorita*” (CATALINA, 1904, p. 197). D. Severo Catalina faz várias considerações ao contexto doméstico, onde a mudança do estado civil da mulher não lhe oferece um lugar privilegiado, uma vez que, solteira, depende do pai, e casada, do marido.

Na história da constituição, o Estado não privilegiou as discussões sobre a política feminina, mantendo a diferença entre homens e mulheres, sendo que estas continuavam sujeitas às leis republicanas autoritárias e excludentes, destituídas do direito à participação cívica. Os direitos das mulheres, no ordenamento jurídico brasileiro, são assegurados no Código Eleitoral pelo Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, e ratificados na Constituição de 1934, depois das reivindicações pelo direito eleitoral. Entretanto, nas disposições dos direitos sociais da família, o casamento indissolúvel permaneceu. O avanço da lei de 1934 deveu-se ao fato de acrescentar que o casamento civil e o casamento religioso tinham os mesmos efeitos. A decisão pela

indissolubilidade foi mantida nas demais constituições até 1988, quando o casamento civil pôde ser dissolvido pelo divórcio (EC n. 66, de 2010)¹⁸.

2.2 A HIERARQUIA SOCIAL NO CASAMENTO DO SÉCULO XIX

Na instituição conjugal predominava “um sentido, uma direção”¹⁹ em colocar a mulher numa posição desigual em relação ao homem, aliás, em quase toda história humana as mulheres eram vistas como seres dependentes, assim definidas “pelo seu *status* familiar” (HUNT, 2009, p. 67). E a reclusão da mulher – para sempre – na vida privada do lar, acontecia desde o nascimento, confirmava-se na troca de alianças. O noivado em si já indicava a manifestação da superioridade masculina.

Dentre as normas que regiam o ritual do casamento, um deles envolvia o pedido da mão da noiva ao pai dela, feito pelo progenitor do noivo, uso decorrente do Código Civil Francês, de 21 de março de 1804. Lei conhecida, como Código Napoleão, que regia os contratos matrimoniais e não considerava a mulher um indivíduo, mas somente um membro da família, que era representado e administrado pelo homem da casa, pai ou marido. Michelle Perrot, em *História da vida privada* (v. 4, 2009), diz que a Revolução Francesa procurou valorizar a família, limitando os poderes do pai em vários pontos, mas as regras sociais confrontam a lei e, na sociedade oitocentista, o pai continua sendo o chefe; a esposa e filhos submetem-se a ele “e apenas sua morte dissolve a família” (PERROT, 2009, p. 14). A pesquisadora comenta, em entrevista, que a mulher francesa, até meados do século XIX, restringia-se à atribuição de mãe e ao trabalho doméstico, retratada em sua condição de submissão e de “amedrontamento” (PERROT, apud GREENHALGH, s./d.).

Um tipo de problema exemplar, na tradição familiar dos oitocentos, é o da mulher ameaçada pelo marido, ocorrência temporal inserida numa atmosfera colonial de hierarquias sociais. Isso se pode juntar à charge abaixo reproduzida, publicada no jornal *The Vote*, da Women’s Freedom League, de fevereiro de 1911.

¹⁸ Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/a-tutela-da-familia-nas...federais.../15376/>. Acesso em: 10 out. 2015.

¹⁹ Disponível em: <tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2423/1/387366.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.



O quadro estabelece a diferença que existia no casamento²⁰, instituição no interior da qual as mulheres se percebem ou como pesos no sustento da unidade doméstica ou como coisa negociada com dotes, no caso das filhas de senhores de mando das províncias. Mary Del Priore, em *História do amor no Brasil* (2015), especificamente no capítulo sobre o século XIX, observa a instituição casamento como uma utilidade à religião e feita “segundo critérios paternos” (PRIORE, 2015, 130), sistema que liderava o desempenho feminino, dentro ou fora do matrimônio, e a mulher condicionada a planejar somente uma família. Coube à ficção das escritoras descrever as ocorrências e os sentimentos que envolveram a indissolubilidade do matrimônio. A iniciativa é feita com ponderação, dado o autoritarismo da sociedade marcadamente católica daquela época.

Com estéticas literárias guiadas por reações sensíveis à dissolução conjugal, as escritoras retratam narradoras, personagens, no que experimentam com seus pares. A abrangência do assunto,

²⁰ Mulher: “John! Onde está o resto de nosso salário? Como eu vou pagar o aluguel e comprar comida para as crianças?”; Marido: “Cale a boca! O que eu faço com meu dinheiro não é problema seu.” (<www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=203>).

constituída por vozes alternadas, é associada ao casamento-sacramento, em que o poder do pai sobre a família remete à soberania de Cristo dentro da Igreja²¹. No conjunto de hierarquias, o desempenho do homem é priorizado, enquanto a mulher é mera coadjuvante na convivência familiar.

Com propostas de reformas, autoras da segunda metade do século XIX e as que chegaram ao início do século XX desafiavam a condição de obediência da esposa, vista como lei. Rotulada como um negócio do marido, a mulher era obrigada a dar-lhe filhos, podendo ser anulado o casamento nos casos de esterilidade. Diferentemente, não se cogitava tal hipótese no caso de o homem ser infértil. O direito de o marido dispor da liberdade da mulher provoca conflitos no “principal teatro da vida privada do século XIX”²², em cujo palco ela passa a questionar o fato de que, ao casar, morria para a própria família e devia viver para a do marido.

Constância Lima Duarte (2010, p. 12) lembra que, nesse tempo, a grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos e, sem nenhum amparo político, submetia-se ao consentimento do marido. Mesmo com distanciamentos temporais e espaciais, as falas das autoras procuram “infalivelmente!” (ALMEIDA, 1910, p. 26) incriminar o pensamento subalterno, que pairava sobre a mulher no casamento. Também reservaram espaço para o bom senso, com o intuito de obter a concordância da crítica, ainda que “bem outra poderia ter sido” a argumentação das escritoras (DUARTE, 2010, p. 27). Para explicar, o romance póstumo *A luta*, de Carmen Dolores, de 1911, expressa a surpresa do protagonista com a desobediência da esposa que, ao contrário do combinado, refugiou-se na casa materna (DOLORES, 2001, p. 132).

Carmen Dolores narra, no espaço do romance indicado, os percalços que subsistem no cotidiano da personagem Celina, que, embora “farta do cativo”, reconhece a sua dependência ao casamento. Mesmo descontente e rancorosa, a protagonista segue a trajetória na “tapera”, de onde não devia ter saído, conforme diz o esposo “– É o teu lugar!...” (DOLORES, 2001, p. 70-71). Mesmo as mulheres de elite estavam intimamente ligadas aos interesses da família, no mais das vezes criados pelos homens, fato determinante da superioridade dos

21

Disponível

em:

<www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Pipino,%20Joao%20Carlos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

²² MARTIN-FUGIER, 1990, p. 91.

homens e da consequente subordinação das mulheres, em todos os aspectos da sua vida.

Para Lynn Hunt (1991) nas lutas femininas ao longo do século XIX, surpreendeu-lhe muito mais a falta de acesso das mulheres às discussões na arena pública, do que a dificuldade para alcançarem o direito à cidadania, reconhecido pelo voto e o divórcio, para citar algumas conquistas. Porém, deduz-se que este é um fato nada surpreendente, uma vez que, no exemplo logo acima, um marido, de volta a casa, estranha, irritado, a ausência da mulher (DOLORES, 2001, p. 70-71). Algo lhe escapara do controle! Mesmo que se reconheça, ser a saída da mulher, talvez, por uma boa causa. Dificilmente a mulher casada agiria semelhantemente, porque não lhe era permitido, quer por falta de decoro, quer por desautorização dos maridos, participar sozinha, de atos ou “discussões na arena pública”.

Ainda que, de acordo com June E. Hahner, algumas mulheres tenham chegado a administrar propriedades com desenvoltura e independência, proclamando outro modo de viver (2012, p. 43), as propostas pela total emancipação precisaram vencer barreiras difíceis de ultrapassar, todas decorrentes da extrema subordinação da mulher, sob constante vigilância.

A ficção de Júlia Lopes de Almeida, nas primeiras décadas do século XX, reproduz tensões matrimoniais com a perspectiva de inversão da memória romântica, o que não era muito fácil. Na maior parte do livro *Eles e elas*, a consciência feminina não é suficiente para vencer a aparência da felicidade conjugal. Com efeito, o passado do espírito romântico explica o tom de conformidade de personagens que deixam de lado “os pensamentos atrevidos” (ALMEIDA, 1910, p. 105).

A construção do pensamento literário acerca do divórcio amplo é uma forma, ainda que branda, de enfrentamento ao conformismo. Identificadas com esse cenário, as mulheres escritoras produzem uma literatura, correspondendo ao ponto de vista do artista-criador, cuja estética deve “revelar aos seus semelhantes as múltiplas faces da realidade comum que os rodeia, e os possíveis valores do mundo indizível, que deverá dar o sentido derradeiro àquela realidade comum” (COELHO, 1986, p. 30). A rigor, a ficção trabalha com encadeamentos da arte e da realidade, onde o tempo e o espaço existem “como meio de reflexão” de acontecimentos de um mundo em diferentes perspectivas femininas (KAMITA, 2004, p. 166).

Na composição de romances, crônicas publicadas em livros, artigos impressos em periódicos, a escritoras contam as inquietações de personagens à espera da lei ampla. Embora reconheça a importância do

gênero literário, no conjunto de uma interpretação, nesta pesquisa, a menção ao agrupamento de formas equivalentes ou não, serve apenas para sinalizar o livre arbítrio de impressões literárias das artistas “perante o universo, perante a vida e perante” a elas mesmas (SILVA, 1999, p. 389). Com intromissões autorais, elas expõem a regulamentação da lei controlada pela religião católica, reforçam a história da mulher marcada pelo silêncio, bem como procuram alcançar o ritmo de mulheres futuras com suas reivindicações, o divórcio é uma delas.

2.3 O DIVÓRCIO ESTIGMATIZADO PELO CATOLICISMO

A história do sacramento do matrimônio existe desde o século XVI nos países da Europa. No período colonial, a Igreja seguia o sistema jurídico do Concílio de Trento e da Constituição Primeira do Arcebispo da Bahia, de 1707, iniciativa de D. Sebastião Monteiro da Vide. Pelo texto das constituições primeiras, cabia à autoridade eclesiástica conceder ou a recusar a realização do matrimônio. Muitas controvérsias surgiram quanto à melhor maneira de regular a união entre pares, cuja proteção veio a ser concebida pelo Estado, estabelecendo o casamento civil para todos os brasileiros e não apenas para os não-católicos. No entanto, o debate mais polêmico, no qual se envolveram escritores e intelectuais, diz respeito à indissolubilidade da união conjugal.

O movimento de D. Sebastião Monteiro da Vide seguia o Concílio de Trento, que, desde 1562, criou regras de como os fiéis e os clérigos, que deveriam condenar quem se desviasse da moral assinalada pela Igreja Católica. Sob tal ordem, o casamento entre católicos fundamentava-se pelos princípios da salvação pela fé e pela confirmação da indissolubilidade do casamento. Ao longo do século XIX, tais decisões do Concílio de Trento proclamavam o matrimônio como um sacramento e tais orientações favoreciam geralmente as classes mais privilegiadas, bem como delimitavam os arranjos entre parentes com o objetivo de preservar os bens das famílias²³.

Terminado o Concílio de Trento, em 11 de novembro de 1563, no Brasil Colônia, postas em prática suas diretrizes, entre as quais as que disciplinavam o casamento. Para os católicos, a cerimônia matrimonial

²³ Ler: Mona Ayala Saraiva da Silveira. Disponível em: <www.ufpi.br/19sic/.../Mona%20Ayala%20Saraiva%20da%20Silveira.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

exigia inicialmente a idade mínima de 14 anos para o noivo e de 12 anos para a noiva. Isto mudou, mas a celebração em que os noivos confirmam o enlace, ainda é realizada pelo pároco. Desde então, o registro feito em livro especial deveria conter: a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade, além dos nomes dos padrinhos, com suas residências e naturalidades mais a assinatura do sacerdote. Casados, os pares deveriam guardar a inseparabilidade.

No Brasil, a Igreja Católica foi titular quase absoluta do direito de ministrar casamentos por muito tempo, uma vez que as decisões do Concílio de Trento continuaram a vigor na República. Os representantes conservadores da elite intelectual consideravam a aliança Igreja e Estado condição indispensável para a manutenção da ordem e a promoção do progresso. De acordo com a instituição religiosa o casamento era considerado “O último Sacramento dos sete instituídos por Cristo Nosso Senhor [...] um contrato com vínculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregarão uma ao outro [...] significando a união, que há entre o mesmo Senhor e a sua Igreja” (CIARALLO, 2009, p. 259).

A proposta da indissolubilidade tornada oficial pela Igreja garante o interesse do Cristianismo em limitar o comportamento dos seguidores, entre os quais o abuso dos prazeres sensuais. Para a Igreja o matrimônio funda uma família cristã, na qual a moralidade da mulher em relação à do homem é muito mais vigiada. A cerimônia estabelece à mulher o dever de amar, respeitar e obedecer ao marido e, além disso, concede-lhe a responsabilidade da maternidade, da formação dos filhos na fé cristã e a administração da casa.

Em outras palavras, é a mulher que enfrenta mais dificuldades em razão do conceito do matrimônio vinculado às normas eclesiásticas, conforme Marlene de Fáveri²⁴ usa o pensamento do monsenhor Arruda Câmara:

matrimônio vem de *mairis munin*, ofício da mãe, porque a mulher não casa senão para ser mãe. Se a maternidade só podia ser exercida mediante o sacramento do matrimônio, o divórcio seria o fim da humanidade, com sua tendência ingênua a esterilizar, a instabilizar a família, vai aos poucos destruindo a veneração à mãe, a deferência à

²⁴ Disponível em: <www.faed.udesc.br/?id=717>. Acesso em: 20 jun. 2013.

esposa. Fica só a mulher, a mulher brinquedo, a mulher máquina de prazer, a mulher manequim de joias e vestidos (FÁVERI, 2007, p. 342).

É pela condição de mãe, que a mulher deve manter a família, cumprindo os deveres de boa esposa, cedendo “às leis das exigências sociais, calando-se, empedernindo-se, sepultando-se no pélago das conveniências, quando não o mundo, a moral, a família, os filhos, o marido, a apontariam como uma adúltera” (SABINO, 1999, p. 101). A condição feminina sustentada por uma concepção de sociedade rigidamente hierarquizada, em *Lutas do coração* (1898), de Inês Sabino, segue a Constituição de 1891, numa época marcada pela transição do regime monárquico para o republicano.

O Brasil tornou-se um Estado laico, ou seja, não possuía uma religião oficial. Mesmo após laicizar-se, o Brasil continuou a permitir a interferência do Catolicismo, como a que acontecia na luta pelo divórcio, contra o qual a opinião da Igreja ainda prepondera. O governo permanece condicionado a uma disciplina moralizante de obediência ao sacramento matrimonial, cujo vínculo indissolúvel segue o ritual perpétuo da união entre Deus e a Igreja Católica. Promulgada a Lei sobre o casamento civil, o Estado acata por interesse político a influência da Igreja Católica, como forma de concentração de poderes na figura do marido.

Um dos princípios é o homem continuar com o direito de governar a mulher e os filhos no contexto do lar e no que se refere aos negócios da família. Segundo Michelle Perrot, no registro civil, “Existe o fundamento religioso, mas também existe o laico”, cujos processos são complementares, ainda quando divergem do ponto de vista legal e da fé desenvolvida na história do catolicismo sistemático. De modo similar, um e outro foram ameaças à formação de novos lares, bem como, “ambos constituem uma das ameaças mais fortes às mulheres nos dias que correm” (PERROT, Entrevista, por Laura Greenhalgh).

No confronto entre o Estado laico e o clero, este obteve uma vitória. Conseguiu impor, influenciando nas lutas sociais do país, ao tipo de união estável recém-instituída sua atitude conservadora, que sempre propugnou pela concentração de poderes nas mãos do marido. Continuar o homem, no contexto do lar, com o direito de governar a mulher e os filhos, bem como os negócios da família pode ser interpretado como um arranjo conveniente para o Estado. O casamento é determinado pelo interesse na concentração da propriedade privada,

sobre o qual os juristas romanos construíram a base da lei matrimonial fundada na indissolubilidade.

Por se tratar de uma medida que interferia na tradição e nos dogmas católicos, a sociedade precisava negociar com a religião oficial – a católica, apostólica, romana – que só reconhecia legítimo celebrado na Igreja, e, para todos os efeitos, indissolúvel, porque é um sacramento. São Paulo já no século I o chamava de *Sacramentum magnum* (Ef. 5,28-32) e, como tal foi tratado nos evangelhos do cristianismo, por representar a união de Cristo com a Igreja, que é indissolúvel, conforme registra *O Paiz* (Anexo 1).

O autoritarismo católico foi sendo questionado e, como sintetiza Durval Gomes Viana,

o divórcio foi sendo assimilado pelos diferentes ordenamentos jurídicos nos séculos XIX e XX. Na França foi implantado em 1792 e ratificado pelo Código Napoleônico em 1804. Foi extinto do ordenamento francês em 1816 para ser restabelecido em 1884. Na Alemanha, a esparsa e complexa legislação que disciplina o divórcio, apesar da antiguidade do instituto no país, só veio a ser completamente redefinida em 1976, a partir de alterações sobre a Lei Matrimonial de 1946. Na Inglaterra já havia a possibilidade do divórcio desde 1857 pelo *matrimonial act*. Portugal começou a admitir o divórcio a partir de 1910. No México o divórcio é regulado desde 1928. Na Itália, somente em 1970 divórcio foi implantado. Tardamente e comprovando a força da Igreja Católica nos países da América do Sul, o divórcio foi implantado na Argentina em 1987 e no Chile somente em 2004. Hoje, apesar da reprovação da Igreja Católica 25 o divórcio está plenamente implantado em todos os países cristãos católicos, mas não foi sem enfrentar uma tenaz oposição por parte da Igreja Católica que se consagrou o divórcio nestes países. A influência exercida pela Igreja Católica fez com que o repúdio ao divórcio ficasse arraigado no espírito da população, por se tratar de um modo de ruptura do dogma da indissolubilidade do matrimônio (VIANA, 2008, p. 12-13).

Nos países ibero-americanos como o Brasil, em que a Igreja interfere e compactua com os movimentos de resistência ao casamento civil, a introdução do divórcio exigiu lutas entre os divorcistas e os seus opositores, que precisaram rever a atuação marcante e dominadora do Direito Canônico. Ainda que os articulistas brasileiros, do século XIX e do século XX, advogassem um código que abrisse “a possibilidade dos cônjuges encontrarem novos relacionamentos familiares” (COSTA, 1987, p. 481), seus argumentos resultam dos confrontos entre diferentes maneiras de pensar o casamento, em suas épocas.

Contudo, tida por muitos como o melhor remédio para as feridas familiares e por outros como o grande câncer da sociedade, a lei brasileira do divórcio chegou. Remédio ou doença, Andradina de Oliveira, em 1912, com a metáfora presente no título indagador *O divórcio?*, esteticamente alude às divergências e incertezas da lei, que deveria libertar os cônjuges dos laços estáveis do matrimônio.

Anterior à escritora Andradina de Oliveira, o divórcio já era alvo de discussão crítica e os que se colocassem a seu favor eram acusados de fazerem uma escolha escandalosa. A revista *A Mensageira*, publicada em São Paulo entre 1897 e 1900, advoga a educação moral da mulher e cumpridora de seus deveres domésticos, entre estes, os maternos. De certo modo, divulga muito mais o espírito da mulher “inteligente senhora, esposa, mãe exemplar, a melhor e natural iniciadora no limiar da vida, – a mãe!”, conforme palavras da “sr^a D. Julia Lopes d’Almeida”. Embora, *A Mensageira* imprima que, entre os embaraços criados pelo homem, encontra-se o de não conferir à mulher a entrada nas atividades da vida civil o “que a coloca em lugar inferior no casamento” (A MENSAGEIRA, 1987, v. II, p. 98)²⁵. E prossegue em suas páginas, com uma tímida abordagem do divórcio.

A restrição ao vocábulo divórcio remonta à antiguidade ocidental, por exemplo, os hebreus²⁶, para tratar da ação lícita de separação, curiosamente, a palavra empregada era “repúdio”. O ato era conduzido especificamente pelo homem, em caso de adultério e de esterilidade da mulher durante dez anos, a qual vivia subordinada a ele. Adriana Kivanski de Senna acrescenta que o repúdio acontecia por

²⁵ A revista literária *A Mensageira* circulou entre 1897 e 1900, na cidade de São Paulo, e foi reeditada em livro, em edição fac-similar, em 1987, em dois volumes.

²⁶ Ver: História das Mulheres em vídeo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=_PJ0zyTF414>. Acesso em: 20 jun. 2015.

“inobservância do dever conjugal, ausência prolongada e enfermidade contagiosa” (SENNA, 2006, p. 53).

Entre os povos antigos, incluindo os romanos, o repúdio²⁷, em caso de adultério por parte da mulher, dava ao esposo o direito de manifestar-se contra o prolongamento do matrimônio, instituição em que ele permanecia o senhor absoluto. Sobre o uso da nomenclatura “repúdio” as leituras da bíblia trazem uma pluralidade de justificativas, algumas fundadas na culpa, considerando, por exemplo, o adultério como crime. Assim, a ocorrência da dissolução do vínculo decidia-se pela condenação do cônjuge como culpado. Na homilia de São Mateus, em “Quem se divorciar de sua mulher, salvo em caso de prostituição, e se casar com outra, comete adultério”, a exceção sugere a dissolubilidade do matrimônio. Como Adriana Kivanski de Senna (2006) nota, no restante do texto, a ruptura do casamento fica atrelada ao adultério, uma conduta desonrosa. A influência do Catolicismo na sociedade e nas diversas sociedades católicas associou o divórcio ao adultério de qualquer dos cônjuges; os maus-tratos morais, as injúrias graves e o abandono do lar.

No livro *Ao esvoaçar da ideia*, de 1910, Carmen Dolores, na crônica “Conversando...”, analisa o divórcio à luz da Bíblia nos dias de São Paulo. Ela pauta sua opinião acerca da dissolução conjugal nas condições daquele momento. Para tanto, a escritora defende a legalização do divórcio, buscando, em fatos bíblicos, repelir a indissolubilidade do casamento, reportando-se a Alexandre Dumas Filho, autor de *Família e divórcio*, de 1880²⁸, o qual travou campanhas políticas, como pela instituição do divórcio. A autora, com base em Dumas Filho, mostra que o divórcio vem do tempo-espaço da Bíblia, onde São Paulo, apóstolo e escritor do cristianismo primitivo, aconselhava o matrimônio como necessário. No entanto, declarou “que,

²⁷ “A palavra grega para repúdio é *apoluse*, do radical *apoluo* e a palavra grega para divórcio é *apostasion*: que quer dizer ‘Carta (conta paga) de divórcio’, que dava liberdade para a mulher voltar à casa de seus pais (Lv). *Apoluo* significa deixar de lado, abandonar, tomar outra atitude deixando de lado a primeira sem negociação, repudiar. O repúdio é também o tempo e estado entre a separação e o ato de receber a carta de divórcio”. Disponível em: <<https://atacadogospel.wordpress.com/.../divorcio-ou-repudio-o-que-falou...>>.

²⁸ *La Question du divorce*, éditeur Calmann Lévy, 1880, 417 pages: Réfutation de Famille et Divorce de l’Abbé Vidieu (édit. E. Dentu, 1879). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Dumas,_filho>. Acesso em: 26 abr. 2016.

se o infiel (em matéria de fé) se tem de separar, separe-se, porque, nesse caso, nem o irmão nem a irmã estão mais unidos”. A crônica mencionada remete, ainda, à dama romana que foi Fabíola, do IV século, cujas virtudes são apregoadas por todos os ecos das sacristias e instituições religiosas. Divorciada do marido por adultério, uniu-se a outro esposo. Interessante atentar para o fato de que Fabíola foi absolvida por São Paulo e São Jerônimo, este hostil ao divórcio, que desculpa a moça, “em razão da sua grande mocidade e também porque *antes casar do que pecar*” (DOLORES, www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7).

Efetivamente, o valor do consentimento do clero naquele contexto e no de Carmen Dolores se equivalem. Embora o catolicismo não dominasse na segunda metade do século XIX, pois fora substituído pelo Estado, por questões relacionadas à propriedade, o temor gerado pela fé movia as pessoas no sentido de respeitar a interferência do clero que, desde o Concílio de Trento, por volta de 1562, criou regras de como seus fiéis e os clérigos deveriam perceber as relações conjugais e a família. Como se disse, a Igreja condenava, antes, e permanece condenando até os dias atuais qualquer desvio da norma católica. Mas, para manter os fiéis ligados a ela, se permite alterar cláusulas de acordo com a evolução dos valores e anseios da sociedade (CORTÊS, 2012, p. 265). Exemplificando, o papa Francisco, na terça-feira de 8 de setembro de 2015, a fim de facilitar os procedimentos de anulação do matrimônio, encaminha uma carta papal favorecendo os mais pobres. Seu objetivo é tornar o processo mais simples, rápido e gratuito. A resolução causou divergências, especialmente entre membros do clero conservador, que entendem a nulidade do matrimônio eclesiástico como um divórcio católico dissimulado²⁹, encoberto pelo processo de anulação. O Vaticano reconhece a nulidade do casamento, a qual se caracteriza pela ausência do sacramento, o que permite aos ex-cônjuges casar novamente no religioso. Trata-se de uma contraditoriedade, uma vez que é simplificado o procedimento: de anulação matrimonial. A Igreja aceita novo enlace, mas rejeita o divórcio por entender o segundo casamento civil como uma infidelidade ao primeiro cônjuge.

De certo modo, a carta afirma a indissolubilidade do matrimônio, garantindo a continuidade do acordo regulador do pátrio poder instituído nas Constituições Primeiras de Arcebispado da Bahia de 1707. Entretanto, há uma alteração significativa, anunciada pelo Papa: ao

²⁹ Disponível em: <zh.clicrbs.com.br/.../papa-simplifica-o-procedimento-de-anulacao-do-cas...>. Acesso em: 14 abr. 2015.

assumir e manter uma política de benefícios à população mais carente, são apontadas desigualdades. A fórmula atualiza os princípios da Constituição Brasileira de 1824, que deliberou, no artigo 179, XVIII, fosse elaborado um Código Civil fundado nas sólidas bases da justiça e da equidade. Mais tarde, os princípios da Constituição Brasileira de 1891, inspirados nos ideais da Revolução Francesa, evocam os mesmos valores de igualdade, liberdade e fraternidade. Contudo, no período republicano, os valores indicados não foram ampliados a todos os cidadãos brasileiros, pois os casamentos e os processos de separação tinham altos custos, sendo um privilégio das classes mais favorecidas.

Apesar das boas intenções de “justiça e equidade” da Constituição Brasileira de 1824, no Código Civil elaborado posteriormente “as mulheres não foram incluídas” (CORTÊS, 2012, p. 261). Contemplou-se, nesta Constituição, o direito ao divórcio, mas se olvidou a conquista da liberdade para renovar outros votos matrimoniais.

Desse modo, no Brasil recém-republicano, cenário das escritoras citadas e respectivas obras, vigoram, de um lado, as regras do Catolicismo – centrado na vida e nos ensinamentos de Jesus – e, do outro, a mesma cultura patriarcal dominante no Brasil-Colônia. Em ambos os períodos históricos o casamento sempre seguiu o rito católico e reconheceu a competência do juízo eclesiástico, acima da justiça comum.

Nas áreas coloniais o casamento teve papel fundamental. No Brasil foi um instrumento de aquietação da população e de preservação da estrutura social portuguesa, assim como de implantação dos princípios cristãos entre os colonos. Apesar de sua normalização estar presente em muitos documentos oficiais como veremos adiante, como não pertencia explicitamente ao campo do político ou econômico, não consistiu, portanto, em campo de saber valorizado pela historiografia mais tradicionalista (PIMENTEL, 2005, p. 20).

O atraso na modificação do código civil, no Brasil, deve-se historicamente às imposições políticas estabelecidas pelo pátrio poder, que se manteve comodamente fundado numa concepção medieval, controlada pela Igreja. Ainda que, em face da família e do casamento, se assumisse a questão da igualdade dos cônjuges na sociedade

matrimonial dos anos oitocentos, o divórcio, na construção histórica, é concebido como símbolo da desagregação conjugal e familiar (FERREIRA, 1993, p. 32). Em Maria de Fátima da Cunha de Moura Ferreira, à lei do divórcio corresponde “ao culminar de um processo de degradação moral e familiar”, associada ao adultério e à poligamia, como também à desvalorização da mulher (FERREIRA, 1993, p. 34). Acontece então um processo consciente de insatisfação da mulher quanto ao conservadorismo, o que inevitavelmente provoca o desequilíbrio familiar. Vem daí uma maneira de perceber as rígidas opções disponíveis no âmbito doméstico e as – possivelmente – mais libertadoras para além desse espaço confinado.

2.4 AS CONTRADIÇÕES DO DIVÓRCIO

Para entender as incompatibilidades criadas pelo divórcio que aparecem na ficção das escritoras, é necessário retomar os conceitos da época que passam a legitimá-lo de forma restrita. Contrariando a união estável, elas traçam um modelo do divórcio amplo, o que evitaria a exclusão feminina da sociabilidade familiar ao se separar ou escolher outro par. Na interpretação dos textos literários, o uso da linguagem jurídica e da crítica literária situa um tempo e espaço simultaneamente preenchidos por acontecimentos marcados, no Brasil. A separação matrimonial presume o decreto do divórcio, o qual desestabilizou os vínculos instituídos na família brasileira, envolvida por disputa de poderes que privilegiam o homem.

O propósito da leitura jurídica serve como fundamento para verificar como as literaturas das autoras relacionaram-se com o modelo do código formalizado pelo casamento civil, a lei restrita. Esta incita uma leitura de autoras que preveem modernas atribuições para os papéis do homem e da mulher, presumindo a escolha do cônjuge “como condição de felicidade” (PRIORE, 2015, p. 129).

A explanação orienta um caminho interpretativo das produções artísticas em análise que, encadeadas por formulações críticas, não perdem o lirismo do “florido aspecto” inspirado no sentimento amoroso (DOLORES, 214, p. 33). A metáfora citada deve reproduzir os sonhos por direitos legais que as escritoras vão definindo na passagem de um século para o outro. Cada uma das autoras, no “mundo das diferenças e possibilidades”, agregam valores substanciais para o entendimento da construção de uma escrita feminina, atraídas por novos projetos (SCHMIDT, 2008, p. 121). Com exposições literárias ou jornalísticas, as autoras podem ser indicadas como constituintes de uma escrita

submetida à tarefa da arte feminista, que contempla, no caso desta pesquisa, o divórcio como meio de outras/outros discutirem e saírem do isolamento social.

A expectativa do que pode acontecer com a ruptura da unidade familiar, dá lugar a tais embates e Júlia Lopes de Almeida reproduz em *Eles e elas* a metáfora da lei restrita como vigia “do lar” (p. 80-81), motivo para que os casais dessem ao casamento mais atenção. Já, o divórcio amplo não só representava uma libertação aos pares em desacordo, como também era uma advertência “para os felizes”, pois o código ameaçava os laços entendidos como perenes (ALMEIDA, 1910, p. 81-80).

A favor das mudanças, intelectuais e escritoras defendiam a emancipação dos casais infelizes, “a liberação das mulheres do despotismo marital e a liberdade de consciência para os protestantes e os judeus, cuja religião não proibia o divórcio” (HUNT, 2009, p. 32). Esses confrontos presentes na sociedade da época colaboravam para o estabelecimento do divórcio em diferentes civilizações.

A resistência ao divórcio, no Brasil, deve-se à preparação das famílias dentro de uma formação cristã, sob os princípios morais e pedagógicos fundamentados na cultura francesa que, ao secularizar o casamento, determina ao Estado o controle do estado civil, substituindo “a Igreja como autoridade máxima nas questões da vida familiar” (HUNT, 2009, p. 32). Assim que para apoiar o movimento do divórcio, exigia ponderação, pois o processo civil, ao reduzir a ação da Igreja Católica, deixava de reconhecer como válida a cerimônia religiosa, um evento aceito pela maior parte das famílias.

Com a lei, abriu-se, para legisladores e leigos, a discussão no sentido de acolherem como lícito o instituto nos lares brasileiros. Entre as escritoras, umas sustentaram argumentos em defesa, outras, a desconfiança, alternativa que permite a revisão acerca do casamento e do divórcio nos períodos indicados. As controvérsias são exploradas pela imprensa, entre 1890 e 1916, a saber, pelos redatores d’*O Paiz*.

Na folha d’*O Paiz* do dia 11 de outubro de 1986 (Anexo 1), é reproduzida a votação da proposta da Constituição Federal que dispunha sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio. Colocada em votação, a maioria da comissão rejeitou o projeto, cujo impedimento se fundamentava nos velhos princípios observados no casamento religioso, símbolo da união indissolúvel entre Cristo e a Igreja. O resultado da votação não se distancia do pensamento da maioria da população brasileira oficialmente católica, sustentada na argumentação de sempre, da

própria Igreja Católica [que] procurava restringir a atuação das mulheres à esfera privada. Ao desencorajar a participação feminina no mundo da política e do trabalho fora de casa, os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina (HAHNER, 2012, p.48).

O Paiz refere-se, por vezes, ao casamento civil como “um pacto entre duas pessoas para viverem em sociedade íntima, acercadas de consideração e respeito mútuo” (*O Paiz*, 19 jan. 1885, ano II, n. 18, p 3). Paralelamente, o artigo se coloca a favor da ideia do divórcio, quando tal “sociedade não tem mais necessidade de existência, desde que lhe falem os requisitos de paz e de harmonia” deve ser dissolúvel como todo contrato, em que os sócios adquiram a liberdade anterior à união (*O Paiz*, 19 jan. 1885, ano II, n. 18, p. 3).

Outras abordagens do jornal mostram alguns motivos dos contrapontos que a menção do divórcio tem representado em face à dissolução absoluta do vínculo conjugal. Uma delas, contestada pela sociedade brasileira, está a reforma do matrimônio, o qual deixaria de ser um sacramento e passaria a ser considerado um contrato, como na maioria das sociedades modernas. Para os católicos quando, no casamento, o casal assume um compromisso perpétuo diante de Deus, em virtude da natureza sagrada de um sacramento, não cabe à lei dos homens interferir, separando o marido da mulher. A razão para a proibição do divórcio nos países cuja política estava sob influência notória da Igreja Católica é que esta sempre se impunha ser veto na elaboração das leis. É memorável a atitude de Enrique VIII, que, em suas separações, cansado de ter de matar suas mulheres, forjando viuvez, por não obter o beneplácito de Roma de não poder casar enquanto aquelas estivessem vivas, rompe com a Igreja Católica e funda a Anglicana, estabelecendo as próprias regras. Ademais, para os países protestantes o casamento não era um dogma sacramental, mas sim um contrato celebrado livremente pelas partes e que poderia ser anulado quando melhor aprouvesse ao casal ou a um dos cônjuges, para usar as palavras do pesquisador Durval Gomes Vianna (2008). Por opção do contrato, as pessoas podiam decidir pelo casamento e também pelo seu rompimento.

Júlia Lopes de Almeida, em *Eles e elas*, alude a esse modelo de casamento-contrato, o qual possibilitou o divórcio pleno no século XX. A autora expressa uma posição de que

os casamentos deveriam em qualquer época da vida ser feitos por contrato temporário, de certo número de anos: cinco, dez, doze...quem se desse bem renovaria o contrato, tal e qual nas firmas comerciais; e quem não tivesse encontrado o seu ideal, esperaria pacientemente a terminação do primeiro prazo, serenamente, legalmente, sem escândalo nem discussão, diria adeuzinho a um período de vida em que não tivesse encontrado a felicidade sonhada, e trataria de pensar em outro rumo (ALMEIDA, 1910, p. 166).

Mariana Coelho, em 1933, evidencia algumas controvérsias ocorrentes em alguns países, onde o divórcio é oficializado e realizado de acordo com o costume. Para exemplificar, no México, em meados de 1928, a Câmara Federal discutiu “duas formas de contrato matrimonial: um *de tempo indeterminado*, que só o divórcio poderá romper, [outro] *o casamento por tempo fixo*³⁰, para um ou mais anos, à vontade dos nubentes” (COELHO, 2002, p. 376), que deveriam legalizar a união perante o juiz ou recobriariam ambos a liberdade. Na Rússia, por volta de 1929, “Os camponeses casam com camponesas pouco antes das plantações, exploram os seus serviços até a respectiva colheita, e divorciam-se depois... [...] Na Grécia antiga a mulher recebia no dia do seu casamento uma certa soma para a sua viuvez ou para o seu provável divórcio” (COELHO, 2002, p. 376).

A complexidade da vivência entre pares, assinalada por indecisões e domínios, determinou a discussão pelo divórcio, causando assombro aos setores conservadores da Igreja e da sociedade. O assunto contrariava raízes profundas de um povo colonizado pelo Cristianismo e o assunto foi sendo pouco a pouco questionado pelas escritoras, algumas das quais defendiam um casamento fundamentado na reciprocidade conjugal.

Para encarar as adversidades do casamento, sancionar uma lei de divórcio era assunto em território brasileiro. Segundo Adriana Kivanski de Senna,

³⁰ A forma está em itálico como aparece no livro citado.

O ano de 1907 foi promissor nas discussões sobre o divórcio, tendo em vista que novas proposições legais [...] acorriam ao Congresso Nacional. O editorial de agosto de 1907 evidenciava que a polêmica questão ganhava o interesse, principalmente no Rio de Janeiro, tendo em vista que no Instituto dos Advogados o caso merecera simpatia. As notícias chegavam por telegrama, destacando as opiniões desses advogados. A primeira manifestação escolhida pelo *Echo* para publicação é a da “distinta escritora e ilustrada jurista” Myrtes de Campos. Antes de reproduzir o ponto de vista da doutora, a redação chama a atenção para o interesse da imprensa pelo tema, “em prol do divórcio completo”, como uma interpretação da escolha predominante desta – sentida de forma ampla – em defender o fim do vínculo matrimonial (SENNA, 2006, p. 118).

As tentativas de implantação do divórcio amplo no Brasil no final do século XIX e início do século XX esbarravam em oposições vindas de todos os lados. Para os antídorcionistas, era preciso combater a campanha dos que desejavam a dissolubilidade do casamento. Aos opositores, a sugestão evidenciava caráter imoral e danoso, incluindo “graves malefícios sociais” à família (FERREIRA, 1993, p. 34).

Enquanto a sociedade aguardava o divórcio pleno, seguem outros projetos sem grandes alterações, até que, em 28 de junho de 1977, a Emenda Constitucional n. 9, de autoria do senador Nelson Carneiro, voltou a usar a palavra divórcio. Ele institui o divórcio, que gerou enorme polêmica para a época, pois tornava o casamento dissolúvel, propiciando aos divorciados a oportunidade de um novo casamento.

Com isso, especialmente as mulheres desquitadas sofriam o preconceito, uma vez que, mesmo com o fim do antigo vínculo matrimonial, os cônjuges continuavam casados sob a ótica da igreja e dos costumes. Porém, eram as mulheres as mais vigiadas, pois a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas, circunscrevendo a prática sexual feminina ao casamento. Pelo exposto, para a mulher, o divórcio correspondia a um processo de degradação moral, tornando-a “grande vítima dos absurdos e opressores preconceitos sociais” (OLIVEIRA, 2007, p. 27). O final do século XIX mantém a situação de sujeição feminina, dependente de uma “lei fatal

que a obriga a tornar-se santa”, segundo a percepção de Inês Sabino, em *Lutas do coração* (SABINO, 1999, p. 185).

Visto que a Igreja controlava as uniões e exigia a sua indissolubilidade, por exemplo, mesmo que o concubinato e o casamento “por juras” fossem prática comum, o preconceito religioso da época torna a mulher desquitada grande alvo de rejeição, pois como ficou dito antes e que se confirma nesta citação: “Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas, enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional” (FÁVERI, 2007, p. 340).

Em outras palavras, é a mulher que enfrenta mais dificuldades em razão do matrimônio pelo rito eclesiástico. A Igreja alerta, conforme as palavras do monsenhor Arruda Câmara, que “o divórcio seria o fim da humanidade, com sua tendência ingênua a esterilizar, a instabilizar a família, vai aos poucos destruindo a veneração à mãe, a deferência à esposa” (apud FÁVERI, 2007, p. 342).

Na difícil tarefa de pensar o divórcio nas famílias brasileiras, pesam as contradições de uma história em que se entrelaçam lutas promovidas pelas forças políticas sociais, pelo Estado e pela Igreja. E, nesse campo conturbado, os dois últimos institutos sempre censuram ou aprovam, segundo interesses próprios, a posição de intelectuais, de escritores e jornalistas, porta-vozes da sociedade em geral. O Código Civil, no Direito de família consubstanciado pela necessidade de justiça, sobretudo quanto à condição inferiorizada da mulher, não se desvincula de crenças, as quais conduzem soluções, quase sempre, por obra do senso comum. São essas as normas de conduta preconceituosas para com as mulheres, presas aos ‘desenganos eternos’, que as obriga a um caráter dissimulado, como forma de mascarar “os maus caminhos”, diante de papéis impostos socialmente, conforme relata Júlia Lopes de Almeida, em *Eles e elas* (ALMEIDA, 1910, p. 27).

Independentemente de consentimento ao divórcio ou de ajustes familiares para evitar a separação, Júlia Lopes de Almeida e as escritoras tratam de aglomerar o assunto nos respectivos gêneros, com os quais buscam romper esteticamente fronteiras de princípios moralizantes do casamento. Convidadas pela luz ficcional da liberdade, aplicada ao homem e à mulher, produzem uma literatura capaz de examinar a condição de discriminação principalmente da mulher divorciada. É do cotidiano familiar que retiram a beleza de suas artes, reproduzindo sinais de intranquilidade de uma geração feminina estremecida pelo curso temporal que seguia ditames legais e eclesiásticos.

Mary Del Priore chama atenção para as pequenas mudanças no fim do século XIX, pois, com uma nova orientação feminina, começa a circular uma ação oposta ao casamento por conveniência, fundado na tolerância (2015, p. 158). Muitas preferiram se entregar ao controle da vida diária do casamento, com o risco de, quando abandonadas ou viúvas, não saberem como reagir. Outras foram capazes de movimentar o cotidiano e, por trás de seus homens, souberam ganhar espaço, não cederam ao destino traçado de que à mulher “cabia a identidade doméstica; a ele, a pública”, como afirma Mary Del Priore (2015, p. 246).

Pelos diversos gêneros literários examinados, as vozes autorais modernizam o tema, às vezes, sob o ponto de vista de personagens ou de narradores que dialogam sobre a negação à indissolubilidade conjugal. Nos capítulos seguintes, a organização interpretativa não é estabelecida por regiões ou pelo tempo da escrita literária, a opção recai pelo caráter ambíguo da lei, com mulheres escritoras posicionando-se por meio de vestígios ou falando abertamente sobre o divórcio.

Embora as experiências historicamente construídas com o sentido de dominação social reforcem a ideia de que a história da mulher compreende uma dicção marcada por um silêncio e por um ritmo imposto, preponderantemente, pela sociedade patriarcal, as escritoras buscam se aproximar da relação comunicativa “que concierne al género humano” (BOLAÑOS, 2002, p. 41). Ao sugerirem o abandono de fronteiras, suas produções propiciam compreender que o texto literário flui da imaginação, tendo por base a invenção que se sobrepõe ao caráter operacional da linguagem humana, pois se esta ocorre no plano do diálogo objetivo, aquela se desenvolve no plano do pensamento, o que concebe “una recepción tanto crítica como emocionalmente productiva” (BOLAÑOS, 2002, p. 110). A relação estabelecida por Aimée González Bolaños, ao *Pensar la narrativa* (2000), contribui para o entendimento da formação estética das autoras que assumem uma prática de natureza reflexiva, denunciando as incoerências sociais e políticas, que excluem o exercício de cidadania da mulher. Com uma literatura prestando atenção na poética e na história oficial, as oitocentistas incentivam esta pesquisa a examinar de que maneira promoveram uma interpretação “de significativas motivaciones humanizadoras” (BOLAÑOS, 2002: 100), especialmente por evidenciarem a dissolução matrimonial.

3 INDÍCIOS DO DIVÓRCIO NAS OBRAS (1845-1912)

Ao longo de sua formação, a mulher, mesmo letrada ou economicamente abastada, lidava com a rotina do lar e, entre alguns afazeres, bordava, costurava e, grande parte do tempo, pensava em um matrimônio feliz. No período em que viveram as escritoras, o exemplo de esposa e mãe era primordial e elas sabiam exercê-lo e assumiam-no sempre que necessário em seus lares. Porém, algo em seus espíritos as inquietava, o que as levaria a avançar extramuros, cultivando meios de atuarem na sociedade. Compunham seus textos, em geral, para registrar posicionamentos, contar uma história inventada ou conservar os poemas que, porventura, engendrassem. Mas os guardavam para si próprias. As mais cultas escreviam textos para criticar – negativa ou positivamente – os fatos e as atitudes dos agentes sociais, os atos políticos e sociais, os costumes, enfim, tudo o que percebiam ao redor, ainda que circunscritas a um espaço estreito e limitadas por normas restritivas. Muitas, inspiradas pela realidade, engajaram-se em lutas contra o que as atingia de perto; por exemplo, passaram a produzir textos que expusessem a submissão da mulher casada e, sobretudo, o reconhecimento da necessidade do direito à separação legal da união matrimonial.

Quanto ao que escreviam, poucas logravam publicar. Parte destas, por timidez ou medo de rejeição, quando não engavetava os escritos, divulgava-os escondida por trás de pseudônimos masculinos; a outra parte, mais ousada, aguerrida, se apresentava sem subterfúgios. Tendo provado que eram boas e capazes, passaram a ser solicitadas a colaborar em jornais e revistas e puderam conquistar seus sonhos de escritoras, publicando contos e romances. A experiência evoluiu e passaram a integrar redações e, logo, a ter os próprios periódicos. Cedo, contudo, souberam o que iriam enfrentar: com a indignação expressa em cartas e recados de alguns leitores e leitoras, viram chegar as dificuldades, mas, para contrabalançar, junto vieram elogios e o calor do reconhecimento e da gratidão de outros. Tudo isso as incentivou, fazendo-as se reconhecerem na trilha certa para romper o conservadorismo que lhes obstruía o fluxo da vida e das muitas ações a praticar.

Neste capítulo, as escritoras: Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?), em *O ramallete* (1845), Inês Sabino (1853-1911), em *Lutas do coração* (1898), Maria Benedita Bormann (Délia, 1853-1895), em *Lésbia* (1890), e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), em *Eles e elas* (1910), seguem as normas do casamento determinado pelo poder

patriarcal, embora busquem combater a superioridade masculina por meio de um movimento libertador. O comando da família era delegado exclusivamente ao homem. Por isso, a mulher, ao casar, não ganhava autonomia; ao contrário, precisava da autorização do marido até mesmo para trabalhar. Como argumentou June Edith Hahner:

Na lei como nos costumes, a ideologia da supremacia masculina era prevalente. As Ordenações Filipinas, compiladas em Portugal em 1603, que basicamente permaneceram efetivas no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916, designavam especificamente o marido como “cabeça do casal”, e somente com sua morte a mulher podia ocupar tal posição. De acordo com a estrutura do sistema de direito civil brasileiro no século XIX, uma extensão das Ordenações Filipinas, as mulheres eram perpetuamente menores. (E o Código Civil de 1916 não mudou realmente a questão). Uma mulher casada tinha que se submeter à autoridade do marido [...] A lei negava às mulheres casadas o direito de envolver-se no comércio, de alienar bens imóveis por venda ou doação, e, ainda, de administrar a propriedade sem o consentimento de seus maridos (HAHNER, 2003, p. 44-45).

Seguindo o pensamento de Hahner, a mulher, na metade do século XIX, não tinha perspectivas além do ambiente doméstico, uma vez que à sociedade e à família não importava sua intelectualidade. Comenta Hahner que, em meados do século XIX, “Algumas mulheres certamente podiam e exerciam influência sobre os homens – maridos ou parentes – com cargos oficiais na esfera pública, desde que nada se evidenciasse ou transparecesse. Entretanto, à autoridade do marido e do pai permanecia submissa” (HAHNER, 2003, p. 44-45).

As obras, neste tópico, traduzem a dependência feminina e uma posição para manter o equilíbrio familiar, ainda que a separação legal fosse necessária. As tramas descrevem o casamento, que começa a desejar as aspirações por novas experiências, no entanto, a sociedade não se desvinculava da maneira de percebê-lo, enquanto “instituição secular, responsável pela perpetuação da sã moral e guardiã dos valores tradicionais, preconizados pela moral da época que alimenta o

pensamento e defendida veementemente pela Igreja Católica” (SENNA, 2006, p. 26).

Ao propor a leitura de como as escritoras oitocentistas pensam os conflitos conjugais que chegam ao divórcio, em alguns momentos tal interpretação recai em situações densas, devido a divergências entre casais e às normas sociais. No entanto, o caminho das flores desenhadas no título da obra de Ana de Barandas *O ramallete ou flores escolhidas no jardim da imaginação* lança luzes em situações de conflito. Com enredos diferenciados, a escritora reproduz, em *O ramallete*, emoções contraditórias, envolvendo a paixão dos enamorados, a tragédia e a “participação das mulheres na política, situação que não era bem vista pelos homens” (SOARES, 1980, p. 127).

A escritora gaúcha, mesmo distante temporalmente da organização do movimento feminista brasileiro da segunda metade do século XX³¹, cria literariamente para personagens femininas a sensação de autonomia, as quais buscam sentimentos e comportamentos independentes. Sua literatura remete às exigências do movimento do feminismo, que cruzou “várias décadas”, transformando os diálogos entre homens e mulheres. A oposição ao controle feminino, na arte da escritora, antecipa a luta pelos direitos civis que se tornou parte integrante da sociedade. Para Constância Lima Duarte, o que foi, em épocas oitocentistas, “um absurdo sonho utópico”, faz “parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente” da maneira de pensar, baseada no respeito à individualidade e na valorização do amor conjugal (DUARTE, 2003, p. 151).

Por ser o divórcio um tema de controvérsias, as escritoras, nos subtemas que seguem, mesmo inspiradas em interesses sociais, apenas sugerem a lei, comprometidas antes com a fé e a moral. Apostam na felicidade partilhada, seguindo o pensamento de que “Depois da tempestade [aparece] a bonança” (DOLORES, 2001, p. 178), metáfora que imprime a existência de mudanças e sucessivas contradições nas relações conjugais.

³¹ “De meados dos anos 70 aos anos 80 do último século, essas novas proposições estiveram no centro dos debates das ciências humanas; do ponto de vista da teoria literária, o feminismo passou a incorporar uma gama variada de assuntos: a reconstrução de uma tradição literária das mulheres, a organização do cânone, a crítica da representação das mulheres na literatura, a construção da ideia de gênero, a cultura lésbica, a androginia (para além das diferenças fixas entre os gêneros), a existência de uma forma feminina de escrita e a possibilidade de uma epistemologia feminina” (TELLES, 2012, p. 56).

3.1 O JOGO INTRINCADO DO CASAMENTO EM *O RAMALHETE*, DE ANA EURÍDICE EUFROSINA DE BARANDAS

O ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação, produzido na primeira metade do século XIX, compreende dezoito textos de aparência fragmentada, reunindo poemas, crônicas e contos que podem ser examinados como valores literários de cunho social e político. A estética de Ana de Barandas atravessa emoções, propiciadas por eus que cantam o amor e por um pensamento engajado num debate feminino que insiste em escolhas próprias e distantes da sujeição masculina. A obra, respaldada em alegorias e metáforas, nasce de inquietações no cotidiano familiar como *flores escolhidas*. A expressão metafórica traduz o sentido de uma escrita de tendência feminina, aplicando ao imaginário as agonias da separação e sugestões à lei do divórcio. No romance, a autora não comenta diretamente o código, mas traz para a literatura os resultados de opressões que provocam reações femininas, as quais podem oferecer pistas acerca do tema citado.

Na metade do século XIX, a Igreja Católica é inflexível na manutenção do dogma do casamento indissolúvel, consagrado pelo Ser Supremo que tem o poder de guiar o destino da família. Ana Eurídice Eufrosina de Barandas não é indiferente a essa realidade, e suas protagonistas atravessam das doces emoções do amor para as torturas de “lágrimas de sangue”. Na instituição conjugal predominava “um sentido, uma direção”³² em colocar a mulher em uma posição desigual em relação ao homem e “como quase todo mundo na história humana [...] via as mulheres como dependentes, um estado definido pelo seu *status* familiar (HUNT, 2009, p. 67). Sem desfazer-se da virtude do romantismo, a escritora assume, no *jardim da imaginação*, um alerta às privações femininas. A ligação de exclusão da mulher, na vida privada do lar, acontecia desde a troca de alianças e o noivado já indicava a manifestação da superioridade masculina.

No contexto pessoal, Ana de Barandas e o marido oficializaram o divórcio dois anos antes da publicação de *O ramalhete*. No período, pelas observações de Hilda Flores (1990), a esposa dependia do consentimento do marido para trabalhar, publicar, sendo que o estado de divorciada conferiu a Ana de Barandas a independência para editar a sua única produção literária.

³² Disponível em: <tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2423/1/387366.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

Segundo a pesquisadora Hilda Agnes Hübner Flores (1990), Ana de Barandas viveu no Rio de Janeiro entre 1836-40 e, talvez, posteriormente a 1850. Em 1841, a escritora retorna para Porto Alegre e, até 1843, ano em que a escritora e o esposo se divorciaram, assume o cargo de professora das sobrinhas Clarinda e Aurora Horeau. Os dados indicam que, na capital gaúcha, ela e o marido oficializaram o divórcio a 8 de agosto de 1843. O casal declara-se “mutuamente e perpetuamente divorciado”, formalizando a ação judicial pela “separação de corpos e de bens”, sem autorizar, contudo, novo casamento aos cônjuges (FLORES, 1990, p. 31-33).

Na pesquisa de Hilda Flores, ao estudar *O ramalhete*, ela faz referência à “traição conjugal” (FLORES, 1990, p. 43) como responsabilidade do divórcio entre a escritora Ana de Barandas e o esposo, José Joaquim Pena Penalta, cuja causa reside “na infidelidade do marido” (FLORES, 1990, p. 43). O momento da realidade do casal, aludido pela pesquisadora, pode ilustrar a interferência autoral no lamento do eu poético em “Soneto”, o qual remete à desordem matrimonial da escritora:

Já vejo navegando em altos mares...
 Sulcar as ondas minha alma já divisa
 O meu Jacínio!... Oh céus!... para outros lares! (p. 95)³³.

Na ficção, Ana de Barandas se aproxima do quadro em que a mulher “vegetava tristemente sequestrada do mundo e arrastando pesadamente o fardo da vida, enquanto aos homens a sociedade consentia o direito a uma vida dupla”, podendo, segundo Francisca Clotilde, casar-se civilmente com outra (CLOTILDE, 2013, p. 71). Francisca Clotilde, de uma época posterior, sentiu os prováveis preconceitos do catolicismo que podem ter impedido Ana de Barandas de posicionar-se a favor do direito a novas núpcias. No entanto, as autoras não desconsideram as divergências conjugais, situações por elas experimentadas, transferindo para a prosa e verso os impasses amorosos.

A supressão da palavra divórcio, em *O ramalhete*, ainda remete às palavras de Julia Lopes de Almeida, no *Livro das noivas*. Na

³³ As citações ao livro *O ramalhete* referem-se à reedição de 1990 e, nesta seção, serão indicadas pelo número da página entre parênteses. As demais citações seguem a forma disposta em norma técnica.

passagem do século XIX para o XX, Júlia explana que “os pais antigos proibiam a leitura às filhas, afirmando que os livros eram os piores inimigos da alma” (ALMEIDA, 1905, p. 35). Para a escritora, tal veto desperta “a curiosidade excitada pela proibição” (1905, p. 35). Quiçá Ana de Barandas tenha articulado comentários aos direitos legais a uma dose de discrição numa “literatura [...] feminina, bastante intimidada ainda naquela época para alçar-se a voos maiores”³⁴. Ao preservar a ausência do termo, ela mantém a boa reputação com o mundo externo sem ferir os preceitos familiares e do clero, em um período de “homens [...] injustos, [em que a] presença de uma mulher sábia ofende excessivamente o seu orgulho” (p. 102).

Com indicativos sobre o amor preso a imprecisões, Ana de Barandas abre o enredo mesclado por suposições e inseguranças de jovens apaixonados, no capítulo intitulado “Eugênia ou a filósofa apaixonada”. Nele, a protagonista expressa o desejo de assegurar “a essência de anjo”, daquele que a fizesse “experimentar um quase arremedo das bem-aventuranças celestes” (p. 85).

No livro, as impressões amorosas atravessam a tragédia que envolve os personagens, como acontece no capítulo I, intitulado “Eugênia ou a filósofa apaixonada”. O enredo pontua o amor trágico entre os amantes Eugênia e Dolival, sendo finalizado aos moldes do Romantismo, com a morte dos personagens. A palavra “amante”, na obra, pode representar personagens que amam; namorados, cujos encontros são realizados nos jardins e salões, onde “suspiravam e, apertando-se nos braços, pareciam dizer-se mutuamente: Tudo será impotente para separar-nos” (p. 57).

Embora a narrativa enfrente a tradição predominante da sedução do amor, desvendando os logros do matrimônio indissolúvel, os quais desestabilizam o casal protagonista, ela não advoga o avanço legal do divórcio. June E. Hahner diz que, apesar de escritoras dos oitocentos lutarem pelos direitos das mulheres, “se abstinham de discutir em público a questão do divórcio, embora muitas fossem pessoalmente favoráveis a uma legislação que permitisse o divórcio legal no Brasil. Buscavam evitar conflitos com a igreja (HAHNER, 2003, p. 323).

³⁴Disponível

em: <www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/156/99>. Acesso em: 22 nov. 2014.

Atitude compreensível, pois a condição de uma mulher habilitada a ser independente do “orgulhoso império” do homem não acontecia tão facilmente (p. 70), razão para Ana de Barandas sugerir, sobretudo, a abordagem indicada. Até porque o casamento ocupava “um lugar estratégico e fundamental, na estrutura da família e da sociedade, tornando o matrimônio um dos agentes no mecanismo de mobilidade social” (SAMARA, 1989, p. 87, apud SILVA, 2011, p. 3).

Voltando à “filósofa apaixonada”, em síntese, a trama do capítulo decide-se pelo cenário fúnebre, onde se encerravam os restos mortais dos protagonistas Eugênia e Dolival. A morte trágica dos ex-namorados é provocada pelo desespero de Dolival, que casado com outra, Melinda, ficou desorientado pela impossibilidade de retomar a união com Eugênia, sua ex-noiva. Na trama, a perda da felicidade é ligada à sorte dolorosa, que Deus preparou como a situação “de expulsar o que se ama!” da vida dos enamorados (p. 67). No terrível fantasma criado pela imaginação da personagem Eugênia, ela prevê o fim do seu namoro, cena que trazem, ao enredo, as contradições formadas por resignações e ressentimentos envolvendo o sacrifício divino imposto ao casal deslumbrado pelo amor.

Ana de Barandas não fala sobre a questão do divórcio; entretanto apresenta uma crítica sutil, na voz da protagonista Eugênia, aludindo ao “dia venturoso”, em que estará ligada para sempre ao destino do noivo (p. 70). A perspectiva é da sina de amoldamento do casamento. Na trama que envolve a noiva, há indicação do vínculo da mulher ao homem na relação matrimonial, configurado pelos “laços indissolúveis”, instituídos por uma ordem divina, pois a moça “agradecia ao Supremo” por conceder o direito a uma união estável (p. 70). No entanto, a perspectiva para o enlace matrimonial entre os protagonistas é sujeita à impressão lírica da “medonha tempestade que se arma para o lado poente” (p. 70), panorama romantizado que alude à separação do casal, provocada pelos intrincados sentimentos, dos quais nascem uma personagem insegura. O desencanto resulta na separação dos amantes Eugênia e Dolival. O rapaz realiza uma missão conjugal com outra – por “condições vantajosíssimas” que motivam uma promessa do jovem ao pai, de casar-se com a personagem Melinda, para salvar a família da miséria (p. 59).

A aliança de Dolival com Melinda mostra que a obra não desintegra a hierarquia familiar, a qual é seguida pela ordem de poderes e, nesse sentido, a fraqueza de Dolival legitima a supremacia da instituição familiar, favorecendo a iniciativa do pai na escolha da noiva, que deve permanecer junto a ele para o resto da vida. Ana de Barandas

traz para a literatura a discussão do casamento arranjado dos personagens como uma das causas a entusiasmar mudanças relativas ao casamento, despertando a possível ação de divórcio.

O ramalhete, com a união ficcional de Dolival e Melinda, sugere pensar na dissolubilidade do casamento, ao falar dos sentimentos de personagens “cheios de melancolia”, pela falta do amor recíproco (p. 57). A escritora não usa o vocábulo divórcio; há somente indícios da construção histórica do código em sua arte, na traição de Dolival, por continuar amando Eugênia. À época, a lei era fator de desagregação conjugal e familiar, e a continuação do amor do jovem pela ex-amante é vista como “pequena infidelidade” (p. 64). A expressão, atenuando o fato, descaracteriza o adultério, uma das principais causas do divórcio. Embora o adultério do marido fosse passível de punição judicial, na prática isso não ocorria com frequência. Na maior parte dos casos, para evitar o “escândalo público”, os maridos preferiam enviar a mulher para um recolhimento, o que significava que “ela nem se podia defender” (apud GUIMARÃES, 1966, p. 559).

Ao cuidar para afastar Eugênia e Dolival do adultério, Ana de Barandas entra na estratégia da moral familiar do século XIX e concorre para a preservação da ordem social, poupando a discussão da vulnerabilidade do casamento ao conter os limites do encontro amoroso. De certo modo, ela rompe com as emoções/ilusões dos sentimentos amorosos e, paralelamente, em sua escritura, predominam a mulher e o homem virtuosos, com o dever de viver o casamento, apesar do mau funcionamento das relações conjugais, que resulta “em um estado tal de desordem que já lhe era impossível ocultar” (p. 76).

Com elementos poéticos, marcados pelo cenário de “flores escolhidas”, Ana de Barandas dissolve a imagem única do amor, pois ora é “generoso [...] nos faz romper dificuldades e encarar os perigos mais eminentes [ou] nos oculta com fantásticas flores os seus precipícios, e nos ilude covardemente para triunfar de nós” (p. 122). Ao mostrar as duas faces do sentimento, a narrativa, mesmo que não questione o processo do divórcio, debate a instabilidade entre pares, o que pode aludir à posição de um cotidiano favorável a outro caminho, diferentemente do da sujeição humana dentro de uma relação estável.

De modo geral, *O ramalhete* desintegra a ilusão de um amor ideal, razão por que a fraqueza de Dolival, as dúvidas e ciúmes de Eugênia determinam o final da união amorosa entre eles. O desencanto propiciado pelo amor acompanha a narrativa de *O ramalhete*, como ocorre no conto “A queda de Safo ou O Cinco de Maio – Alegoria”. Ana de Barandas cria o texto alegórico relacionando a imagem de Safo à

ilusão diante do Amor. A focalização é a de uma narradora onisciente que prevê o iminente perigo que envolve Safo frente ao fascínio da paixão.

“A queda de Safo”, como aparece no artigo de Hilda Agnes Flores³⁵, é inspirado na mitologia grega, e lembra as nocivas “consequências do amor obcecado, que levou Safo, a personagem lendária da ilha de Lesbos, à perda da razão e do coração”. No conto, Safo encontra-se com o Amor no “dia natalício do seu protegido Guelmínio [...] – cinco de maio” (p.119), colocando-se respeitosamente diante dele. Inicialmente sem ver o perigo, mas, logo, percebe a fatalidade imposta pelo Amor, o qual a leva a idolatrar, na imagem mortal de Guelmínio, o poder dos desejos e das paixões. Vítima da entidade mitológica, “a infeliz” (p. 121) é salva pela amizade de Tiresias que trata de socorrer a moça da crueldade do Amor. Nesse sentido, o texto reserva o tom moralista sob o ponto de vista do personagem Tiresias, o qual aconselha à amiga a não ser demasiadamente curiosa “pelo íman” do amor, cujo caminho de ilusões exige sacrifício.

Ana de Barandas, numa referência mitológica à personagem Safo, cultiva a alegoria evocando o poder masculino e as sensações imprecisas do amor: ora “meigo e afagador”, dele “reluz a malignidade”, como também, dos seus lábios vem “o riso mais encantador” (p. 120). Por esse movimento, a história intensifica a figura poética da personagem feminina, que procura livrar-se do caráter manipulador de Guelmínio, o qual se protege pela ventura dos deuses e do encanto de “tudo que há de mais horrível na vida!” (p. 124).

Em contextos diferentes, Ana de Barandas protagoniza os “destruidores efeitos” do amor (p. 121). Eugênia é vítima de uma mão homicida e Safo percorre o “chão de espinhos” em busca da integridade pessoal. Por sua vez, a personagem lendária conseguiu, na proteção do fiel Tiresias, libertar-se do ciúme fatal, “tirando do seio o retrato de Guelmínio, o lança indignada para longe de si” (p. 124). No século passado, os valores sociais ressaltavam “o casamento como única meta existencial feminina”³⁶ e *O ramallete* simboliza essa etapa de sonhos

35

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/viewFile/17099/15645>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

36

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/viewFile/17099/15645>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

juvenis, que, na maioria das vezes, desaguavam no amargo desencanto da traição e do abandono do homem.

Com uma escrita, sem negar a poeticidade visível no corpo do livro e no título da obra, Ana de Barandas entrecruza a cena ficcional sujeita “às vossas fantasias” a uma escrita politizada, encontrada na história de mulheres e suas lutas. A mudança de um conteúdo para outro e o modo de narrar da autora são aspectos que completam uma escrita de autoria feminina que transcende o entretenimento por ter algo mais amplo a dizer sobre a participação política entre os sexos. Isso com o propósito de que as mulheres possam emitir opinião e participar da vida pública.

Ana Eurídice Eufrosina de Barandas abre, nesta análise, o diálogo, entre outras escritoras, com a posição da mulher no casamento. Questionadora, a escritora expõe, na crônica intitulada “Diálogos”, o comentário de que as mulheres têm os mesmos atributos e, igualmente, uma alma espiritual equivalente a do homem. Por que, segundo ela, não fazer “uso desse admirável presente que recebemos da mão do Criador?” (p. 109-110).

Com um modo peculiar de apreciar a relação feminina da metade do século XIX com o social, Ana de Barandas, em “Diálogos”, localiza a mulher nas discussões políticas, contrapondo-se ao pensamento de que “uma Sra não deve adotar partido algum” (p. 99). No texto, a escritora oportuniza um espaço em que a personagem Mariana confronta opiniões com dois outros interlocutores. Na cena, a romancista procura dar autenticidade ao debate ficcional, passando a responsabilidade do ponto de vista para a protagonista que se posiciona contra o conceito de “feminismo doméstico”. Um pouco distante dos desconfortos amorosos do romantismo, a autora insere uma postura feminina voltada à cidadania, considerando que à mulher interessa uma participação intelectual e a tudo que diz respeito ao marido. E Mariana solicita mudanças políticas, como a de trabalhar ao lado do “esposo querido”, estabelecendo também um projeto de atuação que não a distancie da rotina matrimonial.

“Diálogos”, de 1837, incluído no livro *O ramallete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, editado em 1845, é “o texto mais importante dessa época”, nas considerações de Pedro Maia Soares (1980, p. 127). Nele, a escritora gaúcha defende o direito de as mulheres discutirem política, com particular interesse em combater a “vítima do amor e do receio” (p. 105). A escritora exige igualdade de direitos para as mulheres, apresentando, para a época, uma voz intensa “de uma

consciência em formação” (GOTLIB, 1990, p. 69) ao ajuizar os direitos da mulher enquanto cidadã, sem distinção social.

No capítulo, a conversação entre Mariana, o primo Alfredo, o qual se deixa convencer pela protagonista, e o pai, Huberto, que arrogantemente prevê a continuidade do suposto “bom tempo!” (p. 110), é sinalizada pelo olhar feminino de uma autora que fala por outras mulheres: “Somos independentes: a nós nada nos pode incomodar, logo nada temos a temer” (p. 103). No texto, surge uma crítica à exclusão da mulher na cena política, assunto dialogado pela protagonista Mariana e demais interlocutores citados. Resulta da percepção de Ana de Barandas o desenvolvimento do tema relativo à emancipação da mulher, enquanto reação à imposição do silêncio de mulheres nas questões políticas.

Presa à doutrina do casamento religioso, a escritora gaúcha reproduz o ambiente privado da mulher brasileira oitocentista. Ana de Barandas e outras escritoras assinalam esse cotidiano social em proveito de uma literatura de autoria feminina que pede o bom senso para que sejam superadas as extremas desigualdades políticas entre sexos. No Brasil dos séculos XVIII e XIX, o feminino reproduzia uma imagem fundada pelos valores patriarcais de uma sociedade que se formatava por uma visão política e cultural eminentemente masculina: ao homem vinculavam-se assuntos que remetiam ao ambiente público, à descoberta e ao desbravamento; à mulher, destinavam-se o lugar familiar e a vida comedida. Estigmas conduzidos, sobretudo, por preceitos religiosos que controlavam a moral da mulher, vista como indivíduo responsável pela educação dos filhos. Valores implantados dentro da família, que levaram a mulher a dedicar-se às tarefas domésticas e aos cuidados da prole e do marido. “Apesar de o equilíbrio domiciliar basear-se na figura da mãe, é através da autoridade paterna que certas regras familiares deverão ser cumpridas” (FIGUEIREDO, 2006, p. 89).

Para romper com normas que dificultam a integração social feminina, Ana de Barandas combate esses sinais e busca quebrar a hierarquia de gênero no lugar sagrado do casamento. Ela discute a maneira privilegiada que o homem se encontra, “de forma que desafie os binarismos” (COSTA, 2013, p. 933), uma das vertentes da história do gênero. O resultado dessa ação pode ser verificado na seguinte interpretação:

Enquanto ao homem é repassado um conceito de envergadura, de ser ativo no processo de mudança do mundo, à mulher é oferecida uma instrução devidamente recatada, pautada em valores que

não ultrapassam o objetivo de estabelecer o bem-estar do outro, em um contexto fechado da vida familiar. Esta verdade inserir-se-á no inconsciente coletivo da sociedade brasileira colonial, delimitando e dividindo ainda mais os campos de ação de cada sexo: o homem trabalha em prol de si mesmo e de suas causas; a mulher tem por função a oferta de recursos para o sucesso das gerações vindouras.³⁷

Mesmo com restrições sociais, Ana de Barandas revê o imaginário patriarcal vinculado à mulher, auxilia na construção de uma nova concepção matrimonial como fonte primordial de manifestações de liberdade feminina. Ao reivindicar o direito às mulheres de pensar o casamento e suas escolhas, ela e várias escritoras estabelecem o direito de as mulheres futuras participarem da vida familiar em comum acordo com seus pares. Por tal caminho, estabelecem políticas, cuja tendência se presta à revisão do tema desta análise, no que diz respeito à indissolubilidade do matrimônio.

Com relatos inspirados na experiência da vida e nas leituras clássicas, a escritora impulsiona soluções aos desmandos do ambiente social familiar, assumindo, por meio de controvérsias, lutas femininas que se estendem ao século XXI. Ana de Barandas tenta resistir aos “direitos inalienáveis da mulher”, consagrados pela superioridade masculina, inibidores de lutas como a do divórcio. Em síntese, ela e outras escritoras “escreveram quando a teorização era incipiente, mostrando um descontentamento com o papel que deviam seguir” (FUNCK, 2012/2013, videoaulas). Inquietas com as suas vidas e extremamente angustiadas “com o que deviam fazer” (FUNCK, 2012/2013, videoaulas), conseguem ponderar os relatos da vida cotidiana familiar, das agitações amorosas e políticas, contexto em que o anjo da casa, a mãe, esposa e amante deveria cuidar “de suas costuras e no arranjo da casa, que para isso só foi feita a mulher” (p. 99).

Em oposição a esse modelo de mulher, as escritoras reagem e, ao mesmo tempo, propõem uma situação de harmonia conjugal em que as diferenças sejam retomadas com novas leituras, envolvendo teorias femininas e matrimoniais. Com olhares para a independência política,

³⁷ CIDRACK, Sayonara Bessa; BATISTA, Edilene Ribeiro. *Diálogos: o ecoar de um feminista*. Ceará: UFC. Disponível em: <s3.amazonaws.com/icilg_meueventoweb/.../sayonara_-_piauu00ed.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

cultural e literária, despertam para ações diferenciadas das atividades domésticas, enquanto os homens começam “a gritar alta e poderosamente contra as pobres mulheres (que não faziam mais que seguir o seu exemplo) que era mal feito o meterem-se elas lá com suas políticas, e não sei o que mais” (p. 98). O procedimento masculino, comum aos olhos da sociedade, provoca outra atitude feminina, segundo conta a narradora de Ana de Barandas: “Todas nós demos o cavaco com isso; pois que já tínhamos perdido o tino às modas, aos arranjos domésticos: as línguas das comadres já se haviam divergido um pouco da pele do próximo...” (p. 98).

A escritora de *O ramallete* compreende o quanto poderia manifestar suas disposições relativas aos direitos igualitários para as mulheres na sociedade, quando

nas classes pobres, [elas] contribuíam para o sustento da família trabalhando como costureira, lavadeira, doméstica. Nesta última atividade, embora geralmente não fossem remuneradas, recebiam alimentação e vestuário, com o que aliviavam os encargos familiares. Outras, levadas pela miséria, se prostituíam. Esse poder absoluto da autoridade paterna sobre a família compunha a sociedade patriarcal (BOMFIM; BRITO, [s. d.]).

Para eliminar distâncias próprias a um meio masculino, as quais desestabilizaram as escolhas de vida de mulheres, Ana de Barandas e demais escritoras não se intimidaram e concorreram para que uma política feminina, muito mais confrontada no âmbito familiar, trouxesse para o círculo literário “as histórias escritas no feminino, as representações de mulheres, as sensibilidades e as angústias, questões importantes para o corpo textual como dualidade, multiplicidade e ilusão”, para usar as palavras de Tânia R. O. Ramos (2012, p. 851). Por ocuparem o lugar de escritoras, historiadoras, jornalistas e dramaturgas, espanta que elas não tenham escapado do anonimato, do ambiente reservado às mulheres no espaço doméstico e da restrição binária dada ao gênero.

3.2 MARIA BENEDITA BORMANN (DÉLIA) E O DESENLAÇE CONJUGAL EM *LÉSGBIA*

O romance *Lésbia* examina o casamento por meio de uma protagonista de mesmo nome, Lésbia, a qual suportou “dores cruelíssimas [...] crente de que cumpria um fadário” (p. 34)³⁸. Lésbia é o pseudônimo de Arabela, conhecida “por *Bela*, gentil desinência que muito lhe enquadrava” (p. 38). Logo nas primeiras páginas do romance, Bela rompe com um casamento tradicional. É no espaço doméstico que se inicia o “pesado lenho do matrimônio” (p. 39), resultado do excessivo ciúme do marido, zombarias, humilhações para que a personagem perdesse a confiança em si própria. Em outros dizeres, a personagem Bela, indignada com a atitude possessiva, a traição do marido e os boatos de que seria ela a adúltera, situação comum para a época em casos de desuniões, decretara a separação conjugal.

O fracasso do casamento de Bela é para Maria Benedita Bormann – sob o nome artístico Délia, conforme se apresenta na Introdução do livro – uma forma de pensar a aliança nupcial e de avaliar os resultados da separação conjugal. A atitude de Bela, concebida por diferentes focalizações – uma narradora em terceira pessoa que sobressai, outra numa voz impessoal e, em poucos momentos, utilizando um “nós” coletivo – remete à perspectiva futura de como as mulheres poderiam desfazer o compromisso nupcial e seguir novas opções de felicidade fora do matrimônio. Sem temor, a protagonista expulsa o marido de casa. Ela afronta a moral vigente e torna-se escritora. Um resumo do enlace conjugal de Bela pode ser assim determinado: três anos após o primeiro encontro foram suficientes para desenvolver o sentimento de aversão, na protagonista, ao esposo. De acordo com a narrativa, no fim de oito dias, a casa da jovem esposa, “coroada de flores de laranjeira”, torna-se um lugar de amargura, hostilidade e aborrecimento, sentimentos que crescem com o tratamento sarcástico usado pelo marido diante de parentes e amigos.

Somam-se à separação os sentimentos femininos, que ocupam, quase sempre, o primeiro plano da voz narrativa de Lésbia, ao falar de amor, desencanto e solidão. Da experiência conjugal encenada por Bela, o livro de Délia se desdobra em outro romance. Nele, a protagonista Arabela faz-se escritora e publica sob o nome de Lésbia,

³⁸ As citações ao romance *Lésbia*, nesta seção, referem-se à reedição de 1998 e serão indicadas pelo número da página entre parênteses. As demais citações seguem a forma disposta em norma técnica.

descaracterizando o quadro de sujeição da mulher ao lar, assunto de permanente divergência, conforme disserta Joan E. Scott (2009, p. 22). Dentre as observações dos valores morais que cerceavam as relações entre mulheres e homens à época, a protagonista-escritora de Maria Benedita Bormann combate a subalternidade da mulher.

Resulta, então, um romance sobre a vida de uma mulher escritora da segunda metade do século XIX, que soube enfrentar o preconceito social e religioso, ao desfazer os laços matrimoniais. A escritora Lésbia surge para afirmar experiências relacionadas à atividade de artista, as quais ganham outro modo de a jovem viver o social, distante das amarras do casamento. Mesmo quando “faleceu o marido”, a jovem, “de todo livre” para contrair novo enlace, não desejou casar por votar ao matrimônio real horror, justificado “pela desdita que encontrara no seu malfadado consórcio” (p. 119).

A expressão “de todo livre” remete às circunstâncias do casamento indissolúvel, que permitiria novo matrimônio somente com a viuvez. Maria Benedita Bormann interfere na regularidade de um casamento ao dirigir a narrativa para a separação, mas é coerente com o critério da estabilidade conjugal, vestígios presentes em *Lésbia* ao comentar a relação entre os noivos Alberto e Heloísa. Os personagens “esperariam ainda mais dois anos e então realizariam o desejado enlace, que os uniria à face de Deus e dos homens, na vida e na morte” (p. 176). O trecho traduz a garantia do casamento determinado pela Igreja Católica. No período, ainda é muito forte a influência do clero, o qual motiva os cônjuges a assumir uma responsabilidade eterna por meio do sacramento, conforme a vontade de Cristo.

A instituição religiosa presumia uma família perfeita, atribuindo aos consortes uma possibilidade de viverem “a sorrir de mãos dadas, sem temor dos cabelos brancos, nem do isolamento da velhice” (p. 176-177). Por isso, a Igreja não admitia a separação judicial, preferia encobrir os falsos valores morais a quebrar a segurança do lar.

Lésbia, na condição de escritora, não representa “o anjo do lar”, porque dela não depende o bem-estar de uma família tradicional, que, por muito tempo, foi constituída por pai, mãe e filhos. Em relações posteriores à separação, a protagonista avalia a instituição construída pela força do afeto que a prendia a Catulo, “esse homem, que lhe era tudo – família e universo” (p. 236), bem como, conserva a fé em Deus, presente na sociedade brasileira. Délia, em sua narrativa, vai, então, representar uma atitude convencional, guiada pelo eterno amor e a concepção do casamento indissolúvel, justificados pelas expressões “Desposar-te-ei”, “ambicionei tê-la como esposa”, “almejado enlace,

que nos deve unir à face do céu e da terra!... Ser tua, só tua, sempre tua, aqui e além! Na vida a dois, na eternidade um só!...” (p. 216-217). Em outra passagem, Alberto dá conta do debate da indissolubilidade do matrimônio, ao se reportar à figura de Heloisa, a casta mocinha à espera do enlace nupcial entre eles, que o prenderia para sempre ao lado da donzela. Na cena protagonizada por Alberto, aparecem os indícios de uma crítica aos laços permanentes do sacramento e sem amor, realidade contra a qual ele reage, não desejando manter o compromisso afetivo nem sacrificar a própria liberdade (p. 199-200).

De maneira equivalente, Bela contrapõe-se a um acordo de união de aparências e livra-se de um matrimônio em que “permanecera muito tempo presa à sua má escolha, sujeita a mesquinhos preconceitos, devorando as lágrimas e os desalentos” (p. 77). Desafiando o convencionalismo social e religioso, Maria Benedita Bormann sugere o desenlace conjugal de Bela como remédio aos pesares do “Amor, cruel amor”, conforme ressaltam os versos de Tasso (p. 79).

Vale registrar a cena que ilustra o instante narrativo de Bela exigindo o afastamento do cônjuge do lar:

– Saia desta casa para sempre! Até hoje, tudo suportei estupidamente, por vãos preconceitos; mas, já que tiveram e têm a indignidade de me acusar, acabou-se, é inútil o meu sacrifício!... Saibam todos que fui desgraçadíssima, e que doravante não o quero ser!

Ao princípio atônito, ao depois lívido e espumando, avançou o marido para ela; interpôs solene o sogro e, indicando a porta, trovejou:

– Saia! e esqueça até o nosso nome! Eu previa esta desgraça, quando me opus a tão desastrado casamento, porém Bela teimou e eis o resultado! Minha filha não carecerá do senhor; felizmente ainda vivo e sei trabalhar!

O marido de Bela, não estando preparado para essa cena extrema [...] emudecendo alguns instantes [...] tomou o chapéu num arrebatamento desvairado e deixou aquela casa para sempre, vociferando pela escada em despejo de injúrias vis e ameaças de vingança (p. 49-50).

A narradora descreve os impulsos da decisão referida e os dias de amargura e silenciamento que Bela passa a experimentar com a

separação. Não aparece, nos episódios, o termo “divórcio” ou “divorciada”, até por ser uma condição feminina que a sociedade desaprovava. Délia não faz objeções a Lésbia separada; ela encontra consolo na sociedade, participando das festas. A narrativa traduz um panorama moderno da mulher que abandona o marido, pois, no enredo, ela já não precisa abrir mão do convívio social. A moça volta a ter a companhia de outras pessoas e pressupõe relacionamentos sentimentais, sendo em “toda parte [...] cortejada como todas as mulheres bonitas”, ainda que ouvisse “galanteios mais ou menos estúpidos ou picantes, era uma imposição que ela suportava” (p. 51).

Outro fator de superação para a personagem descasada de Délia diz respeito à economia familiar. Apesar de a escritora não discutir questões financeiras da mulher oitocentista, ela se refere à dependência feminina em relação ao marido ou ao pai. No momento em que acontece o desenlace da filha, é o progenitor que lhe dá apoio, dizendo poder mantê-la financeiramente. Délia, ciente da necessidade de independência da mulher da metade do século XIX, propicia à jovem obter fortuna. Para isso, ela recebe um prêmio. Segundo Norma Telles, o acontecimento não surpreende, pois, ao percorrer os jornais do Rio de Janeiro no período, ela constatou haver inúmeros anúncios de loteria (TELLES, 1998, p. 12). Ter vencido a aposta e se tornado escritora são elementos mobilizadores com que a personagem Lésbia enfrenta a tradição masculina. Os dois caminhos afastam a personagem das designações dos papéis de gênero estabelecidos dentro da sociedade.

Diferentemente de Renata Maia e Cláudia Maia, em “Ser mulher e escritora nos oitocentos: uma contribuição feminina às Letras e à História”, dizendo que, no caso de Bela, “ficou provada [a] iniciativa de pedir o divórcio”, a obra de Délia não menciona esse termo. As autoras ainda comentam que a personagem “divorciou-se” do marido, ao perceber o erro que cometera ao escolher para companheiro alguém “que tentava o tempo todo rebaixá-la publicamente e reduzir-lhe os méritos” (MAIA; MAIA, 2011, p. 10). Em *Lésbia*, não há o termo divórcio, até porque o ato era bastante condenado na época. No entanto, emergem dos pareceres da escritora – reagindo aos disfarces de matrimônios em equilíbrio – sinais do apoio à lei do divórcio. Analisa as condições do casamento na tentativa de compreender os abalos que descaracterizam a legalidade do casamento.

Sem detalhar o problema social que Arabela/Bela enfrentaria na condição de mulher separada, Maria Benedita Bormann acompanha o sucesso literário da personagem, sob a identidade de Lésbia. A autora deixa de comentar o isolamento de uma mulher divorciada em sua

época, propiciando à protagonista amar, sofrer e abafar suas queixas com o ofício da mulher escritora. As pressentidas indiferenças sociais e difamação estão ligadas, no romance, à atividade de Lésbia na redação, local em que “mal amanhados, talvez empregados da casa [...] a fitavam com o imprudente sorriso dos que desconhecem a dignidade e o decoro” (p. 86-87). Lésbia percebia que “interpretavam com malignidade suas palestras com o chefe” (p. 87). Ela aprendeu a conviver com tal abordagem e com o prestígio de escritora afasta-se “do comum das mulheres” (p. 192), dedicando-se às letras e conquistando a possibilidade de fazer circular sua opinião política.

É preciso lembrar que, em especial, nos folhetins do Rio de Janeiro, as fronteiras de comunicação no século XIX eram precárias, considerando que “não existia no Brasil um público numeroso [...] com acesso ao jornal – e, principalmente, ao livro”, conforme explicações de Hélio de Seixas Guimarães, em “Os leitores de Machado de Assis” (2004, p. 33). Consciente do desafio editorial e da falta de leitores, Maria Benedita Bormann incita Lésbia a enfrentar mais uma dessas contrariedades com que a escritora se deparara a cada passo. Para além da referência, o livro de Délia contribui com a história do país, referindo-se a temas de “nossa terra” (BARANDAS, 1998, p. 134), a contar: a fidalguia ou títulos de nobreza, herdados de seus antepassados, a guerra do Paraguai e o abolicionismo.

A reconstituição da história do Brasil ilustra literariamente o pensamento da escritora oitocentista, enquanto cidadã envolvida com o contexto político de sua época. Duas datas chamam atenção na construção da obra: o prólogo de 1890 e o final da obra, de 1884. O espaço temporal referido é acrescido do advento da República, da separação do Estado e Igreja do casamento civil e da mudança do termo divórcio para desquite na Constituição brasileira. Ao inserir questões de relevância para a nação, Maria Benedita Bormann concretiza um avanço pensado por Ana de Barandas no livro *O ramalhete*. Nele, a personagem Mariana, no episódio “Diálogos”, posiciona-se em favor de um feminismo que deveria acompanhar a luta pela Legalidade, indo contra a opinião masculina de que as mulheres não se importam “com coisa alguma!” (BARANDAS, 1990, p. 105).

Paralelamente Maria Benedita Bormann toma parte da iniciativa de sua conterrânea, direcionando a protagonista Lésbia a perceber “a sua força geradora” (TELLES, 2012, p. 374), porém, a narrativa não foge das restrições sociais impostas a muitas famílias brasileiras que desejam o amparo legal. Politicamente, a lei do divórcio, no contexto de Délia, não possibilitava às mulheres viver com maior liberdade outras

afetividades. Somente a luta pelo divórcio amplo modificaria o aprisionamento das pessoas ao primeiro casamento. A escritora não menciona o debate e continua a narrativa sob o olhar criterioso de uma época em que a família era vista rigorosamente “como base da sociedade e como a única possível” (FÁVERI, 2009, p. 3), ainda que desenvolva argumentos provocadores em relação à divisão do casal e aos diversos casos amorosos com os quais a personagem se envolve. Contudo, sem falar declaradamente sobre a lei. Até porque, conforme já mencionado, não era tema adequado à fala da mulher do século XIX. O romance *Lésbia* circula nesse período, o que não intimida a autora de substituir a imagem de fragilidade da mulher para a de uma protagonista com decisões próprias e de debater a aparente sinceridade com que os homens iludem as mulheres.

Para reagir a essa disposição feminina de prender-se fragilmente ao marido, Délia produz, dentre alguns cenários, o do matrimônio por interesse. A crítica é apresentada a partir do personagem “barão de Buriti, visconde de Pascoval”. O barão-visconde corteja Lésbia, pedindo-a em casamento. Diz ele: “só lhe falta um título nobiliário para coroar a sua bela frente, sedento de ventura, disposto a ser seu escravo, venho oferecer-lhe meu nome, pedindo-a em casamento” (p. 133). Lésbia recusa e coloca-se em posição superior a ele em aristocracia e talento. Segundo a personagem, desposaria apenas quem “tivesse engenho igual ao dela” (p.136). Tal autonomia permite que ela não deseje o enlace conjugal.

Apesar do desempenho de Lésbia ao tentar mudanças acerca da tradição do matrimônio, o texto não se distancia da sedução pelo “apagamento voluntário” de “uma mulher cismarenta” (p. 36-38), destino aludido na introdução do livro, a qual vem rubricada por Délia, como uma parte da “fantasia do autor” (p. 36). O tópico antecede o destino trágico de Lésbia, presumindo as contradições próprias da vida, uma delas no plano da morte, “um tema milenar [...] destinad[o] a perpetuar a imortalidade do herói” (FOUCAULT, 1969, p. 268), o que, de certo modo, garante a sobrevivência da narrativa. A autora recupera o enredo da morte, que faz parte do ciclo da existência humana, ligado “ao próprio sacrifício da vida” (FOUCAULT, 1969, p. 268), o que induz Lésbia ao suicídio.

Por que o suicídio, quando ela rompe com preconceitos sociais? Quando propõe a revisão dos costumes, ligados às preocupações moralizantes? Dentre algumas respostas, a protagonista de Délia não escapa dos receios comuns ao poder discriminador do catolicismo, “onde bebera as primícias da fê e da pura crença em uma religião de

amor e de indulgência” (p. 240). Para abreviar, o culto religioso que autoriza o perdão também aponta para o flagelo da existência, sintoma natural que reporta, de igual modo, ao Romantismo, que conduz o amor acompanhado de uma forte dose de sofrimento.

Lésbia teme viver o amor pleno por Alberto, “uma ligação que começaria por doces protestos”, um deles a mocidade do moço, em contraponto à sua maturidade, ainda que convencido de ter nascido “para amá-la” (p. 207-211). Outra ressalva: Lésbia cuida em não interferir “nas mútuas promessas de eterno amor” (p. 219) entre Alberto e a noiva, Heloísa. Complacente, a protagonista salva Heloísa de desistir do jovem, negando que existisse algo entre ela e Alberto. Recomenda que a noiva “tenha fé na magia de seus lindos olhos e nada receie de uma matrona que poderia ser mãe [dos] dois” (p. 223). A abordagem segue o aviso do coração e do “Deus clemente, que protege os puros afetos e as almas impolutas” (p. 224). Após o ocorrido, Lésbia desejou recuar, mas não consegue desfazer as barreiras que a envolvem, resultado de uma educação de alcance universal, como o catolicismo.

Délia dá a entender que a morte não representa um castigo, e, sim, um modo de mobilizar as ideias da artista Lésbia, que atesta a sua militância feminista por meio de uma existência desafiadora da glória apenas reservada aos escritores que irão saudá-la “nos umbrais da eternidade” (p. 248), onde o eu artístico alcançaria “a liberdade ilimitada” (TELLES, 1998, p. 12).

Porque no plano da vida, Lésbia protagoniza “boa parte das dificuldades que as mulheres enfrentavam quando decidiam se tornar escritoras e quando não se submetiam às designações dos papéis de gênero estabelecidos dentro da sociedade” (MAIA; MAIA, 2011), fronteiras que Délia confere que não desconhece e busca a transformação da mulher do lar pela arte. Assim, Arabela/Bela/Lésbia “sentindo-se águia, experimentara o prurido do voo, subindo às regiões do infinito, sem mesmo ouvir o clamor das gralhas que lhe invejavam a pujança” (p. 108). A protagonista aponta, então, para a possibilidade discutida por Joan E. Scott (1991) de que o gênero não é uma forma fixa, com divisões historicamente situadas. Sob tal prisma, a personagem busca anular as distinções de gênero, nos espaços públicos e domésticos, onde o lugar de poder é reservado aos homens.

É pela leitura sobre o casamento que Délia se aproxima à luta pelo divórcio, com base nos desafios às pressões dominantes de gênero, termo com o qual é possível entender as “relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1991, p. 23). Délia mostra a figura feminina sob uma concepção de gênero equivalente ao

que propõe Joan E. Scott, propiciando um pensar sobre a igualdade política, assegurada pelo estudo e trabalho da mulher, “que devem aparecer na imortalidade” (p. 133). Sem descaracterizar de todo as ambiguidades que surgem ao longo do processo de emancipação da mulher, Lésbia tropeça na paixão das “delícias do amor”, razão para ambicionar a imortalidade que “deve prender os que vão aos que ficam, e dessa região, onde em breve comparecerei, velarei sobre os entes que amei na terra, votando-lhes lágrimas saudosas e sorrisos de ternura” (p. 240).

Pela interpretação de Norma Telles, em *Lésbia* há a inversão de posições narrativas e, por conseguinte, de gênero, uma vez que a personagem feminina torna-se escritora e transforma Catulo no homem apaixonadamente receptor da produção artística da personagem Lésbia. Sem descuidar de evocar o feminismo representado pelo imaginário da mitologia greco-romana, em que, segundo Norma Telles, Lésbia remete à deusa Safo (TELLES, 2012, p. 394), Maria Benedita Bormann se coloca nas narrativas e descreve a mulher “definida por ela mesma, não pelos textos masculinos ou pelos positivistas que só lhe ofereciam o papel de mãe dedicada ao lar e aos seus, sem vontade ou história própria”³⁹.

Em outras palavras, Délia, integrada ao exercício literário, ilustra um discurso político feminino, vinculado a outras vozes de mulheres; daí os títulos de seus livros serem nomes de mulher, a saber, *Aurélia* (1883), *Madalena* (1884), *Angelina* (1886), *Lésbia* (1890) e *Celeste* (1893). Há, nessa troca, a cisão entre o eu-escrevente/autor e o narrador que não afasta o plano real do ficcional. Portanto, os procedimentos de defesa à independência feminina podem ser atribuídos a Maria Benedita Bormann.

Na continuidade da pesquisa de Norma Telles, a identificação de Délia com a escrita pode ser percebida no desenrolar de personagens que tinham uma educação apurada ou residiam em endereço similar ao que ela vivia, como acontece em *Celeste*:

sobrado da Rua do Resende [que] ainda existe e é, desde 1934, uma repartição pública. Antes disto, a casa de duas janelas e portas, rente à rua, com azulejos na fachada, foi o endereço de uma

³⁹ Disponível em: <www.normatelles.com.br/memorial_da_pesquisa.html>. Acesso em: 20 mai. 2013.

personagem de Bormann/Délia, Celeste, do livro do mesmo nome [...]

[...]

Daí a dias, achava-se Celeste instalada com Bá em uma bonita casinha à rua do Resende [...] ali criou uma nova existência, isolada, é certo, porém livre de falsas amizades e de fingidos protestos [...] [ali] releu todos os livros que tinha e comprou ainda diversos para entreter-se [...] também levava ao piano horas a fio tocando tudo quanto escreveram os mestres [...] ou com as mãos atrás das costas, passeava, passeava pela casa toda e assim andava léguas⁴⁰.

Norma Telles comenta que Maria Benedita Bormann “várias vezes afirma explicitamente que as suas histórias misturam fatos vividos e ficção mais os fatos da imaginação, e alertou para que não se confundissem as personagens e a vida da autora, de artistas”⁴¹. Tal posicionamento remete a uma literatura representativa do autor, a qual nasce da experiência que o artista tem de sua realidade histórica e social, embora sem o compromisso com a verdade. A narrativa em análise contempla o lugar da individualidade da mulher-Délia, cujo discurso preserva a figura autoral por meio de um enredo que evidencia a expectativa feminista. São os dramas relativos aos infortúnios no matrimônio que inspiram a protagonista de Délia a ganhar força no culto de práticas de cidadania, como horizonte de emancipação, sobretudo, da mulher brasileira.

Para lembrar: no romance *Celeste*, da mesma autora, publicado em 1893, a protagonista de mesmo nome é uma mulher que contraria os padrões de conduta impostos às mulheres brasileiras de seu tempo, sem desconsiderar as mazelas da paixão. A narrativa apresenta um drama matrimonial entre Celeste e Artur, provocado pelo ciúme do jovem e agressões contra a esposa. O conflito marca a trajetória de uma mulher separada do marido, que retoma a satisfação dos próprios desejos, assegurada pela “coragem e instrução [de poder] lecionar vários idiomas ou música” (BORMANN, 1988, p. 138).

⁴⁰ Disponível em:

<http://www.normatelles.com.br/cronologia_maria_benedita_bormann.html>.

Acesso em: 15 mai. 2013.

⁴¹ Disponível em: <www.normatelles.com.br/memorial_da_pesquisa.html>.

Acesso em: 20 mai. 2013.

As produções *Celeste* e *Lésbia* são obras reconhecidas. Outras foram relegadas ao anonimato, talvez porque Délia rompe com regras ao falar das hipocrisias que encobriam a instituição do matrimônio burguês. Para intervir nas relações entre cônjuges, Maria Benedita Bormann, configurada em Délia-Lésbia-Celeste, investe em um pensamento de advertência às mulheres: de se reservarem o direito aos laços de afeto, o que deve abreviar o processo de separação matrimonial. As opiniões explanadas justificam a recuperação do período e da localização de temas diversificados em Maria Benedita Bormann, que ultrapassam o século XIX. Por conseguinte, as abordagens discutidas no calor da hora, como reivindicações ao direito de mulheres viverem amores, de opinarem sobre assuntos públicos, colocando-se a favor da educação e da valorização feminina na vida laboral, tornam-se provocadoras de constrangimentos em seus contemporâneos, ainda que Délia não use a palavra divórcio.

3.3 COROLÁRIOS DO MATRIMÔNIO NO ROMANCE *LUTAS DO CORAÇÃO*, DE INÊS SABINO

E a alma, ao mando do império psicológico, emudeceria, em razão da responsabilidade assumida ao ceder às leis das exigências sociais, calando-se, empedernindo-se, sepultando-se no pélago das conveniências, quando não o mundo, a moral, a família, os filhos, o marido, a apontariam como uma adúltera, como uma barregã, desbragadamente ruim e perjura, se destruísse com o menor gesto ou ação o concerto que à roda de si havia formado (p. 101)⁴².

No momento histórico das escritoras havia um tratamento favorável aos homens, subjugando as mulheres, consagrando-as às tarefas domésticas, à reprodução e à educação dos filhos. Há, na família, o fortalecimento do espaço diferenciado entre o homem e a mulher como “um dos instrumentos utilizados para criar hierarquias e discriminações” (PIMENTEL, 2012, p. 153). Aos homens eram aceitas sucessivas experiências amorosas, como é o caso de Hermano,

⁴² As citações do livro *Lutas do coração*, nesta seção, referem-se à reedição de 1999 e serão indicadas pelo número da página entre parênteses. As demais citações seguem a forma disposta em norma técnica.

protagonista de *Lutas do coração*, obra publicada por Inês Sabino em 1910.

O aparato de poder do homem sobre a mulher condiz com o pensamento trabalhado por Inês Sabino, ao pensar que “a luta jamais cessa” (p. 180). A trama criada pela autora mostra o “desconforto” que a mulher sofre ao contrariar o modelo da união conjugal tradicional, “sepultando-se no pélago das conveniências, quando não o mundo, a moral, a família, os filhos, o marido, a apontariam como uma adúltera, como uma barregã, desbragadamente ruim e perjura, se destruísse com o menor gesto ou ação o concerto que à roda de si havia formado” (p. 101).

No romance *Lutas do coração*, o ritual do casamento segue também a ilusão romântica, de casar por amor, “em que o espírito se deixa levar pelo poder da fantasia e caminha pelo mundo do infinito em busca de um doce ideal” (p. 124). Inês Sabino ainda disserta sobre as consequências do casamento que dificultam a libertação, sendo quase um sacrifício necessário à integridade familiar (TELLES, 2012, p. 428). Portanto, o romance incorpora o drama da indissolubilidade matrimonial e, ao mesmo tempo, condena as divisões propostas pelo código do casamento civil.

Em *Lutas do coração*, com prefácio escrito pelo jornalista, cronista e poeta simbolista Alberto Pimentel, Inês Sabino destaca o cenário do Rio de Janeiro e o lirismo que envolve o encanto pelo amor angelical, eternizando os laços com o poético – entre alguns atributos da obra. Resumidamente, do capítulo I ao XLIX, a narrativa disserta sobre a figura do homem, oscilando entre a mulher casada e a conquistadora; a mulher livre e a virgem. Por conseguinte, o protagonista Hermano, engenheiro, educado na Europa, para onde foi ainda jovem, é levado, pela vaidade, a manter o acordo com a hegemonia da sociedade carioca, e tem sucesso.

O livro de Inês Sabino, se não pontua abertamente o divórcio, trata dos embaraços ocasionados por relações desfeitas, igual ao que acontece, particularmente, com a experiência da personagem Ofélia, rotulada de livre, que é abandonada por Hermano Guimarães. Ele, mesmo apaixonado por Ofélia, decide casar-se com outra, a donzela Angelina.

Ofélia viveu “um desses desastres matrimoniais” (p. 99). Casara com um capitalista rico sem amor, o qual fica arruinado, abandonando-a, sozinha, durante a gravidez de uma filha, a quem perdeu, quando já se encontrava ao lado de novo companheiro. A separação distanciava dela as pessoas de suas relações. Para sustentar-se, começou a lecionar e a

servir à família de Mme. Hardington. Após o falecimento da benfeitora, o filho desta passa a viver com Ofélia e dar-lhe atenção durante a gravidez, e, sobretudo, por ocasião da morte de sua filhinha. A união ilegal foi motivo para ela ficar à margem da sociedade.

Em *Lutas do coração*, a autora defende a escolha pela família, mas não desconhece “as frias cinzas do amor” (p. 34) que controlam os caminhos da mulher, orientada pela ótica de “perfeita senhora” e de sentimentos nobilíssimos. Opondo-se a tal contexto histórico, o homem aparece com profissão definida, como é o caso do engenheiro Hermano, com qualidades bem distintas da mulher. E ela cedia às exigências sociais, uma vez que, no período de implantação da República, para os homens a mulher não precisava ser intelectual, bastava simples instrução para não parecer tola, como expressa ironicamente Inês Sabino (p. 117).

Sob a focalização de uma narradora onisciente, Inês Sabino aponta para outro acontecimento da época – a desconfiança sobre a moral da personagem Matilde. Casada, é alvo de comentários maldosos pelo comportamento expansivo e, muito, pela ousadia de olhar para um homem casado. Ela vivia bem com o marido, até se permitir dominar pela paixão por Hermano Guimarães (p. 180). Ainda que tenha procurado mudar o dia a dia de um matrimônio desgastado, a personagem não vence o desconforto matrimonial e torna-se vítima das aparências de um casamento sólido, cena que a leva à morte. O episódio assegura um ritual de obediência à Igreja Católica, que, pela fatalidade, apaga os indícios do desastre conjugal e da traição de Matilde, mantendo estável a composição familiar da época.

De forma sintetizada, as cenas que envolvem as três personagens mulheres, Ofélia, Matilde e a jovial Angelina, que se torna esposa do protagonista, não escapam do amor impossibilitado. O cenário narrativo resulta de uma falsa moral e da ausência de uma educação que delegasse a elas escolhas além da almejada felicidade vinculada ao casamento, o que nem sempre acontece.

A mulher quando se casa e quer constituir família pensa ser essa a base da sua ventura, se bem que de seu marido dependa esse prisma azul que a moça na sua bela fantasia de solteira sonhe, mas, para que ela tenha a seu favor a constância dele, é necessário primeiro vigorar o amor com essa poesia dos sentidos, que aumentará se for outorgada e compreendida pela esposa (p. 329).

Lutas do coração, ainda que empregue um discurso moralizante e de submissão feminina, sugere, contraditoriamente, a possibilidade da formação de novos vínculos afetivos, condenando o casamento indissolúvel, pela própria condição de desencanto que vive Ofélia e pelo tormento de Hermano. O enredo compreende o período em que a República reconhece o casamento religioso e o civil, assunto discutido ao longo do século XIX, visto que o registro civil, em 1890, sem rescindir o vínculo conjugal, propicia comentar o termo divórcio implantado no Brasil. Inês Sabino está inserida nesse momento social de discussão acerca da indissolubilidade do matrimônio, no entanto, não remete a fatos diretamente ligados ao divórcio, pois não trata especificamente do divórcio, e, sim, de circunstâncias de poder, na maioria das vezes, maritais.

Na opção de Inês Sabino, que fala dos desacertos conjugais, há o peso do cristianismo, instituição que imprimia ao casamento a aparentemente garantia de

uma certa comodidade a cada um dos cônjuges no matrimônio, uma vez que esse não podia ser desfeito a não ser pela morte de um deles. Dessa feita, pouco importava como as relações se estabeleceriam intimamente já que o casal unido não podia teoricamente ser desunido (informalmente um casamento podia ser desfeito pela vontade de qualquer envolvido, mas não permitia nova união legal) (SENNA, 2006, p. 71).

Ainda que Inês Sabino escreva uma década após a separação do Estado e o clero, *Lutas do coração* representa valores e moldes do casamento como sacramento. A escritora não escapa do compromisso ligado à crítica da história da sacralização do casamento “como elemento ordenador [em que] as mulheres nele figuram [...] como uma peça do jogo, não como sujeito de suas próprias decisões de vida” (PIMENTEL, 2012, p. 152). Na construção da escrita, a autora não nega as limitações do casamento, onde as escolhas realçam um universo incompreensível da severa tradição cultural do matrimônio com forte influência da moral católica. Inês Sabino, atenta ao conjunto de normas que regulam o comportamento social, narra criticamente a dominação eclesástica que comanda as relações familiares, configuradas nos

conceitos formados pela virtude, desconsiderando outras formas de viver.

Como na obra, a discussão acerca da indissolubilidade do matrimônio é conduzida por uma perspectiva moral, cuidando da permanência do casamento, enquanto sacramento, Inês Sabino nota que a responsabilidade dessa convenção é, quase sempre, das “senhoras casadas”. Perante a lei e a família, elas têm direitos sagrados para conduzir a vivência entre pares. Na abordagem da escritora, a falta de amor ou de tolerância leva os indivíduos a um desvio conjugal, abordagem que é elucidada por Júlia Lopes em *Elas e eles* e ligada à conformação moral e religiosa, o que corresponde à vontade da reconciliação conjugal. É a partir dessa condição que Inês Sabino apresenta uma crítica ao casamento, como forma de dependência. Isto é, “como o fundamento da vida das mulheres, o único caminho possível da felicidade e o meio pelo qual elas cumpririam as determinações do seu gênero e assegurariam uma posição social” (MAIA, 2011, p. 120) na família e na sociedade. Com tal visão, a escritora denuncia o casamento de conveniência e sem amor, o que mantém as regras da burguesia, na atuação exemplar de esposa e mãe.

Na verdade, Inês Sabino narra, em seu romance, uma história que não era incomum para a época: o casamento com a donzela, absolutamente dentro dos padrões religiosos, é uma atitude socialmente aplaudida, uma solução moralista para a trama. Em contraponto à situação, a autora discute a punição da mulher casada, frívola, que adoece e morre, e a da amante sincera, que, por sua vez, envolve-se com dificuldades, acrescidas pelo encargo de, sozinha, criar o filho.

Para narrar a história de algumas mulheres no contexto familiar, Inês Sabino apenas sugere a necessidade da lei na sociedade, quando os “desastres matrimoniais” não conseguem ser mascarados pelos casais e “a felicidade compadecida [diga] à desgraça: ‘pára!’” (p. 90-99). De certo modo, a escritora manifesta um ambiente propício ao divórcio, a fim de amenizar as feridas conjugais, contudo, trabalha apenas com pareceres velados à necessidade da lei, reproduzindo um contexto que impunha “à mulher a condição de aceitar com resignação o par imposto pela família” (PRIORE, 2015, p. 143). Daí, a dificuldade da reação ao discurso masculino sobre o espaço matrimonial, organizado pelos pais.

As desordens conjugais, em *Lutas do coração*, evidenciam o renhido jogo de interesses sociais e econômicos que velam a integridade da família, determinando a posição “fixa, hierárquica e imóvel” (SCOTT, 2002, p. 33) do feminino. No livro, a personagem divorciada, Ofélia, vive esse preconceito social, mas consegue ter o respeito de

alguns homens da sociedade por ser “uma das mulheres mais dignas e ilustres de um mundo diferente” (p. 80). Distintamente, Matilde, do mesmo enredo de Inês Sabino, mulher casada, é declaradamente imoral, trazendo um “quer que fosse de infernal no rosto; arrancara a máscara para mostrar-se tal qual era: uma desequilibrada, nessa explosão excitante da fascinação perigosa que atraía aos que dela se aproximavam” (p. 228). Matilde alude à postura de personagens criadas no romance dos últimos anos do século XIX e das primeiras décadas do século XX, as quais são identificadas pela incoerência ética e psicológica; além de contraditórias, são instáveis, para usar as colocações de Manuel de Aguiar e Silva (1999, p. 707).

Com ironia e despudor, a personagem interpela Hermano, por quem tinha uma atração capaz de cometer o adultério, desafiando-o a comentar sobre a indissolubilidade do casamento: “– O que me diz sobre a constância matrimonial, Doutor?”, ao que ele responde: “– Que a mulher sensata deve guardá-la por tal forma, que nem por um gesto dê a entender que se possa duvidar dela” (p. 228). Hermano reage ao comportamento e à decisão de Matilde, a qual sugere um caminho para a separação conjugal, condição a que a personagem deveria enfrentar: como a de viver um adultério, o que determinaria a possibilidade do divórcio. Ainda que contraditória, a personagem enfrenta a ordem do lugar do homem, vinculado aos princípios básicos do sacramento “civilizador”. E esse instituto não permite novas núpcias.

Sem eliminar a moral suspeita que envolve o matrimônio, como é o caso da união de Matilde, Inês Sabino, embora, faça críticas a essa hipocrisia, enfatiza a instituição familiar analisando a preservação de um casamento. Na censura de Hermano a Matilde, há indicações ao debate relativo à inserção do divórcio nos lares brasileiros, o que evitaria à mulher a situação de amante.

Inês Sabino, sem desfazer-se das conciliações amorosas do romantismo, faz a projeção de uma luta que virá pela emancipação feminista. Com pensamentos controversos, a escritora permite o despertar da consciência de leitores acerca de uma sociedade de explorados e exploradores. Essa é uma das tramas criadas por Sabino que podem ser usadas como vestígios de sua simpatia pela implantação do divórcio pleno, o que evitaria as atitudes de dissimulação entre os casais. Tal argumento encontra respaldo em June E. Hahner, ao dizer que “no início do século XX, Inês Sabino no *Escrínio*⁴³ declarou que o desquite (que não permitia novo casamento) era insuficiente e que só

⁴³ ESCRÍNIO. Teresina, 21 de fev. 1909, p. 3. In: HAHNER, 2003, p. 265.

uma verdadeira lei do divórcio poderia endireitar os erros existentes” (HAHNER, 2003, p. 253).

No cenário até a metade do século XX, a impossibilidade da ruptura ampla do matrimônio justifica-se por uma sociedade influenciada pela igreja que não aceitava o ato legal do divórcio, vedando a quem estivesse nessa situação, por exemplo, o acesso à comunhão. Isto é, ao sacramento da Eucaristia, momento em que os fiéis podem receber a sagrada hóstia, como “um dos instrumentos utilizados para criar hierarquias e discriminações” (PIMENTEL, 2012, p. 153).

A estética de *Lutas do coração* representa o casamento em termos legais e afirma sua importância social, traduzindo o pensamento da época, quando o divórcio é visto como um modo de enfraquecer o casamento, por vir a danificar a família. Até porque, em uma sociedade conservadora, o papel feminino é de sujeição à sexualidade: “Ao casar-se, a moça deveria ser ignorante quanto a assuntos sexuais, pois seu conhecimento teria provocado procedimento indesejável” (LOPES, 1998, p. 10), posição que a mulher deveria honrar, pois, caso contrário, seria vista “na posição de uma mulher disponível” (2001, p. 155), como afirma Carmen Dolores em *A Luta*.

No romance de Inês Sabino, é possível encontrar sinais que tentam inverter esses critérios, por exemplo, na voz da baronesa, quando ela diz à filha que o casamento não deveria subjugar-la ou fazê-la ter um comportamento de ovelha. Para a personagem mãe, o matrimônio cria uma analogia da mulher com a figura “de senhora” (p. 328). A metáfora congrega uma situação do real⁴⁴ que torna as mulheres “tantas vezes heroínas na própria fragilidade”, ação pela qual Inês Sabino expressa uma de suas críticas (p. 335). Com Angelina, filha de barões, a autora mostra o sentimento feminino de apego ao marido, com o qual a personagem exerce a função de senhora, assegurando favores ao esposo. A trama vivida pela donzela pode indicar, em *Lutas do coração*, uma queixa autoral perante as leis que dificultam a vida conjugal, pois

como é trivial e sabido, a vida compõe-se dum eterno corolário de desgostos, que principiam ao nascer e findam com a morte, tendo como base tão somente: as lutas do coração, que nos impõem sufocar o nosso amor (p. 278).

⁴⁴ SILVA, 1999, p. 499.

Sob tal aspecto, a obra de Inês Sabino cria impasses entre os protagonistas; assim, Hermano desiste de viver o amor por Ofélia, mulher independente economicamente, que aspirava apenas a “ser a esposa d’alma desse homem” (p. 177), mas condenada pela sociedade, que a concede “tantos amantes quantas jóias possui, o que é calúnia infamante” (p. 245-246). Hermano desiste de Ofélia, a quem a sociedade faz concessões, vigia e discrimina o comportamento, tornando-a incapaz de ser amada.

Inês Sabino, em suma, usa especificamente o cenário familiar para discutir as posições de um comportamento de alienação feminina, na figura da donzela Angelina, e da impossibilidade da mulher, no caso Ofélia, de casar-se novamente com Hermano, pois, para a sociedade, ela seria uma “mulher livre”, uma vez que a autora observa a lei do casamento civil estabelecido em 1890, que não admitia novo enlace nupcial aos cônjuges. A escritora, ao narrar os conflitos matrimoniais, trava uma luta com as leis sociais e religiosas que negam ao casamento a dissolubilidade esperada pelos casais em conflito.

3.4 “MALES DO ESTIO” EM *ELES E ELAS*, DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

Pouco mais de uma década após a escrita de *Lutas do coração*, no início do século XX, o livro de crônicas *Eles e elas*, de Júlia Lopes de Almeida, também aborda dilemas conjugais ficcionais. No período do Brasil-Colônia, o casamento católico era de competência do juízo eclesiástico. Resulta desse contexto uma mulher dividida entre o direito de escolhas e os dogmas da moral e da religião que estabelecem posições desiguais para mulheres e homens. São relações conservadoras que acentuam a insatisfação de a mulher perceber as ínfimas opções no âmbito doméstico, e para além desse espaço, algumas questões assinaladas na obra *Eles e elas*. Na crônica do mesmo livro, intitulada “Em consciência...”, a escritora ironicamente trata sobre o feminino do ponto de vista de um narrador, o qual diz ser a mulher “feminista quando se ressent de qualquer ato mais violento ou mais impensado da minha parte” (p. 203)⁴⁵. Júlia Lopes de Almeida aproveita as adversidades entre casais para tratar dos tumultos na construção

⁴⁵ As citações ao livro *Eles e elas*, de 1910, nesta seção, serão indicadas pelo número da página entre parênteses. As demais citações seguem a forma disposta em norma técnica.

feminina, provocada por diferenças, embaraços e agonias conjugais. Por tratar mais significativamente da ordem conjugal, a escritora faz parte deste segundo capítulo, ao lado de autoras que se identificam em restabelecer a harmonia entre pares.

O foco narrativo, representado nas vozes de personagens e em suas intervenções autorais, assume, na arte, uma postura crítica de poder mostrar os diferentes aspectos de aniquilamento da instituição do casamento. Na maior parte dos enredos de *Eles e elas*, o foco narrativo, em primeira pessoa, indica uma suposta felicidade do casal. A dissimulação é um artifício feminino, para que o homem se considere superior. Algumas personagens não se importam com tal situação, enquanto outras, ofendidas, questionam se os bens materiais, definidos pela casa, comida e vestuário oferecidos pelo marido, trazem real prazer a elas. A ironia de que é preciso atender prontamente ao marido aparece ao longo de narrativas, com a qual a autora acusa um atraso à conquista da independência feminina.

O livro *Eles e elas*, de Júlia Lopes de Almeida, é composto de crônicas narrativas “cujo eixo é uma história que a torna semelhante a um conto” (DUARTE, 1996). Para lembrar: a crônica é uma criação breve e leve⁴⁶, pressupondo um público de jornal e revista; o conto caracteriza-se pela unidade narrativa em que todos os ingredientes do texto “levam a um mesmo objetivo e convergem para o mesmo ponto”⁴⁷. Na reunião dessas unidades, a autora oferece um modo de apresentar a crônica de qualidades literárias, assumindo a perenidade do livro, com “um prato sempre renovado e pleno de sugestões” (MOISÉS, 1983, p. 249). A cronista registra considerações apoiadas no cotidiano, porém ultrapassa o sentido fugaz do dia a dia, ao trazer o histórico do conto, percebido nas ambições e no aspecto narrativo de desacato dos cônjuges ou demais personagens. Prevalece o olhar da cronista que deriva de uma percepção crítica a rotina do casal, apresentada por narradores em primeira pessoa, ou, numa focalização impessoal, deixando, quase sempre, considerações despretensiosas no final de cada narrativa, como a de que “os homens são mais habilidosos, mas as mulheres são mais inteligentes” (p. 20). A contradição entre as duas formas intui uma autora procurando, de algum modo, desembaraçar-se da influência conjugal do patriarca sobre o espaço feminino.

Numa linha irreverente, a escritora expõe um poder capaz de reduzir a mulher a “coitadinha” e à “fidelidade em pessoa”, condição

⁴⁶ MOISÉS, 1983, p. 250.

⁴⁷ MOISÉS, 1983, p. 20.

que resulta, seguindo a narrativa, da ausência da “educação” (p. 205). Enquanto o homem aparece como “parte pensante, dirigente” (p. 238), possui o direito a extravagâncias e a pequenas anormalidades, com “o mérito de dar tom à vida...” (p. 246). Descreve, assim, circunstâncias que aludem às relações ilícitas que o homem podia viver fora de seu casamento, enquanto a mulher devia ser “uma senhora que tem o dever de ser honesta” (p. 247).

O ponto de vista de *Eles e elas* não se esgota nessa correlação; a escritora fantasia acontecimentos atuais para o século XX, construídos a partir de vozes intercaladas, por homens e mulheres. Com 37 pequenos monólogos e diálogos, a obra alterna queixas sobre os cônjuges; suas críticas, no entanto, vêm inseridas num contexto amoroso, e o tom do livro é levemente zombeteiro, aos moldes de uma comédia de costumes⁴⁸. As vozes, cada uma a seu tempo, captam a realidade do desencontro entre casais e expõem uma sociedade onde a rotina os torna indiferentes, pois “mesmo quando se encontram [...] travam diálogos-monólogos” (TELLES, 2012, p. 463).

Vários fatos importantes marcam as narrativas e, entre as contemplações levantadas por Júlia Lopes, está o diálogo com narradores sobre a separação legal entre cônjuges, sobretudo da família brasileira burguesa no período, que se caracterizava como patriarcal. Os desencontros nos relacionamentos são motivos para que Júlia Lopes de Almeida coloque o divórcio em debate por meio de histórias conjugais em que o homem, “apesar de não ser o único meio de produção, [continua] a ser o chefe, o senhor, o patrão” (TELLES, 2012, p. 83).

Júlia Lopes de Almeida, no conjunto das crônicas, não privilegia uma ordem linear na escolha de falar de homens e mulheres. Com essas singularidades, a escritora ajusta a impressão literária ao social, à moral e à política em torno de conflitos individuais e coletivos. O livro cuida, por vezes, do problema do divórcio, todavia as crônicas, em *Eles e elas*, propiciam uma leitura maior aos desvios matrimoniais, com intuito de preservar a instituição familiar. Para “manter a paz no lar” (na crônica “Não posso ter uma abstração...”, p. 256), a autora insinua a prática da dissimulação, que, como justifica a narradora, serve na reconciliação do casal.

⁴⁸ SADLIER, Darlene J. Modernidade e feminino em *Eles e Elas*, de Júlia Lopes de Almeida. *Travessia*, n. 26, p. 233-242, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

É importante notar que, no conjunto da obra, há uma tendência literária do romance do século XIX, em que o personagem é uma pessoa que fala, mas incapaz de agir, como escreve Mikhail Bakhtin (1993, p. 136). A autora permite aos personagens manifestarem reações, contudo eles não modificam com ações concretas a face social dos acontecimentos diários nas famílias. Seguindo esse critério, em “Cada vez que...” (p. 21), a narradora-personagem não ultrapassa os limiares do pensamento, para enfrentar as atitudes indevidas do marido, e encontra a desculpa no “mundo, que não nos dá outro remédio!” (p. 28). Busca o consolo no passado, de onde retoma as palavras da mãe, fazendo-a confiar que “A felicidade” estava em acreditar inteiramente no marido (p. 28).

Em *Eles e Elas*, a proposta é a da harmonia de sentimentos entre o casal, o que não invalida a posição crítica autoral contra a “mulher-objeto de luxo”, pois, segundo ela, “a mulher não nasceu só para adorno, nasceu para a luta, para o amor e para o triunfo do mundo inteiro!” (p. 13). A escritora transpõe para a obra uma análise determinada pela divisão convencional de gênero, acompanhando o seguinte comentário: “essas criaturas comem uma ao lado da outra, dormem uma ao lado da outra, e é às vezes como se cada qual estivesse encerrada numa torre à parte, de grossas paredes de pedra e sem janelas” (p. 103).

Ao pretender uma mudança social, Júlia Lopes de Almeida busca inverter o discurso masculino, cuja voz, de um e outro narrador, cede aos extremos caprichos da mulher e tudo pela harmonia familiar, como acontece na crônica “Males do estio”. O título que abre este subtema, retirado de uma das crônicas narrativas de Júlia Lopes de Almeida, sintetiza as indisposições que ocorrem na trajetória dos casais. A autora compara o sentido controverso de estio, referente à estiagem, seca e à falta de chuvas no verão, aos desconfortos que a convivência matrimonial traz, na maioria das vezes. A metáfora “males do estio”, em *Eles e elas*, emerge da realidade do cotidiano familiar, nas suas diferentes direções, intuindo que, no casamento, “todo o tempo é tempo de acordar uma consciência e esclarecer uma razão” (p. 161).

Respondendo aos princípios básicos da família cristã, Júlia Lopes de Almeida, embora fale sobre o divórcio, em *Eles e elas*, não autoriza a concretização da lei nos dramas conjugais entre personagens. Com a escolha pela paz no lar, a autora induz o leitor a desconfiar dos benefícios de tal lei:

Os casais separados pela intervenção alheia não encontram alívio na separação, mas antes motivos para ódios e rancores. Nem ela nem ele nos perdoariam nunca tal ação [...] acho que devemos esperar em silêncio [...] para a felicidade de todos, ela continue a ser mais do seu marido do que nossa... (p. 162).

A citação remete a um dos motivos por que a crônica “Males do estio”, em *Eles e elas*, de Júlia Lopes de Almeida, reproduz a concessão e a tolerância no enredo doméstico. A mulher é protegida e definida como sustentáculo da ordem familiar, núcleo central da sociedade católica, um dos critérios que reforça os padrões da Igreja Católica. A escritora confirma, portanto, os padrões morais da época. Conforme Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (2004), qualquer incursão da mulher por outros terrenos que não os permitidos, resultam na punição, muitas vezes, com a execração religiosa⁴⁹. É o conto “Males do estio”, conduzido, particularmente, por uma voz masculina, que define o lugar da mulher muito mais preparada para o casamento. Nesse espaço de atuação, a casa, a personagem deseja, no entanto, ser reconhecida e indispensável para o marido, o que significa que, de alguma maneira, a autora ajudou a reformular o discurso patriarcal.

Resumindo, em *Males do estio*, a autora ironiza o excesso de vaidade da protagonista com o chapéu novo, em um passeio com o marido de onde retornariam “à hora da sombra, aproveitando o bonde” (p. 222). Ao longo do dia, o intenso calor e o ar seco transformaram-se em uma tempestade, e a jovem, preocupada em não estragar as flores do chapéu, obrigou o rapaz a entrar numa sala de cinema. Ali, assistiram, por três vezes, às “mesmas cenas sentimentais”, esperando a chuva diminuir, o que não aconteceu. No final, pagaram um *chauffeur* que os levou para casa. Apesar de todos os cuidados, “alguns lilases tinham pendido, umedecidos”. A mulher propôs substituí-los, ao que o marido rebateu, dizendo que para protegê-la e ao chapéu, acabou gastando cento e quarenta réis, não apenas, noventa e cinco réis, o valor inicial do adorno feminino. (p. 225). Conforme matéria literária de Júlia Lopes de Almeida, em virtude desses males, os quais circulam ao modo da “estação de sol ardente e chuvas inesperadas”, é que os casamentos

⁴⁹ Disponível em: <www.cesla.uw.edu.pl/cesla/.../Revista/Revista_2/120-128_Cavalcanti.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

deveriam em qualquer época da vida ser feitos por contrato temporário, de certo número de anos: cinco, dez, doze...quem se desse bem renovaria o contrato, tal e qual nas firmas comerciais; e quem não tivesse encontrado o seu ideal, esperaria pacientemente a terminação do primeiro prazo, serenamente, legalmente, sem escândalo nem discussão, diria adeuzinho a um período de vida em que não tivesse encontrado a felicidade sonhada, e trataria de pensar em outro rumo (p. 166).

Em outra trama, “Cena de comédia”, o narrador contraria a vigilância masculina acerca do pensamento feminino, o que, segundo as normas eclesiásticas, é um direito de posse adquirido no casamento. No enredo, o marido aceita as saídas da mulher sem a presença dele, por acreditar na honestidade e na lealdade da esposa. A liberdade a ela oferecida é uma forma de prêmio em reconhecimento pela boa conduta, o que provavelmente assegura a fidelidade da mulher. Tal perspectiva não deixa de incluir uma vigilância, da guarda masculina.

Júlia Lopes de Almeida não disfarça os transtornos dos casados, mas, de modo geral, ela dirige os cônjuges para o entendimento mútuo, decidindo-se pelo casamento, onde a “mulher e o marido se contemplam a olho nu. Conhecem-se, então, e contam um com o outro para a travessia do mais doloroso passo da vida – o que transpõe os umbrais da velhice” (p. 262). Este cenário delineado pela autora pode sugerir, de acordo com Joan Scott, o gênero na sua construção social, que se estrutura “em conjunção com a visão de igualdade política e social” (1991, p. 29), o que permite acompanhar debates de direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.

Nos interstícios do discurso dos personagens, a voz autoral participa da discussão, justificando a perspectiva de reconciliação. Nas crônicas, o ponto de vista feminino remete à felicidade fundada na parceria, cena familiar que não se constrói isoladamente, afirmando a posição da aliança de Júlia Lopes de Almeida, antes da opção direta pelo divórcio como solução extrema. O apelo, no final de *Eles e elas*: “Ouve o que te digo: casa-te” (p. 264), segue a percepção de um narrador, tentando convencer o cunhado de que o casamento é “a certeza de encontrar na vida a mais perfeita felicidade que é dada ao homem gozar [...] é o que há de melhor na vida [...]” (p. 262-269). No trecho, a autora reporta-se a consciências sociais, com o intuito de que os matrimônios sejam preservados, mantendo um posicionamento familiar

conservador. Na continuidade do diálogo, o homem confia ao jovem que, “em geral, mesmos os bem casados lá tem um dia ou outro em que divergem de opiniões e discutem e se alteram [porém] do fundo da consciência sopra uma doce aragem, que dissipa a tempestade e faz voltar o bom tempo...” (p. 260-261).

Na maioria das vezes, Júlia Lopes de Almeida associa sua opinião a uma política de restabelecimento, pelos cônjuges, portanto, voltada a um “bom tempo”. Com a proposição, a narrativa procura resolver as diferenças presentes no lar, pois

nenhum homem tem o direito de exigir da sua mulher a perfeição, como ela não tem o direito de a exigir do seu marido [...] abre bem os ouvidos a esta minha afirmativa – é que numa hora de provação, a esposa com que menos se conta assume quase sempre um alto poder moral, que melhor do que nenhum outro consola e reanima o homem abatido (p. 264).

A autora se adianta aos estudos contemporâneos de gênero, ao tentar, por exemplo, reduzir as intransigências entre os pares. Ela desperta, particularmente os homens, para ganharem a “pacificação de um sentimento superior” (p. 264). Uma das razões por que, na crônica “Males do estio”, a precocidade da protagonista é atenuada pelo esposo, que, para agradá-la, mandou “substituir-lhe os três cachinhos estragados do chapéu, por outras três flores iguais” (p. 226), admitindo que, diante da figura amuada, era “melhor assim!” (p. 226).

Os conflitos decorrentes das relações entre pares, adotados por Júlia Lopes de Almeida, “por vezes [com] um tom ligeiramente irônico, apontando para as diferenças entre os sexos e os papéis sociais de cada um” (DUARTE, 1996), seguem os procedimentos destinados principalmente sob a ótica da mulher branca da classe média que, mesmo ligada a um grau de instrução, estabelecia relações com o matrimônio realizado por conveniência social. Apesar da condição de mulheres das camadas médias escolarizadas ou não, elas se mantinham caladas diante do marido, o qual “não precisa nem deseja que a esposa lhe diga senão a palavra da ocasião” (p. 25). O melhor lugar para a mulher ainda era o lar. “Apesar da ótica conservadora” (DUARTE, 1996), postura social condizente com a época, em *Eles e elas*, os enredos tentam uma reação ao comportamento marital, ainda que não concretizem uma forma adequada de resolver as aflições femininas,

diante do descaso do companheiro, como o faz a narradora, em “Se eu fosse outra...”, simulando apenas o desejo de abandonar a casa (p. 61).

Diferentemente das personagens Lésbia e Celeste, de Maria Benedita Bormann, em décadas anteriores, que buscam a morte para resolver o mal-estar de suas existências, uma das narradoras de Júlia Lopes de Almeida elege o divórcio: “mais sensato a fazer [que, como fala,] não é matar-me, é divorciar-me!” (p. 63). Simultaneamente, Júlia coloca as vozes narrativas confirmando a necessidade do divórcio:

Estou a enxugar os olhos com tanto choro... e afinal essa solução seria estúpida... seria ridícula! Antes o divórcio... sim... E se ele recomeçar algum dia a chamar-me idiota... o que tenho de mais sensato a fazer não é matar-me, é divorciar-me! Vou para a Europa; ele que fique por cá (p. 67).

E apresenta as dúvidas que fazem parte do homem e da mulher, ironizando as situações em crise e os transtornos que podem chegar aos casais, trazendo à tona

um certo período na vida em que o homem soto-põe voluntariamente as suas opiniões às opiniões da mulher: o período do noivado. E ainda com a condição de que esse período seja curto. Depois de casado, adeusinho, meu anjo! As coisas são como eles querem e nunca como a mulher as entende. Entrincheiradas no seu critério, como numa fortaleza eriçada de pontas [...] (p. 79).

Se a autora apresenta a constante de uma estrutura de dominação em que a “opinião de mulher tem pouco peso” (p. 77), cria, com igualdade, uma temática indagadora a respeito do excesso de sentimentalidade, das razões para aceitar o divórcio ou não. Acompanhando uma de suas narradoras, o leitor confere que “o divórcio não é só uma libertação para os casamentos desgraçados [é] também uma ameaça útil para os felizes” (p. 80). As situações convergentes e divergentes se apresentam, por exemplo, em “Os serões familiares”, em que as identidades se mobilizam para apoiar o direito à lei, ou, por rever o pensamento de “moralistas” que enfatizam “as doçuras” do lar (p. 80).

Júlia Lopes de Almeida traz outra discussão, em “Nessa mesma tarde”, em que a narradora anuncia uma união dissolúvel e programa o

matrimônio por contrato e de poucos anos. O acordo determinado evitaria a dissimulação, os casos de adultério e a monotonia do casamento imutável, que pode causar o desinteresse de um cônjuge pelo outro.

Com efeito, a autora aplica o tema do casamento para pensar uma “outra orientação” para a mulher (p. 201). Por conseguinte, faz da matéria do casamento uma das formas para apresentar as diferenças que caracterizam os sexos, reservando cada divisão para que narradores e personagens expressem divagações e embaraços conjugais. Em outros termos, os enredos, em *Eles e elas*, anotam sintomas de uma tradição patriarcal e, similarmente, viabilizam resistências à atitude de mulheres criadas para mártires ou hipócritas, daí revelarem uma época criticamente.

Cuidadosamente, Júlia Lopes, em *Eles e elas*, usa a “crônica narrativa” como um instrumento para a revisão dos obstáculos impostos pela indissolubilidade do matrimônio, sugerindo ou optando com zelo pela lei do divórcio. Ela sabia que as mudanças para a legislação que transcorria, na época, eram contraditórias, principalmente para a mulher divorciada, que seria castigada e confinada ao isolamento familiar, como afirma uma das personagens em “O inimigo...”: “Pensarás que te estou combatendo a ti, e estou combatendo em ti um inimigo terrível, que te comerá minuto a minuto aos bocadinhos, se a minha experiência e o meu amor não o espantarem para longe!” (p. 190). Com isso, ela denuncia a recriminação ao divórcio no universo feminino, considerando que, à época, “determinadas condutas são admissíveis nos homens, mas inadmissíveis e até censuráveis para uma mulher instruída, de classe média” (ALVES, 2012, p. 132).

Para lembrar, na passagem do século XIX para o século XX, a classe média é identificada como um segmento social intermediário entre donos de terras e escravos, conforme palavras de Ivya Alves (2012, p. 125). Não havia uma estrutura e denominação clara dessa categoria, porém é válido incluir as poucas mulheres urbanas que tentavam viver independentes da renda do pai até encontrarem casamento. Somente um grupo menor continuava a trabalhar depois de casada, colaborando em tarefas burocráticas, consideradas apropriadas para mulheres. Porém, elas não recebiam o suficiente para obterem independência da renda masculina, o que, na maioria das vezes, preservava um matrimônio frustrado.

Júlia Lopes de Almeida não afasta suas personagens da supervisão masculina e mantém a prudência de uma das narradoras em não pedir o divórcio. Porém, “Se ele amasse outra mulher, [ela] ficaria

livre para amar também outro homem”. E o que a faz ter “escrúpulo?” (p. 131). Em outras narrativas, seguem alusões ao fato de que a separação, ou o adultério, não acontece pelo escrúpulo excessivo, mas por falta da decisão feminina (p. 132). Com argumento equivalente, em “Quem diria...”, a narradora manifesta-se “convencida de que se não fosse a prudência das mulheres o casamento seria uma fonte abundantíssima de escândalos” (p. 92).

De acordo com Viviane Arena Figueiredo, a visão cristã sobre o fato anterior condenaria a mulher ao verdadeiro sentido do adultério. Considerando os preceitos do Novo Testamento, no Evangelho de São Mateus, a mulher repudiada pelo marido, pelo fato de ter sido infiel, é considerada adúltera por toda a sua vida. Da mesma forma, o homem que vier a ter relações com tal mulher repudiada, mesmo sendo esta não mais casada, será também considerado adúltero (FIGUEIREDO, 2006, p. 44). Completando o pensamento, o Evangelho determina que qualquer homem ou mulher que contrair casamento pela segunda vez, após ter sido repudiado, comete adultério contra o cônjuge do primeiro matrimônio.

A escritora mantém-se consciente dos aborrecimentos das amarras do casamento que incitam a infidelidade, do descaso e da falta de cumplicidade. Os desentendimentos entre casais, porém, precisam ser tolerados. Júlia Lopes de Almeida não ignora, portanto, as infidelidades, a perda de ilusões; calcula, outrossim, que a mulher e o marido possam vencer as “coisas” intoleráveis e passem a vida “de mãos juntas”. Com a proposição, a escritora contribui para discutir a validade do casamento indissolúvel, realizado pelo catolicismo. Sob tal perspectiva, o casamento em *Eles e elas* fundamenta-se pelos princípios da salvação pela fé e pela confirmação da sua indissolubilidade. Ao longo do século XIX, tais decisões, com base no Concílio de Trento, proclamam o matrimônio como um sacramento e as orientações favorecem, geralmente, as classes mais privilegiadas, bem como delimitam os arranjos entre parentes com o objetivo de preservar os bens das famílias⁵⁰.

Sintetizando, Júlia Lopes de Almeida trata de expor uma política ancorada no moralismo e de preservação do núcleo familiar. As duas posturas narrativas são justificadas pela época em que “as mulheres

⁵⁰ SILVEIRA, M. A. S. As relações familiares e as práticas discursivas católicas em Teresina no alvorecer do século XX. Disponível em: <www.ufpi.br/19sic/.../Mona%20Ayala%20Saraiva%20da%20Silveira.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

oscilavam entre tradição e modernidade em relação à condição feminina” (ALMEIDA, 2006, p. 4), defendendo um ponto de vista conservador. Entretanto, a escritora aparece também acolhendo o divórcio, o que considera “uma necessidade”⁵¹, rompendo com estruturas sociais que lhes eram impostas na vida pessoal das mulheres. Lembro que se trata de ficção, embora os encaminhamentos contraditórios aproximem-se dos impasses manifestados pelo código civil brasileiro que, ao modo de Júlia Lopes de Almeida, o debate divorcista, no parlamento, é percebido como sentinela da “felicidade do lar” e como “uma lei destruidora e fatal” (p. 80-81) dos serões em família.

Júlia Lopes de Almeida atingiu a virada do século XIX para o XX escrevendo, em geral, ao público feminino. Em *Eles e elas*, ela aborda temáticas referentes ao costume da mulher no ambiente familiar, com os deveres de esposa e dona de casa. Focaliza os lares, principalmente, a relação entre o casal e a mulher, que estava atrelada ao discurso de instruir, civilizar e normatizar as famílias. A escolha pela temática relacionada à mulher como a grande responsável pelo ordenamento doméstico e familiar motivou a crítica, às vezes, a nomear a escritora como conservadora. Segundo justifica Leonora de Luca (1999), o pensamento de Júlia Lopes de Almeida deve-se ao fato de ela escrever e publicar no período do ideal republicano, que visava à civilização do país, a qual poderia ser atingida por meio da instrução da população e das famílias.

Próxima ao Modernismo do século XX, a autora observa as variações do comportamento entre os casais e, traduz, em particular, o comportamento da mulher, que, encerrada no espaço protegido do lar, desejava transgredir. Dentre algumas pesquisadoras, Leonora de Luca reforça o posicionamento, comentando que “Júlia Lopes realizou, através de seus escritos, o “feminismo possível” dentro do quadro histórico-social específico de sua época: embora suas preocupações com a redefinição do lugar da mulher na sociedade possam parecer conformistas [...] efetivamente não era assim para o seu tempo” (LUCA, 1999, p. 24). Por isso, a escritora e várias outras não desconheciam que, pela atitude de saírem em defesa dos direitos femininos, “não eram bem vistas”. Elas foram, então, consideradas moralmente perigosas principalmente ao acatarem o divórcio, o que significava um mau

⁵¹ Citado em OLIVEIRA, Andrada América de Andrade e. *Divórcio?* (2007, p. 37).

exemplo comparado às normas religiosas, que idealizavam o recinto familiar.

O modelo dos textos aceitos à época, que eram pautados nos critérios religiosos, deveria ser benéfico, instruindo e edificando o espírito dos fiéis. Resultam das imposições diante do tema as circunstâncias narrativas com outra forma de ver a vida, além da função instrutiva e moralizadora. Elas desafiaram “os impedimentos reais de se moverem no ambiente público” (ALVES, 2012, p. 133) e criaram formas de escritas, ficcionais ou jornalísticas, para enfatizar o diálogo familiar e, concomitantemente, problematizarem o conservadorismo feminino, internalizado pela sociedade.

4 PARA ALÉM DO DIVÓRCIO

Mas deixemos de lado todas essas aberrações do intelecto viril, que dariam material para grandes volumes a quem quisesse delas se ocupar, sem poder chegar a fazer triunfar a justiça e a verdade (FLORESTA, 1989, p. 140)

No cenário da segunda metade do século XIX e início do século XX, as escritoras, ainda que mantivessem um tom moralizante em suas narrativas, buscaram outra maneira de lidar com a vida. Na verdade, as oitocentistas não se restringiam a pensar no desejo de libertação de um marido algoz, elas queriam a participação feminina na política, o que não era bem visto pelos homens. “Diálogos”, de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, é um texto que, dentre alguns debates, recusa a situação de vítima da mulher para que ela seja tratada com direitos políticos equivalentes ao do homem. Num tempo próximo ao de Ana de Barandas, Nísia Floresta, em *Opúsculo humanitário*, de 1853, reivindica transformações no cotidiano das mulheres brasileiras. A escritora acreditava no progresso político das mulheres, com oportunidades de obterem independência também economicamente. Nísia Floresta rejeita as amarras convencionais de um passado que enfraquecia a atuação feminina de um grupo de mulheres que continuavam sem ingressar em profissões e em instituições educacionais. Inspirada em conquistas femininas nos outros países, a escritora fala da indiferença dos “zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra”, quando deviam associar a mulher às mudanças políticas que o século apresentava (FLORESTA, 1989, p. 45).

As escritoras contam a história, na maior parte dos enredos, de mulheres de classe média, cujo casamento acontecia de acordo com a opinião favorável do patriarca, o que significava a omissão da escolha feminina. Ao longo das décadas, as mulheres não queriam mais o controle de suas ações pela família. Independentemente de suas posições sociais, no final do século XIX, de acordo com June E. Hahner, “algumas mulheres já reivindicavam liberdade para o desenvolvimento completo de todas as suas potencialidades, dentro e fora do lar” (2003, p. 162). Outras assumiam o aparente sossego do lar, vivenciando a autoridade do marido e do pai, que seguiam a atitude colonial de soberania em relação à mulher ou à filha. Isto é,

preservavam o casamento aliado à tradição em busca de um dote, ainda que modesto.

No final do século XIX, opondo-se ao tratamento aludido, Josefina Álvares de Azevedo, com boa posição social, torna-se “uma das mais combativas defensoras dos direitos femininos no final da década de 80 e início da de 90” (HAHNER, 2003, p. 162). A escritora desempenha um comportamento ativo nas lutas contra a discriminação feminina, impulsionando as mulheres brasileiras a reivindicar a participação política por meio de uma perspectiva a favor do direito eleitoral. A autora motiva-as pelo voto, e a igualdade de direitos políticos é recriada em sua peça *O voto feminino*. O texto em forma de folhetim é apresentado no rodapé d’*A Família*, do Rio de Janeiro, de 21 de agosto a 13 de dezembro de 1890. A peça reproduz a vida doméstica para tratar do sufrágio feminino e das iniciativas da personagem Esmeralda, que deseja ser candidata.

Para Josefina Álvares de Azevedo, o livre-arbítrio “faz de cada criatura um ser igualmente forte para as lutas da vida” (AZEVEDO, 28 ago. 1890, p. 1). A dramaturga credita à mulher dos oitocentos a tarefa de assegurar-se politicamente, procurando mudar a tradição de que “os homens podiam se permitir ter uma variedade de ambições e experiências” enquanto as mulheres, desde o nascimento, estavam destinadas “a ser, em tempo integral, esposas e mães” (HAHNER, 2003, p. 168). Embora o século XIX tenha introduzido, na classe média, o trabalho feminino na indústria, as mulheres não chegaram a possuir a independência econômica e “não obtiveram direitos políticos iguais em nenhum lugar antes do século XX” (HUNT, 2009, p. 67).

Mesmo com alguns anos que separam Josefina Álvares de Azevedo de outras escritoras, todas apostam nos direitos políticos, com os quais as mulheres possam discutir os incômodos que muitas delas enfrentam na vida privada. Algumas observam que as leis brasileiras condenam a mulher a uma vida limitada em relação ao homem na maioria das situações do cotidiano. Comedidas, apenas sugerem a lei do divórcio amplo, como o faz, em 1898, Inês Sabino, em *Lutas do coração*. Com um feminismo conservador de uma senhora “burguesa e bem-comportada” (MUZART, 2000, p. 595), a obra trata, entre alguns episódios familiares, do preconceito experimentado pela personagem Antonieta, que passa a viver ilicitamente uma união conjugal. Condenada pela sociedade, a protagonista troca o nome de batismo por Ofélia e viaja “para a Europa [pois] lá não teria inquietações por um passado desastroso, de que ela culpa alguma tinha” (SABINO, 1999, p. 111).

No final do século XIX, Inês Sabino, apesar de não falar diretamente sobre a lei, não deixa de problematizar o universo de inferioridade da esposa. A presença da mulher na sociedade ficava restrita ao lar, aos afazeres domésticos, e o acesso a clubes, teatros e cafés só era permitido se estivessem acompanhadas. A escritora soube usar sua narrativa como instrumento em resposta às distorções da realidade familiar. Assim, ela e muitas puderam dizer abertamente o que pensavam sobre as lutas do casamento, onde o “divórcio é, afinal, uma questão de urgente atualidade brasileira e que, dia a dia, se impõe, sem que haja o direito de alguém furtar-se e encará-la de face, positivamente. E mais cedo ou mais tarde vencerá” (OLIVEIRA, 2007, p. 28). Outras incomodadas expressavam raiva e a vontade de “fugir” sem saber para onde, “mas fugir para sempre, diluir[-se] no espaço” (ALMEIDA, p. 61).

Além dos questionamentos das escritoras, outros membros da sociedade defendiam a alteração da lei ou manifestavam o interesse pela permanência da indissolubilidade, justificando-se em diferentes edições de jornais, por exemplo, *O Paiz*. Na segunda folha de 18 de janeiro de 1885, a coluna traz o protesto do Papa Leão XIII⁵² “contra o divórcio, que no seu conceito é a ruína das famílias, compromete a educação dos filhos e provoca a decadência do Estado” (*O Paiz*, ano II, n. 17, p. 2, 18 jan. 1885).

Contrariando a opinião do Papa, Francisca Clotilde, em *A divorciada*, de 1902, recria um enredo em que o divórcio é discutido como libertação dos obstáculos que dificultam o viver em harmonia. Pesa, no início do século XX, a escolha do cônjuge dentro das relações familiares. Casamentos entre parentes de primeiro grau eram comuns, de modo a evitar que os bens saíssem das famílias. No caso dos protagonistas de *A divorciada*, o matrimônio por opção somente se realizaria quando Chiquinho, um rapaz de menores posses que Nazaré, alcançasse um posto econômico “bem alto” (p. 81), o que daria a eles a possibilidade de se casarem. Com o enredo, a autora concorda com o pensamento que circulava na época, como o exposto na coluna “Direitos da mulher”, em *A Mensageira*, cujas

reivindicações femininas [desejavam] não ver no casamento a garantia do seu futuro, mas a comunidade de dois corações que nobremente

⁵² O nome do Papa consta apenas na capa do jornal *O Paiz* de 13 dez. de 1884, ano I, n. 74.

enamorados um do outro, pela simples necessidade do afeto se reúnem para afrontar, com igual coragem e igual independência, o imprevisto da sorte (15 jan. 1900, p. 221).

Francisca Clotilde denuncia o pensamento discriminador que nega a autoridade do lugar do filho em poder fazer suas próprias escolhas, indicando caminhos para que as mulheres conquistem uma posição digna em casamentos realizados por amor. No contexto social da escritora, o acesso feminino às decisões familiares era muito difícil, ficando, quase sempre, a mulher excluída dos acontecimentos políticos, porém, é preciso entender que, à época, circulava, no Brasil, o privilégio do marido dentro de casa. O diálogo amoroso, que girava em torno de uma pequena elite, era inspirado no romantismo francês, “recheado de metáforas religiosas: a amada era um ser celestial”, como registra Mary Del Priore (2015, p. 122). Em consequência, o costume de vida feminina chama atenção para um matrimônio que interditava os direitos à educação e à formação profissional.

A incapacidade declarada ao exercício político feminino dentro e fora do âmbito familiar não é apenas restrita às brasileiras, pois faz parte também de mulheres situadas na Europa Ocidental, em particular a francesa, onde experimentam “numerosos interditos morais, físicos e intelectuais”, como acentua Michelle Perrot (2014, p. 23).

A historiadora francesa assimila a luta em prol dos direitos femininos com base na história de mulheres particularmente da Europa Ocidental, o que não significa que ela não esteja “nem aí” para as mulheres de outras partes do mundo⁵³. A escolha é mais pelas condições culturais que possibilitavam a elas uma autonomia para inverter a discriminação imposta pela supremacia masculina. Apesar do distanciamento geográfico e temporal entre a Europa e o Brasil, as escritoras brasileiras dos oitocentos “tomam sua história nas mãos”⁵⁴ e, inspiradas em outras realidades de suas contemporâneas, questionam a indissolubilidade conjugal protegida por questões religiosas, até porque suas escritas são próximas à divisão entre a Igreja e o Estado, em 1890.

⁵³ Disponível em:

www.marilia.unesp.br/.../feminismo_para_poucas_entrevista_michelle_p... Acesso em: 10 set. de 2015.

⁵⁴ Disponível em:

www.marilia.unesp.br/.../feminismo_para_poucas_entrevista_michelle_p... Acesso em: 10 set. de 2015.

Com propostas no âmbito das letras e do jornal, elas problematizam a oposição entre homens políticos e mulheres domésticas, limites impostos pelos tribunais eclesiásticos.

Para definir os papéis sociais de maridos e esposas, a revista *A Mensageira* traz no número 28, Ano II, de 1899, a autora Adelina A. Lopes Vieira respondendo a uma de suas leitoras. A jovem comenta os momentos que antecedem ao casamento, com o entusiasmo de quem vai se casar por amor, enfatizando o encantamento que tem pelo noivo Arthur. A missivista não duvida de que ele irá atender aos seus gestos e caprichos. A redatora, numa atitude menos romântica, por meio de um ensaio intitulado “A noiva”, segue ideais diferentes. Com base na possibilidade de desilusão, recomenda que a noiva esteja preparada para as contradições. Para tanto, sugere: “Resigna-te desde já”, ainda que para ser boa esposa não seja necessário abandonar o estudo. Em poucas palavras, a ensaísta une a conformação e um posicionamento de emancipação feminina. Para garantir a perenidade do casamento por amor, a mulher deve “agradar ao esposo, sempre casta, sempre meiga e imaginosa”. Apoiada na conduta da mulher católica, Adelina A. Lopes Vieira lembra que a eternidade do amor depende de saber compreender a união feita de sacrifícios e de estar aberta ao dever da maternidade, somente concebida por Deus (VIEIRA, 1899, p. 82-83).

Na resposta da redatora, transparecem “os revezes da vida”, com a interrupção da felicidade conjugal. Recordo que Mme. M. L. Gagneur (1832-1902), Guiomar Torreção (1844-1898), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Adelina A. Lopes Vieira (1850-?) e Analia Franco (1853-1919), no presente capítulo, ainda que, numa breve referência, complementam a análise da mentalidade preconceituosa que atravessa decênios, até porque expuseram críticas e lutaram “para conquistar o espaço quase sempre bastante cerceado”, quando preponderava o domínio masculino nas relações domésticas (KAMITA, 2004, p. 165). Retomando Adelina A. Lopes, para ela, as mulheres casadas deviam estar preparadas para a ocasião de o homem reprimir os seus desejos, logo após o noivado (VIEIRA, 1899, p. 82).

Algumas décadas antes das colocações da redatora, em 1897, *A Mensageira*, no número 1, Ano I, edita um trecho do *Livro das noivas* de Júlia Lopes de Almeida, que já trazia um discurso voltado à instrução em favor da mulher “amorosa e digna do doce e pesado encargo que a sociedade lhe destinou”. Em outras palavras, a mulher pronta para satisfazer uma necessidade moral ou intelectual do esposo e da família (ALMEIDA, 1897, p. 14). A escritora revela uma ordem familiar em que a mulher deve contornar os dissabores para ser útil e agradável no

casamento. São essas as “Concessões para a felicidade”, instrução presente no livro editado em 1896, que levam a mulher a desejar viver “em paz” na proteção do esposo (ALMEIDA, 1905, p. 51-52). Na obra indicada, a personagem masculina é exaltada como “o mais forte, o responsável, o chefe”, considerando a renúncia feminina e privilégios masculinos, posições sustentadas pela superioridade masculina.

A opção de Júlia Lopes de Almeida pode ser justificada como reforço de uma atitude que visa à harmonia, adequada à administração doméstica, o que, segundo June E. Hahner, ocorria em qualquer outro lugar do mundo ocidental à época quando as “mulheres viviam em estruturas culturais, sociais e econômicas majoritariamente criadas por homens” (HAHNER, 2012, p. 43). Ciente das limitações impostas, a artista brasileira tem por iniciativa mostrar outros caminhos à mulher. Assim, se Júlia Lopes de Almeida prepara as noivas para uma adequação às normas do matrimônio, também aposta numa perspectiva feminina por direitos políticos. Aconselha que a mulher não exerça somente as tarefas de mãe, esposa e dona de casa, pois ela “não nasceu só para adorno, nasceu para a luta, para o amor e para o triunfo do mundo inteiro!” (ALMEIDA, 1905, p. 51-52).

Em 1906, com traços semelhantes às advertências anteriores, Júlia Lopes de Almeida escreve *Donas e donzelas*, enfrentando a reclusão feminina. O empenho da mulher sujeito ao lar é reforçado pela Igreja Católica, que procurava conter a atuação das mulheres à esfera privada, dificultando o trabalho feminino fora de casa. Em contraponto, a autora orienta as mulheres a resistirem aos “preceitos de civilidade” (ALMEIDA, 1926, p. 69). Os resultados obtidos a partir de Júlia Lopes de Almeida evidenciam posições divididas entre a mulher em se restringir e se opor aos mandos sociais. De certa maneira, elas formalizam um contexto de mudanças percebidas em fins do século XIX, sobretudo pela mulher de elite, ao frequentar “as lojas, as casas das suas amigas, os teatros, e os bailes, salões e festas”, pois, enquanto isso, “nas casas miseráveis [...] a mulher [estava] na fábrica”, conforme Maria Amália Vaz de Carvalho argumenta. A escritora portuguesa, em “A mulher do futuro”, texto editado em *A Mensageira*, procura conciliar um pensamento de adesão aos direitos políticos da mulher que aspira trabalhar ao lado do homem. A escritora demonstra contradições, posicionando-se em favor da modernidade e ao mesmo tempo, considerando a batalha complexa, por provocar a divisão no casamento, por meio do divórcio, que “Na maior parte das nações [...] destruiu a família” (CARVALHO, v. II, n. 31, ano II, p. 134, 1899).

Amália Vaz de Carvalho avalia que a ausência da mulher, o menor contato com os filhos, por compromissos sociais, propiciam novo comportamento no matrimônio: “Onde o divórcio existe, ao menor embate os cônjuges divorciam-se e vão construir novos ninhos, de onde emigram bem cedo para novas distrações e novos prazeres” (CARVALHO, 1899, p. 134, v. II). Há na escritora o desejo de contrariar o regime liberal, sob o qual ela foi educada, que trouxe desorientação moral no casamento, escravizando a mulher principalmente, “a quem as leis, os costumes, as convenções negam todo o meio de conservar a independência, de fugir da miséria, de conquistar uma mediocridade honesta e farta, de escapar à tentação que as vence tanta vez [de se venderem] legalmente pelo casamento rico (CARVALHO, 1899, p. 135, v. II). A redatora confronta-se com duas situações: uma da mulher-mãe presente e outra incumbida em transformar o campo social, pela profissão. Da segunda opção, surge “esse horror para a mulher; que ela tem de pagar com seu amor fingido os bens que desfrutava” (CARVALHO, 1899, p. 135, v. II).

As reações de Adelina A. Lopes Vieira e de Maria Amália Vaz de Carvalho confirmam questões que denotam uma nova dinâmica dentro do sistema do matrimônio e da produção do país. Colaboradoras da revista *A Mensageira*, as escritoras souberam usar o meio de comunicação para expressar anseios e expectativas e uma literatura que não se limitava a uma arte, mas projetava-se também como meio de reflexão, enquanto mulher e escritora (KAMITA, 2004, p. 166).

Igualmente às escritoras em análise, elas sinalizam alternativas de a mulher casada habilitar-se para a vida, negociando com o processo de renovação do sistema familiar, sem abandonar “o estudo e o espelho” (VIEIRA, 1899, p. 83). Os argumentos colhidos na revista *A Mensageira* seguem o senso comum do final do século XIX dos rígidos códigos morais, os quais acentuam a expectativa de a mulher agradar ao marido, como uma resignação imposta pelo catolicismo. É de se observar que nas obras particularmente interpretadas, o aspecto normatizador, perpetuado pelo laço conjugal de práticas conformadoras, vai sendo trocado por uma projeção, baseada na união conjugal destituída de tratamento repressor.

4.1 OPINIÕES FEMININAS NA IMPRENSA DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Para mudar o quadro de sujeição imposto à mulher de meados do século XIX, as escritoras examinam a questão e se empenham na

construção enquanto cidadãs. Com pretensões para alçarem o direito de pensar, de mudar mentalidades, costumes, atitudes e valores sociais, as mulheres escritoras se autopromovem a transformadoras da educação e da emancipação das mulheres, opinando em espaço literário e jornalístico.

Por tal prisma, Francisca Clotilde se organizou no trabalho de jornalista, sendo que seus textos circulavam em diversos periódicos, anotados por Luciana Andrade de Almeida:

Cearense (1877-1884), *Libertador* (1881-1891), *Revista Contemporânea* (1884), *A Quinzena* (1887-1888), *A Evolução* (1888-1889), *Gazeta do Sertão* (1893), *Ceará Ilustrado* (1894), *Iracema* (1895-1900), *O Combate* (1896), *A República* (1896-1901), *A Fortaleza* (1906), *Folha do Commercio* (1911), *O Domingo*, *A Cidade e A Ordem*. [Foi] colaboradora contumaz do *Almanach do Ceará* (entre 1897 e 1919) e teve seus textos publicados no *Almanach das Senhoras Brazil/Lisboa* (1911). Figurou, ainda, nas folhas de *O Lyrio*, de Recife (1902-1904); *O Bathel*, da Paraíba; *Paladino*, do Acre; *A Família*, de São Paulo (1881-1883) e Rio de Janeiro (1883-1897); e *A Mensageira* (1897-1900), também paulista. Cultivou, nestes espaços, a prosa, a poesia e a não ficção, em contos, crônicas, artigos, crítica literária, teatro, traduções, charadas, anúncios (ALMEIDA, 2008, p. 23).

Francisca Clotilde percebe a importância do ensino e da imprensa na transformação da sociedade local e global, sendo conhecida em outros países: Portugal e França. Como resultado dessas experiências, aceita a ideia de sua filha, Antonieta, juntamente com a prima Carmem, e, com elas, publica a revista literária *A Estrella*⁵⁵, que circulou entre 1906 e 1921, no Ceará. Antonieta e ela ficam por quinze anos à frente da redação, contando com redatoras/es de diferentes localidades do país.

⁵⁵ Segundo Luciana Andrade Almeida, “o extenso material [da revista *A Estrella*] dá a medida da extensão do projeto literário e educacional – das 194 edições publicadas entre 1906 e 1921, [a pesquisadora diz ter obtido] – cerca de cinquenta, em papel ou microfilme, algumas incompletas. As mais de mil páginas analisadas contam apenas parte da história de uma das publicações femininas mais duradouras de que se tem registro” (2008, p. 160).

Para Nádía Gotlib, em *A literatura feita por mulheres*, o periodismo feminino, “fundado com a intenção de tratar de questões ligadas às mulheres e, por vezes, problematizando questões importantes de caráter político, incluindo aí o direito ao voto” (GOTLIB, 1998, p. 11), possibilitou a divulgação dos textos das mulheres.

Francisca Clotilde, graças à notoriedade que adquiriu por sua vasta ficção e pela participação jornalística, propiciou um diálogo com as mulheres. Lançou um olhar sobre as representações e expressões do universo feminino, situando sua interferência na construção dos papéis sociais entre homens e mulheres. Ela faz parte de um conjunto de escritoras atentas ao direito de cidadania da mulher, que vinham sendo oprimidas ao longo do tempo.

Ao lado de textos bíblicos e conteúdos autorizados pela moral, as redatoras incorporam ao repertório a mulher-mãe, esposa e colaboradora intelectual. Inscrevem o entendimento em torno de possíveis identidades e papéis femininos, justificados nas diversas opções da mulher que, “sem aceitar o casamento como única solução de vida e felicidade”, deve buscar oportunidades de estudo e de profissionalização, com projetos “de satisfação dos próprios desejos” (GOTLIB, 1998, p. 12).

As lutas femininas, com suas dificuldades, não eram, à época, exclusividade da mulher latino-americana. Em Portugal, “a educação feminina era precária. A mulher era incentivada a escrever poesia – ‘coisa de mulher’ – sem ter o devido preparo”⁵⁶. É no século XIX que as escritoras portuguesas começam a publicar e a exercer uma ação na sociedade do seu tempo, assegurando sonhos e a dignidade a que se sentiam com direito. Segundo Araújo,

entre os anos de 1807 e 1897, são enumerados 77 periódicos em Portugal, excluídos os números únicos, os almanaques, as revistas que trazem apenas figurinos, desenhos ou músicas, ou que se destinam à família em geral. A maioria das publicações são dirigidas por homens que escrevem para as mulheres lerem. Eles são responsáveis pelas escolhas das matérias a serem publicadas e, via de regra, pela elaboração de uma imagem feminina na qual as mulheres deveriam se espelhar, a fim de satisfazer a sociedade (2008, p. 133).

⁵⁶

Disponível em: <www.monicalector.com/index.php?option=com_docman...1, p.11>. Acesso em: 20 out. 2014.

As escritoras e jornalistas redatoras brasileiras conseguem combater a proposta encenada pelos portugueses, à época da República. Outros projetos, como o do casamento civil, aliado à existência do divórcio, são discutidos por elas, o que, “para muitos, abalaria consideravelmente as estruturas familiares”; para outros, ajudaria a consolidar novos valores, discussões travadas na imprensa e nos relatórios dos legisladores, segundo perspectiva de Adriana Kivanski de Senna (2006, p. 152). Aos poucos, inserem o talento, a inteligência e a persistência nos propósitos de acompanhar as mudanças surgidas em todos os setores sociais. Falam do divórcio, em cujo processo, nos tribunais eclesiásticos, permanece a condição da impossibilidade de novos casamentos para os cônjuges que recebem o sacramento do matrimônio.

Constância Lima Duarte explica que a imprensa dirigida por mulheres torna-se peça vital “apenas em meados do século XIX”, quando começam a surgir os primeiros jornais, ainda que considerados uma imprensa secundária, por destinar-se ao segundo sexo. Mesmo assim, “esta imprensa terminou por criar – concretamente – uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina” (DUARTE, 2003, p. 158). Entre alguns nomes, Maria Benedita Bormann, Nísia Floresta⁵⁷ e outras, afastadas delas por algumas décadas, como as escritoras Carmen Dolores, Inês Sabino e Andradina de Oliveira, participam também desse panorama, com suas experiências em periódicos internacionais; no entanto, elas não deixaram que o fascínio pelo Velho Mundo as fizesse perder o sentido de brasilidade. Sensíveis às razões de manifestações locais, pensam os problemas pessoais e os de uma determinada geração de mulheres.

Em um veículo predominantemente masculino a participação de escritoras afirma suas atividades na conjuntura de uma instituição social, acreditando na afirmação de um “espaço onde as mulheres

⁵⁷ “A partir de 1851, Nísia Floresta passa a mandar da Europa artigos para publicação em jornais cariocas, entre os quais o *Brasil Ilustrado*, *O Liberal*, *O Diário*, *O Novo Mundo* e o *Jornal do Comércio*” (SHARPE, 1989, p. xiv). Conforme Constância Lima Duarte, em 1857 Nísia Floresta publica, em Paris, “*Itinéraire d’un voyage en Allemagne*”, pela Typographia de Firmin Didot Frères. O livro, sob a forma de cartas dirigidas ao filho e aos irmãos, contém as impressões e comentários da autora sobre as cidades alemãs que conheceu” (DUARTE, 1997, p. xxxvii).

pudessem ser respeitadas e valorizadas por sua competência intelectual e não apenas como filhas, irmãs, esposas, mães e avós” (ARAÚJO, 2008, p. 233). É no período em que se intensificava o diálogo entre o jornalismo e a literatura que as escritoras oitocentistas concorriam para uma prática de alteração de mentalidade, daí o reconhecimento atual, por exemplo, conferido a Délia, por longo tempo esquecida no interior da sociedade e da cultura brasileiras.

Para falar de Délia, mulher e autora de obras literárias, vale retomar o periódico matutino *O Paiz*, publicado no século XIX, entre 1884 e 1930, e, que, ao lado de *A Gazeta Nacional*, foi produzido e lido pela geração de 1870. Ambos os jornais figuraram como importantes veículos da causa abolicionista no país e da ideologia republicana. Similarmente, pensavam o destino político e social da nação e reafirmavam que a imprensa (e os jornalistas, particularmente) tinha a missão de intervir na formação de valores, condutas e hábitos, para que o Brasil seguisse o caminho do progresso e da civilização.

Segundo José Brito Broca, “*O Paiz* criou a tradição da coluna no canto da primeira página (lado esquerdo), em que figurava um artigo geralmente literário” (1975, p. 223). Colaboraram nas páginas, entre outros, Carlos de Laet, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Júlia Lopes de Almeida e Carmen Dolores. Apesar de Brito Broca não se referir à participação de Délia em *A vida literária no Brasil-1900*, Maria Benedita Bormann publicou, no período de 1892, crônicas nessa coluna de *O Paiz*, de acordo com a pesquisa de Norma Telles (TELLES, Cronologia).

A ausência é percebida na obra *A vida literária no Brasil-1900* (primeira edição em 1956), de José Brito Broca, primeiro, porque o historiador centra suas pesquisas muito mais na primeira metade do século XX, apesar de retomar o século XIX. Assim, por esquecimento ou por não lhe ter chegado o “nome próprio” Délia (compreendido, da mesma forma, o nome do autor)⁵⁸, fazendo, contudo, referência a Carmen Dolores⁵⁹, ao tratar de conferências da época, a Júlia Lopes, entre outras escritoras, por escrever em *O Paiz* até dezembro de 1907, com as “reflexões de um marido” (BROCA, 1975, p. 223).

No entanto, a pesquisadora Norma Telles, ao pesquisar sobre a autora, “em torno de antigos jornais, fotocópias, buscas em sebos; atrás

⁵⁸ Expressão de Michel Foucault (2009, p. 272).

⁵⁹ Ler: “Temas de conferências da época: ‘O que é Melhor’, de Carmen Dolores (a autora fazia um paralelo entre a vida do campo e da cidade para concluir das vantagens da primeira)” (BROCA, 1975, p. 140).

dos títulos mencionados nos dicionários bibliográficos [e] das lembranças de alguns de seus contemporâneos” (TELLES, “Memorial da pesquisa”), destaca Maria Benedita Bormann – Délia, como uma das vozes representativas da evolução das letras brasileiras, com presença no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, onde constam publicações de *Angelina*, em 1886; *Contos breves e crônicas*, em 1887; e *A estátua de neve*, sob a forma de folhetim, em 1890. Colaborou, também, em outros jornais, segundo a pesquisa de Norma Telles, referindo-se a *Mylady*, de 1895, publicada em *A Notícia*, sua última história, pouco antes de falecer.

Délia e demais escritoras oitocentistas não eram apenas curiosas das letras, mas pessoas conscientes de que as mulheres começavam a perceber que as imagens fixadas pelo olhar masculino, na literatura e na sociedade, eram espelhos deformadores (CUNHA, 2012, p. 161). Por isso, elas precisaram ter cautela para afastarem politicamente da família esse processo de representação social absorvido principalmente, na união entre casais.

4.2 O DIVÓRCIO POR JOSEFINA ÁLVARES DE AZEVEDO

O divórcio na instituição civil é uma necessidade lógica. Desde que as partes contratantes se separam moralmente a substância da união pela lei é um absurdo, e um absurdo insuportável, como uma sentença de iniquidade sobre uma consciência resgatada de culpa (AZEVEDO, 02 out. 1890, p. 2).

Em meados do século XIX, as lutas, pelo que as escritoras brasileiras apresentam, foram tomando novos rumos e alcançando outros patamares de interpretação que cooperam, principalmente, com o modo de a mulher alterar seus direitos. Constância Lima Duarte, em *Feminismo e literatura no Brasil* (2003), organiza quatro “momentos-ondas” na história do feminismo brasileiro, propiciando um olhar, entre outros, sobre o contexto jornalístico a partir do século XIX. Ela localiza, entre alguns “momentos-ondas”, a presença de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), a qual

teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa [...] Nísia Floresta identifica na herança cultural

portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina (DUARTE, 2003, p. 153).

Segundo Constância Lima Duarte, a preocupação de Nísia Floresta pelos direitos à educação feminista corresponde à primeira “onda”, ocasião em que mulheres com “uma educação diferenciada [...] tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever” (DUARTE, 2003, p. 42).

Na abertura do movimento, Constância Lima Duarte se refere a Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, com a publicação do “livro *A philosopha por amor* (1845), que trazia, entre contos e versos, uma pequena peça teatral a respeito das reivindicações femininas” (DUARTE, 2003, p. 155) e Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro, fundadora d’*O Jornal das Senhoras*:

colaboradoras tímidas e anônimas, [conseguem] um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização de direitos. Outra escritora importante foi Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, editora de *O Belo Sexo*, publicado no Rio de Janeiro, em 1862. No primeiro número ela declara estar consciente do pioneirismo de sua iniciativa e sua crença inabalável na capacidade intelectual da mulher (DUARTE, 2003, p. 155).

Na segunda onda, que surge por volta de 1870, caracterizada pela ampliação da educação e da reivindicação pelo direito ao voto, Constância Lima Duarte (2003) mostra, entre algumas jornalistas, Josefina Álvares de Azevedo (1851-?), proprietária do periódico *A Família*, circulando de 1888 a 1897, primeiro, em São Paulo, depois no Rio de Janeiro. Nele, a jornalista realiza “um intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão, nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto” (DUARTE, 2003, p. 156). A favor do sufrágio, Josefina Álvares de Azevedo encena, em 1878, no Teatro Recreio, *O voto feminino*, depois publicado em livro. Segundo Constância Lima Duarte, a peça fez

dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país (DUARTE, 2003, p. 157).

A dramaturga oriunda de uma família de boa posição torna-se uma das mais combativas defensoras dos direitos femininos no final da década de 80 e início da de 90 (HAHNER, 2003, p. 162). Conscientes de tais limitações, ela e várias escritoras brasileiras debatem o atraso político que traz, entre outras consequências, o sistema de sujeição da mulher na literatura, na família e na sociedade.

Na edição de março de 1894, na primeira página do jornal *A Família*, que circula no Rio de Janeiro, a redatora-chefe, no artigo “O futuro Congresso”, acomoda, no mesmo texto, “questões que foram postas no primeiro momento da República, mas que devem ter imediata reconsideração. Tais são as do divórcio e a da elegibilidade da mulher” (*A Família*, n. 170, 04 mar. 1894).

É possível conferir que as mulheres, no período estabelecido, ao projetarem a saída do ambiente familiar, passam a defender os papéis atribuídos a cada sexo. Ainda que a época permita analisá-lo a partir dos opostos mulher & homem; o feminino & masculino, a autora “Josefina Álvares de Azevedo (1851-?), [...] com mais ênfase vai questionar a construção ideológica do gênero e exigir mudanças radicais na sociedade” (DUARTE, 2003, p. 157). Constância Lima Duarte oferece instrumentos para que a autora citada e as demais em estudo sejam percebidas nas letras e no panorama jornalístico, onde as escritoras encontraram um meio de reagirem e de aplaudirem aspirações individuais, legais e profissionais.

4.2.1 *A Família* a favor do divórcio

Foi em terras cariocas que a pernambucana Josephina Álvares de Azevedo sustentou o jornal feminino com maior longevidade da história do país e o único, até a presente data, que não abriu mão de sua luta (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

O ambiente jornalístico de meados do século XIX do jornal *A Família* enfoca o debate acerca dos direitos das mulheres com a ideia de emancipação do sexo feminino em prol de sua participação no espaço público. *A Família* serve à luta por direitos femininos ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto. Na pesquisa sobre as escritoras brasileiras do século XIX, Zahidé Lupinacci Muzart aponta para os textos “feministas de feministas ativas como as

periodistas, as fundadoras de jornais e periódicos” (MUZART, 2003, p. 226). A pesquisadora salienta que Josefina Álvares de Azevedo teve considerável responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras. Com empenho fundamental, a dramaturga e várias outras criaram os periódicos, oriundos da necessidade de conquistarem direitos femininos. Zahidé Lupinacci Muzart usa, como primeiro critério, a educação; o segundo, o direito vinculado à profissão e, bem mais tarde, diz aparecer o direito ao voto. A pesquisadora continua:

Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto (MUZART, 2003, p. 226).

Não por acaso, a redatora congrega às suas colunas “todas as senhoras que a queiram honrar com a sua colaboração” (n. 7, 12 jan. 1889)⁶⁰. Nessa perspectiva, Josefina Álvares de Azevedo se dirige à família enfatizando a educação da mulher, sinalizando um Brasil em fase de desenvolvimento e que, como tal, deve contar com a educação da mulher, “a base principal do verdadeiro progresso” (n. 7, 12 jan. 1889), que impulsiona o espírito na luta pela emancipação feminina, desígnio para o qual Josefina pede ao leitor: “Prossigamos!” (n. 7, 12 jan. 1889, p. 2).

De acordo com Emiliana de Moraes, o jornal de Josefina Álvares de Azevedo tem por comprometimento refutar “as ideias atrasadas e errôneas que assaltam o pensamento do homem” (MORAES, 05 jan. 1889, p. 2). A observação é associada a jornalistas que não consideravam aceitável a divisão social em que estavam inseridas. Para elas, os direitos dos homens não deveriam se distinguir aos direitos das mulheres. Com tal posicionamento, *A Família* intercala vários assuntos, em prosa ou poesia, discutindo a persistência da segregação das mulheres nas práticas de socialização.

⁶⁰ As citações aos textos de Josefina Álvares de Azevedo no periódico *A Família*, nesta seção, serão indicadas pelo número da edição, data e página, entre parênteses. As demais citações seguem a forma disposta em norma técnica.

Ao sabor de receitas domésticas, modas, o lugar dos menos favorecidos e a religião, os editoriais manifestam posições por reformas e implantação de leis no país, vinculadas à Constituição de 1891, que regia a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Em conformidade com as observações de June E. Hahner:

Após a proclamação da primeira constituição da nova República, somente umas poucas mulheres como a corajosa editora do jornal Josefina de Azevedo defenderam o direito do divórcio que permitia a dissolução das amarras do casamento já quebradas por mútuo consentimento. Além disso, ela afirmava, a lei era tirânica (HAHNER, 2003, p. 252).

Em uma das colunas d'*A Família*, no editorial “O divórcio”, Josefina Álvares de Azevedo aborda a deficiência da lei de 1890 sobre o casamento civil, que não pode conformar-se com a índole do casamento religioso nem acompanhá-lo em todas as suas consequências (02 out. 1890, p. 2). O artigo prossegue contrariando os laços indissolúveis da igreja, para dar lugar a um contrato de caráter dissolúvel “quer queira ou não o preconceito da sociedade” (02 out. 1890, p. 2). Finaliza esclarecendo as condições da lei, determinada pelo casamento civil, como acordo que exerce uma ação de tirana sobre a liberdade dos cônjuges, “coagidos sem razão a uma ligação falsa e impossível” (02 out. 1890, p. 2).

De acordo com Adriana Kivanski de Senna, o casamento e a família encontravam-se no centro dos planos e das explicações tanto da mudança social como do conservadorismo social, fazendo do divórcio um tema recorrente nos amplos debates sociais e políticos dessa época (SENNA, 2006, p. 81). Conscientes de que a igreja combatia o divórcio, as oitocentistas usavam a imprensa para defender suas ideias, argumentando que os casais em situação de discórdia tinham direito a outra decisão referente à vida conjugal. Cautelosas em relação ao contexto católico e patriarcal da época, elas assumiam, na abordagem, um tom que não ferisse os costumes ou o credo religioso.

O tema do divórcio era recorrente nos editoriais, “como cópia do que já acontecia em outros países”; no entanto, havia dificuldade de adaptação, por ser este um país de índole religiosa, de modo que o divórcio marcaria uma porta violadora nos acontecimentos familiares. O fato elucida um motivo por que os periódicos precisavam debater a lei,

para que os leitores e legisladores “prestassem atenção ao que acontecia aos países vizinhos e que haviam adotado o rompimento do vínculo conjugal” (SENNA, 2006, p. 140). Até porque, quando apresentado pela primeira vez no Brasil, por meio do Decreto nº 181, de 1890, o divórcio já existia legalmente em diversos países americanos e europeus; apenas para citar, de acordo com *O Paiz* (RJ), em 1882 a lei era vivenciada pela Bélgica (09 out. 1884, p. 2).

As articulistas apresentavam testemunhos da legalização ocorrida em diferentes nações, conferidas nas palavras de Mme. M. L. Gagneur, no excerto de “Os forçados do casamento”:

Os partidários da união indissolúvel, logo que ouvem falar de divórcio, receiam a promiscuidade, o caos social. Entretanto em Inglaterra, na Suíça, na Alemanha, na Bélgica, na Rússia e na América, onde o divórcio foi estabelecido, os costumes são, pelo menos, respeitados, e a família tão solidamente instituída como em França, Espanha, Itália, como em todos os países católicos onde reina a indissolubilidade, a par da licença e da hipocrisia que lhe fazem cortejo (06 jul. 1889, p. 6).

Era significativa a mediação da imprensa feminista acerca das questões civis que viessem a favorecer as mulheres, principalmente as de classes menos favorecidas. Com 23 ocorrências sobre o divórcio, consta a primeira, no periódico *A Família*, de São Paulo, em 23 de março de 1889; a última, no impresso do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1894. De modo geral, a palavra *divórcio* é direcionada para o entendimento legal, no âmbito da família. O tema circula junto às divisões do jornal, que tratam de comentar, anunciar peças ou livros, aparecendo também na “Seção alegre”, voltada ao espírito de recreação:

Em um processo de divórcio, o advogado da esposa ofendida expõe, entre outros motivos, a incompatibilidade dos gênios, e descreve o marido n'estes termos: “Brutal, violento, colérico...”

O advogado da parte contrária, levanta-se a seu turno, e pinta a mulher: “Colérica, violenta, brutal”.

“Perdão, interrompeu o juiz, mas n’esse caso onde é que existe a incompatibilidade dos gênios?” (04 jun. 1891).

O assunto aparece, também, nas “Novidades”, com propaganda de peças teatrais: “Na terça-feira, com grande concorrência foram levadas à cena a comédia *Surpresas do divórcio*” (n. 17, 23 mar. 1889, p. 8). O impresso divulga a peça de autoria da redatora-chefe, Josefina Álvares de Azevedo: “Deve subir à cena do Recreio em benefício do festejado ator Castro, que faz a sua festa artística em breve, a comédia *O voto feminino*, primeiro ensaio que faz a redatora desta folha no gênero de literatura teatral” (n. 56, 19 abr. 1890, p. 3). A notícia é ratificada em outros editoriais, em 03 de maio de 1890 (n. 58) e em 13 de novembro de 1890 (n. 83): “O voto Feminino Brevemente! Brevemente!”.

Segundo Analia Franco, os eventos culturais servem como um meio de minimizar a apatia intelectual da mulher, contribuindo para alterar os conceitos de que as “mulheres devam ser educadas nas superstições medievais” (13 fev. 1889, p. 3). Na seção “Livros e Jornais”, veicula, entre alguns, a produção de Maria Benedita Bormann, *Lésbia*, de 1890, com o resumo da obra. A folha enfatiza a conexão do tema ao contexto matrimonial, inscrevendo o livro num “estudo de bastante proveito, quer para o homem, quer para a mulher; que ambos, em geral, na associação dos destinos, examinam de menos circunstâncias de que a felicidade conjugal, do que as ilusões do momento” (n. 82, 06 nov. 1890).

As redadoras, se não influenciaram totalmente outras pessoas a pensarem sobre a mulher, permitiram-se sonhar com a liberdade política do corpo e dos sentimentos, fatores determinantes em favor do bem-estar social e familiar, que dependia da realização a ser desempenhada pelas mulheres na sociedade. Como *Flores escolhidas no jardim da imaginação*, as escritoras, nas redações, ligam-se às interpretações questionadoras da formação daquela mulher, que ainda não leva adiante projetos intelectuais.

É essa uma tristíssima realidade. Por falta de discernimento, de gosto e delicadeza moral, muitas há, cuja vida absolutamente absorvida por pequeninas vaidades, invejas e esperanças mesquinhas, parecem ter os olhos, o espírito e o coração fechados a tudo que é bom, a tudo que é simpático, a tudo o que se deveria estimar e animar (FRANCO, 12 jan. 1889, p. 3).

Na ordem de argumentos a respeito da ausência de iniciativa feminina nos assuntos públicos, Mme. Gargneur, em “Carta a Magdalena”, considera que as próprias mulheres, “forçoso é confessar, ou seja por efeito de educação, ou por indolência e leviandade, são as que menos s’importam com o seu triste destino, tornando-se até hostis a toda a invocação tendente a modificá-lo” (13 fev.1889, p. 3). Em outros termos, a redatora direciona o leitor a um modo de ver o comportamento de alienação feminino, quando transfere ao outro o poder de dominação, sentido de uma representação que a sociedade disseminou e, por vezes, aceito pela mulher. Como lembra Mme. Gargneur, na França, as mulheres condenam o divórcio, enquanto, nos países protestantes, era permitido por lei, como uma importante garantia de liberdade à mulher.

Josefina Álvares de Azevedo, em outro editorial, retoma a opinião de Mme. Gargneur, posicionando-se contra o pensamento de prejuízo social que traz o divórcio, assumido pelos franceses, “que o consideram como um princípio de alta e provocada moralidade” (n. 77, 02 out. 1890, p. 2). Articulado criticamente a essa informação e a outras, o jornal de Josefina Álvares de Azevedo atualiza o panorama do divórcio em diferentes locais:

A lei americana permite a um dos esposos solicitar e obter o seu divórcio sem que o outro o saiba (George Bath, trad. Zefa, *A Família*, n. 156, 18 fev. 1893, p. 2).

[...] Na Inglaterra, a ideia de emancipação feminina tem tomado ultimamente um grande impulso. Segundo lemos no *Woman’s Herald*, o Reverendíssimo M. Rose, no seu último sermão, ocupou-se do seguinte: maridos e mulheres, reforma do casamento, leis do divórcio, e estabelecimento de leis que igualem os direitos dos dois sexos (“Novidades”, *A Família*, n. 108, 2 jul. 1891, p. 7).

Paralelamente ao mérito de contribuir com explicações de como a lei era percebida em outros lugares, a redatora-chefe reivindica às mulheres que tivessem autonomia nas suas decisões. Nas divisões do jornal, dirigindo-se às casadas, ela apresenta suposições a respeito das causas dos desacertos conjugais, uma das interpretações para as separações; remete ao conceito de que a mulher casada, de modo geral,

não se preocupa com o aplauso do marido. Veste-se antes para o público e, ao voltar

aos bastidores [...] N'este caso os bastidores são a companhia do marido [...] elas vêm cheia de desalento [...] o cabelo cai-lhe aos pés, soltos dos ganchos que o prendiam [...] O marido, ao perceber que de todas as mulheres a mais desagradável é a sua, tem um momento de profunda tristeza, ao qual sucedem uns poucos anos de revolta! É assim que se destrói a família, é assim que torna desflorado e deserto o lar (CARVALHO, 19 jan. 1889, p. 5).

O descuido da aparência como fator de desunião entre casais é também problematizado por Guiomar Torrezão. A escritora e jornalista portuguesa, em “A teoria do vestuário”, comenta que a falta de vaidade da mulher é uma das causas do divórcio. Inicia a crônica com a seguinte provocação: “Analisemos hoje, leitora benévola, uma das mais frequentes origens do divórcio, esse moderno *phylloxera* da família, cuja responsabilidade nos cabe em grande parte” (16 mar. 1890, p. 2). Segundo a crítica da escritora, o prolongamento de uma felicidade inalterável depende da aparência cuidadosa da mulher, no ambiente do lar. Para ela, a transformação da agradável imagem da mocidade feminina, que, no cotidiano do lar, perde a sedução ante os olhos do esposo, pode ser

uma das mais frequentes origens do divórcio, esse moderno *phylloxera* da família, cuja responsabilidade nos cabe em grande parte. Em geral as mães, as velhas mães aposentadas de abdômen proeminente e colo flácido e nédio, respeitáveis matronas que comungam todas as semanas [...] essas excelentes burguesas, ao ministrarem a suas filhas os conselhos que sugaram no leite materno, e propondo-se [...] com a voz trovejante e gutural de um capitão de milícias [...] que se revela aos ouvidos inexperientes e aos corações incautos das filhas – esposas e mães no futuro [leva] a menina [...] depois de [...] possuir um marido autêntico, esgotar, no mesmo progressivo andamento, todas as variadas fórmulas do desmazelo [passados os

primeiros dias da lua-de-mel] a esposa persuade-se [...] que não tem a menor necessidade de agradar ao marido sob o ponto de vista da *toilette*, [e] pode [...] aparecer [...] desgadelhada [...] Desgraçadamente [...] o marido não partilha as mesmas ideias [...] a sua mulher [...] mal vestida e mal penteada [...] incomoda [e] o arrasta a confrontos terríveis e a pensamentos criminosos [...] de tantas esperanças frustradas [...] (TORREZÃO, 16 mar. 1890, n. 52, p. 2).

Ao finalizar, Guiomar Torrezão delineia uma prévia desculpa para a infidelidade do homem: “o que ele experimenta é o rancor surdo contra essa mulher que mentiu à sua expectativa e o remorso de ter pedido a outra o que ela não soube dar-lhe” (n. 52, 16 mar. 1890, p. 2). Em outro número da revista, Josefina Álvares de Azevedo responde ao pensamento da redatora quanto à transformação da mulher casada. Segundo a redatora-chefe, a sujeição em nome da moralidade é uma condição lamentável, bem como o abandono do lar pelo homem. Para solucionar tais conflitos, ela assim propõe:

O divórcio traria consigo a correção de veleidades, que não existiriam senão à conta de uma indissolubilidade que substitui o amor pela lei, a moralidade pela convenção [...]

O homem deixaria de ser responsável pela desonra da mulher que ele não pode repudiar porque a iníqua lei não o desobriga do contrato eterno, mas a mulher não sofreria também, com tanta frequência e resignação, o assalto a sua dignidade e a seu amor próprio (02 out. 1890, p. 2).

Josefina Álvares de Azevedo dá continuidade à sua argumentação, apontando para a ambiguidade da lei, que obriga a mulher a ser a eterna companheira do homem “que desprezou o lar e esqueceu do amor da família” (02 out. 1890, p. 2). Pela interpretação em curso, ela defende a causa legalmente como uma das condições implícitas do casamento civil, que “é inquestionavelmente a lei do divórcio” (02 out. 1890).

Em outro editorial (14 jun. 1890), ao ponderar sobre o pensamento social de que aceitar o divórcio seria abandonar os princípios do catolicismo, Josefina Álvares de Azevedo comenta o

episódio no calor da hora da execução da lei do casamento civil, “posta em fins do mês que expirou” (Anexo 2). E em um artigo intitulado “O divórcio”, Josefina Álvares de Azevedo trata das circunstâncias ambíguas da lei que não “desobriga” ao casal “do contrato eterno” (2 out. 1890).

Uma consequência fatal, do ato legal, em virtude do qual dois entes de sexo diverso se ligam para a união conjugal até o dia em que por mútuo acordo as partes deixam de coexistir na plenitude de íntima solidariedade da família constituída [...] O divórcio na instituição civil é uma necessidade lógica. Desde que as partes contratantes se separaram moralmente, a substância da união pela lei é um absurdo, e um absurdo insuportável, como uma sentença de iniquidade sobre uma consciência resgatada de culpa (02 out. 1890, p. 2).

Ela conclui que o casamento civil não exclui o religioso, nem este àquele, pois ambos não são incompatíveis e a “formalidade legal em nada pode trazer prejuízo à fé católica como a qualquer outra religião” (14 jun. 1890). Ela tece esclarecimento a respeito da lei como uma formalidade a mais, enfatizando “os pontos que a muita gente parecem obscuros e têm causado grandes males agora” (14 jun. 1890). Especificamente, em *A Família*, a redatora-chefe insistia em mudanças sociais e familiares. Para isso, usou a palavra escrita em defesa da participação feminina nas questões políticas da nação e para combater os argumentos relativos aos danos morais que interferiam na mobilização da dissolubilidade do vínculo conjugal.

5 O DIVÓRCIO NA ENGRENAGEM LITERÁRIA FEMININA

A expressão “engrenagem literária” (BORMANN, 1998, p. 86) alude a conexões, entre outras, com o mapeamento das autoras brasileiras da segunda metade do século XIX e início do XX, as quais oferecem subsídios para um melhor entendimento e apreciação do panorama do divórcio. A palavra “engrenagem”, no sentido de corrente, roda, ajusta-se à forma de organizar a circulação de experiências femininas, às questões políticas, contemplando as mulheres enquanto cidadãs, com suas exigências acerca do direito ao divórcio.

As escritoras entendiam que a solução de problemas pelo divórcio interessava para a melhoria das condições das mulheres, cujas normas morais, no período em questão, impediram muitas delas, por exemplo, de se dedicarem à literatura. O cerceamento feminino por familiares, pelo marido ou pela igreja, gera, nas escritoras, o objetivo de fortalecer a autonomia da mulher nos espaços da prática cotidiana. A atitude narrativa, de crítica ao espaço familiar, contribui para discutir o que envolve o feminino na discussão sobre a indissolubilidade do casamento, instituto legitimado pelo juramento na presença do padre e das testemunhas.

O conjunto de suas produções evidencia um modo de representar a opção pelo decreto-lei, vinculado à lei plena – com quebra do vínculo conjugal, aceito, no período, em vários países, como a Inglaterra, a Alemanha, a França e Portugal, entre outros – era chamado de divórcio a vínculo e não era permitido no Brasil. Essa é uma das lutas oitocentistas identificada como um dos pontos em proveito de uma

poética que se configura como feminista, além de feminina, ser obrigatoriamente comprometida com a consciência do sujeito-mulher sobre si mesmo e sobre seu papel na história cultural, em cujo cenário conquistou o direito de figurar como protagonista, atriz em cena aberta para o mundo (VIANNA, 2004, p. 154).

O pensamento de Lúcia Helena Vianna oferece subsídios para argumentar que as autoras, sem se descuidarem da imaginação criadora, pronunciam-se em favor de um feminismo, com o sentido de

agenciador da história das mulheres, para o qual é de maior interesse o exemplo daquelas que, mesmo em face dos obstáculos remanescentes do longo período de hegemonia patriarcal, tornam-se elas próprias artífices de uma imagem identitária que lhes assegura um lugar legitimado e reconhecido na ordem pública (VIANNA, 2003, p. 5).

A luta feminina no Brasil vem, desde o período colonial, vinculada ao aspecto familiar e doméstico e ao preparo para o lar. Com tal intenção, as escritoras oitocentistas enfrentaram as regras das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, aprovadas em 1707, as quais preservam o costume, no Brasil Império, da união conjugal com a bênção da igreja, a qual era reconhecida socialmente.

Apesar de a Constituição da República aceitar como legítimo o casamento civil e não mais prevalecer aquela razão de fé contra o divórcio, casar ainda representava adesão a um dos mais importantes sacramentos cristãos. A indissolubilidade do matrimônio, defendida pela igreja, afirmava que nenhuma ação dos cônjuges poderia ser dissolvida; apenas Deus poria fim a uma bênção sacramentada. Portanto, as mulheres escritoras, atuando no campo social, entrelaçado aos enfrentamentos entre o clero e o Estado, passam a questionar estruturas e crenças motivadas pelo senso comum (FUNCK, 2014, p. 23).

Em outras palavras, elas confirmam sinais de como pensar a literatura em benefício do social, assumindo, em suas escritas, um olhar político sobre as questões do feminismo desafiador do que, seguramente, era manifestado pelo império masculino, insistindo na impossibilidade de a mulher manter um casamento, o cuidado com os filhos e exercer uma profissão, sabendo, entretanto, que ela era capaz para tanto. Pela iniciativa de alterar o sistema, denunciando a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível um relacionamento justo entre os sexos, elas circulam entre os nomes das pioneiras da luta das mulheres (DUARTE, 2003, p. 2).

Seguindo o pensamento de Constância Lima Duarte, as obras das escritoras, ao retratarem sua época, poderiam representar o feminismo, considerando que essa história teve início nas primeiras décadas do século XIX,

compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a

opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas (DUARTE, 2003, p. 3).

No capítulo em curso, sem esquecer a alternância temporal e espacial entre as autoras, estão reunidas Nísia Floresta, Carmen Dolores, Francisca Clotilde e Andradina de Oliveira focalizando os contrapontos sobre o tema. Ainda, em comum, se manifestam contra os papéis sociais na relação homem/mulher, registrando o cotidiano do matrimônio, representante de preconceitos norteadores – razão para viabilizarem uma literatura de autoria feminina que constitui um campo fértil de investigação (GOTLIB, 1998, p. 29). Com opiniões politizadas, comprovam o esforço que tiveram para interferir na questão restrita da mulher na realidade brasileira oitocentista. Envolvem-se com o feminismo/feminino na discussão de questões que dizem respeito ao *ser* no campo mais geral da cultura brasileira (GOTLIB, 1998, p. 29) no período marcado pela transição entre a cultura colonial e as primeiras transformações no século XIX e denunciam a feição comportada da indissolubilidade do matrimônio. Mesmo que não se encontrem totalmente independentes de valores morais e de crenças firmemente instituídos no Brasil oitocentista, as escritoras, nas respectivas obras analisadas neste subtema, compactuam com imagens partidárias do divórcio.

5.1 TENDÊNCIAS DIVORCISTAS EM NÍSIA FLORESTA

[...] nos alistamos no catálogo das nações cristãs.
Nísia Floresta, Opúsculo humanitário

A educadora e escritora Nísia Floresta complementou sua formação em viagens à Europa; originária de família patriarcal casou, ainda adolescente, e experimentou a separação conjugal, do mesmo modo que Ana de Barandas. Ela avança em direção aos espaços ditos masculinos encarando com determinação a sociedade preconceituosa da época. Assim, ela desfaz sua primeira relação matrimonial, imposta aos treze anos, em 1823, com Manuel Alexandre Seabra de Melo, dono de

grandes extensões de terra, e volta a morar com os pais. Após a separação, une-se com o acadêmico Manuel Augusto, o grande amor de sua vida e pai de sua filha, Livia Augusta de Faria Rocha, que nasce em 1830, e de dois filhos homens, um morto prematuramente, de 1831, e Augusto Américo, de 1833, que viria a ser fundador do Colégio Brasil.

A filha se torna a companheira das viagens de Nísia Floresta pela Europa e sua tradutora. Viúva de Manuel Augusto, em 1833, ela assume a chefia da família. Instalada no Rio Grande do Sul, com o clima tenso da Guerra dos Farrapos, a escritora decide ir para a capital do Império, onde funda “O colégio Augusto”, em 1837, digno de nota pelo alto nível de ensino. A direção do colégio é um desafio que ela enfrenta, ao lado de questões pessoais, inclusive a dúvida em torno da ausência do esposo, acontecimento marcado, na introdução do livro *Cintilações de uma alma brasileira* (1997), por Constância Lima Duarte, que diz ter ele morrido repentinamente. Em seguida, comenta que Nísia Floresta denomina de Augusto o colégio que funda “em homenagem ao companheiro desaparecido” (1997, p. xxii).

A identificação da escritora com a religião católica é presente no Colégio Augusto, onde oferece a doutrina cristã. Aliás, lá as meninas aprendiam português, latim, francês e inglês e as respectivas literaturas, como também bordado, matemática, geografia e história, o que distinguiu o colégio de Nísia Floresta dos demais. Preocupada com a orientação da família brasileira, dedica-se à formação das meninas, quando a educação oitocentista visava apenas à de meninos. Por tal procedimento, ela é julgada com severidade pela sociedade, o que mobiliza sua ida para o exterior, em 1849. Nísia Floresta, como muitos intelectuais da época, desloca-se para a Alemanha.

A autora refaz o percurso de Mme. de Stäel, Victor Hugo e outros viajantes e, como eles, também revela suas impressões. Realiza assim o sonho de sua época ao conhecer a “terra-modelo”, a terra de *Werther*, de Goethe; de *Os salteadores*, de Schiller; e, mais ainda, a terra do *sturm und drang*, cujo fascínio sobre a imaginação romântica ainda não havia se esgotado (DUARTE, 1999, p. 64).

De lá a escritora centraliza emoções para falar pelas mulheres brasileiras. No cenário de resistência e mudanças femininas de *Opúsculo humanitário*, transita o exercício “de todas as mulheres

brasileiras” que se acham ainda presas a “inveterados costumes e arriscadas inovações” (p. 130)⁶¹. A expressão anterior, com o sentido de desafio, cabe a ela, que desbrava “com muito trabalho um estreito e dificultoso caminho” para falar ou sugerir uma “preferência divorcista” (SHARPE, 1989, p. 121).

Nísia Floresta, apesar da proximidade à mentalidade idealizadora da crença romântica, abre o *Opúsculo humanitário* a posições realistas, incentivando, por exemplo, o diálogo com o divórcio, em 1831. Mais de meio século antes de a lei brasileira ser aprovada, ela trata de defender a tese em favor de todas as mulheres da nação. Firma o objetivo de habilitá-las para um futuro livre do aprisionamento social, reservando-lhes um lugar na sociedade pela educação, forte indicativo de um exercício profissional. A autonomia com o serviço público, além do doméstico, propiciaria à mulher exigir mais direitos, inclusive ao divórcio amplo. Inspirada em conquistas femininas nos outros países, a escritora faz crítica à indiferença dos “zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra”, quando deviam incluir a mulher nas mudanças políticas que o século apresentava (p. 45).

O livro engloba o cotidiano familiar, com os problemas sociais e sentimentos, mas é indissociável de um perfil artístico do real. A escritora fala por mulheres que continuavam sem ingressar em profissões e em instituições educacionais. À literatura de Nísia Floresta coube descrever a história oficial da política feminina, trazendo para a obra as diversas circunstâncias que cercam o exercício da cidadania da mulher brasileira e de outras localizações. A oscilação espacial é uma das perspectivas que acompanha a autora em outras narrativas. Para lembrar, em *A mulher*⁶², ela trata da francesa de meados do século XIX, avaliando a resolução do trabalho feminino, “para tornar-se útil à família e a toda a humanidade” (FLORESTA, 1997, p. 129). Nesse enredo, segundo Constância Lima Duarte, há o alinhamento da escritora junto à prática de “teóricas e de teóricos”, na reformulação do painel de

⁶¹ As citações do *Opúsculo humanitário*, nesta seção, referem-se à reedição de 1989 e serão indicadas pelo número da página entre parênteses. As demais citações seguem a forma disposta em norma técnica.

⁶² 1867 – É publicada em Londres a tradução inglesa de um dos ensaios de Scintille: *La donna*. Trata-se de *Woman*, por F. Brasileira Augusta, traduzido do italiano por Livia A. de Faria, filha da escritora. Publicação em Paris do romance *Parsis*. Apesar de incluído entre os títulos da autora, não é conhecido nenhum exemplar desse livro, nem é encontrada referência a ele nos catálogos da Biblioteca Nacional de Paris (DUARTE, 1997, p. xxxix).

época feminino. Nele, existe a marca do espírito crítico articulado ao literário, percebido na variedade do gênero que sustenta o texto – vai do conto ao ponto de vista jornalístico. Em *Opúsculo*, outra forma de identificação poética diz respeito às diversas vozes narrativas que oscilam entre a passagem de uma terceira para a primeira pessoa, quando o eu narrativo “assume a identidade de autora” (DUARTE, 1997, p. xxi).

Com uma escrita de experiência histórica, a focalização, em *Opúsculo humanitário*, sugere o lugar da própria autora⁶³, que trata de poetizar o enredo, como cita: “por todos os meios da arte” (p. 97). Um dos recursos é o uso de variações narrativas que oscilam entre a primeira pessoa do plural e a terceira de um narrador onisciente (SILVA, 1999, p. 776), com domínio da trama literária, incluindo o comportamento e sentimento das personagens. Com vozes entrelaçadas, a autora interfere na sensibilidade do leitor pelo efeito literário e pela história geral das mulheres que, inseridas no sistema que guardava resquícios do colonial, viviam sem direito de estudar. O tempo-espaço que fundamenta *Opúsculo* indica a postura de uma artista que nela decifra a complexidade de uma geração que viveu intensas repressões no cotidiano familiar. Nísia Floresta discute, para a sua época, as necessárias reformas sociais, para as quais antecipa, como diz, “um futuro que não está longe” (p. 132).

Ocupada em falar de mulheres das diferentes civilizações desde a antiguidade clássica até o tempo de cada uma de suas produções, a escritora não esconde a essência primeira: “sua nuance emotiva” (JAKOBSON, 2000, p. 119) e elementos que agem como referência na orientação do texto literário que chega ao limiar do romance de tese⁶⁴. Peggy Sharpe, na edição de 1989, desde a orelha do livro, identifica no *Opúsculo* um caráter de tese, em que a escritora avalia a estruturação social da educação, notadamente do modo da mulher junto à família.

⁶³ Alusão à abordagem *O que é um autor?* In: FOUCAULT, 2009, p. 264-298.

⁶⁴ Massaud Moisés identifica o romance de tese pelo menos em dois sentidos: de caráter amplo e outro restrito. No primeiro caso, alude à ideia de que toda obra de arte guarda uma tese implícita, ou seja, uma pessoal e subjetiva visão de mundo. O sentido restrito inclui a prosa de ficção e, por vezes, o teatro. O romance de tese consistiria numa narrativa comportando uma doutrina, geralmente explícita, emprestada de uma forma de conhecimento não estético, que o escritor encampa e forceja por divulgar ou corporificar através de uma adequada fabulação – o pode remeter ao literário de Nísia Floresta (MOISÉS, 1982, p. 450-460).

Constância de Lima Duarte, no “Posfácio” da mesma edição, observa que “Tal tese” defende a sólida educação para a mulher, bem como assegura um discurso consciente da autora que foi além das limitações imposta ao seu sexo. Em 2006, no “Ensaio poético”, Constância Lima Duarte reporta-se à tese do *Opúsculo humanitário*, cujo objetivo é o de tornar meninas “conscientes de seus deveres e papéis sociais” (DUARTE, 2006, p. 161).

Ciente de preconceitos que giram na sociedade, Nísia Floresta produz uma arte de maior responsabilidade com a educação feminina brasileira. Em *Opúsculo humanitário*, com focalização em primeira pessoa do plural, a escritora refere-se à educação estacionária de sua época, causa primeira da desordem das gerações de “nossa sociedade” (p. 139), condição capaz de tornar as mulheres vítimas da indissolubilidade do casamento. Ao fazer esse paralelo com a realidade, não se distancia de um movimento poético⁶⁵ carregado pelo lirismo de “um céu radiante, no meio da poesia de tão admirável natureza” (p. 159). Junto aos recursos lúdicos, a autora cuida da impressão do Romantismo, movimento literário dependente de crenças e de moralidade. Os princípios, relacionados à fê e à moral, justificam o fato de a autora, na metade do século XIX, não se deslocar totalmente da mentalidade preconceituosa, ao propor uma educação feminina, concebida a partir de uma visão romântica, calcada na religiosidade (DUARTE, 2010, p. 13). Mesmo assim, ela teve a iniciativa de tentar desmistificar o autoritarismo masculino, presente na sociedade na qual estava inserida.

É importante ressaltar que, no século XIX, a educação e a sociedade em geral viviam mediante os preceitos religiosos, cultura imposta pelos padres jesuítas que, desde o início da missão católica no Brasil, tinham um projeto bem definido para a educação no Brasil. Os exames realizados nas instituições de ensino do século XIX seguiam o modelo de avaliação utilizado pela ordem religiosa dos jesuítas. De acordo com Elizabeth Maria da Silva (2014), a influência do clero, em Nísia Floresta, é percebida na escolha dos examinadores. Ela elege como responsáveis pelas avaliações dos exames aplicados pelo Colégio padres, que, nessa época, representavam uma elite cultural e tê-los, na banca examinadora, seria um prestígio para a instituição.

⁶⁵ A poesia não é o único espaço de domínio do simbolismo dos sons, do ritmo e da linguagem poética; esses elementos também fortificam a prosa que adquire uma dimensão literária em todo processo discursivo (JAKOBSON, 2000, p. 128).

Ainda que, na vida pessoal, tenha contrariado as regras da igreja católica e, em pleno século dezenove, resolvido deixar o marido e voltar a residir com os pais, mais um ato que a fez deixar o país, em *Opúsculo humanitário*, a autora consagra a tradição eclesiástica. Nísia Floresta não desconhece o feito cristão que oferece a base da história do Brasil (p. 145) que recomendava às mulheres, entre outras obrigações: amar, respeitar, obedecer, servir e tolerar todos os defeitos do marido. Nesse sentido, incide numa postura didática advertindo as mulheres que, em vez da leitura de perigosos romances que, imprudentemente, “lhes deixais livres”, é de “bom grado” a decisão por uma leitura que “forneci-lhes bons, escolhidos livros de moral e de filosofia religiosa, que formem o seu espírito, esclareçam e fortifiquem sua razão” (p. 158). Para a autora, as leituras deveriam estar baseadas “nos sólidos princípios da moral” (p. 134).

Com raízes patriarcais, Nísia Floresta conduz a narrativa de *Opúsculo* entrelaçando, do Capítulo I ao Capítulo LXII, dentre alguns critérios, o desejo pela educação das mulheres e pela perspectiva cristã de “conservar a pureza d’alma” (p. 1), o que aponta para a docilidade e cumplicidade incentivadas pelo catolicismo. Como discutido anteriormente, atenta aos ensinamentos dos padres jesuítas, que tinham um projeto bem definido para a educação no Brasil, ela faz críticas ao falso ensinamento moralizante repassado por alguns padres, discorrendo essa ação sob o ponto de vista de uma história colonizadora, vinda do povo português. Para a escritora, a desunião familiar está vinculada às negligências dos princípios de um clero português, caracterizado pela desordem moral, instalado em território brasileiro.

No *Opúsculo*, que reúne artigos publicados primeiro no *Diário do Rio de Janeiro* e, depois, n’*O Liberal*, durante 1852 e 1853, paralelamente a referência à submissão feminina, ela trata de indicar críticas ao desleixo de tais vigários, a quem “se deve a desordem e o desrespeito tão censuráveis que reinam em os nossos templos” (p. 141). Para a escritora, a Igreja Católica não impôs respeito nos eventos religiosos; pelo contrário, deixou “inteiramente a todos, que não são ali levados pelo espírito de verdadeira religião, a liberdade de conversarem sobre qualquer assunto que seja e portarem-se com irreverência no santo recinto” (p. 141). Na exposição à crítica aos padres brasileiros, a narrativa de *Opúsculo* recomenda o exemplo do clero francês, o qual edifica o povo e incute “na mocidade os princípios sólidos e fecundos de nossa santa fé” (p. 142).

As medidas do clero tencionavam manter as mulheres fora do mundo do trabalho, devendo ocupar-se, preferencialmente, com o trato

dos filhos e o cuidado com o lar. Para contrapor-se à sujeição da mulher brasileira, a escritora se vale de posições a respeito da legalização do divórcio adquirida pelos alemães, que estabeleceram, no casamento, a igualdade entre os sexos. Segundo a escritora, eles compreenderam, pela “sabedoria do Eterno”, que o homem e a mulher eram dotados de uma mesma inteligência (p. 17). O trecho contraria o lugar de uma esposa que se entrega ao abrigo “do nome de um homem de mérito” (p. 126).

Nas considerações da escritora, as “palavras do homem, pronunciadas perante um sacerdote”, não garantem a moral e fidelidade daquele que as pronuncia, bem como não trazem felicidade à mulher (p. 125). Para Peggy Sharpe, “nesta como noutras passagens do *Opúsculo*, Nísia Floresta insinua com discrição a sua posição antecipadora de divorcista, sugerindo ser o divórcio uma prática moralmente mais recomendável que o casamento com vínculo indissolúvel” (SHARPE, 1989, p. 19).

Foram muitas as críticas ao clero, como o faz Nísia Floresta, denunciando os abusos cometidos por uma parte do clero, dos quais resulta o mau sistema da educação doméstica. Para ela, parte da doutrina cristã era fonte dos “vícios que infestam a sociedade” (FLORESTA, 1989, p. 139). Nesse sentido, a posição da Igreja no que diz respeito à moralidade ditada pelo Catolicismo, principalmente para as mulheres, foi considerada negativamente pela escritora, quando debate a indissolubilidade do casamento civil.

Até o final do século XIX o casamento tinha ainda seu alicerce jurídico no direito canônico, tendo como assunto a organização da família. Os resultados em torno do núcleo familiar são por vezes contraditórios, pois não desprezam o caráter sagrado estabelecido pelo clero e, por isso, ainda que Nísia Floresta advogue pelo divórcio, ela mostra um caráter moralista, considerando que a felicidade doméstica somente é firmada no afeto e respeito do casal. Faz, no *Opúsculo*, constantes alusões a esse processo e, similarmente, organiza uma possível solução para inquietações sociais que levam “famílias à miséria e à dissolução”, com indicativos sobre ‘educação’, instituição capaz de “produzir salutareos efeitos” (p. 102). Com isso, as colocações a respeito do divórcio tomam uma forma cuidadosa, atitude própria do século XIX, quando as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam com a falta de liberdade social e familiar.

Daí a sutileza de Nísia Floresta e várias escritoras em defender o termo divórcio, o que poderia promover a desunião conjugal. A menção justifica o atraso na evolução da legalização do divórcio, situação confirmada por Hilda Flores, ao dizer que a “luta pelo divórcio foi mais

árdua e morosa” (FLORES, 2011, p. 2). Outra desculpa para a demora da dissolução do matrimônio brasileiro tem em vista a moralidade do casamento, ligada às normas do catolicismo, religião oficial de Portugal.

Não há como dissociar a moral familiar do Brasil do Segundo Reinado e começo da República, quando a igreja detinha o poder legal sobre o matrimônio. Nísia Floresta acompanha esse contexto de polêmica do divórcio e a introdução do casamento civil, instituído em meados do fim do século XIX, que aponta para as condições que comprometem, por exemplo, um casamento sem afeto. Afirma que a felicidade doméstica é feita pelo “respeito e não por laços julgados indissolúveis e santos”, demonstrando a sua preferência divorcista, coerente com a posição da mulher não dependente do “nome de um homem” (p. 126).

Próxima a um contexto social e familiar de mentalidade conservadora, onde a mulher, no matrimônio, responsabilizava-se por conduzir a instituição pelas “mais doces e nobres afeições” (p. 151), a escritora rebate, dizendo que a mulher não pode limitar-se a esse papel. Ela viabiliza uma estrutura social onde a mulher participe de atividades públicas sem “sacrificar a seus esposos toda a ventura de sua vida” (p. 104). Com uma consciência de direitos da mulher, participando de um momento do Brasil em que a grande maioria da população era excluída dos eventos políticos e civis, Nísia Floresta busca reverter o cenário até então apresentado com projetos educacionais. Imersa em uma maneira de pensar moderna, contraria os preconceitos a respeito da fraqueza do sexo, concernente à exclusão absoluta da mulher de toda a sorte de governo privado e público.

A escritora reconhece que a mulher brasileira, desde a infância, habitua-se à hipocrisia; segundo ela, na França e na Inglaterra, “não se inculca, como aqui [...] a falsa ideia de que ela nada pode ser por si mesma, sendo indispensável o braço do homem para fazê-la viver, como a sua razão para dirigi-la” (p. 125). Pode ser essa considerada mais uma alusão da escritora à dissolução de relações conjugais, contrariando o limiar nupcial como a única glória a que a mulher deve aspirar (p. 125). Tal temática aparece mediada pela referência feita a Mme. de Staël, “cujo coração mais de uma vez contraiu-se sob a influência dos princípios dos homens de sua pátria, tão diametralmente opostos” à moralidade que ela censurava (p. 19).

É importante comentar que Mme. de Staël (1766-1817) vivenciou o divórcio na vida particular. Ela teve uma separação formal, casando-se, em 1786, com o embaixador sueco em Paris, o barão Erik de Staël-Holstein. Foi um casamento de conveniência que terminou em 1797. A

escritora tem uma bagagem similar à de Nísia Floresta, com um casamento curto antes de contrair nova união.

No decorrer da história do divórcio francês sobrevieram várias reformas, e o período vivenciado por Mme. de Staël corresponde à vigência da lei de 1792, em que o matrimônio não era visto sob a ótica religiosa, situação que perdurou até 1804. Em 1814, a religião católica passou a ser oficial na França, e o divórcio foi excluído do Estado. Somente em 1830, retirada a exclusividade do catolicismo, sucedem-se projetos para implementação do divórcio, que veio a acontecer em 1889, com a Lei Alfred Naquet. Por conseguinte, a influência cultural e religiosa definiu a legalização do divórcio na França, assim como determinou os caminhos no Brasil.

Conquanto as disputas políticas e eclesiásticas, “tão confusamente marulhad[as] no labirinto de inveterados costumes”, Nísia Floresta promove “arriscadas inovações” (p. 130), como ao propor uma posição divorcista diferentemente dos “homens do Sul”⁶⁶, que mais inexoravelmente exprobram a instrução [das mulheres] vítimas do capricho ou da dissolução, resultado quase sempre infalível da ignorância e da educação estacionadas das suas” para aceitar “a liberdade de que gozam as mulheres do Norte” (p. 19).

Ao comparar a situação no Brasil com a percebida em outras culturas, a autora observa que as “desinteligências domésticas” (p. 102-103) tornam “nossas meninas” vítimas da dissolução. Na separação, a mulher pode sair vitoriosa, mas nem sempre feliz, devido à falta de uma elaboração profissional e a ausência de um compromisso familiar, revelada em desgostos por simples conflitos. Em torno de controvérsias impostas pelos costumes da época, a potiguar desbrava, no *Opúsculo*, algumas discussões a respeito da lei em questão, ao projetar uma dicção feminina no que diz respeito à mulher não cuidar apenas dos deveres de casa, entendendo a importância de saber lidar com o exercício da liberdade. Nesse sentido, ela acena para o processo de escolhas que podem e devem ser feitas pela mulher e pelo homem. Resultam dessa atitude, por vezes, acusações de críticos conservadores como se ela “adotasse uma postura masculina” (SHARPE, 1989, p. xii).

Em resumo, a argumentação de Nísia Floresta rebate o conservadorismo da época, contemplando a formação de uma consciência em que as mulheres adotem uma postura intelectual, o que nem sempre foi bem aceito pela sociedade. Na base de sua literatura, há

⁶⁶ “Mulheres do Sul” e “homens do Sul”: da França, em contraposição a “do Norte”, da Alemanha (SHARPE, 1990, p. 18).

a crença no progresso político das mulheres com oportunidades de obterem independência economicamente. Em primeira pessoa do plural, próxima à expectativa do leitor, ela reivindica, então – para as nossas mulheres em geral – transformações no cotidiano feminino, rejeitando as amarras convencionais de um passado, que enfraquecia/enfraquece a atuação feminina.

5.2 CARMEN DOLORES ENTRE OS CONFLITOS DA DIVORCIADA

Neste momento em que a discussão travada sobre o divórcio assume um caráter apaixonado e até mais violento do que seria preciso, arredando assim o assunto principal para terrenos onde ele tem de ceder o passo a argumentações quase pessoais – cumpre que alguém volte a apanhar o fio reto da questão, não deixando formar-se o confuso novelo que é o objetivo de certos adversários dessa evolução social.

Carmen Dolores, Ao esvoaçar da ideia

Emília Moncorvo Bandeira de Melo, sob o pseudônimo de Carmen Dolores, assinou crônicas de 1905 até 14 de agosto de 1910, na coluna dominical *A Semana* e na primeira página de *O Paiz*, jornal de maior tiragem da América da Sul no período. Ainda que não tenha, segundo críticos, participação no sufrágio feminino, Carmen Dolores colocou sua arte em prol da luta pela educação da mulher, pelo direito ao trabalho e ao divórcio.

Com reconhecido talento, ela foi grande batalhadora na luta pelo divórcio. Interessante perceber que a escritora, diante das restrições sociais que lhe são impostas, escreveu escondida, sob pseudônimo. Tal uso era costumeiro no período em estudo, o que mostra a sujeição feminina a uma atitude conservadora, de modo que, somente desligada da verdadeira identidade, ela administrou a sua existência profissional.

A escritora, como a maioria das intelectuais da época, sente a necessidade de apontar essas contradições, propiciando discussões para as mudanças do pensamento social, relacionadas ao direito da mulher no contexto social. Curiosa a crítica literária de Lucia Miguel-Pereira, dizendo que Carmen Dolores focaliza a instabilidade moral das mulheres que se resignam à sujeição familiar, sem querer perder os

benefícios⁶⁷. A observação, de certo modo, revela-se em *A luta*⁶⁸, de 1911, publicado pela H. Garnier, antes editado em folhetim pelo *Jornal do Commercio*, em 1909. Ele traz reflexões acerca, sobretudo, de personagens-mulheres, que, embora desejem ser independentes, optam, na maioria das vezes, pela relação matrimonial, com a qual garantiam um lugar de respeito na sociedade.

Tássia Tavares de Oliveira (2013) considera que a voz narrativa do romance *A luta* relata a posição da mulher casada e do clero católico. Há fortes críticas à Igreja Católica, disfarçadas de valor moral na situação vivida por Celina. A protagonista abandona o lar, exibindo o dilema da mulher infeliz no casamento em uma época de efervescente discussão sobre o divórcio (que só viria a ser legalizado na década de 1970), e retorna para o marido. Carmem Dolores, Júlia Lopes de Almeida e outras escritoras do período defendem a mulher na sociedade brasileira das exigências da Igreja Católica como encorajadora da hipocrisia.

Se Carmen Dolores não defende o divórcio civil abertamente no romance *A luta*, ela revela o anticlericalismo – um dos motivos pelo qual o livro recebeu diversas críticas. Tássia Tavares de Oliveira comenta que, na época, foi polêmica a recepção do romance, considerado um livro imoral por Frei Sinzig⁶⁹, em 1915, notadamente por suas críticas à posição da mulher casada e do clero católico (OLIVEIRA, 2013, p. 6).

Carmen Dolores, no romance citado, prega a reconciliação dos cônjuges. Permanece, todavia, na narrativa, a moral pelo casamento, entendido como sustentáculo legal da família, sentido conduzido pela Igreja Católica, envolvendo a maioria dos lares do século XIX. “Ainda que muitos não praticassem todos os seus preceitos, sabiam reconhecer as situações validadas pela Igreja, o que legitimava

⁶⁷ Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Emília_Bandeira_de_Melo>. Acesso em: 29 set. 2013.

⁶⁸ Um livro de tese – diz Gilberto Araújo em *A literatura de autoria feminina*: Gilka Machado: corpo, verso e prosa. Vídeo publicado em 17 jun. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XKQp_li1cS4>. Acesso em: 14 dez. 2014.

⁶⁹ Frei Pedro Sinzig (1901-1957), um dos fundadores da revista *Vozes*. Nessa coleção, destacam-se as obras referentes à história da música e à memória do ensino religioso no Brasil, os periódicos nos quais ele publicou seus artigos e as coletâneas organizadas por seus colaboradores. Disponível em: <www.usf.edu.br/.../colecão+frei+pedro+sinzig+ofm+19011957.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.

ou não certos comportamentos, atitudes ou posturas” (SENNA, 2006, p. 230).

No entanto, *A luta*, na fuga da protagonista Celina, traz indicações sugestivas ao debate relativo à inserção do divórcio nos lares brasileiros, o que evitaria à mulher a situação de amante. Tal condição faz com que Celina recue de sua decisão, uma vez que vê em Gilberto, por quem abandona o marido, um homem que não a respeita: “Queres agora que eu me ponha a fazer-te a corte e a recitar-te madrigais, como dantes, quando eras solteira?” (DOLORES, 2001, p. 161-162). O cenário que ela começa a perceber “Era esquisito” e contraditório: “Mas, santo Deus! qual era a sua verdadeira aspiração, no fundo? Não se entendia mais... Era um horror! Ao mesmo tempo, num cansaço enorme, os seus pensamentos desciam a detalhes fúteis, insignificantes” (DOLORES, 2001, p. 163).

Embora, a partir do século XVII, casais provenientes de diversas camadas sociais se divorciassem, *A luta* opta pela indissolubilidade matrimonial como garantia social às mulheres, em particular, as com menor possibilidade educacional. A protagonista, vinculada aos princípios básicos do sacramento, não se decide pela separação; caso contrário, lhe restaria a “vida comum com um amante, fora de todas as normalidades sociais” (DOLORES, 2001, p. 163), provável justificativa para que a obra apresente apenas alusões ao processo do divórcio. Nesse sentido, a interpretação de Carmen Dolores se caracteriza por almejar que prevaleça “A regra elementar do espírito de família e a defesa de sua honra” (PERROT, 2003, p. 263). Porém, entende que é preciso ultrapassar a fortaleza do clero e de uma sociedade preconceituosa.

Carmen Dolores não escapa dos compromissos ligados à crítica da história da sacralização do casamento como elemento ordenador das atitudes das mulheres, que nele figuram como uma peça do jogo, não como sujeito de suas próprias decisões de vida (PIMENTEL, 2012, p. 152). Em contraponto ao pensamento conservador, a escritora inclui no livro de crônicas *Ao esvoaçar da ideia*, de 1910, o pensamento de resistência às práticas conformadoras, sugerindo:

[...] não seria muito pedir às senhoras que lessem os discursos proferidos em França, de 1792 a 1831, pelos deputados d’Albert – Dubayet, Savoie-Rollin, Treilhard, Gilet, Odilon Barrot, que o generoso livro de Naquet reproduz como armas de combate, bem como a petição erudita e

precisa do Dr. Arsenio Drouet apresentada em 1870 (p. 2)⁷⁰.

O livro é estruturado por crônicas; numa delas, de mesmo nome do livro, *Ao esvoaçar da ideia*, Carmen Dolores destaca a mulher brasileira como a principal vítima do atraso do legislativo, o qual se mantém com argumentos ultrapassados. E lamenta que, enquanto em outras civilizações o projeto triunfa, no Brasil a resistência “da nossa inércia” produz diferenças no tratamento dado aos homens e às mulheres. Ao expor a situação da estagnação rotineira de meninas brasileiras que, vazias de toda cultura sólida, ficam à espera de uma vida real de esposa, ela mostra aborrecimento pela dependência e advoga em favor das mulheres, para que tenham vida própria. Em primeira pessoa, busca inspiração nas inglesas que trabalham e leem à noite, nos serões familiares, atitude exemplar para as mulheres latinas. A alternância espacial serve para combater a neutralidade feminina brasileira, causas que afetam a harmonia familiar e propiciam a “dissolução de todos os laços, de todos os respeitos e de todos os sentimentos de responsabilidade” (p. 4).

O final do século XIX e o início do XX afastam a mulher do lugar de chefiar a casa, ocupando sempre uma posição de servidão que a leva ao desalento e à infelicidade familiar. Com uma visão sobre o panorama brasileiro, em torno desses períodos, Mary Del Priore ressalta a acomodação da maioria das mulheres, como saldo da imposição de leis e de costumes, capazes de confinar a mulher ao cargo de serva da família.

A extensão do conservadorismo chega aos espaços de caridade, um dos meios de a mulher atuar fora dos parâmetros do lar. Carmen Dolores, numa focalização irônica, opõe-se a um episódio em que o serviço filantrópico depende de aspectos “dignificadores da vida” de mulheres brasileiras. O leitor ri com a ficcionista, na crônica “Ao correr da ideia”, do livro em exame, da ridícula invenção de sindicância (p. 2) feita a senhoras que desejassem exercer atividades beneficentes. Por conta das normas, as concorrentes deveriam ter diplomas de honestidade, atestando a boa conduta. Na lista de opressão às

⁷⁰ As citações da obra *Ao esvoaçar da ideia*, de Carmen Dolores, nesta seção, serão indicadas pelo número da página, entre parênteses, e foram obtidas em: <www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7>. Acesso em: 20 jul. 2013. As demais citações são indicadas da forma usual prevista em norma técnica.

divorciadas brasileiras, a cronista revela o impedimento do desempenho dessas mulheres em obras humanitárias, a exclusão dos benefícios pela entidade para elas e aos seus filhos.

Em resumo, no livro *Ao esvoaçar da ideia*, entre algumas abordagens, a autora refere-se à lei, às privações da divorciada brasileira, determinadas pelos entraves do divórcio restrito. A ação lembrada determina a separação de corpos e divisão de bens, mas as mulheres, no momento da partilha, encontram dificuldades para fazer valer seus direitos. Tal situação remete ao Código Civil Brasileiro – que favorecia o lugar da mulher no lar, aspecto que não se dilui na passagem do século XX, apesar de comprometido com o debate da indissolubilidade do vínculo matrimonial.

Carmen Dolores argumenta que somente pela confiança e afeto entre os pares será possível a organização familiar, em que o interesse comum é uma das forças do casamento. A cronista aproveita o enredo familiar, para discutir a educação no país como elemento disciplinador de atitudes civilizadas que devem iniciar na infância. Condena uma sociedade que permite à mulher enfeitar-se e que, ao mesmo tempo, recomenda a ela não emitir juízo em público. Em *Ao esvoaçar da ideia*, a autora fala com vigor sobre a política dos costumes de sua época e expressa a necessidade de a mulher se livrar da imagem de perfeição, ajuste social de origem eclesiástica. Portanto, entende que as mulheres não devem contentar-se com o espelho ou elogios masculinos e, como alerta, diz: dos braços de diplomatas a realza feminina envelhece, passando a uma figura decaída, sem nenhum atrativo.

A obra é a única coletânea de crônicas organizada pela própria autora, que recebeu “nos seus últimos dias [...] a correspondência da editora portuguesa Chardron com a notícia por que tanto esperava: seu livro de crônicas *Ao esvoaçar da ideia* estava pronto. Porém, só chegou às livrarias brasileiras seis meses depois de seu falecimento, já em 1911” (HELLMANN, 2015, p. 187).

Na sequência narrativa, envolvendo personagens no tempo e no espaço, a cronista participa dos fatos narrados, registrando apelo à sociedade, como o faz na epígrafe. As alternações narrativas são congregadas a um ponto de vista autoral, determinação conferida pela primeira pessoa, com a qual atualiza o tema. Com intimidade autoral com a história do divórcio, intercala percepções, em terceira pessoa, de uma narradora onisciente que conhece e observa com criticidade o quadro de mulheres divorciadas. A rigor o narrado não guarda neutralidade, pois Carmen Dolores coloca sua representatividade na

crônica literária, com base no conhecimento de si mesma e dos direitos de personagens que ocupam lugar no literário e, por extensão, no mundo

No conjunto das crônicas que compõem o livro – em sete delas, o tema do divórcio é desenvolvido com maior intensidade, numa cadeia de atos e figuras literárias que subentendem conquistas futuras. Em “Conversando...”, “O divórcio”, “Um absurdo”, “É irritante!”, “Coisas da atualidade”, “O triunfo” e “Ainda!”, Carmen Dolores discute diretamente o divórcio amplo na sociedade brasileira. Risoete Maria Hellmann, em sua tese (2015), verifica o caráter apaixonado pelo debate do divórcio amplo de Carmen Dolores nas crônicas – particularmente – diante dos ataques diretos dos antagonistas, que se valem de argumentos religiosos. Numa arte entremeada por matizes do realismo, a escritora expõe a luta dos antagonistas e as delimitações tomam formas metafóricas ao descrever a rotina da luta pela legalização do divórcio. Com uma escrita favorável à profundidade do tema, a autora dá ao movimento contrário o significado equivalente a uma onda, com a qual os adversários levantam, em nome da religião e da moral, “o velho dique de sofismas e preconceitos à dissolução do vínculo matrimonial”⁷¹ (p.1).

É vigilante, sobretudo, à desvantagem social da mulher casada e separada. Com justificativas pelo divórcio amplo, as crônicas adquirem o valor de uma tese⁷², a qual deve cumprir uma obrigação com o direito feminino de refazer a vida social. Nelas, combate o divórcio restrito, o qual ocasionava a formação de famílias ilegais e discriminadas, pois só a família legítima detinha a proteção do Estado, que não reconhecia uniões fora do casamento. Outra consideração seria a necessidade de resolver os males advindos do casamento imposto. Assim, o divórcio completo era pensado como lei saneadora de todos os conflitos, que restituiria a dignidade a quem quisesse novamente se casar e livraria também de preconceitos os filhos de pais descasados ou amasiados.

Em resumo, nas sete crônicas selecionadas, Carmen Dolores trata, dentre os assuntos relativos aos hábitos e costumes da elite

⁷¹ Citação retirada da crônica “Conversando”, do livro em análise. Disponível em: <www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7>. Acesso em: 20 jul. 2013.

⁷² “Na prosa de ficção, o teor combativo se converte em narrativas de tese, com romances e contos em que a trama encena, algo esquematicamente, as opiniões das escritoras”. Avaliação feita por Gilberto Araújo em conferência proferida na ABL, em 10 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XKQp_li1cS4>. Acesso em: 14 jun. 2014.

carioca, da imoralidade que fica com a separação de corpos e bens, que atinge a vivência incoerente da mulher separada na sociedade. Os textos apontam imposições à liberdade da divorciada, o que exige combates de valor humano e jurídico. Para a autora, somente “o divórcio pleno é uma solução leal, franca e decisiva, sem ambiguidades falsas” (p. 6).

No momento da proclamação da República, a lei do casamento civil reconhecia o divórcio restrito, isto é, com vínculo conjugal, sem permitir nova união entre pares. As notas feitas pela autora corroboram a importância em exigir que seja decretada pelo Congresso a lei ampla, como o faz na crônica “O divórcio”. Nela, a escritora se posiciona contra a discriminação de uma sociedade que fecha os olhos para a imoralidade criada pela lei sob a forma restrita, a qual torna a divorciada escravizada por intransigências e preconceitos. Nas palavras de uma narradora em primeira pessoa, as agressões internas e fora do lar são privações que tornam a mulher judicialmente separada “presa certa da prostituição (p. 6). As alegações, em razão do posto da religião, descrevem uma vida de regras impostas à divorciada, a qual deve suportar todos os sacrifícios do seu destino, sendo essa a “mais ilógica das barbaridades contra a mulher” (p. 6). Em favor da indissolubilidade, a cronista, em “O divórcio”, combate a intromissão do ambiente religioso, considerando que o divórcio é exclusivamente do domínio

jurídico-social – mais nada. Pois que a sanção legal do casamento cessou de ser católica para se tornar exclusivamente civil; pois que o poder religioso e o poder civil são perfeitamente distintos, nada mais tendo uma lei com a outra – a questão do divórcio com a dissolubilidade do laço conjugal tem de ser debatida no campo exclusivo em que me coloquei (p. 3).

Para expor os argumentos favoráveis à dissolução matrimonial, Carmen Dolores utiliza, em alguns instantes narrativos, fatos bíblicos e documentos históricos. Sem citar todos os exemplos dos segundos casamentos em vida dos esposos divorciados, que efetuaram o divórcio com plena autorização de papas e bispos, ela resumidamente registra o caso de Napoleão I, divorciado de Josefina, para, legalmente, se unir a Maria Luíza e refere-se ao repúdio de Luís VII, rei de França, em 1147, de “Henrique IV, em 1660, [que] com assentimento da Igreja, repudiara Margarida de Valois, depois de 27 anos de casados e uniu-se a Maria de Medicis” (p. 5). Atenta às cenas do cotidiano familiar, a autora contesta

os posicionamentos da Igreja Católica, os quais “repudiavam outrora uma esposa como se repudia hoje uma roupa que já não assenta mais no corpo – ou então reuniam sob a mesma tenda diversas eleitas, nas promiscuidades da poligamia autorizada pelo Deus de Abraão, Jacob e outras” (p. 5).

De forma semelhante, Maria Benedita Bormann – Délia, no romance *Lésbia*, faz alusão à ação de repudiar, quando narra o sofrimento do Dr. Castro, na condição de pai. Ele se sentiu ferido “na pessoa da filha, uma ingênua de fisionomia angélica [que,] desposando um ricoço, voltou no dia seguinte para o teto paterno, repudiada pelo marido” (BORMANN, 1998, p. 120). Maria Benedita não esclarece o ato, mas importa comentar que uma e outra escritora remetem a essa forma de adoção do divórcio que aconteceu ao longo da história.

A sacralização do casamento – decorrente da consolidação do cristianismo como doutrina hegemônica – é revelada, em sua celebração, pelo dogma da indissolubilidade do vínculo conjugal e admitia o repúdio por concubinato. A dissolução do casamento, caracterizada pelo repúdio, acontecia, ao deixar de existir a vontade de manter o vínculo conjugal. Em regra, o repúdio era feito pelo marido, conforme acontecia no antigo direito germânico: “o repúdio da mulher era possível em caso de infidelidade desta” (COSTA, 2012, p. 22).

Em “Um absurdo”, Carmen Dolores mostra outra forma de dissolução: o da nulidade. A discussão parte da escolha feita por uma mulher, no Instituto dos Advogados. No fato apresentado pela narrativa, a separação, em debate, define-se pela incompatibilidade entre os dois cônjuges, mas uma ação jurídica foi proposta para declarar nulo tal casamento. Uma das causas da anulação é a falta da consumação do casamento. No caso específico, conforme fundamenta a escritora, o pedido de nulidade ocorreu pelo deslocamento da realização do casamento, o qual deveria ser presidido pelo juiz da Décima Primeira Pretoria, e, que, no entanto, foi executado pelo juiz da Segunda Pretoria. Explica a escritora que a publicidade efetivada por autoridade sem competência dá o direito à anulação de semelhante união civil. Vale, aqui, citar um trecho de Adriana Kivanski de Senna, esclarecedor sobre as formalidades do enlace matrimonial:

Aos responsáveis pela oficialização e realização do casamento, tanto aquele que presidia o ato de celebração do casamento como o oficial do registro, cumpria a observância de algumas formalidades, como o edital de proclamas, que era

publicado duas vezes, com o intervalo de sete dias entre uma e outra publicação, afixado em lugar ostensivo no edifício da repartição do registro e publicado pela imprensa no lugar onde houvesse a mesma; residindo um dos contraentes em localidade diferente, os editais deveriam ser publicados nas duas localidades (2006, p. 42).

É clara, em “Um absurdo”, a surpresa de Carmen Dolores em relação à ré que contesta o parecer da anulação do casamento, manifestação que equivale à dissolução conjugal. A mulher exige e ganha a causa da separação de bens, um vínculo estabelecido em nome do preconceito e da moral. Carmen Dolores indaga o porquê de ela defender o “desgraçado vínculo jurídico”. Uma das respostas decorre, por exemplo, da perda do direito a alimentos e do nome de casada, visto ser desprezada pela sociedade uma mulher sem marido. Dessa forma, o fato ocorrido pela mobilidade da mulher lhe garante uma rotina normal de vida. Para a escritora, a estagnação feminina deveria estar completamente superada, daí o título “Um absurdo”.

Durante muitos anos, o fim do casamento foi um tema tratado como tabu, tanto na sociedade quanto pela própria Igreja Católica. No espaço de 1890-1910, a questão do divórcio era trabalhada com tensões. Carmen Dolores sabia que a sociedade era conservadora e era importante justificar qualquer posicionamento que fosse de encontro ao matrimônio civil. Ciente de que a sociedade brasileira, particularmente religiosa, aceitava as celebrações matrimoniais e as separações de responsabilidades da Igreja Católica, ao desejar contribuir para as mudanças no campo social da família, a escritora não se contrapôs unicamente ao clero, que reconhecia o sacramento para os seus fiéis. Faz oposição, também, aos articulistas políticos, contrários à dissolução do sofrimento das mulheres, que previam apenas a separação de corpos e bens.

Tal discurso, hostil à Igreja, continua na crônica “É irritante”. Carmen Dolores passa do estado incomodativo para a ira, quando ouve um advogado clerical, em suas preleções, responder a um colega que o destino da desquitada seria tal qual o de um “cadáver” no fundo do mar. A autora, indisposta com a frieza do advogado, apela para uma interpretação irônica à doutrina de Cristo. Não compreende como o orador, apesar de citar Deus, compare a divorciada a uma personagem inerte, sem considerar as aspirações que a fazem continuar sua trajetória (p. 3).

A orientação explicitada pelo advogado reforça o pensamento de uma doutrina cristã que se afasta dos direitos da mulher. No protesto, conduzido pela crônica “Coisas da atualidade”, a escritora alude aos adversários do divórcio, apresentando-se confiante com a luta reclamada pela dissolução conjugal que “há de forçosamente triunfar, porque representa o exclusivo remédio para uma situação, insustentável” (p. 5). Outra alegação contradiz o posicionamento do clero acerca da situação moral dos divorciados, os quais teriam filhos provenientes de enlances ilícitos. Em resposta, Carmen Dolores diz não ver outra saída a não ser dar o direito legal para que pais, padrastos e filhos vivam em harmonia. Caso contrário, nenhum deles pode reconstituir os seus caminhos e os filhos estarão para sempre inseridos em um lar desorganizado (p. 5). A escritora mantém a interpretação da situação dos filhos diante da lei, analisando os direitos da mulher, em resposta a Osório Duque Estrada, jornalista talentoso em dominar forças antagônicas. A cronista sustenta disposições firmes, associada a um eu narrativo, representante do “abominado feminismo” e perseguido pelos opositores (p. 3). Para tanto, faz críticas ao tratamento diante da separação restrita, a qual condenava à exclusão social e política os casais separados, identificando a Igreja como fundadora das limitações da mulher na família.

Dentre algumas acusações ao clero, Carmen Dolores reserva indignação à prática do confessorário, em que os fiéis partilham os segredos com o sacerdote. Instituído pelo domínio sagrado, incentiva ao católico um comportamento de humildade: “Ajoelhado, mãos postas, sem chapéu, o véu baixado, caso se trate de uma dama, submete-se ao julgamento do padre” (PERROT, 2003, p. 263).

Em “Coisas da atualidade”, Carmen Dolores não hesita em dar o seu parecer diante das controvérsias da Igreja, contestando, por exemplo, a confissão íntima, que o clero usa para dominar os católicos. A escritora critica o descaso do clero, que, sob a capa da falsidade, mantém o dogma da indissolubilidade matrimonial. Para justificar, a autora ilustra um fato entre o confessor e uma mulher:

E a este propósito, não há muitos meses, certo venerado vigário de uma paróquia aristocrática, célebre pela sua severidade eclesiástica, dizia em confissão a uma senhora:

— Ora deixem-se dessas histórias de divórcio... Tenham lá o seu pecadinho bem oculto, mas continue tudo como está...

E garanto estas palavras como absolutamente autênticas, citando-as porque elas encerram a chave secreta de todas as argumentações casuísticas a respeito do divórcio (p. 3).

A repulsa fica por conta da proibição da Igreja ao cônjuge divorciado celebrar outras alianças. Para os antidivorcistas, a lei poderia abrir precedente para as terceiras, as quartas, ou seja, muitas uniões, o que faria a sociedade presenciar a desordem no interior das famílias brasileiras.

Do mesmo modo, no texto “O triunfo”, Carmen Dolores aborda a posição de mulheres que rejeitam o divórcio, como neste caso: “Uma senhora, por exemplo, que não prima pelo atilamento, encarou a questão por um prisma tão engraçado, que me atribuiu o negro fim de querer tomar o marido das outras...” (p. 3). Para a personagem citada, o casamento é visto como um porto seguro. A atitude é justificada, segundo Michelle Perrot, ao confirmar que “Na virada do século [...] as feministas parecem temer que a desigualdade dos sexos transforme o divórcio numa arma nas mãos dos maridos volúveis” (PERROT, 2003, p. 285). Carmen Dolores também percebe essa fragilidade da mulher que sente o medo do abandono. Assim, sustenta que o projeto não deve atingir as uniões felizes, daí dizer que não devem atribuir “a esse possível desenlace definitivo das incompatibilidades conjugais, o poder de contribuir para a dissolução do casamento. Quem é feliz não se divorcia” (p. 7).

Declaradamente a favor do divórcio, Carmen Dolores defende o sentido do rompimento legal do casamento, esclarecendo conclusões sem lógica, como a de que o divórcio amplo separa casais felizes, temor que mulheres alimentavam, pensando que a lei derrubasse costumes, erguendo “o pendão da libertinagem”, o qual insultaria a moral, destruindo os lares. Contudo, a jornalista desconstrói a interpretação do divórcio como uma ameaça às famílias, avaliando a dissolução como um modo de tornar honesta a separação. Vê o processo como “única medida capaz de remediar situações desgraçadas, amargas, torturantes, e sem proveito algum, nem para os pais nem para os filhos” (p. 4). A narrativa vai além da apresentação desse parecer, pois, ao contrapor-se às pressões geradoras de conflitos familiares, reporta-se à imagem de escravos, que, como os casais em desconforto, esperavam a libertação. Do narrado emergem os sentimentos de uma autora que anseia por um futuro “animador a todas as vitórias! não aceitando que o código fosse responsável pela decadência da família (p. 9). Ao contrapor-se às

pressões geradoras de tumultos familiares, reporta-se à imagem de escravos, que, como os pares em crise, esperavam a libertação.

É com a perspectiva de independência feminina no que diz respeito às relações amorosas que Carmen Dolores examina o divórcio como um “assunto de conversa de uma tese social tão palpitante”, em “O triunfo” (p. 2). Na crônica, a escritora atribui à lei a propriedade de um “dilúvio” que bate “nas vidraças das janelas”⁷³ (p. 7). À última imagem lúdica incluem-se os preceitos eclesiásticos, os quais projetam um matrimônio cercado de dissimulações românticas para as mulheres, muito mais do que para os homens. No texto, Carmen Dolores conclui que a Igreja encoraja o fingimento entre os casais, não aprovando o abandono voluntário do lar, mas aceitando tacitamente a mútua infidelidade. Vale registrar uma das suas convicções diante dos aconselhamentos eclesiásticos: “Para semelhante terreno, porém, nem monsenhor Molina, cujo ministério acato, nem o Dr. Felício dos Santos, que de nome conheço, nem outra qualquer pessoa, conseguirão jamais, arrastar-me” (p. 3).

Segundo Carmen Dolores, os tempos modernos não admitem mais o tipo resignado, “em cujas fibras doloridas todas as farpas da calúnia se cravam covardemente”, razão para que ela se torne “incansável partidária do divórcio com a dissolução completa do vínculo conjugal, permitindo a liberdade dos seus destinos àqueles que não podem mais viver juntos” (p. 5-6). Eis a causa da reivindicação, particularmente, pela mulher divorciada, e com tal posicionamento tenta abrir portas sociais para que ela conquiste um espaço isento de injustiças e de incoerências sociais.

É por esses direitos que a escritora oferece sua atuação literária e jornalística, que, segundo ela, não podem “adormecer no silêncio egoísta do gabinete de trabalho” (p. 1). Carmen Dolores tem ciência de que é preciso debater no parlamento e na literatura, bem como estar atenta à tradição clerical, levando em conta que “raras são as famílias que não tenham ou não hajam tido uma divorciada no seu seio”, embora, o mandamento de Deus oriente amar o próximo como a nós mesmos (p. 4).

As ocorrências relatadas, nas crônicas, não ocultam o esforço contra as posturas discriminatórias de apego aos costumes eclesiásticos. Carmen Dolores não desconhece que reivindicações são feitas de

⁷³ Citação em “Ao correr da ideia”, do livro *Ao esvoaçar da ideia*. Disponível em: <www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7>. Acesso em: 20 jul. 2013.

“atritos, arranhões e dissabores” sociais (p. 8), sentimentos causadores de insatisfação e que tiram de circulação qualquer desempenho de prática feminina. Não por acaso, são as cartas gentis e súplicas em “Ainda” que não deixam a cronista enfraquecer na luta em propiciar conquistas para a divorciada. Aliás, o restrito decreto, que limitava os separados, é o motivo pelo qual a cronista se torna partidária da dissolução completa do vínculo conjugal.

Na sétima crônica dedicada ao tema, intitulada “Ainda”, a autora se coloca enquanto sujeito participante de um debate que é do cotidiano das mulheres. Denuncia os interesses políticos que movimentam o regime republicano, mas não enfrentam a força da Igreja Católica no plano do casamento civil. Carmen Dolores coloca a mulher divorciada no centro da querela e explica o porquê de aceitar o divórcio amplo, por “onde lavram opiniões tão diversas”, uma delas associada à proteção social feminina. Ela entende que o lugar da mulher divorciada deve ser longe da proteção corriqueira e reitera que o supremo remédio a tudo isso é o divórcio, que pode libertar a separada “das injustiças e das incoerências sociais” (p. 1).

Nesse sentido, Carmen Dolores vislumbra a reformulação da lei, questionando, na crônica anterior, o Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890, que alguns declaram um momento de sabedoria. Entretanto, ela o vê com outras perspectivas, avaliando que a mulher divorciada permanece “pregada ao seu poste da solidão, submetida ao papel de pária social”, o que prepara as famílias para os constrangimentos de aventuras que oferecem os piores apuros. Em “Ainda”, o comportamento de uma personagem divorciada aparece na figura dissimulada de “Visitante” que, como por acaso, indagava à dona da casa que ruas ela escolheria para um passeio. Receosa de desvendar o rumo dos seus passos quando transpusesse a porta de saída, retirou-se depressa. Para corresponder à tensão da cena, Carmen Dolores usa o ponto de vista de uma narradora de fora, contando os fatos, outra, presente ao narrado, a examinar a “pobre criatura de erro”, adivinhando o terror mesquinho da convenção social (p. 5-6).

Na composição das narrativas, o diálogo autoral, de interação entre leitor, narradores e personagens, acusa os que egoisticamente são contra as pessoas que não tiveram escolhas felizes. Contrariando os fatos, Carmen Dolores almeja a vitória do divórcio amplo, que estabelece iguais direitos na divisão do patrimônio e na tutela dos filhos. Chama a atenção para que o homem de sociedade “pense como homem social, compreendendo as exigências, os impulsos e as aspirações dos seus semelhantes” (p. 5). Em outras palavras, ela prevê a liberdade aos

dois esposos, consentindo “a ambos a reconstituição do seu destino, ao passo que o desquite separa para sempre, como o outro, mas mantém a cadeia irrisória que obstrui o caminho franco da liberdade” (p. 5).

São esses alguns dos benefícios da dissolução do matrimônio, motivos para a escritora Carmen Dolores e a advogada Myrthes de Campos enfrentarem

a luta pelo divórcio [a] mais árdua e morosa. No Congresso Nacional, desde a década de 1890 sucediam projetos divorcistas, todos derrotados. Mulheres corajosas como a advogada carioca Myrthes de Campos e Carmen Dolores (Emília Moncorvo de Melo por nascimento), paulista de brilhante carreira literária, tomaram a si as dores e lágrimas da mulher abandonada e desvalida (FLORES, 2011).

Distanciando-se da omissão do termo divórcio em *A luta*, a cronista, no livro *Ao esvoaçar da ideia*, coloca-se junto à banca divorcista, a fim de solidificar o engajamento pela separação legal. Para tanto, trabalha com a advogada Myrthes de Campos⁷⁴ e declara, em “O divórcio”, da mesma obra, o comprometimento em prol da liberdade individual – “que outra coisa não representa o divórcio” (p. 5). Na mesma crônica, a metáfora “deste cantinho obscuro” de onde surgirão tentativas de debate acerca do processo, integra a arte a uma reflexão-crítica oposta à Igreja.

Pelo argumento de Carmen Dolores, o enlace católico dificultava a separação dos fiéis, o que produzia desuniões ilegais e acobertadas por uma sociedade dissimulada, prejudicando a defesa do divórcio.

⁷⁴ Myrthes Gomes de Campos foi a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil. Desmistificou a ordem de que o ofício da advocacia era privilégio masculino. Enfrentou preconceitos, levantou bandeiras, como a do voto feminino, além de ser pioneira na luta por outros direitos para as mulheres. No campo da jurisprudência, também deixou obra consistente. Destaco os trabalhos: *Voto feminino e a jurisprudência*; *Os advogados brasileiros e a advocacia feminina*; *Código Eleitoral, voto feminino e direito da família* (GUIMARÃES, L. M. P.; FERREIRA, T. M. T. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Niterói*, v. 9, n. 2, p. 135-151, 1. sem. 2009. Disponível em: <www.ieg.ufsc.br/.../27042011-02244612artigoguimaraeslmpandferreira...>. Acesso em: 2 out. 2013.

Intelectual de seu tempo, a artista acusa as injustiças e, ao mesmo tempo, revela-se uma mulher de posições conservadoras, entendendo que a separação resulta nos filhos repartidos, no lar esboroado, o que representa uma desgraça. Condição que permanecia no processo do divórcio restrito como na separação segundo a lei em vigor, o desquite.

No momento de Carmen Dolores e Myrtes Campos, o divórcio tinha as mesmas qualidades do desquite. Não havia a possibilidade de o homem ou a mulher contraírem novo matrimônio legal. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 ratificou o Decreto 181, e o Código Civil de 1916⁷⁵, que entrou em vigor a partir de 1917, manteve a separação de corpos e bens, a qual passou a se denominar desquite. Lembra June E. Hahner que “Carmen Dolores contestava que o desquite, não o divórcio, implicava imoralidade, pois o divórcio fornecia uma solução leal, franca e decisiva, sem ambiguidades hipócritas”⁷⁶ (HAHNER, 2003, p. 253).

Carmen Dolores, contrariando a mudança do termo divórcio para desquite, diz não ver diferença nas formas de desenlace, revelando o descontentamento com as amarras da lei, que ela considerava ridículas. O desabafo ganha uma dimensão educacional, no breve espaço da crônica “Conversando”. Nela, reporta-se aos discursos franceses proferidos de 1792 a 1831, citados no livro de Alfred Naquet, como formas sugestivas de combate a matrimônios desajustados. Com mecanismo espacial e temporal, a autora expõe a troca de informações com outras culturas, subentendendo um reforço à educação brasileira, e para isso recomenda: “lede, lede, vós todas que sofreis [...] a ilógica separação do nosso código; lede tudo isso e aprendei a argumentar, a lutar, e defender-vos” (p. 2). O uso da forma verbal na segunda pessoa do plural – vós –, o que parece afastamento da narradora, pode ser visto como uma direção onisciente no processo de criar a crônica literária.

Nos textos, Carmen Dolores demonstra ser leitora e apreciadora dos escritores europeus, cujos ensinamentos, segundo a artista, devem contribuir para convencer os leitores brasileiros a respeito da necessidade de uma solução legal e digna para os casamentos infelizes, evitando intrigas no interior da família, entidade que, segundo a Igreja e o direito, é a base de conservação da sociedade. Uma das consequências da lei restrita seria o fato de que, na separação, os filhos de outra união seriam considerados bastardos perante a legislação.

⁷⁵ Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil (Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916).

⁷⁶ Citação em OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. *Divórcio?* (2007, p. 37).

Em síntese, no espaço das sete crônicas, a autora não desvia da sua posição divorcista, vislumbrando opiniões contundentes sobre as ações do clero, o qual apresentava dificuldades para as mulheres, separadas dos esposos, mas não soluções para os preconceitos sociais. Nessa linha de raciocínio, há, em Carmen Dolores, uma dimensão política com o desejo de enfraquecer os movimentos do clero, em defesa da separação. Por influência da doutrina católica, a divorciada ou desquitada se vê sem apoio social, e ela acredita que o divórcio pleno há de acontecer numa contra-argumentação à fatal rotina de mulheres divorciadas.

Carmen Dolores fala sobre a separação do casal, porém, como uma circunstância moralmente necessária em casos específicos, como o da violência. Para a escritora, o termo divórcio amplo é empregado como separação com possibilidades de segundas núpcias em vida de um dos cônjuges, portanto, ruptura da vida conjugal, ou seja, separação definitiva de corpos e bens. Na abordagem do divórcio do casamento civil, disserta com rigor, porém respeitando os que viviam em harmonia conjugal. Suas interferências visavam aos benefícios dos casais que sentiam a necessidade de apresentar-se de forma legal perante a sociedade e àqueles que precisavam de autorização do legislativo para o desligamento da separação judicial, com a dissolução do vínculo conjugal.

Portanto, as críticas tecidas pela escritora à ausência da lei ampla e à Igreja ao se opor a essa possibilidade são argumentos que Carmen Dolores emprega para apoiar os que querem tal mudança. E ela sustenta a defesa, examinando os valores da Igreja Católica. Resultam, então, questionamentos contrários ao catolicismo e, ao mesmo tempo, ela prepara o leitor para discutir as separações que se organizavam sobre o divórcio no Brasil do início do século XX. No caso de sua luta, em particular nas crônicas aqui abordadas, a escritora formula pareceres, dentre outros pontos, contra a proibição de um segundo matrimônio, o que, para ela, consente na prática do adultério, ao qual especificamente as mulheres separadas ficam expostas. Por isso, Carmen Dolores reclama pelo segundo casamento legalizado, nas situações em que há desajustes intensos entre os casais.

5.3 FRANCISCA CLOTILDE EM UMA OPÇÃO DIVORCISTA

O livro *A divorciada*, de 1902, foi dedicado por Francisca Clotilde às amigas e também escritoras Alba Valdez e Serafina Pontes. Para atenuar o impasse que o título provoca, a autora escreve, na

abertura da obra, um *Cartão de visita* aos leitores. Com uma estratégia comunicativa, ela envolve o leitor, advertindo-o da existência dos personagens, produtos “da obra extremamente singela” (p. 27)⁷⁷. *A divorciada*, que chama atenção pelo título, traz, na apresentação, denominada “Cartão de visita”, uma posição autoral, fazendo referência ao próprio ato de narrar. Ela imprime a sua presença no universo ficcional, ao comentar que

os seus personagens existem, e a cor verdadeira que apresentam é o mérito único da obra extremamente singela. Relevam os inúmeros defeitos, a simplicidade rústica da forma, a pobreza de colorido, devida talvez ao meio excessivamente burguês em que se deslizou a vida – *Divorciada* (p. 27).

Na obra citada, em linhas gerais, a autora, do capítulo I ao XXXVII, aponta para os sucessivos sofrimentos da personagem principal, Nazaré, uma jovem fortalezense, vítima de um marido crápula, cujos defeitos justificam a opção da mulher pelo divórcio. Segundo a narradora, um dos pretextos para que acontecesse, de fato, o divórcio, foi a rispidez de gênio e o ciúme implacável do marido: “O algoz fazia o papel de vítima, e a própria reputação da inditosa moça sofria investidas grosseiras” (p. 189-190).

O tema desenvolve-se por meio de um enredo com início, meio e fim, de uma história que envolve um triângulo amoroso, do qual resulta o desenlace matrimonial. A protagonista apaixona-se por um jovem, que não corresponde ao padrão econômico da família, cuja desigualdade de posições entre ela e Chiquinho contrariava o desejo que o pai tinha de assegurar-lhe um futuro esplêndido, “dando-lhe um esposo que lhe franqueasse brilhante entrada na sociedade” (p. 54). Nazaré desiste desse amor, casando-se com Artur, um primo, sob a influência do pai, que, mais tarde, compreende o erro cometido, reconhecendo no genro um homem de má índole.

Em um primeiro momento, é o pai quem pensa no divórcio, numa forma de cuidar da reputação familiar. A circunstância pode ser entendida nas palavras de Mary Del Priore, ao explicar que, nesse

⁷⁷ As referências das citações do livro *A divorciada*, nesta seção, serão indicadas apenas pelo número da página e se referem à edição digitalizada de 2013. As demais citações seguem a forma disposta em norma técnica.

tempo, “Acreditava-se que dificilmente um casamento realizado contra a vontade da família desse certo” (2015, p. 290). Contrariando os fatos, a protagonista se divorcia e a narrativa leva em conta que, na época, a separação conjugal não dava o direito a um novo casamento; em contraponto, Francisca Clotilde apresenta a possibilidade de a separação ser amparada pela família, num período em que o controle do pai/marido e da religião dominava as decisões da mulher.

Ainda que a família e o casamento assumam a questão da igualdade dos cônjuges na sociedade matrimonial dos anos oitocentos, a lei, na construção histórica, é concebida como símbolo da desagregação conjugal e familiar. O comentário indica uma razão para o divórcio, na obra, ser tratado com discrição e prudência, para não desconsiderar a história da sociedade brasileira, premida pela relação conjugal formal, até então, considerada indissolúvel. Daí Nazaré realizar novo matrimônio somente quando se esgotam todas as possibilidades de reconquistar a afeição do primeiro marido. Por um lado, a narrativa mostra uma visão conformadora, e, por outro, o título e a história, que discutem a separação conjugal, são desafiadores para a literatura e para sociedade especificamente cearense.

Francisca Clotilde antecipa abordagens discutidas no século XXI, como as dificuldades de relacionamento entre casais que acabam optando pela separação de corpos. Com atitude narrativa distinta de Maria Benedita Bormann – Délia, da metade do século XIX, a escritora cearense realiza a separação conjugal pelo divórcio, até porque escreve *A divorciada* após o advento do Decreto nº 181, de 1890, que passou a permitir o divórcio restrito. Com a aparente forma de extinção matrimonial, os cônjuges não podiam ter novo consórcio, condição que depreciava, sobretudo, a mulher, que, mesmo divorciada, deveria viver resguardada e contida.

Nesse sentido, as decisões pela separação e pelo direito ao divórcio são explicadas pelo desencanto com tal contexto e, por vezes, contornadas a partir da culpabilidade da mulher diante da fraqueza do homem.

Para que não recaísse sobre ela a infâmia que o manchava, cumpria-lhe quebrar de uma vez os laços que a prendiam procurando o DIVÓRCIO. Saltou: em terra com o coração oprimido; mas para que o pai não tivesse de chofre a notícia de sou desastre entrou em casa serena e simulando calma. Quem pode, porém, enganar os olhares

esquadrinha-dores de um pai estremecido? O Coronel ao estreitar a filha notou-lhe os vestígios de fraqueza estampados no rosto e avaliou a densidade das mágoas que a haviam martirizado (p. 186).

A crítica, formulada aos poucos, é justificada pela falta do acesso feminino às decisões familiares, o que era muito difícil, razão para a focalização narrativa realizar-se em duas tensões: a culpa na decisão do pai e o infortúnio a que é condenada a protagonista Nazaré no vínculo indissolúvel com o marido, “o último dos miseráveis” (p. 187). Francisca Clotilde, no início do século XX, entendia que a conduta da divorciada era organizada a partir de injustiças, na maioria das vezes, provenientes do olhar masculino. Com efeito, *A divorciada* coloca o homem a produzir uma mudança no centro familiar, atitude evidenciada no desejo paterno em ver a filha “livre pela lei desse jugo desmoralizador” (p. 187).

Entre os que vivem a situação, é o patriarca quem oferece o epílogo para o drama. A romancista não se limita a escrever a ação do personagem, permite também que o discurso seja marcado por outras falas. É o Coronel quem conduz a escolha pelo divórcio, entretanto, Nazaré se opõe, culpando a sociedade por “analisar a vida alheia” (p. 172). Enquanto o discurso masculino tem um peso de gestor na vida cotidiana, a mulher, do início do século XX, destaca-se pelo caráter de esposa com o dever de socorrer e tratar o marido em qualquer situação. Se a personagem Nazaré abandonasse Artur, os códigos morais da época não a perdoariam, mesmo ele expiando “os desvios de uma vida viciosa” (p. 173).

No tempo de escrita de Francisca Clotilde, a vida do lar mantinha a tradição da subordinação feminina, sendo apenas a voz masculina capaz de transpor a decisão pelo desenlace conjugal, causa para o progenitor agir em primeiro lugar na história conflituosa da jovem senhora. Entre uma focalização e outra, a escritora promove caminhos para que as mulheres conquistem uma posição digna em casamentos realizados por amor.

Sem afastar o narrado de lugares romantizados, cenas em jardins, e de ambientes do pequeno povoado onde a protagonista “fora convalescer”, a artista manifesta uma reação à escolha do cônjuge por determinação familiar. (p. 198). A aldeia, caracterizada pela harmonia, vai se alterando para dar lugar ao realismo da intriga familiar. Com isso, o romance não “separa [a] palavra viva e imaginativa” da ficção da

história do divórcio brasileiro, baseando-me nas palavras de Mikhail Bakhtin (1997, p. 243).

Francisca Clotilde “foi a escritora cearense pioneira nacional no assunto do divórcio, escrevendo sobre algo *anti-familiar*”⁷⁸. A autora, conhecida na história da educação como professora da Escola Normal de Fortaleza, experimentou a discriminação da sociedade e da família, por ter assumido a condição de uma mulher separada e ter aceitado novo companheiro, em um período em que “as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural” (DUARTE, 2003, p. 152).

Em outras palavras, Francisca Clotilde teve uma união com um marido de comportamento similar ao personagem Artur, envolvido com jogos e bebida. Para Luciana de Andrade Almeida⁷⁹, a trama “remete diretamente aos relatos sobre Antonio Duarte Bezerra, o segundo companheiro de Francisca Clotilde (o primeiro fora Francisco de Assis Barbosa Lima, com quem se casou aos 18 anos) [...] teria enlouquecido e sido internado em um asilo antes de falecer” (ALMEIDA, [s.d.], p. 4).

Nas palavras da mesma pesquisadora,

assim como Nazaré, Clotilde parece ter suportado, em nome do amor e de seus filhos, os sofrimentos impostos pelo vício do companheiro em bebidas e jogos. No entanto, talvez Duarte possa ter sido o único ponto de apoio de Clotilde, que se via abandonada pela família após dedicar-se à vida profissional em outra cidade e levado uma vida diferente da das outras moças, tendo-se unido com mais de um homem e tido filhos de mais de dois relacionamentos (ALMEIDA, [s.d.], p. 4).

A partir dessas colocações, Luciana de Andrade Almeida “pressupõe [...] características autobiográficas” na obra de Francisca Clotilde, pois o “título do romance e a história pessoal da escritora – casamentos, rupturas, mudanças, filhos – se entrelaçam” (ALMEIDA,

⁷⁸ PRESENTE, Natalino. *A divorciada*, de Francisca Clotilde (23 dez. 2011). Disponível em: <<http://www.casadejuvenalgaleno.com.br/2011/12/presente-natalino-divorciada-de.html>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

⁷⁹ ALMEIDA, Luciana Andrade de. *Trajetória de uma pioneira: a escrita feminina de Francisca Clotilde (1862-1935)*. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/7/.../Luciana_Andrade_de_Almeida_42.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

[s.d.], p. 4). Mesmo com todas as vivências, a autora reserva a iniciativa de falar em divórcio ao personagem paterno, mantendo o poder patriarcal, indícios encontrados nas histórias de escritoras oitocentistas, abordagem já feita anteriormente. Segundo a pesquisadora, em *A divorciada*, não há, propriamente, uma defesa do divórcio, pois preceitos oitocentistas permanecem, por meio do controle do pai/marido e da religião, sob as decisões da mulher, que tem dificuldade em adotar ações de uma prática de mudança. Por um lado, a narrativa de Francisca Clotilde mostra uma visão conformadora, e, por outro, o título e a história, que discutem a separação conjugal, são desafiadores para a literatura cearense, que surge como um acontecimento intelectual relevante “no veredicto da sociedade” (p. 48).

Notadamente Francisca Clotilde constrói *A divorciada*, primeiro, sem colocar em risco os conceitos cultivados pela esfera pública, até porque “persiste, [...] ao longo do século, a ideia preconceituosa de que à mulher não compete interferir nos assuntos de política” (GOTLIB, 1998, p. 13). Por isso, a forma conciliatória da autora, associada à conduta comportada, assegurada pelo Romantismo, quando ela poderia representar artisticamente os problemas de seu tempo sem preconceito ou convenção; situação pela qual recebe crítica do escritor Otacílio Colares (1977, p. 59-60), considerando-a omissa por não obedecer “rigorosamente ao cânone – [da] escola realista, em voga no último quartel do século XIX” (ALMEIDA, 2008, p. 160).

A segunda questão é que, mesmo acusada de não estar filiada à escola literária da época, ela evidencia a força de uma mulher de seu tempo, ao aventurar-se com opiniões controvertidas, não ficando ausente das lutas feministas. De fato, o livro expõe situações sociais discutíveis para aqueles dias, experimentadas pela própria escritora, que tinha lucidez sobre o formato que a mulher representava/representaria na luta feminina pela ampliação de sua cidadania.

Contudo, mesmo que escrevesse a história de mulheres, a postura social correspondia, na ficção, à imposição religiosa que se apresenta no cotidiano delicado dos casais. A escritora parte do ambiente familiar salientando o comportamento humano, substituindo os momentos amargos da vida pelos valores de providência divina, ligados à afeição e ao desejo feminino de reconquistar e reabilitar o outro (p. 176).

Quicá, por isso, antes de redefinir os papéis da dissolubilidade do casamento, *A divorciada* mostre o atraso na modificação do divórcio restrito. No Brasil, o fato deve-se, historicamente, às imposições políticas estabelecidas pelo pátrio poder, que se manteve fundado numa

concepção medieval, controlada pela igreja. Casados, os pares deveriam guardar a inseparabilidade.

Para resolver o conflito entre a tradição dos costumes e a satisfação do desejo da mulher na “liberação do laço matrimonial ainda não [era] tão simples assim” (GOTLIB, 1998, p. 14). Até porque a abordagem sobre o divórcio, na obra de Francisca Clotilde, acontece 75 anos antes da aprovação do projeto de lei, em 1977, quando, então, passa a permitir novo casamento. Com isso, o tema do divórcio é, na obra, tratado com sensatez. Quem sabe para não desconsiderar a história da sociedade brasileira, Nazaré “lutara muito antes de tomar a resolução decisiva de requerer o divórcio; mas a última proeza do Artur arrancara-lhe a venda dos olhos e despedaçara-lhe de todo a energia que sustinha” (p. 190). Para Nádia Battella Gotlib, o que interessa, neste romance, é a construção da personagem, que, premida pela infelicidade, chega a admitir a ideia do divórcio, “viabilizando a ruptura de uma linha de relação conjugal formal até então considerada indissolúvel” (GOTLIB, 1998, p. 13-14).

Ainda que a *A divorciada* seja inovadora pelo tema, a narrativa segue o ritual de sujeição determinado pelas palavras do padre por ocasião da comemoração do casamento de Nazaré e Chiquinho, após a viuvez da protagonista. O momento de os noivos colocarem-se no altar é apresentado por uma narradora onisciente, que dá ao leitor conhecer o discurso do padre. Na fala deste personagem, Francisca Clotilde pressupõe uma arte que se revela numa obediência aos laços sagrados do casamento. A voz masculina alcança um sentido de parceria e ternura do jovem pela noiva, para após, colocar a moça sob a posse do esposo a quem deveria fidelidade comparada à Igreja com a imagem de Jesus Cristo. A cerimônia religiosa legaliza a união dos dois corações, vista como prêmio, adquirido após sofrimento dos pares, enredo coerente com a postura católica dos personagens, os quais se aproximam da contemplação de fé da autora.

O final de *A divorciada* não se distancia do ponto de vista de um feminino conciliatório, que não compromete os lares, pois não desvia a mulher “de suas funções ‘naturais’ de zeladora do lar e da maternidade”⁸⁰. Nazaré segue esse roteiro da conformidade que, premida por desenganos, tem a dor amenizada no sorriso do filhinho. A associação é pertinente por explicar, em parte, a prática de dominação a uma norma de conduta, em que Francisca Clotilde pensa o divórcio

⁸⁰ Informação disponível em: <www.blogueirasfeministas.com>. Acesso em: 17 ago. 2013.

como uma necessidade legal, somente nos episódios em que um dos cônjuges seja o grande culpado pela desventura.

Nadia Battella Gotlib agrega a essa proposta de falar do espaço privado do lar uma forma de representar o mundo feminino, por meio de uma voz autoral que “(é uma hipótese, e tudo leva a crer que sim) compartilhou desta má fortuna” (GOTLIB, 1990, p. 124). A pesquisadora, referindo-se às dificuldades, em especial, a de Francisca Clotilde, para expressar deliberadamente posições contra o casamento indissolúvel, justifica tais oscilações por meio de alguns indícios que remetem ao aspecto religioso, o qual interfere largamente no processo de aceitação da lei. Nadia Battella Gotlib se reporta aos idos de 1902, quando não era comum desobedecer a moral cristã, que servia à preservação dos bons costumes burgueses. A estudiosa traz a público um pormenor associado à crença de Francisca Clotilde. Segundo ela, há indícios de ser o livro de cabeceira da escritora cearense “o Compêndio de Moral Católica (do Pe. Heriberto Jone O. M., traduzido pelo Pe. Roberto Fox S. J. – Rio de Janeiro, Edição A Nação, s.d.)” (GOTLIB, 1990, p. 16).

Outra pesquisadora, Cecília Cunha, no documentário em vídeo do Núcleo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, intitulado *Francisca Clotilde: uma história de amor e lutas* (2012), identifica, entre algumas questões colocadas sobre a autora referida, o exercício social, vinculado à valorização da educação cristã. A visão de Cecília Cunha se confirma na posição da protagonista, que “recatada e modesta como uma verdadeira donzela cristã achava inconveniente um namoro sem o fito do casamento” (p. 71). A história de Nazaré gira em torno dos corolários matrimoniais que o catolicismo ramifica nas muitas direções das vidas das mulheres que tiveram o casamento regulado por “fezes do cálice” que ela “tragou-as com o estoicismo da virtude retemperada nas mais rudes e contínuas provas” (p. 182). A protagonista, de origem cristã, tenta preservar a moral e a integridade familiar, motivo para tentar a regeneração de Artur. Tais preceitos reproduzem o vínculo entre ela e a religião, de maneira quase indissolúvel (PERROT, 1995, p. 271).

Contrapondo-se ao império do cristianismo, Francisca Clotilde muda a organização do cotidiano e, no sofrimento “de que está cheia a existência” (p. 220), encontra uma maneira para recusar a amarração ao casamento. Sem reconciliar-se com o esposo, Nazaré retoma a afinidade amorosa com Chiquinho e rompe com uma educação em que a mulher se percebia confinada às questões familiares e da igreja.

Divorciada! Esta palavra fatídica vinha ao espírito de Nazaré logo pela manhã quando despertava e o sorriso do olho lhe enviava um bom dia [...] cheio de esperanças e de paz [...] Quantas súplicas levantava todos os dias no bondoso para que desviasse o marido do caminho do mal! Ele não lhe escutara a prece fervorosa, queria acrisolar sua alma virtuosa na adversidade. Era cristã, resignava-se. Tinha de viver dali em diante totalmente sequestrada do mundo ocupando a mais triste posição na casa paterna. Quantos comentários se faziam a respeito dela! (p. 189-190).

Em oposição à imagem da mulher, formada secularmente pela hegemonia eclesiástica, Francisca Clotilde apresenta Nazaré divorciada, ainda que a personagem tenha ficado compadecida, ao quebrar todos os laços que a uniam ao marido. Por isso, a caracterização de Nazaré, donzela e meiga, seduzindo logo à primeira vista, não se desfaz ao longo da narrativa. O enredo ficcional é propício ao matrimônio de padrões impostos, para o qual a escritora prevê o fim do casamento sem amor pela dissolução nupcial. Ao manter o casamento católico, a autora adapta a narrativa à convicção de que Deus apresenta provações a que as mulheres devem resistir, por exemplo, os desvios de paixões, caso contrário, são condenadas pela sociedade que não aceita tal afronta moral. Os laços permanentes, enaltecidos pelo cristianismo, entregam a Nazaré e a Chiquinho as algemas do casamento indissolúvel.

5.4 ANDRADINA DE OLIVEIRA PELO DIVÓRCIO PLENO

Até meados do século XIX, o divórcio não era admitido, e a separação era discutida pelo foro dos tribunais eclesiásticos, mas, por ser questão relacionada a assuntos patrimoniais, foi gradualmente passando para os tribunais civis. Ante a resistência do clero, os partidários da lei, com atenção, no caso Andradina de Oliveira, viabilizam a lei de equidade entre os cônjuges e impulsionam as lutas na história do divórcio, movimento que cultivava um processo em *continuum*⁸¹.

⁸¹ Termo usado por Walter Benjamin, no início dos anos 1930, na obra *Magia e técnica, arte e política* (1994).

Divórcio?, de 1912, livro composto de textos fragmentados, traz os desabafos de mulheres e homens com o propósito de reverem a indissolubilidade do casamento. A escritora analisa o divórcio restrito, autorizado em 1890, como uma ação ainda contida pela sociedade, a qual se deixa dominar por motivos religiosos, procedimentos que incitam a formação de uma campanha pelo direito ao novo divórcio no Brasil.

A romancista decifra sinais que constituem o pensamento da época sobre o divórcio amplo. A maioria dos personagens está à espera da lei, para dar um fim aos martírios conjugais. Na proposta do divórcio formulada por Andradina de Oliveira, há a perspectiva de que os cônjuges possam ser felizes ao lado de uma pessoa digna de afeto, “num lar honesto e sagrado!” (p. 106). Daí os votos ardentes para que o código amplo triunfe.

Em *Divórcio?*, o espaço narrativo compreende uma variedade de textos, nos quais a autora distribui suas inspirações a narradores-personagens que, por meio de cartas, narram os fatos, o que pensam e o que sentem, em tempos verbais no presente e num passado imediato (SILVA, 1999, p. 771). Tais elementos literários oferecem à narrativa de Andradina de Oliveira um teor de verdade na discussão sócio-política que a sua literatura envolve. Com uma repetição exclamativa, evidencia a perplexidade diante das indiferenças relacionadas ao divórcio, bem como acentua uma voz de comando em favor da luta pela mulher divorciada para que prossiga. As dúvidas geradas pela lei aos que vivem o processo e àqueles que precisam salvar o coração de uma treva desmedida da separação são intensificadas pelo sinal de interrogação desde o título do livro (OLIVEIRA, 2007, p. 144).

O livro, dividido em 25 capítulos, grande parte em forma de cartas, compreende, ainda, dedicatória, apresentação e uma última parte, intitulada “Súplica”. Nas três últimas divisões citadas, há uma presumível marca da autora, cuja presença clama aos

homens de coração e de alma! Homens que eu venero e admiro! Homens em que deposito toda a esperança! Voltai [...] desta mansão serena, onde os corações cessam de bater e os cérebros de pensar! Voltai [...] mais alentados do que nunca, mais cômicos do que nunca também, de que é

preciso salvar a mulher deste mar de sofrimento em que a vida dela se debate!... (p. 174)⁸².

Com aparentes intervenções autorais, as missivas de Andradina de Oliveira discutem experiências de mulheres e homens partidários ou não do divórcio, cujos relatos abrangem a separação matrimonial; o abandono do lar pelo marido ou esposa. As cartas redigidas no início do século XX reproduzem, na maior parte, a agonia de uma mulher que, separada, por vezes caluniada pela família ou pela sociedade, fica sem o direito de obter a liberdade plena oferecida pelo divórcio. A autora não se limita a falar do divórcio. Ela articula propostas à mulher fora do contexto de dona de casa, encenando provável resolução de desentendimento, um deles, a capacidade de a mulher poder comandar a sua existência, inserindo-se na sociedade, por exemplo, pela arte, pela ciência, sociologia e filosofia.

Andradina de Oliveira ultrapassa o procedimento sutil de *A Mensageira* na abordagem sobre o divórcio e fala, no início do século XX, abertamente sobre a lei. A autora contesta o vínculo ao modelo tradicional do matrimônio, que impunha “o dever de obediência da mulher casada ao marido (art. 1185) e os seus respectivos corolários: obrigação de esta acompanhar o marido nas suas deslocações (art. 1186) e a proibição de a mulher casada publicar os seus escritos sem a prévia autorização marital (art. 1187)” (FERREIRA, 1993, p. 182). Ela trabalha em prol de um feminino que discuta alternativas para a ruptura da vida em comum de união legalmente estabilizada. Ao considerar o poder pátrio, preconiza mudanças que eliminem os artigos fundadores da desigualdade, os quais fazem referência à “mulher se encontrar dependente da aprovação do marido” (FERREIRA, 1993, p. 182).

Com o ponto de vista favorável ao divórcio, Andradina de Oliveira considera a opção válida nos casos em que o matrimônio não se constitui pela harmonia, pela responsabilidade da escolha e, principalmente, pela ausência de sentimentos. A escritora, ao esclarecer seu posicionamento, coloca em andamento um apelo em defesa dos direitos da mulher que foi “proferido por um pequeno grupo de mulheres dedicadas e determinadas em meados do século XIX”, fazendo-se “cada vez mais forte ao longo de décadas em que a

⁸² As citações do livro *Divórcio?* nesta seção correspondem à edição de 2007 e serão indicadas apenas pelo número da página entre parênteses. As demais citações seguem a forma prevista em norma técnica.

sociedade brasileira se tornava cada vez mais complexa e diversificada” (HAHNER, 2003, p. 366).

Andradina América de Andrade e Oliveira, na situação de mediadora intelectual, entre leitores, procura colaborar para a diluição de formas silenciadoras, marcadas nas desigualdades por “conservadores, tropegamente arrimados ao bordão das velhas convenções” (p. 28). Ela prepara o reconhecimento do feminismo e surpreende por se dirigir aos homens, como acontece em determinadas passagens, a exemplo do discurso que abre sua obra, intitulado “Às mulheres e aos homens do meu país”. Conforme salienta, dessa leitura “sairão menos infensos ao divórcio e mais apiedados da mulher – a grande vítima dos absurdos e opressores preconceitos sociais” (p. 27).

Os enredos, em *Divórcio?*, a respeito do divórcio, quase sempre denotam a presença autoral, como sugere a citação anterior. Similarmente, a intromissão autoral é ilustrada na dedicatória do livro *Divórcio?*: “À santa memória de Carmen Dolores [...] àquele grande coração de mulher que compreendeu todas as dores e avaliou todas as lágrimas”. Na introdução, Andradina de Oliveira usa, também, o lugar do “autor”, avisando ao leitor que escreve para mulheres e homens do Brasil, por acreditar no amor e na compaixão humana. Condição a qual remete à presença da autora, incitando uma investigação de quem lê e deseja encontrar essa presença no texto para partilhar de uma verdade social.

A voz autoral, em *Divórcio?*, situada “en un lugar de indudable lucha intelectual” (PALERMO, 2010, p. 50), além de despertar o pensamento crítico feminino, compromete-se com a equidade de todos os seres no espaço público e na vida familiar. Andradina de Oliveira se utiliza de uma ficção que lhe permite apresentar ao leitor a percepção de uma autora que se inscreve no fato narrado, o que remete ao debate de Michel Foucault (1969). Ao traçar detalhes e ponderações da intensa relação com a história feminina, a escritora assinala “a relação do texto com o autor”. Com o romance, ela “aponta para essa figura” autoral (FOUCAULT, 1969, p. 267), transferindo a ilusão de que está intimamente ligada à focalização de narradores-personagens no andamento dos acontecimentos e das cartas. A proximidade da autora à diversidade de focalização permite uma analogia com o trajeto da vida, onde há a união de diferenças, um dos princípios de direitos dos gêneros masculino e feminino. Para traduzir a imagem aplicada aos personagens, a autora cria, como sugestão ou esperança, uma perspectiva voltada a valores que envolvam “o chão da igualdade” (p. 158) nas famílias, a fim de salvar os desastres matrimoniais.

Parece fácil seguir a orientação do autor, mas, na tentativa de encontrá-lo na escrita, é preciso entender que os discursos não se realizam organizados, razão para dizer que o autor não está submetido a um modelo previsível, inserido no jogo da escrita, tornando-se passível de desdobramentos entre uma particularidade e outra. É possível dizer que ele, de certo modo, existe na obra e é um nome próprio, o qual entrelaça resíduos da experiência autoral a uma construção operada pelos efeitos da linguagem poética (VIANNA, 2004, p. 151).

Andradina de Oliveira apresenta essas situações incontornáveis, porém, de modo geral, a sua fala torna-se explícita em declarações acerca do divórcio. Descreve as injustiças sofridas por mulheres e indignações com “tanta hipocrisia, tanto fingimento”, os quais envolvem o matrimônio. São sentimentos que ela não aceita – de acordo com o que diz em primeira pessoa: “eu nunca!” (p. 84).

É possível dizer que Andradina de Oliveira, ao ocupar *Divórcio?* com crônicas, isto é, textos com assuntos mais curtos e do diário familiar, faz a intromissão autoral “sem nenhum prejuízo para a arte literária” (BROCA, 1975, p. 218). Até porque o país teve um “exemplo expressivo” dessa afirmação com a posição de cronista de Machado de Assis, para usar as palavras de Brito Broca (1975, p. 218). Na esteira do autor carioca, Andradina de Oliveira, com a obra mencionada, antecipa as inovações dos jornais no início do século XX, quando a coluna do folhetim é substituída pela crônica. “Tudo isso por certo decorreu da própria evolução da imprensa. Tornando-se mais leves, os jornais passaram a solicitar crônicas mais curtas e vivas, condizentes com as exigências da paginação, em vez dos folhetins que atravancavam o texto” (BROCA, 1975, p. 219).

De fato, Andradina de Oliveira estava vigilante aos acontecimentos nas Letras e, particularmente na imprensa, que impulsionavam outros modos de ver a participação da mulher no mundo. Ficou viúva muito jovem, com dois filhos para criar. Para sustentar a família, deu aulas em Pelotas, Rio Grande, Bagé e Porto Alegre. Em Bagé, em 1898, criou a revista *O Escrínio*, transferindo-a para Santa Maria e, em 1910, para Porto Alegre. Embora divorcista convicta, o periódico não se restringia à questão do divórcio. Já na obra *Divórcio?*, com a primeira tiragem, em 1911, próxima ao acontecimento da substituição do termo divórcio por desquite pelo Código Civil Brasileiro, de 1916, Andradina convoca mulheres e homens a lutarem pela aprovação do divórcio “amplo” ou “pleno”, aquele que dá nova possibilidade à mulher subjugada por um casamento (FLORES, 2011).

Contemporânea de Francisca Clotilde, Andradina de Oliveira incrimina os costumes patriarcais ainda presentes na sociedade de seu tempo e reclama das restrições impostas às divorciadas. Igualmente à escritora cearense, Andradina de Oliveira tematiza o fim do casamento pelo processo do divórcio. Nazaré, em *A divorciada*, sente-se insegura com a proposta de separação, enquanto as personagens em *Divórcio?* posicionam-se com segurança sobre a lei ampla, com iguais benefícios às mulheres e aos homens. Uma e outra escritora, com suas particularidades narrativas, remetem ao feminismo, que implica uma postura “consciente e libertária com relação não apenas às mulheres, mas também em relação às demais manifestações de gênero”, o que sugere um olhar político sobre as questões que envolvem outros sujeitos (VIANNA, 2004, p. 154).

Na falta de acordo conjugal, as escritoras apresentam fontes relevantes para discussões sobre os papéis do sujeito feminino e confirmam sinais de uma literatura em benefício do social. Como traduz Andradina de Oliveira, é preciso pensar na unidade entre o homem e a mulher, condição que depende de um evento social realizado pela educação. Instruída, ela poderá desenvolver a inteligência dos filhos e participar dos assuntos da nação. Somente assim a mulher e o homem formarão um elo “sem egoísmos, sem traições” (p. 76-78).

Ela procura despertar uma consciência de resistências sem que, para isso, a mulher abdique da graça feminina e se masculinize. Segundo a escritora, basta educar a mulher não somente para ser a linda e delicada flor de baile, mas “preparem-na para agir”, porque da mulher forte “admirar a mais profunda, a mais radical e completa transformação social!” (p. 126-127). As colocações de Andradina de Oliveira remetem à educação sólida das mulheres, a que se referia Nísia Floresta na metade do século XIX, com um modo de as mulheres não mais aceitarem o casamento como uma “gaiola sem porta” (p. 73).

Conectada à história da brasileira, Andradina de Oliveira desafia a realidade social com uma prática política relacionada à igualdade de gênero, trabalhando a questão, quase sempre pela mulher, “peada pelas convenções, esmagada de todo, por todo um passado vazio” (p. 126). Ao reportar-se à história de sujeição feminina, a escritora referida cumpre a função social de não eliminar da memória a narrativa “a que o homem a condena” (p. 126). A porto-alegrense tenta interferir nos costumes da época, pelos direitos femininos, sem escapar do poder determinado pelo gênero, submetido ao julgamento do olhar masculino e, por isso, a justificativa.

É do cotidiano familiar que Andradina de Oliveira retira os efeitos da educação que oferecem à mulher: o respeito na família, na sociedade, enfim, no mundo, conquista prevista, segundo a autora, pelo movimento do feminismo, que

vem amparar a mulher, vem cercá-la do respeito do homem, vem arrancá-la da ignorância, vem educar o seu coração, vem ilustrar o seu espírito, vem salvaguardá-la das injustiças dos códigos [...] vem tornar a mulher forte, aparelhada para o dignificante combate da existência; vem dar-lhe todos os direitos morais, intelectuais e políticos, como parte integrante que é da humanidade (p. 76-77).

Sem abandonar o repertório feminino de uma prática política relacionada à igualdade de gênero, a escritora coloca-se a favor da educação e do divórcio, considerando a importância para a mulher de um e outro movimento (p. 122). No século em questão, precisamente em 1879, no Brasil, as mulheres conquistaram o estudo, mas buscavam, ainda, o direito ao voto e ao divórcio. No comentário da pesquisadora Tenisa Spinelli, após o tema da educação, foi o do divórcio o mais candente na virada do século XIX para o XX. Como recorda Tenisa Spinelli⁸³, as escritoras Francisca Clotilde, Carmen Dolores e a porto-alegrense Andradina de Andrade e Oliveira foram algumas das raras mulheres que se lançaram à luta pela obtenção do divórcio (SPINELLI, 2013). Para completar, segundo a pesquisadora, se

a educação tinha seus paladinos entre homens e mulheres, o divórcio contava com mais atacantes que defensores. Desde o início do século XIX, houve escritoras e feministas, poucas, é verdade, que lutaram pública e explicitamente em favor da separação oficial dos casamentos (SPINELLI, 2013).

⁸³ SPINELLI, TENISA. Um feminismo pioneiro: Andradina de Andrade e Oliveira e a luta pelo divórcio no Brasil – bate-papo com Hilda Hübner Flores e Rita Schmidt, 2013. Disponível em: <<https://palavrraria.wordpress.com/tag/hilda-hubner-flores/>>. Acesso 10 maio 2013.

No *Correio do Povo*, Hilda Flores comenta que Andradina de Oliveira busca, na defesa do divórcio, solução para diversos problemas enfrentados por mulheres de sua época. Resulta da posição, a antipatia de setores contrários à opinião, inclusive da igreja (FLORES, 22 out. 2007, p. 8). Ainda que a realidade se apresentasse distorcida aos olhos dos não partidários, a autora fala da emergência da inclusão da lei no início do século XX, cumprindo dizer: “Não nos deixemos abater!” (p. 127). A linha de adesão à lei, articulada ao sentido coletivo, aparece nas inúmeras epígrafes, na abertura das crônicas, em *Divórcio?*. Os subsídios literários justificam a decisão da autora e de outros articulistas a pensar o divórcio como um remédio para certas ocasiões irremediáveis. O ponto de vista dos narradores apresenta, de acordo com seus interesses, os acontecimentos em relação à moralidade imposta aos casais e filhos pelo preconceito social.

Quer sob o ponto de vista jurídico, quer sob o ponto puramente social, o divórcio não foi instituído para desfazer o casamento, senão para normalizar uma situação. Como diz a citação do Dr. Carvalho Mourão (p. 71), quando um casal evoca o remédio do divórcio, já está de fato separado. Entre eles os laços de amizade ou de amor, bem como os elos da simpatia e do afeto, que uniam aqueles corações, foram rompidos. Na epígrafe, o autor diz que a lei não foi instituída para o casamento feliz e que apenas os infelizes sabem de sua existência.

Consciente da necessidade de sua inserção na sociedade, como ilustra a pesquisadora Eloá Muniz da Silva, presidente da Academia Literária Feminina RS, na apresentação da edição de 2007 do livro *Divórcio?*, Andradina de Oliveira contrapõe-se à servidão que deprime a mulher, exigindo, bem mais do que suas contemporâneas, o divórcio amplo. A escritora denuncia austeramente a barreira de privilégios que a falta do direito pleno do divórcio propicia ao casal. Como esclarece June E. Hahner:

Para ela, não o divórcio, mas o adultério dissolvia as famílias. Não o divórcio, mas o desquite levava à depravação, ao concubinato, e à prostituição, e impedia as pessoas que se amavam de tornarem-se legal e moralmente unidas. Não o divórcio, mas o casamento indissolúvel induzia à hipocrisia e ao desespero (2003, p. 253).

A colocação de June E. Hahner expõe uma crítica, não como simples documento de algo que existiu, mas como uma consciência histórica, marcada por uma memória que vem passando para outras gerações. A defesa pelo divórcio, que tomava forma legal no país a partir do século XIX, é abordagem relevante nos dias atuais. Motivo para que o *Correio do Povo*, na 53ª Feira do Livro de Porto Alegre, tenha feito referência à obra de Andradina de Oliveira.

O jornal citado, em uma das colunas, com nota intitulada “Livro recupera luta pelo divórcio”, atualiza Andradina de Oliveira, notificando a reedição de *Divórcio?* (22 out. 2007, p. 8). Hilda Hübner Flores, uma das pesquisadoras empenhada em visualizar as autoras esquecidas da literatura brasileira da segunda metade do século XIX e início do século XX, considera a ficção da escritora um acervo de informações e de indagações, estas sugeridas desde o título do livro. São aspectos, dentre outros, que estimulam a leitura de sociólogos, advogados, psicólogos, historiadores, intelectuais e curiosos que “queiram mergulhar na sociedade de um século atrás, conhecendo-lhe mazelas sociais, valores morais e questionamentos de natureza sexual” (FLORES, 2011).

Na coluna do *Correio do Povo*, Hilda Hübner Flores explica que “em um período em que a palavra divórcio nem podia ser pronunciada” (22 out. 2007, p. 8), a escritora gaúcha transpõe para as *Cartas* (2007, p. 35) uma posição favorável ao divórcio como uma solução extrema, “para os que estão com a corda na garganta [...] e quase estrangulados” (p. 32). Nos relatos, a aprovação do projeto divorcista ganha força, ainda, nas lutas de Myrthes Gomes Campos e Carmen Dolores, que escrevem no *Correio da Manhã*⁸⁴.

Ambas são destacadas por Andradina de Oliveira em vários momentos, por exemplo, na epígrafe⁸⁵ de autoria de Carmen Dolores, dissertando sobre a imoralidade da mulher, resultante da separação de corpos e de bens. Em relação à restrição do código, Andradina de Oliveira entende que a lei é desleal e aponta para uma franca e decisiva forma, “sem ambições nem ambiguidades hipócritas” (p. 37).

Tal assunto conquista espaço na carta do personagem Ramalho, o qual se dirige ao amigo Fausto. O missivista Ramalho é simpatizante do divórcio, vivenciando uma separação após sete anos de convivência

⁸⁴ *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais da imprensa nacional, periódico brasileiro, editado no Rio de Janeiro de 1901 a 1974. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Correio_da_Manhã_(Brasil)>. Acesso em: 14 abr. 2013.

⁸⁵ Citada em Andradina América Andrada de Oliveira (p. 37).

matrimonial. Embora a esposa o tenha abandonado, o marido não deseja vê-la expulsa da sociedade, daí os argumentos em prol do divórcio, o que resolveria as questões críticas impostas pela sociedade, que constrangiam os próprios filhos, pois quando lhes perguntassem quem é sua mãe, seriam “obrigados a dizê-lo corando, ou a mentir” (p. 39).

Na correspondência de Rogério Lins e seu pai, a autora continua mostrando que o preconceito e a falta do divórcio amplo atingem o homem, servo de uma lei injusta, que o proíbe de reconstituir um novo lar. O autor da carta conta ter sido traído pela mulher, suportando longa e escandalosa ação de divórcio, acompanhada dos cochichos reticentes da sociedade. Médico, diz participar de uma família “esquerda” e sofrer o repúdio dos pacientes, que o alcunharam “flor da Paulicéia” (p. 86).

A correspondência de Rogério ilustra, no início do século XX, discussões atuais sobre os relacionamentos dos pais com os filhos no processo do divórcio. Em síntese, o governo federal brasileiro lançou, no mês de agosto de 2013, uma cartilha para auxiliar pais em processo de divórcio, aparecendo, entre algumas informações, quais procedimentos são considerados os mais adequados entre progenitores e filhos⁸⁶.

Essa é uma preocupação do missivista Rogério, que deseja educar as crianças a partir de uma percepção da vida e suas variantes. Ele explica ao pai que não deseja mentir aos filhos, pois quer passar a eles a atitude de um homem com “a responsabilidade não só de seus atos, mas, também dos seus sentimentos” (p. 89). Ele faz referência à relação com nova companheira, que, provavelmente, será mãe de outros filhos dele; portanto, todos os filhos serão irmãos. Com tal atitude, acredita obter a compreensão pela sua escolha conjugal.

Andradina de Oliveira empenha-se em quebrar os “grilhões de um casamento nefasto” (TELLES, 1999, p. 389), cuja decisão deve abrir

⁸⁶ “O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou hoje [05 ago. 2013] duas cartilhas para auxiliar pais e filhos adolescentes nos processos de divórcio. Segundo a juíza de Família e responsável pela organização do material, Vanessa Alfiero da Rocha, as cartilhas esclarecem sobre guarda compartilhada dos filhos, visitas e as formas de solucionar conflitos familiares. ‘Os pais e filhos recebem instruções de como agir para que todos os integrantes da família se adaptem melhor a essa nova fase de reorganização familiar’. As cartilhas foram feitas em parceria com o Ministério da Justiça e com apoio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Os exemplares foram lançados durante a divulgação dos resultados do 3º Encontro Nacional de Núcleos de Conciliação”. Disponível em: <www.bocaonews.com.br/.../66380.governo-lanca-cartilha-para-auxiliar>. Acesso em: 08 jul. 2013.

os olhos de muitas almas desprevenidas, ante a indissolubilidade, fonte, no mínimo, de vergonhosas hipocrisias e covardes cativeiros (p. 33). Para a escritora, a única garantia de vencer a degradação do casamento é ser partidária de uma união onde habite a paz, a virtude e, também, o Amor, como escreve Branca, para a amiga Velúnia (p. 33-118).

A autora trata de enfrentar as contradições com as quais a mulher tem de se subjugar, apelando por um mundo em que possa “reinar a Fraternidade, o Amor e a Paz!” (p. 127). Para a escritora, somente com a união desses valores “advirá a mais profunda, a mais radical e completa transformação” na sociedade e no conjunto do lar (p. 127). A favor do divórcio, Andradina de Oliveira prepara literariamente a mulher para a lei ampla. Segundo diz, o código é ignorado pelo governo brasileiro, que não fez quase nada, quando poderia ter feito por mulheres que sofrem e “são tão esquecidas!” (p. 113).

Em carta para Anita, a missivista Clotilde, numa focalização irônica, sobre a forma de divórcio restrito, condena a beleza do processo brasileiro que nada adianta em termos de mudança social (p. 111). Recomenda à amiga que não aceite a forma de separação limitada, pois a impedirá de reconstruir outro lar e ser feliz. Próxima ao acontecimento da substituição do termo divórcio por desquite pelo Código Civil Brasileiro, de 1916, emenda que mantém os mesmos efeitos instituídos pelo Decreto 181/1890, a escritora se mostra atualizada em seus comentários e com reclamações pertinentes ao contexto jurídico. No período, a mulher separada ou desquitada, na sociedade brasileira atrasadíssima, como relata Andradina de Oliveira, é vítima das torturas do marido, sem apoio da família, não pode reconstituir o lar nem “lhe consentem amar” (p. 58). As privações são as mesmas de um e outro gênero humano que se disfarçam no indecente desquite, com a imoral separação de corpos e bens (p. 62).

O quadro é justificado nas falas das personagens Lúcia e Rosália, ao trocarem comentários em torno das catástrofes conjugais em que a mulher é a protagonista principal. É a mulher sempre a infeliz, e raramente surgem atenuantes para a decisão do “terrível passo”, escreve Lúcia em resposta à carta de Rosália (p. 57). Com o fato, as missivistas ilustram o divórcio amplo, a fim de terminar com os martírios dos cônjuges condenados ainda ao “indecente desquite”. O termo que substituiu o nome do divórcio, no tempo de escrita da obra, mantém a forma restrita, sem aprovação de um novo casamento.

Com isso, mulheres e homens carregam “o lenho do sacrifício” (p. 158), vivenciando dias nebulosos. A lei plena é ponto de referência do livro para acabar com a situação aflitiva estabelecida pelo vínculo

desumano do desquite (p. 66). Mais: por entender que, apesar de existirem muitas mulheres intelectuais, outras estão ligadas às injustiças do código, conforme indica a carta da personagem Clotilde. Preocupada em alterar a situação da mulher brasileira presa ao lar sagrado, Andradina de Oliveira intui que, com o divórcio pleno, um e outro cônjuge ficaria para sempre livre da vergonha de ser o marido ou esposa esmagado/a pelo preconceito.

5.5 E A LUTA CONTINUA...

Durante a metade do século XIX e início do XX, as mulheres brasileiras conviveram com os princípios discriminatórios de um Código Civil que conferia às mulheres casadas o estatuto de “relativamente incapazes” (CORTÊS, 2012, p. 267). A situação manteve-se, em vigor, até 1962, quando puderam, então, ter liberdade de atuar socialmente, desde que tivessem uma profissão lucrativa.

O presente subtítulo⁸⁷ elucida uma preocupação delineada no casamento, preso à mentira da indissolubilidade. O conjunto da história do divórcio destaca contradições que o tema em questão suscita próprias dos conceitos engessados que tramitam nos parlamentos, os quais desestabilizam as emoções de quem vive à espera do divórcio pleno, como ilustra uma das narradoras de Andradina:

ah! eu chorei oito anos a minha mocidade morta!... oito anos! oito anos amarrada àquele cadáver vivo... juventude, beleza, força, ardor, uma alma cheia de ternura, um cérebro cheio de sonhos... e tudo! tudo sacrificado àquele nulo [...] estupidamente honesta, para aquele eunuco! e ele temia que eu lhe fosse um dia adúltera [...] oito seculares anos sem um beijo de amor!... (OLIVEIRA, 1912, p. 158).

Andradina de Oliveira remete à preservação dos desejos da crítica feminista nos acontecimentos literários e espaços sociais, concorrendo para uma prática, senão aceita por conservadores, mas de possível transformação de mentalidade. Para sensibilizar o leitor, cria narradores-personagens que provocam o sentido de luta contra a

⁸⁷ Encontra-se apoiado nas palavras de Nelson Carneiro em *A luta pelo divórcio: a síntese de uma campanha em defesa da família*, de 1977 (CARNEIRO, 1977, p. 29).

degradação do desquite, lugar de sofrimentos e preconceitos também dirigidos aos filhos (FÁVERI, 2007, p. 343). Atenta aos direitos da mulher, a romancista prevê, com a lei plena, re-casamentos felizes, em que casais possam retomar a vida amorosa.

Nos séculos abrangidos no recorte temporal deste estudo, as escritoras prenunciam conquistas como a do divórcio rumo à dissolução absoluta do vínculo conjugal. Na verdade, suas literaturas expandiram os acontecimentos sobre a lei, pressupondo, nela, um espaço de decisões no qual as mulheres tentam legislar a própria vida. Para citar: com indicativos críticos, desenvolveram enredos em prol do exercício favorável à legislação do divórcio, rebatendo a submissão da mulher no universo marital – fato determinado pela interferência do catolicismo na educação voltada às cenas domésticas, representadas pelas mães, no seio das famílias brasileiras.

Embora, na segunda metade do século XIX, a fé fora substituída por questões de propriedade incentivadas pelo Estado, a população brasileira guardava a interferência do clero, que “desde o Concílio de Trento, por volta de 1562, criou regras de como seus fiéis e os clérigos deveriam perceber as relações conjugais e a família. A instituição proibia o divórcio “lutando contra ele no Parlamento, nas ruas e nos púlpitos, cada vez que se cuidou em admiti-lo” (RODRIGUES, 1978, p. 7). Os princípios eclesiásticos impediam a discussão da indissolubilidade conjugal, o que fez a regulamentação das separações revestir-se de controvérsias. A grande reação da Igreja Católica era o pano de fundo que se desenhava no pensamento das escritoras, definido pela discriminação. Elas procuravam combater as desavenças principalmente para tirar a mulher da reclusão do lar. Como verificam, fosse outra a educação, no Brasil, oferecendo à mulher os meios de ganhar a vida em qualquer emergência, elas dispensariam o homem e sairiam de uma relação sem intrigas (OLIVEIRA, 2007, p. 43). Apesar das melhorias em prol dessa autonomia, os eventos ainda exigem vigilância quanto às formas de poder social que circulam no cotidiano de grande parte das mulheres, que continuam lutando por um feminismo, “para além das diferenças fixas entre os gêneros” (TELLES, 2012, p. 56).

A historiadora Joan W. Scott comenta que essa disputa faz parte da herança deixada por uma política conservadora que passou “toda uma série de leis sobre a organização e o comportamento da família”. O desafio ao sistema controlador de ações humanas é um exercício permanente, não se apaga da memória nem das realidades que se sucedem, propiciando às mulheres, em práticas atuais, exigirem o lugar

de cidadãs, com participação na política da nação (SCOTT, 1991, p. 25). A história do feminismo é de inevitável complexidade, cuja tensão é consequência de uma estrutura moral de uma sociedade em constante mutação (SCOTT, 2002, p. 29).

Com subsídios da história do feminismo referentes aos direitos políticos da mulher na França, em períodos entre 1789 e 1944, Joan W. Scott, na releitura da história do movimento feminista, considera que o processo não se confina à necessidade única de algumas comunidades de mulheres. Ela tenta um diálogo entre geografias e histórias comumente separadas, porquanto associa sua teorização a uma política democrática, em favor da circulação feminista entre práticas sociais que transformem “as ações caóticas e disparatadas das mulheres do passado em uma tradição organizada e contínua” (SCOTT, 2002, p. 23).

O tom alusivo às “mulheres do passado”, de Joan W. Scott, retoma as tentativas de superação, empreendidas pelas escritoras em estudo, que entrecruzam dificuldades, disputas, posturas literárias na construção da história das mulheres. Suas escritas reproduzem um panorama histórico, são sustentadas por debates vigorosos e inevitáveis, uma vez que “historicamente as feministas têm tido que enfrentar problemas que são viscerais dentro da organização [...] de suas sociedades e que, portanto, não são propostos, nem vistos, nem tampouco considerados como problemas” (SCOTT, 2002, p. 286).

Os questionamentos trabalhados até o momento servem, do mesmo modo, para responder ao motivo pelo qual pesquisadores resgatam autoras e respectivas obras oitocentistas: o que se espera? A lembrança deve fornecer argumentos que identifiquem o que acontecia à época. As escritoras, ao representarem mulheres – algumas providas de conhecimento, outras de maior inibição feminista – ousam colocar a mulher em um plano de ação social. Se não puderam, no momento de suas escritas, alterar consideravelmente a legislação do país, elas tentaram trabalhar pela mudança do pensamento político, fugindo da “desgastada economia do masculino-feminino”, pela maneira de anunciarem, de abandonarem “o porto seguro do familiar (geralmente forjado a ferro e fogo e à custa de uma simultaneidade de opressões, exclusões) [para] buscar outros abrigos menos familiares e sempre temporários” (COSTA, 1994, p. 169).

Intérpretes da vida, as escritoras dos oitocentos desafiam tensões inerentes à passagem política do país e surgem com propostas capazes de dar ao gênero uma marca ilimitada entre seres, levando em conta que “em consciência, não há homens nem mulheres: há seres com iguais direitos naturais, mesmas fraquezas e iguais responsabilidades”

(ALMEIDA, 1910, p. 131). Com um olhar sobre as contradições das lutas femininas, as vozes autorais das oitocentistas adquirem uma força política, colocando “no verso, no romance, no drama, um bocado da alma que sonha!” (OLIVEIRA, 2007, p. 170).

Constância Lima Duarte, discorrendo em relação a Nísia Floresta, diz que a escritora marca um lugar entre as

mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever (2003, p. 153).

Em acréscimo à postura de Constância Lima Duarte, Zahidé Lupinacci Muzart, em *Escritoras brasileiras do século XIX* (2000), comenta ser preciso falar das mulheres escritoras do século XIX, reproduzindo contexto e os seus textos, para lhes dar voz. Ao referir-se a Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, diz que a autora “foi uma mulher de ideias avançadas para a época [...] curiosa e criativa, trazendo [posições] interessantes sobre a liberdade da mulher, o direito ao voto, o direito à palavra e mais ainda, o direito de pensar” (MUZART, 2002, p. 163). São dados que demonstram quão destemidas eram as escritoras, ao engajarem-se na campanha do divórcio na virada do século, uma vez que falar em divórcio era contrapor-se à tradição do casamento, firmado no consórcio que acorrentava o casal para sempre como dois esposos verdadeiramente sagrados por cerimônias públicas, sujeitos a um contrato indissolúvel.

Que restava à mulher, quando se via diante da indiferença de um marido brutal? Por vezes, calava-se. É “que à mulher cabe sempre o papel de mártir, de escrava; lei fatal que a obriga a tornar-se santa, condenando lamentos diante dos desenganos eternos. Como escreve Inês Sabino, em *Lutas do coração*, a mulher obedecia sem consciência dos graves males que isso poderia trazer-lhe (SABINO, 1999, p. 188-189).

Comprometidas com o flagelo que se impunha à mulher no casamento, as escritoras reagem “com gosto” literário, quando “urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino)” (DUARTE, 2003, p. 152-153). Ao operarem no âmbito das

letras, elas tiveram que exceder a acusações de que eram “perigosas e mesmo incoerentes”⁸⁸. Notadamente revestindo-se de tantas atribuições, suas intervenções operam uma revisão nas falas de outras escritoras que ultrapassaram o século dos oitocentos. Para exemplificar, na perspectiva da escritora Mariana Coelho, em *Evolução do feminismo*, de 1933, ainda há uma representação moralizante, articulada às exigências impostas ao sexo feminino. É preciso ajuizar que havia/há uma longa caminhada a ser trilhada pelas lutas femininas, principalmente para a mulher, que “tem sido bem observada mas não foi estudada a fundo”⁸⁹. Portanto, há uma tensão a respeito da lei do divórcio no século XX, no sentido de pensar na quebra da estrutura da família, a base da sociedade.

Por volta de 1885, no Brasil, era claro o preconceito contra a mulher escritora; mesmo assim, a inclusão da presença inventiva das mulheres impõe-se no âmbito da cultura, como referência nas arenas da atuação política e do conhecimento, as quais precisam continuar na contemporaneidade. “Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior”, por isso a mobilização feminista pode ser comparada a ondas, “que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomençar” (DUARTE, 2003, p. 152).

De modo geral, as obras centralizam a “renhida dor” que se concretiza ao longo da estiagem do casamento, mantida, por vezes, pelas incertezas fomentadas pelo divórcio restrito, que, ancorado numa sociedade conservadora em relação à família, determina “o modo pelo qual as mulheres se colocam perante” (VIANNA, 2004, p. 154) as implicações de gênero. No processo da escrita, há uma manifestação de gênero, contribuindo para que uma postura libertária viesse beneficiar o convívio entre os casais. A solução dos conflitos referentes ao matrimônio, na época, não dependia exclusivamente do grau de instrução feminina ou classe social; necessitava, paralelamente, da alteração do pensamento e de costumes que negassem preconceitos seculares.

Da eventual crise da dissolubilidade surgem incoerências, percebidas nas hesitações das autoras, em defesas que se apoiam “em nome da família e da moralidade” (HAHNER, 2003, p. 253), as quais resultam, quase sempre, da falta de consciência dos governantes e do

⁸⁸ SCOTT, 2002, p. 47.

⁸⁹ SCOTT, 1991, p. 25.

silêncio imposto pelo clero. Tais características estimulam as escritoras “a investigar cada vez mais sobre seus direitos e debater os próprios problemas, definindo seus sonhos e especificando concretamente suas reivindicações” (HAHNER, 2003, p. 267).

Para que tais mudanças ganhassem força social e política, as autoras cuidaram para que, “sem ser radicais em seus objetivos, nem agressivas em suas táticas” (HAHNER, 2003, p. 367), pudessem abrir espaços à lei do divórcio como mecanismo de liberdade, principalmente às mulheres situadas à margem “de territórios culturalmente concebidos como de exclusiva ocupação masculina” (HAHNER, 2003, p. 366).

Nas palavras de June E. Hahner, as defensoras dos direitos femininos no Brasil do século XIX acreditavam no progresso e, conscientes da oposição masculina, da indiferença feminina e dos limites na aceitação de suas próprias ideias, permaneciam convencidas da importância de sua causa e de seu eventual sucesso (2003, p. 172). Na trilha de June E. Hahner, é possível dizer que as escritoras, com os esforços que empreenderam, extraíram “inspiração e promessas de sucesso futuro das conquistas femininas nos outros países” (2003, p. 172), as quais estão na história de mulheres que continuam testemunhando os avanços que elas pretendiam. O argumento remete às ponderações de Hahner, as quais correspondem ao período, logo após a I Guerra Mundial, quando

as ações feministas no Brasil tinham proliferado a passos rápidos. Há época, era crescente o apoio às lutas por melhoria de situação social, civil e política levadas a efeito pelas mulheres, as quais se sentiam estimuladas a investigar, cada vez mais, sobre seus direitos e debater os próprios problemas, definindo seus sonhos e especificando concretamente suas reivindicações (HAHNER, 2003, p. 267).

As práticas sociais modificaram-se. Entretanto, atualmente, o casamento religioso ainda é prestigiado, apesar de as uniões conjugais construírem-se com maior liberdade de escolha. Em meio a tais mudanças ocorridas na sociedade brasileira, a mulher passa a requerer visibilidade no interior dessa sociedade, ou seja, tenta desempenhar a função social do mesmo modo que trabalhadores e cidadãos masculinos. Como autoras, de determinada data e circunstâncias, suas imagens tornam-se palpáveis, pela intervenção na formação de valores, conduta e

hábitos da sociedade de outras décadas, razão suficiente para que seus pensamentos não se mantenham fixos “na estante, para um tempo que virá”, no dizer de Tânia R. O. Ramos (2009, p. 214). Afinal os aspectos sociais neles identificados podem transitar da academia de letras, aos tribunais jurídicos, eclesiásticos e aos serões dos lares. Seus projetos devem servir como ponto de partida e chegada, para falar do divórcio, objeto social que muito agitou/agita a sociedade de todos os tempos.

Ao falar das próprias “relaciones patriarcales impuestas por la colonia”, as escritoras negociam uma situação jurídica, a qual se modifica constantemente, até porque, segundo Rita Segato, os costumes se alteram, mas as relações de poder continuam “estabilizadas en la colonialidad moderna” (SEGATO, 2011). Com o empenho nas letras, ultrapassam determinados temores, deixando a domesticidade, para atuarem nos romances, no jornal, no teatro, dentre alguns gêneros até então reservados aos homens. Mas é preciso considerar que o elo da colonialidade não as distancia do mundo atual, razão para corresponderem às vozes do presente século, ainda enredadas, encontrando “alguns becos sem saída”⁹⁰.

As narrativas evidenciam produtoras lúcidas, que associadas, sobretudo, ao processo de divórcio brasileiro dos períodos indicados, não mascararam os incidentes no percurso das reivindicações, bem como destacam as esperanças, mesmo que, às vezes, se evaporem em desencanto, na árdua peregrinação feita de lutas. Independente de ocorrências mal sucedidas, nas escritas, há o reconhecimento em relação ao lar, visto como local de aconchego, de troca de afetos e de conhecimento ao lado de quem pudesse proporcionar-lhes “horas da mais agradável conversa” (BORMANN, 1884, p. 331).

Nenhuma das situações anteriores é esgotada pelas escritoras, mas, singularmente, abrem lugar para “escribir lo que les atormenta, les apasiona, cuáles son sueños y qué obstáculos han encontrado en su camino para conseguirlos”⁹¹. Portanto, as narrativas arquivam ambivalências de uma história com “nuevos modelos de ser mujer en un mundo falsamente lleno de posibilidades” (PEIRANO; EGEA, 2015). A citação motiva a pensar numa luta contínua, onde um dos desafios consiste em anunciar as dificuldades provocadas pelo tratamento de uma sociedade discriminatória em torno da mulher e do matrimônio.

⁹⁰ Disponível em: <www.normatelles.com.br/memorial_da_pesquisa.html>. Acesso em: 20 mai. 2013.

⁹¹ Disponível em: <www.eldiario.es/.../Historia-Feminismo-libro_0_363...>. Acesso em: 23 abr. 2015.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, a investigação relacionada ao pensamento das escritoras da segunda metade do século XIX, chegando ao início do século XX, acerca do divórcio, deu lugar a uma abordagem relacionada ao casamento, de onde despontam as inquietações, cujo fim é, quase sempre, o da separação conjugal. O diálogo com elas sobre a lei não limita o valor literário da palavra; contrariamente, o movimento político e de costumes de suas épocas não se esgota nem tampouco exaure suas artes.

No trajeto da pesquisa, os bons momentos acadêmicos e pessoais deram lugar a outro de muito pesar pela ausência da querida Professora e Orientadora Zahidé Lupinacci Muzart. A pesquisadora deixa, para inúmeros estudiosos, dentre outras qualidades, uma sensível prática humana, o comprometimento com a escrita feminina e a preocupação com a quase total ausência dessas escritoras nas histórias da literatura brasileira⁹². Sob a inspiração causada pelas artistas, orientou este trabalho com o desejo de saber o modo como a mulher escritora oitocentista pensou o divórcio no imaginário de obras aqui selecionadas e quais as condições encontradas pelas autoras no tempo de suas escritas, ao discutir um tema polêmico e contemporâneo.

É esse o norte da pesquisa que lança particularmente o olhar para um tempo de mulheres infelizes no casamento e que sonhavam com a libertação, para refazer a vida com novos pares ou independentes de uma nova relação. Na falta do código amplo, particularmente a mulher sem recursos financeiros, ao se separar, escolhia outro companheiro que a amparasse, o que muitas vezes resultava em novo fracasso e infelicidade. Por isso, as autoras preocupam-se em desenvolver “ideias interessantes sobre a liberdade da mulher”, desafiando, por exemplo, uma questão a ser superada: a ligação com os dogmas religiosos, que tornavam difícil a independência econômica feminina (MUZART, 2000, p. 163). O divórcio amplo é um dos debates sociais inseridos na prática literária das autoras que negociam um espaço nas Letras, cujas delimitações são consagradas por homens. Para Mikhail Bakhtin, “O que é estético” se realiza “plenamente na arte” pelas imagens que remetem a sensações, a melodias e a simbologias, mas a linguagem

⁹² Ler: MUZART, Zahidé Lupinacci. Pedantes e *bas-bleus*: história de uma pesquisa. In: _____ (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. v. 1. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 17-29.

figurada não existe como fato isolado, pois a obra, em sua vida artística, pressupõe uma interdependência com o processo histórico que a envolve (1993, p. 26). Nas formas composicionais das artistas, há essa correlação – a manifestação do período da proclamação da república e o desejo social pelo divórcio – percebida esteticamente como forma de liberdade dos padrões sociais e políticos da época. O momento de afirmação nacional é uma provável inspiração para a literatura, associado aos ideais de igualdade entre os cônjuges. É possível dizer que elas criam uma produção artística que é a soma de impressões literárias e de efeitos do real.

Se o país envolvia-se com a reestruturação política, as escritoras também se mostravam comprometidas com o sistema, dedicando espaço, em suas literaturas, à reestrutura do cotidiano feminino. Com diferentes formas de texto, colocavam suas opiniões – por meio de cartas, crônicas, diálogos, traduzindo a união de diferenças da vida comum dos indivíduos. Nesse sentido, o gênero literário na sua diversidade estrutural aproxima-se da descrição do real. Nesta pesquisa, encontram-se múltiplas vozes narrativas conduzindo enredos de ficção marcados pelas interferências autorais, que aparecem implicitamente numa perspectiva pessoal e impessoal. Na focalização, por diversos narradores e personagens, inclui-se a presença autoral, determinando uma ação de justaposição, por onde as escritoras comandam o narrado e permitem contemplar a ideia de que o autor é sempre o autor do texto, lembrando Michel Foucault.

É próprio de artistas alçarem voo pelos diferentes modos de expressão; há, neles, a necessidade de mobilizar, pela arte, o que for possível, a mentalidade da época. As escritoras tinham consciência dessa receptividade e da continuidade de suas ideias revolucionárias ou convencionais em relação ao divórcio. Aqui os resultados esperados condizem com a mutabilidade em torno da negociação de papéis a favor da mulher com o direito a conquistas legais. As respostas provêm de levantamento de dados e de uma interpretação estética de acordo com a temporalidade e a localização do contexto social. As autoras, aliadas a um discurso histórico dos oitocentos, manifestam o zelo de não ferir as posturas de famílias associadas à crença religiosa. A Igreja Católica estabelecia a indissolubilidade conjugal e a lei provocava as divisões de sonhos que acontecem no lar, espaço familiar onde sentimentos e responsabilidades precisam ter pesos iguais. Porém, a articulação é, por vezes, desconhecida pelos casais.

Com o objeto definido – o divórcio – engendrando novas maneiras de alcançar o pensamento das oitocentistas, nas obras

escolhidas, encontra-se a orientação da Professora Rosana Cássia Kamita. Outros aportes surgiram do exame de qualificação, com as colocações das Professoras Constância Lima Duarte e Tânia Ramos Oliveira. De todas vieram significativas indicações de leituras atualizadas, tornando a pesquisa fruto de uma construção social e de uma crítica literária feminista. Em consonância com as pesquisadoras, além de Zahidé Lupinacci Muzart, Joan W. Scott, June E. Hahner, Mary Del Priore, Norma Telles e outras contribuíram para que o presente estudo dialogasse com escritoras conectadas aos séculos abrangidos, as quais antecipam uma legislação de proteção à mulher no casamento, pelo divórcio amplo. Conscientes da oposição da Igreja ao divórcio, em conjunto, as escritoras reivindicam leis que invalidem as algemas do matrimônio indissolúvel.

A ligação das escritoras com a realidade à qual pertenciam ilustra um período de formação da literatura de autoria feminina e de remodelação da sociedade urbana, cuja referência era o Rio de Janeiro, que estendia suas influências literárias, de intelectuais, jornais e teatro, como relata José Brito Broca, em *A vida literária no Brasil – 1900*. As contribuições desse historiador, de críticas da literatura feminista, de leis formuladas nas Constituições Brasileiras e de outros, propiciam ampliar o sentido da “consciência e formação” de que as escritoras dispunham, o que serve para apoiar uma carreira literária, a qual as colocava entre a elite brasileira.

Localizadas entre um grupo de mulheres instruídas, empenhavam-se em defender os direitos de mulheres da classe média obrigadas a se sustentar – o que só era possível para as que tinham alguma formação escolar. No final do século XIX, o magistério era um dos poucos meios de ganhar a vida, o que evitava às mulheres os trabalhos de lavadeiras ou domésticas nas casas de família das classes médias e alta.

Para os homens, independente da classe ou da instrução que elas tivessem, eram vistas como propriedades masculinas (HAHNER, 2003, p. 86). Nas palavras de June E. Hahner, o casamento era o alvo de todas as mulheres, quase sempre resultando em desilusões. E o divórcio seria como um remédio amargo, pois, uma vez separadas, precisariam lutar para não perderem as virtudes humanas. Daí as escritoras ampliarem, em suas escritas, a experiência feminina, ligada ao ensino, ao trabalho, à cidadania como forma de garantir a própria subsistência.

Com a leitura à luz do Direito, especialmente no primeiro capítulo, é possível dizer que as autoras põem em relevo os direitos das mulheres, entendendo, por exemplo, que a tradição jurídica clerical não

pode privar a mulher e o homem a ter outro relacionamento no caso de separação conjugal. Dos séculos passados aos dias atuais, o projeto divorcista avança em direitos, ao buscar coerência junto às famílias, empenhando-se em sanar deficiências que envolvem casais, filhos e a sociedade.

Na maior parte dos enredos, as escritoras abordam as condições do casamento como experiência marcada por “fadários”, entre outros atributos negativos relacionados à submissão e à desarmonia, o que não invalida a necessidade de que os casais procurem se entender. No segundo capítulo deste trabalho, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, com *O ramallete*; Maria Benedita Bormann (Délia), com *Lésbia*; Inês Sabino, com *Lutas do coração*, e Júlia Lopes de Almeida, com *Eles e elas*, criam panoramas de desajustes matrimoniais e separações, mas optam por manter a tradição do matrimônio indissolúvel concebida pela Igreja.

Melhor dizendo, o ponto de vista feminino remete à felicidade fundada na parceria, afirmando a posição da conciliação antes da opção direta pelo divórcio como solução extrema. Júlia Lopes de Almeida, no conjunto de algumas crônicas, usa o termo divórcio, mas antes defende o respeito entre os cônjuges, procurando a reconciliação em casos de discórdia. Por tratar mais significativamente da ordem conjugal, a escritora faz parte do segundo capítulo, ao lado de autoras que se identificam em restabelecer a cena familiar que não se constrói isoladamente.

Ainda que as demais escritoras, no capítulo, não mencionem, nos romances, a palavra “divórcio/divorciada”, elas mudam o tom da imposição social, reguladora do matrimônio como única solução de vida para a mulher. Para tanto, acrescentam um dado significativo, no pensamento de liberdade conjugal feminina: a situação econômica como poder de desestabilizar as leis jurídicas e eclesásticas da época. O respaldo financeiro faz toda a diferença para as mulheres ultrapassarem as injúrias sociais e conseguirem outros projetos fora do lar. Elas compreendem que a infelicidade matrimonial acontece ainda pela ausência de formação educacional da mulher e pela falta de diálogo. No período de implantação da República, ela cedia às exigências sociais, uma vez que para os homens a mulher não precisava ser intelectual, bastava ser dedicada à família. Tal posição era determinada pela moralidade do cristianismo, o qual avaliava o divórcio como ocorrência sinistra, o que tornava as mulheres mártires do casamento. Constância Lima Duarte lembra que o ambiente patriarcal atribuía às mulheres a clausura das “próprias casas, a total falta de direitos de estudar, escolher

o marido, criar os filhos e até de manifestar uma simples opinião” (1989, p. 163). Esse o tempo em que as escritoras viveram, o de dependência à guarda masculina, e como tal deve ser lido.

As reivindicações eram por uma educação que desse às brasileiras os meios de ganhar a vida, para dispensar o auxílio do homem. Assim as autoras escolhem a perspectiva do exercício profissional, com o qual a mulher poderia sair do temor pelo isolamento social. Elas organizam um espaço para a abordagem do divórcio e da liberdade da mulher que depende de uma educação sólida, ainda que aliada à doutrina cristã. Por várias vezes, reportam-se ao fato, considerando que para dispensar a mesada do esposo, é preciso que a sociedade propicie à mulher um trabalho e, com recursos próprios, ela possa mudar a convenção de maridos desrespeitosos, com seus mandos.

Com os romances, as artistas anunciam que a educação permitiria às mulheres assumirem-se como intérpretes de suas histórias e por consequência poderiam transpor o limiar nupcial pela competência individual. Sem recursos, as mulheres esperam do marido o resultado econômico para a satisfação pessoal e tornam-se condenadas ao desamparo quando os cônjuges perdem o afeto um pelo outro. A subalternidade, que incorpora o desempenho feminino, é orientada por uma mentalidade cristã, pela qual as senhoras acabam sempre adulando os homens, os quais monopolizam a fraqueza das mulheres.

Sob um ritual de obediência à Igreja Católica, que mantém estável a composição familiar da época, as autoras indicam uma suposta felicidade do casal. Ao pretenderem uma mudança social, buscam contrariar a vigilância masculina acerca do pensamento feminino, o que, segundo as normas eclesiásticas, é um direito de posse adquirido no casamento. Com enredos ligados ao sacramento indissolúvel, no segundo capítulo, as obras não se distanciam do ajuste matrimonial sob a consagração do amor divino. Nelas, seguem os preceitos do amor-sacrifício do Romantismo, sintomas esquecidos pela religião católica, permitindo que os casais mantenham o contrato nupcial sob a falsa indissolubilidade de sentimentos. A constante adaptação aos preceitos de moralidade torna inadiável a perspectiva de separação. O recurso é esperar a viuvez. Somente viúva, a mulher poderia confessar publicamente a saída de casa; enquanto isso não se realiza, fica à disposição do cônjuge, como um hábito social.

No terceiro capítulo, encontram-se as escritas das oitocentistas nos jornais, com divulgação de textos políticos e literários. Com discursos explícitos, a imprensa torna-se peça importante no esclarecimento acerca do divórcio pleno, para o qual não dispensaram

uma perspectiva de emancipação feminina. Em contraponto a alguns subsídios próprios dos últimos anos do Império, circulavam nos editoriais recomendações acerca do cuidado excessivo com atrativos femininos, próprio de um padrão estético rotulado pela sociedade. A dependência feminina ao cuidado pessoal é uma das antigas representações sociais, uma postura que denota a sujeição das mulheres.

Desde muito tempo o destaque à aparência de mulheres descritas como “bela, recatada e mulher decorativa”⁹³ fixam a imagem da esposa do lar. São estereótipos, voltados a delimitar o cumprimento social da mulher. Tais valores em nada contribuem para reformas legais que ampliem os direitos das mulheres, pelo contrário; acomodam uma opinião que se encaixa nas regras sancionadas pela família patriarcal.

Para as escritoras oitocentistas, o fato ilustrativo representaria uma das formas de submissão ao ambiente doméstico, dificultando um debate consistente a respeito do divórcio pleno, cuja prática exigia a autonomia financeira da mulher. *A Mensageira* e outros periódicos aconselhavam a participação da mulher na renda familiar, encaminhando uma postura às leitoras que não somente se orientassem pela moda, mas que se atrevessem a dizer que suas famílias dependiam também de suas atividades públicas. Motivos que poderiam controlar o escândalo da separação ou estabelecer condições suficientes para o casal tomar decisões em prol da felicidade conjunta.

Josefina Álvares de Azevedo, no jornal de sua propriedade, *A Família*, em meados do século XIX, abordou os valores que envolviam a questão do divórcio, bem como propiciou que redatores mulheres e homens aceitassem ou não a lei. Ciente da divisão de poderes entre o Estado e o clero, o jornal acompanha essas vozes no intuito de orientar desenlaces satisfatórios para as duas partes. A redatora sabia que era preciso discutir o divórcio, o que seu órgão de imprensa fez. Antecipou mudanças dos papéis dos membros da família, apontando para a igualdade, em favor do pensamento feminino. Em diversas modalidades de textos, estiveram em debate as imposições, em particular, da Igreja Católica, que interferia na individualidade das mulheres brasileiras que não podiam se expressar em favor do divórcio.

Praticamente as visões expostas aparecem nas estéticas reunidas, no quarto capítulo, numa “engrenagem literária”, cujas ficções se abrem para avaliar a complexidade da vivência entre pares, a qual suscita a

⁹³ Disponível em: <jornalmulier.com.br/machismo-atrapalha-mulheres-na-politica>. Acesso em: 14 jun.2016.

exigência de uma lei plena. O foco narrativo, na primeira pessoa ou terceira, não suprime a inquietação de que os casais sejam encorajados mais facilmente a quebrar juramentos realizados por ocasião do sacramento. As considerações autorais e de narradores-personagens reivindicam a aprovação da lei ampla submetida a “uma visão romântica, calcada na religião e na moral”, como esclarece Constância Lima Duarte (2010, p. 19). O peso dessa experiência dificultava uma posição literária contrária à ordem estabelecida, cuja prática social preparava a mulher para ser resguardada pelo matrimônio.

A perspectiva de Constância Lima Duarte é também contemplada por outras pesquisadoras, entre elas, Zahidé Lupinacci Muzart, ao afirmar que a mulher esteve excluída por preconceito e pela religião, circunstâncias que definiram o modo de cidadania que ela deveria desempenhar na sociedade e na família (2014, p. 134). Igualmente Mary Del Priore, ao tecer comentário acerca dos aspectos dogmáticos da tradição religiosa, acentua “a divisão de papéis” junto às famílias (2015, p.179). De maneira semelhante, June E. Hahner examina a relação de dependência da mulher à forte influência da Igreja Católica Romana, razão para que as mulheres não discutissem “em público a questão do divórcio, embora muitas fossem pessoalmente favoráveis a uma legislação que permitisse o divórcio legal no Brasil” (2003, p. 322). O ponto de vista específico das pesquisadoras citadas é capaz de traduzir as ocasiões em que as escritoras escreveram e o porquê de zelarem pela união da família. Essa é, em geral, a postura das oitocentistas. Elas observam e registram, em suas estéticas, a lei dissolúvel chegando aos lares, guardando o mistério humano do afeto consumido e da dor pela superação.

As escritoras envolvidas por esse contexto não presumem a destruição dos vínculos familiares; aliás, a lei, para elas, devia amenizar as consequências desastrosas entre pares e, nos casos sem recurso, daria oportunidade a novas uniões legais e dignas. Quer dizer, o código é recomendado aos desencantados pelo poder de um algoz com o casamento, um remédio extremo para situações de incompatibilidade entre cônjuges. Nísia Floresta, da segunda metade do século XIX, mobilizou o contexto feminino, permitindo que o tema do divórcio fosse indicado em seu *Opúsculo humanitário*. Outras escritoras, mais de meio século após Nísia Floresta, escrevem diretamente sobre o código, a saber, Carmen Dolores, com o livro de crônicas *Ao esvoaçar da ideia*; Francisca Clotilde, com *A divorciada*, e Andradina de Oliveira com *Divórcio?*.

As artistas, no quarto capítulo, usam o termo divórcio, em suas

escritas, articulado à desordem do casamento, quase sempre provocada pelos falsos ensinamentos da Igreja Católica. A lei é enfatizada abertamente como “uma questão de urgente atualidade brasileira” a fim de contemplar os deveres recíprocos dos cônjuges. E não escapa das histórias criadas pelas autoras uma crítica social ao cenário familiar, onde o deslocamento da mulher divorciada é percebido como a maior ameaça da indissolubilidade matrimonial, apoiada pela Igreja. Geralmente, os enredos contestam o recurso salvador do clero e defendem a lei como tese humana, para o casamento sem amor, quando o recurso da religião é inútil.

Às escritoras importa a dissolução completa do vínculo matrimonial, para que os divorciados/desquitados possam contrair novas núpcias. Por isso, exigem a aplicação do divórcio direto no ordenamento jurídico brasileiro, e comparam, por vezes, o discurso de alguns advogados à linha dos sermões “próprios de alguma igreja”, monopolizando a separada, principalmente a de classe pobre, impedida de mudar a própria história, diz Carmen Dolores.

Os fatos evocados sinalizam qual a particularidade social que acompanhava a mulher em sua época. As estéticas repassam as contradições sociais das questões do divórcio restrito, acreditando que a religião e a moral dificultavam a chegada do divórcio amplo. Para lembrar, a Carta Constitucional de 1891, que reconheceu a legalidade do casamento civil, com a introdução do divórcio restrito, encerra o monopólio da Igreja Católica nessa área. Até então, os ritos matrimoniais religiosos detinham com exclusividade o privilégio de celebrar casamentos.

A objeção ao divórcio amplo é baseada na indiferença da doutrina cristã pela sorte dos que passam por restrições morais. Em face da oposição ao divórcio amplo, homens e mulheres passam a viver relações afetivas ilegais, as quais não eram de desconhecimento do clero. A partir da criação de um texto fictício, as autoras apontam para a melancolia de homens sem lares, divorciadas sujeitas a uma conduta duvidosa e de filhos integrados numa união feita às escondidas, portanto, conservador e obediente aos dogmas do casamento como sacramento. As convicções políticas das escritoras são consolidadas pela sociedade brasileira, as quais resultam dos casos reais de agitações públicas do cotidiano. Entre alguns assuntos, as produtoras falam da dependência da esposa, da infidelidade e do desenlace matrimonial, porém, é bom afirmar que se trata de ficção.

Conectadas à realidade, tratam da dissolução dos laços entre familiares, não pela lei, mas pela falta de sentimentos que existe em

várias circunstâncias impróprias à preservação do lar. Sensíveis aos que perderam o encanto pelo outro, as autoras, numa linguagem literária, dissertam pela moralidade do divórcio, que evitaria a infidelidade e o concubinato que a história da Bíblia conta. Opondo-se aos conceitos religiosos de tempos remotos, e ao direito “realmente muito torto”⁹⁴ (p. 2), as alegações buscam a reconquista da plena liberdade para os descasados. Para as artistas, a irregularidade da lei é estabelecida pela religião, a qual guarda os cônjuges presos à metáfora “malha de ferro” que destaca a intransigência de um processo submetido ao julgamento de um padrão social. Aliás, o restrito decreto, que limitava os separados, é o motivo pelo qual as autoras se tornam partidárias da dissolução completa do vínculo conjugal.

As escritoras aproveitam o enredo familiar, para condenar a política dos costumes da época e expressarem a necessidade de a mulher se livrar da imagem de perfeição, ajuste social de origem eclesiástica. Para entender esse cotidiano da mulher oitocentista, Francisca Clotilde, em *A divorciada*, cria um enredo favorável à opção pelo divórcio e, ao mesmo tempo, revela a dificuldade de a protagonista romper com uma linha conjugal indissolúvel. A narrativa decide o conflito, entre pares, apenas com a viuvez da protagonista, ocasião em que se une perante o sacerdote com o homem escolhido por ela.

A provável desigualdade financeira dos protagonistas e os costumes do sacramento impedem Francisca Clotilde de resolver o drama de um casamento sem amor. Mesmo que a autora apresente os anseios de uma mulher separada, a trama acata o pensamento cristão no sentido de que a mulher é a guardiã familiar, cuja responsabilidade é orientada para a criação do filho e o cuidado com o lar. *A divorciada* constrói, assim, a metáfora da mulher romantizada como o “verdadeiro anjo do lar”, protegida por Deus, concepção que exclui socialmente a divorciada, pelo desvio de um comportamento habitual e ligado à perfeição.

De maneira equivalente, as demais narrativas seguem a ótica do cristianismo do infinito rigor da pessoa sobre si mesma. As personagens assumem o fardo do pecado, com objeções à dissolução do casamento próprias de um discurso voltado ao amor eterno. Ainda que encenem o projeto do divórcio e da divorciada, as autoras optam pelo

⁹⁴ DOLORES, Carmen. *Ao esvoaçar da ideia*. Disponível em: <www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7>. Acesso em: 14 mai. 2013. A partir daqui, as referências a essa obra serão identificadas pelo número de página.

prosseguimento conservador religioso, que estabelece obediência e fidelidade ao esposo. Com uma perspectiva tradicional, as oitocentistas apoiam a lei, sem descaracterizar o vínculo com a Igreja Católica que promete a recompensa da felicidade ao casal. Ao manterem o casamento católico, adaptam a narrativa à convicção de que Deus apresenta provas a que as mulheres devem resistir, por exemplo, aos desvios de paixões, caso contrário, são condenadas pela sociedade que não aceita tal afronta moral. Os laços permanentes, enaltecidos pelo cristianismo, entregam aos pares as algemas do casamento indissolúvel.

Com uma postura crítica, as autoras empregam a lei como um instrumento capaz de permitir à mulher os mesmos direitos do homem, pois a ele consentia-se o direito a uma vida dupla, e a ela nem consentiam amar (OLIVEIRA, 2007, p. 58). Desse modo, narram os fatos, o que pensam e o que sentem, em tempos verbais no presente e num passado imediato (SILVA, 1999, p. 771). Tais elementos literários oferecem a narrativas um procedimento de verdade, evidenciada pelas indiferenças relacionadas ao divórcio àqueles que precisam salvar o coração de uma treva desmedida da separação.

O assunto é enfatizado em *Divórcio?*, quando Andradina de Oliveira, em cumplicidade com a estrutura do narrado, orienta as incertezas sobre o divórcio e conduz a aceitação do processo como saída para um problema constrangedor a homens e mulheres, que procuram saber de quem é a culpa e quem vai condená-los. A autora não responde literalmente às indagações, bem como não julga ser um e outro casamento perpétuo, ainda que o novo evento seja motivo de desconfiança. Para ela, o sentimento é coerente com a opressão de preconceitos, desprezos e ingratidões da sociedade com a divorciada.

As primeiras décadas do século XX mostram um clero intransigente com as mulheres que fugiam do suplício de um casamento errado. Andradina de Oliveira antecipa possibilidades de igualdade para o casal, apenas para um futuro. Para a realização de tal acontecimento, à época, a mulher brasileira precisaria de uma formação intelectual e moral, fora das pressões religiosas, as quais dispensam a mulher do serviço público. As escritoras consentem que a transformação social depende da contribuição econômica da mulher, no lar. Esse era o perfil almejado por Andradina de Oliveira e as demais oitocentistas. No entanto, suas escritas, em temporalidades diferentes, não desconhecem os entraves ligados à determinação religiosa, que preparava as mulheres para o matrimônio.

Na exposição de diferenças comportamentais entre os personagens, o imaginário feminino, na maior parte dos fatos narrados,

não consegue modificar as divisões presentes na família. Ela permanece fraca, ele o melhor marido, ainda que a ofenda verbalmente, ocorrência que desgasta as relações, tornando o ambiente familiar propício ao divórcio amplo. Afastadas da dependência financeira do marido, conseguiriam solucionar os males inevitáveis do casamento, pela separação.

Apesar de esperanças fugazes, determinadas pelas ilusões dos afetos, a exemplo de Inês Sabino, as oitocentistas criam um ambiente conciliatório, como o faz a personagem Angelina, a donzela, capaz de lutar pelo equilíbrio matrimonial. Os bons costumes são delineados pela família e pela sociedade, que mantêm a opção pelo casamento indissolúvel que controla a mulher pela ótica de “perfeita senhora” e de sentimentos nobilíssimos. Quase sempre, a personagem feminina sofre a ameaça do divórcio restrito, conectado à indissolubilidade, visto como *sentinela da felicidade*. A metáfora regula o casamento, evitando a discórdia, por não oferecer direitos amplos aos separados e filhos.

Diversamente, a lei plena acelera, às vezes, por uma simples briga, o desenlace matrimonial, uma vez que o código propicia aos ex-casados novos matrimônios. De outra forma, o acordo amplo evitaria a dissimulação, os casos de adultério e a monotonia do casamento imutável, episódio que pode causar o desinteresse de um cônjuge pelo outro. A visão do catolicismo inclui-se, nas decisões ponderadas encontradas pelas escritoras, como o de o casal encontrar uma forma adequada de viver com o outro.

Independentemente de as escritoras estarem ou não ligadas pessoalmente às separações, contemplam sob a ótica feminina os laços matrimoniais, a indissolubilidade e a lei completa, temáticas que devem servir de referência para outras pesquisas. Dada a importância da legitimidade do código brasileiro, suas estéticas insistem em preparar a mulher brasileira pela educação, compreendendo ser o guia capaz de tirá-la do cativeiro do lar, lugar que ocultava/oculta o talento feminino, impedindo a mulher do exercício profissional e de reações a um sistema coerente ao passado católico. Sem excluir as ocupações básicas da mulher, as autoras defendem a tese de uma cidadania de maior participação política, sobretudo para a divorciada. As leituras apontam a obediência dela a uma sociedade preconceituosa, que dificulta a capacidade de a mulher superar a amargura numa relação afetivo/conjugal. Às vezes estimulada a se divorciar, caso de Nazaré, protagonista de Francisca Clotilde, permanece no lar, por se sentir condenada por amigos, vizinhos, parentes. No meu entender, o tema do divórcio, examinado nas obras, retoma o lugar doméstico, o lugar do

desamor e estimula uma discussão mais profunda das controvérsias do gênero, principalmente da mulher divorciada. A que regras ela ainda se submete?

Nesta pesquisa, não há julgamento relativo a acertos e inadequações da escrita, de posicionamentos femininos ou de recursos poéticos. A preocupação focaliza as autoras colocando-se diante do processo do divórcio. Na verdade, elas, num acordo social, criticaram a lei restrita, da qual resulta a dissimulação, a hipocrisia que alimentava o casamento na ausência do amor. Fatos em luta contínua, mesmo que, na metade do século XX, a lei tenha tomado o sentido de ampla. Persistem ainda características verificadas à época da escrita do material aqui analisado: a) o peso do clero, para a mulher, no matrimônio; b) o divórcio adaptado ao conservadorismo do sacramento; c) mulheres insistindo em ocupar espaço profissional até então de homens; d) O desejo por uma família em equilíbrio – escolha e responsabilidade partilhada.

Não focalizei os aspectos regionais relativos às vozes que surgem de várias regiões do Brasil – Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia; examinei o literário selecionado ao contexto histórico do divórcio brasileiro. Até porque, nas produções, a melodia dos versos e das prosas, sujeita às fantasias do lirismo que envolve salões e jardins, é articulada à liberdade de valores morais da época, vinculados ao preconceito social e religioso. Mesmo em face dos obstáculos clericais e da hegemonia patriarcal, as escritoras asseguram o lugar da escrita feminina, repudiando a imagem de incapacidade intelectual da mulher, o que tem sido combatido através do tempo. Para concluir, as escritoras antecipam modos de um feminismo contra a exclusão política da mulher.

O assunto que transita, no âmbito literário e nos dilemas reais da sociedade, suscita outras indagações e respostas uma vez que ele interfere na estrutura da família, do casamento e muito nas emoções de personagens e leitores. Nenhuma das situações acima foi esgotada, neste estudo, uma vez que a tensão do divórcio não evita até hoje o tumulto com a Igreja, que, pelo casamento religioso, define o casal como representantes de uma família. Os aspectos convencionais apresentados explicam parte dos aborrecimentos enfrentados pelas oitocentistas que descrevem a resistência à lei ampla no cenário brasileiro. Acredito que o pensamento das escritoras, numa tentativa de mudança a um padrão de influência da cultura e da religião, seja importante contribuição para que elas não fiquem longe da memória literária.

REFERÊNCIAS

- A EMANCIPAÇÃO FEMININA. Disponível em: <<https://noseahistoria.wordpress.com/2011/10/06/a-emancipacao-feminina/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- A ESTRELLA: jornal recreativo. Fortaleza, ano 1, n. 14, p. 4, 1860.
- A FAMÍLIA: jornal literário dedicado à educação de mãe de família. São Paulo, 1888-1889; Rio de Janeiro, 1889-1894. Disponível em: <<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/38623>>. Acesso em: 12 mai. 2014.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das noivas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.
- _____. **Eles & elas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.
- ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Gênero e trajetória biográfica: a história da ousada e esquecida Francisca Clotilde (1862-1935) (2006)**. Disponível em: <www.rj.anpuh.org/.../rj/.../Luciana%20Andrade%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- _____. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. Fortaleza, 2008. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <www.repositorio.ufc.br>. Acesso em: 14 ago. 2013.
- _____. **Trajetória de uma pioneira: a escrita feminina de Francisca Clotilde (1862-1935)**. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/7/.../Luciana_Andrade_de_Almeida_42.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- ALVES, Ivã. **Liberdade e interdição. Pontos de interrogação: a produção de autoria feminina**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/volume2-n1/11-LIBERDADE-E-INTERDI%C3%87%C3%83O-vol2-n1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

ANDRADE, Maria Celeste de Moura. **O contexto histórico dos romances “Madame Bovary”, “Ana Karenina”, “O Primo Basílio” e “Dom Casmurro”.** *Evidência*, Araxá, v. 8, n. 9, p. 63-80, 2013.

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. **Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia.** Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <tesede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1903>. Acesso em: 14 jan. 2013.

AZEVEDO, Josefina Álvares de. **O divórcio.** *A Família*, n. 77, 2 out. 1890.

_____. **O voto.** *A Família*, n. 77, 2 out. 1890.

BARANDAS, Ana Eurídice Eufrosina de. **O ramalhete ou Flores escolhidas no jardim da imaginação.** 2.ed. Estudo biográfico e anotações de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Um D. Quixote das letras.** In: BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BÍBLIA SAGRADA. **O Evangelho segundo Mateus: o adultério.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Imprensa Bíblica Brasileira, 1974. (Mateus 5,17-37).

BOLAÑOS, Aimée González. **Pensar la narrativa.** Rio Grande: FURG, 2002.

BOMFIM, Benedito Calheiros; BRITO, Ana Acker. **A trajetória social, política e cultural da mulher no Brasil.** Disponível em: <www.vbca.com.br/.../

1679_Artigo_%20Benedito_Calheiros%20_Mulher>. Acesso em: 18 jan. 2014.

BORMANN, Maria Benedita [Délia]. **Celeste**. Introdução, atualização e notas de Nanci Egert. 2.ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: Ministério da Cultura; Pró-Memória; Instituto Nacional do Livro, 1988. (Coleção Resgate, v. 11).

_____. **Lésbia**. (1890). Introdução de Norma Telles. Florianópolis: Mulheres, 1998.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. **Reflexões sobre arte**. São Paulo: Ática, 2009.

BRANDÃO, Anna. **Sentimento das flores**. *A Família*, n. 29, p. 05, 06 jul. 1889.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890**. Disponível em: <www2.camara.leg.br/.../decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicaca...>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Presidência da República. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. **Emenda Constitucional n. 66**. Brasília, 13 de julho de 2010. Disponível em: <www.integrawebsites.com.br/.../d4d2ddaa1b3e30de47a6c7ed0926faf9>. Acesso em: 05 jul. 2013.

BROCA, José Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

BUENO, Alexandra Padilha. **Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)**. Paraná,

2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <www.ppge.ufpr.br/teses/M10_Alexandra%20Padilha%20Boeno.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

BURITI, Karla Samara Lima. **O divórcio direto e os efeitos da P.E.C.** n.º. 28, de 2009. Fesp Faculdades. Disponível em: <www.fespfaculdades.com.br/.../trabArquivo_11052010070554_KARLA...>. Acesso em: 13 nov. 2014.

CALDAS, Gilberto. **Separação e divórcio**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1992.

CAMPOS, Antônio Macedo de. **Teoria e prática do divórcio: doutrina, prática: Lei n.º 6.515 de 26-12-1977**. São Paulo: Jalovi, 1984.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1836-1880)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____. **A literatura e a vida social**. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

_____. **Entrevista: O socialismo é uma doutrina triunfante**. *Brasil de Fato*. Joana Tavares, da Redação, em 12/07/2011. Publicado originalmente na edição 435 do *Brasil de Fato*. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/6819>. Acesso em: 02 jul. 2013.

CARNEIRO, Nelson. **A luta pelo divórcio: a síntese de uma campanha em defesa da família**. São Paulo: Lampião, 1977.

CARVALHO, Maria A. Vaz de. **A toilett**. *A Família*, n. 8, 19 jan. 1889, p. 5.

_____. **A Mensageira, revista literária dedicada à mulher brasileira**. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1987. 2v.

CARVALHO NETO, Inacio de. **Separação e divórcio: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2008.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Carta-prefácio**. In: TORREZÃO, Guiomar. *No teatro e na sala*. Disponível em: <<http://e-poeticae.com/index.php/autor/texto/5/114>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CATALINA, D. Severo. **La mujer: apuntes para un libro**. Madrid: Imp. de la Viuda e Hijos de M. Tello, 1904.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Escritura & memória na formação de mulheres entre 1870 e 1940**. *Perspectivas*, Uberlândia, n. 31, p. 153-176, jul./dez. 2004. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/.../19134/10281>. Acesso em: 28 nov. 2015.

CIARALLO, Gilson. **O matrimônio entre os poderes temporal e espiritual: o casamento civil e o processo de secularização da esfera jurídica no Brasil**. *Projeto História*, São Paulo, n. 39, p. 257-284, jul.-dez. 2009. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/5845/4196>. Acesso em: 20 out. 2013.

CLOTILDE, Francisca. **A divorciada** [digitalizado]. Fortaleza: Premium, 2013.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para a sua história**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura & linguagem: a obra literária e a expressão linguística**. São Paulo: Quíron, 1986.

COLARES, Otacílio. **“A divorciada”, de Francisca Clotilde: um romance ousado e esquecido**. In: _____. *Lembrados e esquecidos: ensaios sobre literatura cearense*, v. 3. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1977.

CORDEIRO, António Menezes. **Divórcio e casamento na república: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal?** *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, ano 72, n. 1, p. 45-108, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<https://www.oa.pt/upl/%7B8262df14-0c0f-4008-a485-15da3956c828%7D.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

CORREIO DO POVO, 2007. Disponível em:

<www.cpovo.net/jornal/A113/N22/HTML/08LIVRO9.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CORTÊS, Iáris Ramalho. **A trilha legislativa da mulher**. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Claudia de Lima. **O leito do Procusto: gênero, linguagem e teorias feministas**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 2, p. 141-174, 1994. Disponível em:

<www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50817>. Acesso em: 20 mai. 2014.

_____. **O tráfico do gênero**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998. Disponível em: <www.cppnac.org.br/wp.../07/O-Tráfico-do-gênero-ClaudiaCosta.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. **Feminismos descoloniais para além do humano**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/12.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2015.

COSTA, Carlos Celso Orcesi da. **Tratado do casamento e do divórcio**. São Paulo: Saraiva, 1987.

CUNHA, Paula Cristina. **O desafio ao cânone literário: Lésbia e o romance oitocentista de autoria feminina**. *Graphos*, v. 14, n. 2, 2012.

DÉLIA. Angelina. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 18 set. a 30 nov. 1886, p. 01-02 [Digitalizado].

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

DIVÓRCIO EM PORTUGAL. Disponível em:

<pt.wikipedia.org/wiki/Divórcio>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DOLORES, Carmen. **A luta**. Florianópolis: Mulheres, 2001.

_____. **Ao esvoaçar da ideia**. Disponível em:

<www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7>.

Acesso em: 14 mai. 2013.

_____. **O divórcio**. Disponível em:

<www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7>.

Acesso em: 14 mai. 2013.

DUARTE, Constância Lima. **A crônica feminina brasileira: das origens do gênero à inserção do gênero na crônica de nosso tempo**.

In: CONGRESSO DA ABRALIC: CÂNONES E CONTEXTOS.

Anais... UFRJ, 1996.

_____. **Nísia Floresta: vida e obra**. In: FLORESTA, Nísia. *Cintilações de uma alma brasileira*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

_____. **Feminismo e literatura no Brasil**. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, São Paulo, set.-dez. 2003. Disponível em:

<www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300010&script...>.

Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed.Massangana, 2010.

EGGERT, Edla. **Nísia Floresta e sua pedagogia bem [mal] comportada – reflexões em torno da educação de mulheres no século XIX – Brasil**. Disponível em:

<www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/.../01_14_31_MR014.pdf>

. Acesso em: 06 jul. 2014.

EVOLUÇÃO histórica do divórcio no Brasil. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/artigos/evolucao-historica-do-divorcio-no-brasil/89387/#ixzz371gsHsjL>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

FÁVERI, Marlene de. **Desquite e divórcio: a polêmica e as**

repercussões na imprensa. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, jan.-jul. 2007. Disponível em:

<<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/CEF/PDF/v17n01/Fa veri.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

_____. **Estratégias familiares e jogos de gênero na instituição da Lei do Divórcio.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. *Anais...* Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <anpuh.org>. Acesso em: 24 mai. 2015.

FEMINISMO – Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <[pt.wikipedia.org/ wiki/Feminismo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Feminismo)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

FERREIRA, Maria de Fátima da Cunha de Moura. **O casamento civil e o divórcio 1865-1910: debates e representações.** Braga, 1993. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Minho, Braga, 1993. Disponível em: <repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/.../1/tese%20mestrado.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

FIGUEIREDO, Viviane Arena. **Júlia Lopes de Almeida: o adultério feminino em A falência.** Rio de Janeiro, 2006. Tese [Doutorado] – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/FigueiredoVA.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

FLORES, Hilda H. **Estudo biográfico e anotações.** In: BARANDAS, Ana de. *O ramallete ou Flores escolhidas no jardim da imaginação.* 2.ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

_____. **Divórcio em 1912?** In: SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 14; SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 5. *Anais...* (2011). Disponível em: <http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp-content/uploads/2012/01/hilda_agnes.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. **Imprensa.** *Correio do Povo*, p. 8, 22 out. 2007.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário.** Introdução e notas de Peggy Sharpe. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Cintilações de uma alma brasileira.** Pesquisa, introdução e cronologia de Constância Lima Duarte. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

FREITAS, Joycemara Cristina Sales. **Tutela da família nas Constituições Federais do Brasil em Direito, 2009**. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/a-tutela-da-familia-nas...federais.../15376/>. Acesso em: 10 out. 2015.

FUNCK, Susana. **Mulheres na literatura inglesa: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013**. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=YoXglOHFJwQ>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Apresentação**. In: _____. *Linguagens e narrativa*. Tubarão: Copiart, 2014.

_____. **Desafios atuais dos feminismos, estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Mulheres, 2014. Disponível em: <repositorio.unb.br/.../LIVRO_EstudosFeministasdeGeneroArticulações.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCO, Analia. **O nosso indiferentismo**. *A Família*, n. 48, p. 3, 13 fev. 1889.

GAGNEUR, M. L. **Carta a Magdalena. Versão de Analia Franco**. *A Família*, n. 48, p. 3, 13 fev. 1889.

_____. **Os forçados do casamento**. *A Família*, n. 29, 06 jul. 1889.

GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. **Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade(s): entrelaços de um legado feminista**. Florianópolis, 2015. Tese [Doutorado] – Universidade Federal de Santa Catarina.

GNISCI, Armando. **A literatura comparada. Tradução de Helena Meneghello**. *RELIT*, v.1, n. 2, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.neita.cce.ufsc.br/relit/>>. Acesso em: 07 set. 2011.

GOMES, Carlos Magno. **A alteridade no romance pós-moderno**. São Cristóvão: UFS, 2010.

GOMES, Edgar da Silva. **Um embate ideológico: Estado-Igreja no crepúsculo do século XIX no Brasil**. *Reveleto*, n. 2, 2007. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/6755/4886>>.

GOTLIB, Nádia Battella. **“A divorciada”: um romance de dona Francisca Clotilde**. In: GAZOLLA, Ana Lúcia de A. (org.). *Anais do I Encontro do GT A mulher na literatura*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Vitae, 1990.

_____. **A literatura feita por mulheres no Brasil, 1998**. Disponível em:

<http://www.mulherinaliteratura.ufsc.br/artigo_Nadia_Gotlib.htm>.

Acesso em: 10 mai. 2014.

GREENHALGH, Laura. **Feminismo para poucas. Entrevista com Michelle Perrot**. Disponível em:

<www.marilia.unesp.br/.../feminismo_para_pocas_entrevista_michelle_p...>. Acesso em: 12 set. 2015.

GUIMARÃES, Elina. **A mulher portuguesa na legislação civil**.

Análise Social, v. 22, n. 92-93, 3-4, p. 557-577, 1986. Disponível em:

<analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223552761S9jHG4vr3Ci53FM9.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HAUPT, Heinz-Gerhard. **Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas**. Disponível em:

<www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142008000100006&script....>.

Acesso em: 13 ago. 2015.

HELLMANN, Risoete Maria. **Carmen Dolores, escritora e cronista: uma intelectual feminista da Belle Époque**. Florianópolis, 2015. Tese [Doutorado] – Universidade Federal de Santa Catarina.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Letras, armas e virtudes**. In: ENCONTRO DA ANPOLL, 5, 1990. Disponível em: <www.heloisabuarquedehollanda.com.br>. Acesso em: 10 mai. 2014.

HUNT, Lynn. **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e poética**. São Paulo: Cultrix, 2000.

KAMITA, Rosana Cássia. **Revista A Mensageira: alvorecer de uma nova era?** *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, p. 164-168, set.-dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X200400300018>>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho**. Florianópolis: Mulheres, 2005.

KOLLONTAI, Alexandra. **La mujer en el desarrollo social**. Disponível em: <<http://bibliotecafeminista.tumblr.com/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LEMES, Camila Assis. **O jornal Família e o debate sobre o voto feminino nos primeiros anos da República Brasileira**. Disponível em: <www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/83.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

LUFT, Lya. **As parceiras**. 5ªed., São Paulo: Siciliano, 1990.

_____. **O rio do meio**. São Paulo: Mandarin, 1996.

LOPES, Maria Angélica. **Desafio materno: a luta de Carmen Dolores**. *Letras de Hoje*, v. 33, n. 3, p. 7-14, set. 1998. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/ojs/index.php/fale/article/view/15100>>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. **O crime da galeria crystal, em 1909: a jornalista como árbitro**. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/.../15738>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

LUCA, Leonora de. **O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)**. *Cadernos Pagu*, n. 12, 1999. Disponível em: <periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634918>. Acesso em: 11 dez. 2015.

MAGALHÃES, Alex Pacheco. **Divórcio liminar – um novo instrumento de realização da felicidade afetiva e inédito precedente judicial**. Disponível em: <www.conteudojuridico.com.br/artigo,divorcio-liminar-um-novoinstrum>. Acesso em: 22 out. 2015.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

MAIA, Renata; MAIA, Cláudia. **Ser mulher e escritora no oitocentos: uma contribuição feminina às Letras e à História**. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 479-496, 2011.

MARTIN-FUGIER, Anne. **Os ritos da vida privada burguesa**. In: PERROT, Michelle. (Org.) *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MIRANDA, Wander Melo. **O apagamento do arquivo modernista**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. Ed. São Paulo: cultrix, 1982.

_____. **Criação literária: prosa**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

MORAES, Emiliana de. **Imprensa**. *A Família*, n. 6, p. 2-3, 05 jan. 1889.

_____. **A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira**. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**, v. 1. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. **Pedantes e bas-bleus: história de uma pesquisa**. In: _____ (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. v. 1. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 17-29.

_____. **A cidade das mulheres: Mariana Coelho, uma feminista brasileira**. In: COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. 2.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 11-18.

_____. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX**. *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, v. 11, n. 1, 2003, p. 225-233.

_____. **Um romance emblemático de Júlia Lopes de Almeida: crise e queda de um sistema**. *Navegações*, v. 7, n. 2, p. 134-141, jul.-dez. 2014. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/21026/13152>. Acesso em: 10 jun. 2015.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Os filhos da lei**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, p. 113-125, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092001000100006&script>. Acesso em: 12 nov. 2013.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. **Divórcio?** Florianópolis: Mulheres, 2007.

OLIVEIRA, Karina. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – FBN/MinC, 2009**. Disponível em: <www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Karine_da_Rocha.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

OLIVEIRA, Tássia Tavares de. **Literatura e feminismo na belle époque brasileira**. *Revista do Curso de Letras da Uniabeu*, v. 4, n. 4, 2013. Disponível em: <www.uniabeu.edu.br>. Acesso em: 12 dez. 2015.

OLIVEIRA, Leonardo Charão de. **A emenda constitucional n. 66/2010 e seus efeitos sobre o divórcio e a separação.** Disponível em: <www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista...id>. Acesso em: 12 jul. 2013.

O PAIZ (1884 a 1930). Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/artigos/o-paiz/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PALERMO, Zulma. **La universidad latinoamericana em la encrucijada de colonial.** *Otros Logos* – Revista de Estudos Críticos, año1, n. 1, dic. 2010.

PEIRANO, Marta; EGEA, Rosa María. **Fondo de armario para uma biblioteca feminista (2015).** Disponível em: <http://www.eldiario.es/cultura/feminismo/Historia-Feminismo-libro_0_363614130.html>. Acesso em: 21 mar. 2015.

PERKINS, David. **História da literatura e narração.** *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999.

PERROT, Michelle. **História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência.** *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50915>. Acesso em: 12 mai. 2015.

_____. **O gênero da cidade.** *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 27, n. 50, p. 23-44, jan./jun. 2014. Disponível em: <www.seer.ufu.br>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Traduzido por Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PIMENTEL, Helena Ulhôa. **O casamento no Brasil Colonial: um ensaio historiográfico.** *Em Tempo de Histórias* – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n. 9, Brasília, 2005. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/2641/2191>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. **Casamento e sexualidade: a construção das diferenças.** Florianópolis: Mulheres, 2012.

PIPINO, João Carlos. ***Igreja católica: tentativas para conter a aprovação da lei do divórcio no Brasil.*** Disponível em: <www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Pipino,%20Joao%20Carlos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

PRESENT, Natalino. **“A divorciada”, de Francisca Clotilde (23 dez. 2011).** Disponível em: <<http://www.casadejuvenalgaleno.com.br/2011/12/presente-natalino-divorciada-de.html>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Literaturas (ou leituras) sem vergonha.** *Signótica*, v. 21, n. 1, p. 205-217, jan./jun. 2009. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/sig/article/view/8626>. Acesso em: 10 set. 2016.

RODRIGUES, Silvio. **O divórcio e a lei que o regulamenta.** São Paulo: Saraiva, 1978.

SABINO, Inês. **Lutas do coração.** Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. **Família monoparental brasileira.** *Revista Jurídica*, Brasília, v. 10, n. 92, p. 1-30, out. 2008-jan. 2009. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/revistajuridica>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SCHILLING, Voltaire. ***A República, os primeiros tempos (1889-1897): educação.*** Disponível em: <educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2004/11/16/000.htm>. Acesso em: 05 jul. 2014.

SCHMIDT, Simone Pereira; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Resenha: MUZART, Zahidé (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX.** *Estudos Feministas*, v. 7, Rio de Janeiro, n. 1-2, 1999.

SCHMIDT, Simone Pereira. **Longa vida ao trabalho contra a morte e o esquecimento.** Disponível em: <www.editoramulheres.com.br/escritoras%20vol%203%20apresentação.ht>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. *SOS Corpo*, Recife, 1991. Texto original: SCOTT, Joan. Gender: an useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.** Florianópolis: Mulheres, 2002.

SEÇÃO Alegre. *A Família*, n. 105, 04 jun. 1891.

SENNA, Adriana Kivanski de. **As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a imprensa rio-grandina (1889-1916).** Porto Alegre, 2006. Tese [Doutorado em História] – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <tardis.pucrs.br/dspace/bitstream/.../000386297-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SHARPE, Peggy. **Introdução.** In: FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Elizabeth Maria da Silva. **Mulheres, emancipai-vos!: um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta.** Caruaru, 2014. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <repositorio.ufpe.br/.../DISSERTAÇÃO%20Elizabeth%20Maria%20da%20S...>. Acesso em: 14 set. 2015.

SILVA, Jacicarla Souza da. **Vozes femininas da poesia latino-americana: Cecília e as poetisas uruguaias.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <books.google.com.br/books?isbn=857983032X>. Acesso em: 10 maio 2014.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Brasileiras célebres.** Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. **Teoria da literatura**. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

SOARES, Pedro Maia. **Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1839-1945)**. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOARES, Ubirathan Rogerio. **Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade**. Porto Alegre, 2006. Tese [Doutorado] – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Disponível em: <tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2423/1/387366.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SOIHET, Rachel. **Carmen Dolores: as contradições de uma literata da virada do século**. *La Manzana de la Discordia*, año 2, n. 8, p. 33-42, dic. 2009. Disponível em: <manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V4N2/art4.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

SPINELLI, TENISA. **Um feminismo pioneiro: Andradina de Andrade e Oliveira e a luta pelo divórcio no Brasil – bate-papo com Hilda Hübner Flores e Rita Schmidt, 2013**. Disponível em: <https://palavrraria.wordpress.com/tag/hilda-hubner-flores>. Acesso 10 maio 2013.

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____. **Um palacete todo seu**. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 379-399, 1999. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51307>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. **Délia – Memorial da pesquisa**. Disponível em: <www.normatelles.com.br/memorial_da_pesquisa.html>. Acesso em: 20 mai. 2013.

_____. **Cronologia: Délia.** Disponível em:
<http://www.normatelles.com.br/cronologia_maria_benedita_bormann.html>. Acesso em: 15 mai. 2013.

TORREZÃO, Guiomar. **O fraco da baronesa.** Introdução, análise e edição crítica por Monica Rector e Luciana Namorato. Disponível em:
<www.monicarector.com/index.php?option=com_docman...1>. Acesso em: 14 out. 2013.

_____. **A teoria do vestuário.** *A Família*, n. 52, 16 mar. 1890, p. 2.

VALÉRY, Paul. **Discurso sobre a estética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIANA, Durval Gomes. **Separação e divórcio extrajudiciais: Uma releitura dos institutos à luz da Lei nº 11.441/2007.** Curitiba, 2008. [Monografia] – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31002/M%201088.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 out. 2014.

VIANNA, Lúcia Helena. **Poética feminista: poética da memória.** Florianópolis: Mulheres, 2004.

VIEIRA, Adelina A. Lopes. **A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira.** Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

APÊNDICE A – Notas

– Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?)

Nascida em Porto Alegre, em 1806⁹⁵, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas veiculou o pensamento liberal pelo viés literário, jornalístico e teatral. Autora de uma única obra, *O ramallete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, de 1845. Com ela, Barandas transcende o entretenimento, por ter algo mais amplo a dizer sobre o modo de pensar os movimentos feministas.

– Nísia Floresta (1810-1854)

Dionísia Gonçalves Pinto nasceu no interior do Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810. Faleceu em Rouen, na França, aos 24 de abril de 1885. Adotou o pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, cuja escolha pode ser assim identificada⁹⁶: Nísia, abreviação do seu prenome; Floresta, para lembrar o sítio Floresta; Brasileira, numa afirmação do sentimento nativista, e Augusta, em homenagem ao seu companheiro.

– Josefina de Azevedo (1851-?)

A data de nascimento da escritora pernambucana, 5 de março de 1851, é o único dado mais preciso disponível por ora. Em termos de vida pessoal, está quase tudo por desvendar. Ficam registros do percurso intelectual, literário e profissional dedicado ao ideal de emancipação feminina no Brasil, principalmente nas discussões pelo direito ao voto feminino na nossa Constituição de 1891. Publicou a revista feminina *A Família*, no período de 1888 a 1897, com os primeiros números lançados em São Paulo, depois, no Rio de Janeiro. Segundo a pesquisadora Denise Pini Rosalem da Fonseca (2000), a partir de 1897, Josefina desapareceu subitamente da cena pública sem deixar vestígios.

– Carmen Dolores (1852-1910)

⁹⁵ Segundo Zahidé Muzart (2000, p. 162), não há exatidão da data da morte de Ana de Barandas.

⁹⁶ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário* (1989).

Emília Moncorvo Bandeira de Melo, conhecida pelo pseudônimo de Carmen Dolores, nasceu no Rio de Janeiro, a 11 de março de 1852, e morreu a 16 de agosto de 1910. Ficou viúva em 1886, com 34 anos, e já era mãe de seis filhos⁹⁷. Ao morrer, era a colunista mais bem-paga do periódico *O Paiz*. Carmen Dolores usou outros pseudônimos para assinar crônicas de 1905 até 14 de agosto de 1910, na coluna dominical “A Semana”, na primeira página de *O Paiz*, jornal de maior tiragem da América da Sul, no período. Ainda que não tenha, segundo críticos, participação no sufrágio feminino, na campanha divorcista, colocou-se ao lado da advogada brasileira Myrthes de Campos, bem como enfatizou a temática em *Ao esvoaçar da ideia*, livro publicado em 1910.

– Maria Benedita Bormann ([Délia] 1853-1895)

Maria Benedita Câmara Bormann nasceu em Porto Alegre, a 25 de novembro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de julho de 1895. Após o casamento, adotou o pseudônimo Délia. As experiências de Délia estão associadas a publicações nos principais jornais do Rio de Janeiro, entre 1880 e 1895. Com o pseudônimo artístico, constrói os títulos de seus livros com nomes de mulher, a saber: *Madalena* (1881), *Aurélia* (1883), *Angelina* (1886), *Lésbia* (1890) e *Celeste* (1893).

– Inês Sabino (1853-1911)

Inês Sabino, filha de Sabino Olegário Ludgero Pinho e Gertrudes Pereira Alves Maciel, nasceu em Salvador, a 31 de dezembro de 1853, e morreu no Rio de Janeiro, a 13 de setembro de 1911. A escritora completou parte de seus estudos na Inglaterra, ainda que numa estada breve, devido ao falecimento do progenitor. Escreveu no periódico de Francisca Senhorinha Motta Diniz, uma professora mineira com relevância na história das lutas femininas no Brasil. Sabino estabeleceu relações com o jornal *O Sexo Feminino*, em 1873, de Senhorinha; além desse jornal, a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *O Tempo*, *Gazeta da Tarde*, *Jornal do Brasil* e revistas femininas: *A Mensageira* (1897-1890), *Eco das Damas* (1879-80) e *A Família* (1888 a 1897).

⁹⁷ Ver: Biografia atualizada em HELLMANN, Risolete Maria. Escrever e viver: a crônica de Carmem Dolores como meio de subsistência. *Garrafa*, 2013. Disponível em: <www.ciencialit.letras.ufjf.br/.../Risolete_Hellmann_Escrever_e_viver_Ga>. Acesso em: 12 abr. 2015.

– Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)

Júlia Lopes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, a 24 de setembro de 1862. Faleceu na mesma cidade, em 30 de maio de 1934. A escritora, de uma família abastada com pais escritores portugueses, passou a primeira infância em Nova Friburgo e, com seis anos, retornou para o Rio de Janeiro. Tempos depois, mudou-se para Campinas e, em meados da década de 1880, iniciou-se na profissão de jornalista, publicando contos, um deles no *Almanach das Senhoras*, em 1889, em Portugal. Mais tarde, foram publicados dois romances: *Memórias de Marta* e *A família Medeiros*. Este, editado em 1892, após a Abolição, o único de sua obra que tem por cenário São Paulo. Combateu a domesticidade feminina, ganhando dinheiro com a profissão de escritora, como tentam as escritoras entre 1880 e 1890. Já casada, em 1887, com Filinto de Almeida, poeta e articulista, escreveu em vários periódicos e sua coluna em *O Paiz*, no Rio de Janeiro, foi constante durante mais de trinta anos. Com empenho pedagógico, ela escreveu livros infantis didáticos, ensaios pedagógicos e, sem se desvincular do artístico, produziu romances, teatro e algumas matérias de natureza imaginosa e humorística, aspectos também encontrados em *Eles e elas*, livro publicado em 1910. Essa obra antes apareceu sob os títulos *Reflexões de um marido* e *Reflexões de uma esposa*, em *O Paiz*.

– Francisca Clotilde (1862-1935)

Francisca Clotilde nasceu no Ceará, a 19 de outubro de 1862, e morreu no estado natal, a 8 de dezembro de 1935. A autora participa ativamente da história educacional e da arte no Ceará. É conhecida, na história da educação, na função de professora, a primeira mulher a ser admitida para lecionar na Escola Normal, em Fortaleza, inaugurada a 22 de março de 1884. Em sua trajetória, Clotilde, em 1893,⁹⁸ mostrou-se a par da responsabilidade de educadora, assim como da importância do jornal na transformação da sociedade local e global, sendo conhecida em outros países: Portugal e França. Como resultado desses conhecimentos, assumiu o pensamento da filha, Antonieta, e publicou a revista literária *A Estrella*, que circulou entre 1906 e 1921. Antonieta e ela ficaram por quinze anos à frente da redação, contando com

⁹⁸ ALMEIDA, Luciana Andrade de. *Gênero e trajetória biográfica: a história da ousada e esquecida Francisca Clotilde (1862-1935)*. (2006).

redatoras/es de diferentes localidades do país. Independentemente dos preceitos legais e sociais oitocentistas, os quais depreciavam, sobretudo, a mulher divorciada, a cearense Francisca Clotilde escreveu *A divorciada*, em 1902.

– Andradina de Oliveira (1864-1935)

Andradina América de Andrade e Oliveira nasceu em Porto Alegre, a 12 de junho de 1864, e faleceu em São Paulo, a 19 de junho de 1935. Jornalista, líder feminista, conferencista, teatróloga, contista, biógrafa e romancista. Comprometeu-se com a luta pelos direitos das mulheres brasileiras, escrevendo crônicas, contos, biografias, peças de teatro e romances, entre os quais *O perdão*, de 1910, e *Divórcio?*, de 1911. 1898 – Em Bagé fundou o jornal literário *Escrínio*, transferindo-o, após, para Santa Maria e, em 1910, para Porto Alegre.

APÊNDICE B – Quadro Temático

Compreende a transcrição dos exemplos de cada obra.

Autoras e obras	Tema	Objetivo geral	Estrutura
<ul style="list-style-type: none"> - Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?) – <i>O ramalheite</i> (1845) - Nísia Floresta (1810-1854) – <i>Opúsculo humanitário</i> (1853) - Maria Benedita Bormann (Délia, 1853-1895) – <i>Lésbia</i> (1890) - Carmen Dolores (1852-1910) – <i>Ao esvoaçar da ideia</i> (1910) - Inês Sabino (1853-1911) – <i>Lutas do coração</i> (1898) - Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) – <i>Eles e elas</i> (1910) - Francisca Clotilde (1862-1935) – <i>A divorciada</i> (1902) - Andradina de Oliveira (1864-1935) – <i>Divórcio?</i> (1912). 	<p>A percepção acerca do divórcio por escritoras da segunda metade do século XIX e início do século XX.</p>	<p>Abrir possibilidades de análise e integração acerca do divórcio na escritura feminista como contribuição para a atividade da linha de pesquisa “Resgate de mulheres escritoras no século XIX e início do século XX”.</p>	<p>Transcrição de relatos sobre o processo do divórcio, na metade do século XIX e início do XX, os quais identificam existências ou alusões sobre o tema nas obras literárias das escritoras selecionadas. A apresentação das obras segue a ordem trabalhada na análise.</p>

Autora	Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?)
Obra	<i>O ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação</i> 2.ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EDIPUCRS, 1990.
Marcas do tema	
Sem registro porque, nas divisões que compõem a obra, não há a abordagem a respeito do tema. Porém, recursos são elucidados para que o leitor julgue que o divórcio evitaria atitudes de temores e a intensidade dos sentimentos de sujeição em relação ao outro.	
Sugestões do tema no romance	
<p>“Eugênia ou a filósofa apaixonada”</p> <p>“[...] e se eu algum dia deixar de amar-te, vomite o inferno sobre mim os tormentos mais horrorosos” (p. 55).</p> <p>“Ou Eugênia ou morte” (1990, p. 56).</p> <p>“E como poderei dizer lhe com frieza: “Dolival, eu já não te amo: arranca-me de uma vez de teu peito; despedacem-se para sempre essas cadeias fatais, conformemo-nos com os nossos destinos! – Ah! não Dolival, – continuou ela delirante, – não te separe de mim! Vem a meus braços: unamo-nos apesar dos destinos, desprezemos o mundo, calquemos aos pés suas vãs honrarias... encaremos a sangue frio a desesperação desses entes desumanos, que a sangue frio viram a nossa... escarneçamos de sua impotente raiva! Padeçam como nos viram padecer!”” (1990, p. 75).</p> <p>“Tu, a rica, a bela, a brilhante esposa de Dolival! [...] Ah, que me lembro agora não és feliz! [...] essas lágrimas que derramas, fazem-me que não sou eu só desgraçada” (p. 76).</p> <p>“– Pensavas, cara Eugênia, que eu ignorava os vossos mútuos afetos? Bem longe disso! Eu estava muito ciente deles, mas um amor repentino tomou-me pelo seu amante, e então procurei todos os meios de t’o roubar: estás vingada. Abusei da minha fortuna, roubei-te Dolival, é verdade mas seu coração ficou ileso” (p. 76).</p> <p>“São seguramente um fenômeno incompreensível os corações destas duas mulheres! Como se podem elas amar, sendo ambas o mútuo instrumento da sua desgraça? Não sei qual delas é a mais desgraçada, se Eugênia amando e sendo amada e ser-lhe forçoso ceder a uma outra o seu amante; se Melinda, amando igualmente e sendo odiada pelo objeto do seu amor, que é o próprio esposo!” (p. 76).</p> <p>“Dolival! Oh Deus!... Em que estado eu o encontro! Pálido, descarnado,</p>	

barba crescida [...] “– Mulher terrível, – gritou cheio de furor. Monstro de perfídia! Vens ver a tua obra? Oh, como te aborreço! Onde deixaste o teu querido Adolfo? Esse infame! [...] É preciso que morras! – E corre sobre ela com um punhal, para feri-la” (p. 77).

“– Eu a matei? Sim, ela está morta! Não importa. Eu também morrerei” (p. 78).

“– Felicidade, Eugênia? Ah! Já não há mais felicidade para mim!” (p. 78).

“[...] eu te persegui por toda parte, até que por fim te encontro!” (p. 79).

“Diálogos”

“– Não os homens nunca erram: isso neles tudo é virtude. Eles tiveram o cuidado de fazer o seu código bem ao seu paladar” (p. 101).

“E que nós mulheres, tomando uma essência divina, ficássemos intactas a todos os males a que é sujeita a humana natureza!” (p. 103).

“E demais, a dependência em que eles mui cuidadosamente nos habitam, a nossa natural fraqueza, a nossa mesma educação, tende muito para fazer-nos n’alma maior impressão os sentimentos morais; e por isso com mais facilidade amamos, aborrecemos, desejamos, tememos, etc.” (p. 104).

“Vítima de amor e do receio, bem semelhante àquele que a força irresistível da tempestuosa borrasca fez naufragar no meio do Oceano...” (p. 105).

“– Basta, minha prima, basta: os vossos argumentos são mui fortes, confesso-me vencido; e dou o dito por não dito. Porém, aí justificas amantes e esposos...” (p. 105).

“E praza aos céus que exista sempre entre vós [homens] a mais perfeita união, para poderdes levar ao fim o que tão de bom grado empreendestes, e que nunca desmintais o caráter de Homem de Bem que até aqui tendes mostrado” (p. 111).

“A queda de Safo, ou O Cinco de Maio – Alegoria”

“– Piedade, Amor! – interrompeu Safo trespassada de susto, vendo seu ar ameaçador” (p. 119).

“[...] sentimento, como o amor, nos faz romper dificuldades e encarar os perigos mais eminentes; mas com a diferença que um nos oculta com fantásticas flores os seus precipícios, e nos ilude covardemente para triunfar de nós; e o outro, mostrando-nos claramente os perigos, também nos inspira ânimo e valor para os ultrapassarmos” (p. 122).

“Amor!... Esta palavra só explica tudo que há de mais encantador, e tudo que há de mais horrível na vida!” (p. 124).

“Seus espinhos me pareceram odoríferas flores; seu ar de tigre feroz mudou-se na minha imaginação em aspecto de pacífico cordeiro; seu riso maligno, em riso da inocência; seu fogo abrasador, em luz etérea; seu veneno, em néctar, e seus hórridos precipícios, em planos e aveludados caminhos. Tudo no Amor é fictício e passageiro, só os seus males são reais [...] este mesmo coração onde agora só existem remorsos, são provas evidentes desta verdade” (p. 124).

“Assim falando, leva a mão ao peito, e tirando do seio o retrato de Guelmínio, o lança indignada para longe de si: – Vai, instrumento fatal de minha perdição! – clama – Já não tens o menor império sobre os meus sentidos; o monstro que te protege está longe daqui, e tu sem ele não tens encanto algum: esses olhos que tanto me abalaram, hoje só excitam a minha indignação, posso pisar-te aos pés sem a menor comoção” (p. 124).

“– Nem todas as potências do mundo serão capazes de apagar essas manchas [...] as nódoas transmitidas pelo lado do abismo, são indeléveis: não há encanto algum que tenha o poder de apagá-las” (p. 124).

“Ninguém queira ver amor de perto, fiado na sua razão: o monstro tem filtros contra ela” (p. 125).

Sugestões do tema nos poemas

“Por piedade, Jacínio! Só tu podes Salvar tua Corina” (p. 81).

“Se um dia no teu peito houver mudança:
Assim de uma infeliz a dor respeita” (p. 82).

“Minha alma fria, e já desenganada,
Despida de ilusões e fantasia” (p. 84).

“Os homens não seriam tão tiranos,
Se o terrível ciúme não houvera:
Origem principal de tantos danos” (p. 85).

“A saudade fatal me turva a mente... Ah! vem Jacínio, restitui-me o riso!” (p. 86).

“Já vejo navegando em altos mares...
Sulcar as ondas minha alma já divisa
O meu Jacínio! Oh céus!... para outros lares!” (p. 95).

“E quando algum que diz que sente,
Por nós, ânsias de morrer,
Num contínuo padecer:
Certamente mente, mente” (p. 96).

“Era toda uma vida;
Em ver o caro amante,
Estava resumida.
Hoje em vão busco
Esse prazer” (p. 112).

“Não partas!... Ou então leva-me a vida!” (p. 113).

“Da minha dor, Jacínio, tem clemência!
Recorda-te da fê que me juraste,
E não queiras cortar minha existência” (p. 113).

“Teu nome altissonante me iludia,
Pensando nele achar minha defesa [...]
Nada em ti é real [...]
Uma simples lembrança me horroriza:
Temo do acaso os seus cruéis azares” (p. 95).

Autora	Nísia Floresta (1810-1854)
Obra	<i>Opúsculo humanitário</i> (1853) 1.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
Marcas do tema	
<p>“Uma das duas primeiras escritoras francesas de nosso século, Mme. de Staël, atribui à facilidade do divórcio entre os alemães a introdução, nas famílias, de uma sorte de anarquia que nada deixa subsistir em sua verdade nem em sua força” (p. 18).</p> <p>“A ilustre escritora, a cujo talento rendemos sempre a mais profunda homenagem, escrevendo essas linhas abstraiu sem dúvida da anarquia de outra espécie, e até certo ponto muito mais perigosa, que lavra pelo centro das famílias de sua nação” (p. 18).</p> <p>“Quantas vezes temos nós visto os homens do Sul, que mais inexoravelmente exprobram a instrução e a liberdade de que gozam as mulheres do Norte, serem vítimas do capricho ou da dissolução, resultado quase sempre infalível da ignorância e da educação estacionadas das suas!” (p. 19).</p> <p>“Se a severidade de uma página da legislação francesa exclui a mulher da</p>	

supremacia de que gozam as mulheres das duas nações de que falamos ultimamente, o império do espírito, em cujo trono ela se assenta como absoluta soberana, prodigamente a indeniza dessa parcialidade, depondo em suas mãos, como por vezes tem acontecido, de uma maneira indireta, os destinos dessa bela nação” (p. 30).

Sugestões do tema no romance

“Nada por certo é mais prejudicial à educação das filhas do que as repetições dessas cenas domésticas, natural ou artificialmente representadas pelas mães, manifestando o resfriamento dos deveres impostos pela sociedade e mantidos pelo bom senso e pela religião no seio das famílias pensadoras, compenetradas do empenho de firmarem o venturoso porvir dos tenros seres que se vão modulando pelos exemplos daquela cuja voz mais império tem sobre seus corações” (p. 103).

“Esposas, seu coração se compenetra religiosamente de seus deveres, e folgam de sacrificara seus esposos toda a ventura de sua vida, antepondo à sua inconstância ou à sua dureza a incessante prática das virtudes domésticas” (p. 104).

“Um exemplo bem eloquente desta verdade acaba de apresentar a infeliz esposa e mãe de cinco filhos, de um alto funcionário, homem ilustrado, magistrado íntegro e afetuoso pai” (p. 125).

“Presunção bem vezes fatal àquelas que não procuram firmar o seu direito em bases mais sólidas que não as das palavras do homem, pronunciadas perante um sacerdote, palavras que nenhuma felicidade real trazem à mulher sensível quando não são o resultado do sentimento e garantidas pela moral e constância daquele que as pronuncia” (p. 125).

“Educada no meio da grandeza e amada depois por esse homem, a filha de um dos primeiros cortesãos de seu tempo devia por sem dúvida crer-se segura daquele direito, desde que o desposou e lhe deu cinco filhos. Volveu o tempo... e a pobre mãe, que nunca tinha deixado de ser esposa fiel, pereceu abandonada e miseravelmente em uma pequena casa da mesma cidade, onde o esposo e seus próprios filhos, ostentando o luxo e a consideração da alta sociedade, só lhe apareceram em seus últimos dias para tornar-lhe mais dolorosa a hora do passamento” (p. 125-126).

“Lição eloqüentemente triste para as mulheres, de todas as condições, que se crêm ao abrigo das vicissitudes da sorte só porque conseguiram tomar o nome de um homem de mérito” (p. 126).

“É trabalhando de dia em dia por adquirir a afeição e os respeitos do companheiro que lhe coube por sorte, e por tornar-se superior aos

acometimentos do ciúme, que a esposa consegue firmar a sua felicidade doméstica, e não por laços julgados indissolúveis e santos por aqueles que facilmente os profanam quando as paixões os agitam” (p. 126).

“Em geral os brasileiros não conhecem a economia do tempo e é bem para lamentar que as classes pobres, principalmente, não se compenetreem da necessidade dessa economia e das vantagens que resultariam a seus filhos, se lhes apresentassem sempre com nobreza a imagem do trabalho, que devia caracterizá-las e distingui-las na sociedade de seu país” (p. 126).

“Se o desprezo do trabalho produz nas classes abastadas funestas conseqüências, o que será das pobres, máxime daquelas que, não se resignando com o estado em que Deus as colocou, querem mostrar-se aos olhos do mundo trajadas acima da sua condição?” (p. 126).

“Quereis ver a esposa terna, providente, dedicada e fiel? Contemplai a célebre Paraguaçu [...] captando para o esposo as simpatias e os favores da sua tribo, ajudando-o em sua missão civilizadora, e civilizando-se ela mesma para amenizar-lhe os dias, privado como se achava ele das comodidades europeias” (p. 148).

“Quereis admirar o amor em toda a sua espontaneidade e na grandeza da abnegação pessoal? Vede Moema, a sensível e infeliz Moema, lançando-se ao mar, seguindo a nado o navio que lhe levava o homem por quem só prezava a existência e por quem queria morrer não podendo com ele viver” (p. 148-149).

“Circumspecta e fiel aos seus deveres, quando passou à França e apresentou-se na corte de Catarina de Médicis, que lhe deu seu nome servindo-lhe de madrinha, ela atraiu a admiração de todos por seu tipo americano, suas graças ingênuas e sua dedicada afeição pelo esposo, com quem voltou à Bahia, no mútuo e constante empenho de utilizar aquela nascente colônia” (p. 148).

“A fidelidade conjugal foi e é quase sempre seguida pela mulher indígena. Todos os que têm conhecimento da sua história sabem que, fáceis antes de tomarem marido, respeitam depois os laços que as ligam a este, sendo o adultério olhado com horror entre os selvagens” (p. 150).

Autora	Carmen Dolores (1852-1910)
Obra	<i>Ao esvoaçar da ideia</i> Disponível em: < www.biblio.com.br/conteudo/CarmenDoloresX/moldura.asp?l...m=7 >. Acesso em: 14 mai. 2013.
Marcação do tema: divórcio	

“Conversando...”

“Ora, eis de novo em cena a questão do divórcio como quebra do laço matrimonial, graças à inteligente indicação apresentada pelo distinto jurista Dr. Marcílio Teixeira de Lacerda, numa sessão do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, o que já foi por mim anunciado num jornal da manhã e por outrem repetido numa folha da tarde (p. 1).

“Não conheço bastante o intrépido autor da proposta, para apreciar o sentimento que o moveu a empreender tão generosa campanha contra a estagnação da rotina; mas quero crer que ele obedeceu a uma espontânea e irreprimível piedade em favor das mulheres – as principais vítimas do atraso das nossas leis em relação ao casamento” (p. 1).

“A este propósito, pois que as conferências literárias puseram em moda questões de arte, de ciência, de religião, de psicologia, por que não admitirmos como assunto de conversa uma tese social tão palpitante, como é o divórcio?

Que lessem os discursos proferidos em França, de 1792 a 1831, pelos deputados d’Albert – Dubayet, Savoie-Rollin, Treilhard, Gilet, Odilon Barrot, que o generoso livro de Naquet reproduz como armas de combate, bem como a petição erudita e precisa do Dr. Arsenio Drouet apresentada em 1870.

Mas lede, lede, vós todas que sofreis! Vítimas da lei que vos deixa amarradas, para assim dizer, a um cadáver, quando pronunciada a ilógica separação do nosso código: lede tudo isso e aprendei a argumentar, a lutar, e defender-vos” (p. 2).

“Efetivamente, os velhos santos patriarcas, de olhos no céu, repudiavam outrora uma esposa como se repudia hoje uma roupa que já não assenta mais no corpo – ou então reuniam sob a mesma tenda diversas eleitas, nas promiscuidades da poligamia autorizada pelo Deus de Abraão, Jacob e outras” (p. 2-3).

“Mas eu jamais acabaria se me pusesse a citar todos os exemplos baseados em documentos históricos, que referiu o dr. Drouet; e lembrarei apenas, de passagem, Luís VII, rei de França, que reclamou o divórcio em 1147 contra sua esposa Eleonora d’Aquitaine, da qual tinha já dois filhos, alcançando que o pronunciasse em 1152 o papa Estevão III, sob o motivo de nulidade por causa de parentesco proibido e incestuoso” (p. 4).

“A rainha divorciada, após alegres aventuras, casou com Henrique Plantagenet, soberano da Normandia e Anjou, mais novo que 15 anos, e Luís VII, por seu turno, contraía segunda núpcias com Constança, filha de Afonso VII, rei de castela e de Leão.

Em suma, se continuássemos por aí além, veríamos em França, na Toscana,

na Boêmia, por toda a parte, o divórcio e os segundos casamentos em vida dos esposos divorciados, efetuando-se com plena autorização de papas e bispos, Henrique IV, em 1660, com assentimento da Igreja, repudiou Margarida de Valois, depois de 27 anos de casados e uniu-se a Maria de Medicis. Demos um pulo atrás da história e vamos encontrar Napoleão I realizando o seu célebre divórcio com a pálida Josefina, para legalmente possuir Maria Luiza no viço promotor das suas cores fortes de boneca alemã, sólida e loura” (p. 5).

“Ainda ao homem resta o direito de, inocente ou culpado, restabelecer o seu equilíbrio em uniões ilegais que lhe fingem um lar. E a sociedade fecha os olhos sobre a imoralidade desse proceder – consequência natural da situação anômala criada pela separação sob sua forma presente.

Mas a mulher, pobre dela! A mulher fica sendo a paria social sem jus à família, ao lar constituído, ao amor, às alegrias da maternidade” (p. 6).

“E não atribuam a esse possível desenlace definitivo das incompatibilidades conjugais, o poder de contribuir para a dissolução do casamento. Quem é feliz não se divorcia” (p. 7).

“A verdade, em resumo é que o desamparo feminino exige, em clamores de agonia; que seja decretada pelo Congresso essa lei referente ao divórcio, como quebra do vínculo matrimonial. A separação de corpo e bens, única permitida pelo nosso código, é a mais ilógica das barbaridades contra a mulher” (p. 7).

“O divórcio”

“Compete então à pena, na paz do seu afastamento dos meios em que se travou a discussão, compete a ela não adormecer no silêncio egoísta do gabinete de trabalho e ir sempre auxiliando de longe a importante ação, oferecendo os seus serviços, fraquíssimos embora, aos generosos defensores da ideia adiantada” (p. 1).

“É este o meu caso. E sempre que me seja possível, na medida das minhas insignificantes forças, estou pronta a hipotecar toda a minha inteligência, todo o meu vigor e toda a minha energia à causa por que se batem atualmente, com tanto talento e tanta nobreza, os drs. Avellar Brandão, Marcílio de Lacerda, Deodato Maia Ed. Mirtes de Campos, empenhando-me em ajudar com o meu apoio incondicional, deste cantinho obscuro, as suas belas tentativas m prol da liberdade individual – que outra coisa não representa o divórcio” (p. 2).

“A tese do divórcio é toda humana, e por isso mesmo aparece tão simples, tão clara, tão bela de verdade e lógica, tão persuasiva, que dispensa bem semelhantes artificios da oratória (p. 4).

“[...] não se admitia a discussão no terreno religioso, não só porque assaz ficou provado que a própria bíblia cristã favoreceu sempre o divórcio com outro consecutivo casamento (o que então se chamava repudição), e inúmeros papas consagraram essa dissolubilidade (haja em vista a história), como sobretudo a questão é exclusivamente do domínio jurídico social” (p. 4).

“O casal uniu-se, estabeleceu a sua casa, a sua comunhão, teve filhos, e pensou viver sempre assim unido. Surgiu porém a desunia, a lei decretou o desquite e eis os dois cônjuges separados, os filhos repartidos, o lar esborado... Que isto representa uma desgraça, ninguém duvida, aí de nós! Mas essa desgraça tanto existe no divórcio como na separação segundo a lei atual, com uma única diferença: que o divórcio, libertando os dois esposos, consente: a ambos a reconstituição do seu destino, ao passo que o desquite separa para sempre, como o outro, mas mantém a cadeia irrisória que obstrui o caminho franco da liberdade” (p. 5).

“Quem recupera a sua liberdade, tem campo diante de si para procurar com calma soluções honestas à sua sorte. Logo que pode outra vez apoiar-se legalmente no braço de um esposo, que talvez lhe apareça, a divorciada conserva-se casta e pronta para o amor sério. Mas se lhe trancam todas as portas do futuro e ela é pobre, não tem pais que tornem a sustentá-la, esbarra de resto na ferocidade social, nas intransigências, nos preconceitos, e luta, e sofre privações, e não vê remédio ao seu caso insolúvel – a separada judicial é a presa certa da prostituição. Que há de ela fazer? A vida não pára e ninguém vive de princípios berrados em contradição com as realidades supremas.

Assim, pois, está bem claro: a imoralidade fica com a separação de corpo e bens, mas não atinge o divórcio [amplo], que é uma solução leal, franca e decisiva, sem ambiguidades hipócritas” (p. 6).

“E viva isolada, mas silenciosa, sem trair aspirações; sofra a sua exclusão dolorosa das leis naturais da ternura, mas conserve-se casta; tenha fome, mas não diga... Suporte enfim todos os sacrifícios, mas não incomode com a discussão do seu destino os que se repimpam numa existência de gozos!” (p. 7).

“É esta a condenação Eterna, desumana e anti-social que os adversários do divórcio desejam manter. E que nome vão buscar em apoio de tal iniquidade? O nome de Cristo, o sublime Nazareno, cujo divino gesto de proteção cobriu a própria pecadora, quando [...] ameaçada” (p. 8).

“Não! descansem os inquietos. O divórcio há de fazer-se, porque o movimento já rompeu, inteligente e enérgico, contra a fatal rotina” (p. 8).

“Um absurdo”

“À publicidade desse ato – efetuado por autoridade sem competência, fica evidente que assistia ao autor da ação o mais irrecusável direito de reclamar a nulidade de semelhante união civil” (p. 4).

“[...] essa é digna de muito interesse e de muita compaixão, como todos os infelizes protagonistas desses dramas do casamento. Hipoteco-lhe nestas linhas o meu maior respeito, justamente por que a sinto a debater-se, como aliás também o autor da ação, nessa atroz rede de malhas de ferro que a nossa lei teima em tecer em torno dos desventurados galés de um matrimônio partido. Mas porque defende ela esse desgraçado vínculo jurídico, tão inútil, quando moralmente está ferido de morte o seu casamento e nada, mais pode reconstruir o que para todo o sempre se quebrou? Apartados já esses cônjuges pelas mais terríveis razões, até com a distância material interposta entre ambos – não parece que a declaração da nulidade inicial seria o desafoço para os dois, seria a única solução lógica, razoável, sensata, ao mesmo tempo que concludente e nobilitante para o caso?” (p. 6).

“A falta de formalidades exigidas pela lei deu causa a que o referido casamento fosse julgado, por sentença nulo e insubsistente; e a falta igualmente de formalidade deu motivo a que o mesmo casamento não pudesse ser anulado, a despeito de todos os fundamentos para essa solução” (p. 7).

“É irritante”

“Isto não é justo, não é direito: favorece os desígnios maquiavélicos do monopolizador da tribuna, tão ilógico e tão cruel, apesar de citar Deus, em todas as suas orações, que a pergunta humanitária se um colega sobre o que ficava sendo o destino da desquitada atual, trancadas diante dela todas as portas do futuro, sem liberdade para melhorar de sorte, sem recursos, sem o apoio social, o frio advogado teve esta resposta odiosa:

– Ora, como nos naufrágios, ninguém pensa nos “cadáveres”... Eles ao fundo do mar!...

Então, doutor, a divorciada, muitas vezes na flor dos anos, quase criança, vítima incauta – essa divorciada tem de considerar-se para todo o sempre, e ainda viva e cheia de aspirações, um “cadáver”?

Oh! mas como isto está de acordo com as belas doutrinas de Cristo, o sublime salvador, o grande protetor dos infelizes!” (p. 3).

“O futuro a Deus pertence – e todas as divorciadas [...] criadas com mimo, adoradas pelo papai e pela mamãe, que sonharam ambos por esse delicado ser indefeso o porvir mais venturoso. Pensaria então o distinto advogado, se se tratasse de uma causa atingindo as fibras mais profundas do seu coração, do mesmo modo que está pensando agora?” (p. 3).

“Finalmente, raras são as famílias que não tenham ou não hajam tido uma divorciada no seu seio [...] Debalde a Escritura prega o mandamento de Deus, que devemos amar o próximo como a nós mesmos [...] A verdade resumida é esta, em suma: pode o conhecido advogado clerical continuar como vai, na questão do divórcio, que a recompensa já lhe está garantida: será conde, senão marquês...” (p. 4).

“Coisas da atualidade”

“E se a pena brilhante e vigorosa do meu distinto colega, já conhecido no jornalismo pela intrepidez do seu talento, não consegue dominar a metralha das forças hostis, que fulminam a lógica e a justiça, cantando *oremus*, que poderei alcançar, eu, simples representante do abominado feminismo e cujo único meio de luta consiste na firmeza das convicções e na energia dos protestos?

Ainda assim, não desanimada, certamente, mas descrente, sentindo a inanidade dos argumentos mais claros e mais humanos da razão e do direito perante a obstinação estúpida da rotina, não hesito em dar o meu juízo acerca da objeção trazida por um correspondente do meu distinto colega Osório Duque Estrada [...].

Qual a situação moral dos filhos originários dos divorciados, e desses outros provenientes de novos enlaces? Como se conduzirão esses irmãos, e em que posição hão de ficar os pais?” (p. 1).

“Não usarei porém deste argumento, embora convincente e baseado na mais sérias e profundas observações. De resto, a controvérsia religiosa não liga apreço a tais extravasamentos ilegais da afetividade humana, nem aos seus resultados – à sorte de tantos entes arrastados para a imoralidade pela engrenagem do irremediável.

Acha tudo perfeitamente natural sob a capa da hipocrisia, uma vez que não suja o divórcio, destruindo o dogma absurdo da indissolubilidade do vínculo matrimonial. E a este propósito, não há muitos meses, certo venerado vigário de uma paróquia aristocrática, célebre pela sua severidade eclesiástica, dizia em confissão a uma senhora:

– Ora deixem-se dessas histórias de divórcio... Tenham lá o seu pecadinho bem oculto, mas continue tudo como está...

E garanto estas palavras como absolutamente autênticas, citando-as porque elas encerram a chave secreta de todas as argumentações casuísticas a respeito do divórcio” (p. 2).

“[...] o terrível agravante: é que nenhum desses pais podendo reconstituir o seu destino, os filhos se encontram para sempre num lar desorganizado” (p. 3).

“Mas o que a gente cansa de dizer, de repetir, de por todos os modos provar,

só não vendo a luz da verdade os cegos voluntários, que cerram as pálpebras com os dedos obstinados, num gesto sistemático, e que o divórcio com a dissolução de um vínculo tornado inútil e absurdo, constitui o complemento honesto da separação judicial, a única medida capaz de remediar situações desgraçadas, amargas, torturantes, e sem proveito algum, nem para os pais nem para os filhos” (p. 4).

“Aduzem os adversários do divórcio as considerações que quiserem: a medida reclamada pelo estado atual da nossa sociedade, pela dissolução dos seus costumes e pelo sofrimento agudo das mulheres, principais vítimas da tal idiota separação de corpo e bens, que o clero I defende, há de forçosamente triunfar, porque representa o exclusivo remédio para uma situação, insustentável” (p. 5).

“Conserve-se o clero celibatário e obediente aos seus dogmas, se lhe aprouver; mas não incite os que são livres e tem a ventura da perfeita união num único casamento, a se levantarem numa grita egoística contra os seus irmãos, que saíram de um matrimônio desastroso com o que pense como padre: mas o homem de sociedade que pense como homem social, compreendendo as exigências, os impulsos e as aspirações dos seus semelhantes. Pode parecer suficiente o *pecadilho* oculto para abreviar às amarguras tristezas de uma separação judicial, segundo o ponto de vista discreto de um confessorário, onde morrem todas as vozes reais da vida positiva das criaturas; mas esse *pecadilho* não basta para impedir a mulher desquitada de ser uma pária social, ao contrário! não obsta que ela viva solitária e suspeita a todos, sem proteção, sem muitas vezes recursos; não tolhe tão pouco a melancolia do homem sem lar, sem afeições seguras, vivendo ao acaso das *toquades* passageiras; e o supremo remédio a tudo isto é, repito, o divórcio com a dissolução do vínculo conjugal, nos casos de separação de corpo e bens” (p. 5).

“Esta é a minha opinião, já declarada aliás um sem número de vezes nestas colunas. Respondi, porém, agora, ao honroso apelo de Osório Duque Estrada; e, se tenho a certeza que não convenci a respeito da questão dos filhos, porque a rotina é mais forte que tudo, se nada disse de novo, se apenas clamei no deserto o que tão continuamente já tenho gritado – alguma coisa, entretanto, alcancei: foi desafogar ainda hoje minha alma das verdade que a oprimem, logo que entra em discussão a palpitante, a dolorosa tese do divórcio” (p. 6).

“O triunfo”

“Uma senhora, por exemplo, que não prima pelo atilamento, encarou a questão por um prisma tão engraçado, que me atribuiu o negro fim de querer tomar o marido das outras... O divórcio, para ela, é isso...” (p. 2).

“E fala-me em eternidade, em iras celestes, que sei mais?... Outro não seria o modo de entender assunto, se partisse de alguma distante e atrasada roça do interior, nos tempos da escravidão, meio inacessível ao movimento pensante e à influência preciosa do livro, do jornal, da troca de ideias claras e inteligentes” (p. 3).

“Um hebdomadário católico também me agride – e numa linguagem que não é propriamente a ensinada por Jesus Cristo aos seus apóstolos e destoa bastante, num órgão da religião” (p. 3).

“Para semelhante terreno, porém, nem monsenhor Molina, cujo ministério acato, nem o Dr. Felício dos Santos, que de nome conheço, nem outra qualquer pessoa, conseguirão jamais, arrastar-me” (p. 3).

“Eu discuto o divórcio como um problema jurídico-social – mais nada. Pois que a sanção legal do casamento cessou de ser católica para se tornar exclusivamente civil; pois que o poder religioso e o poder civil são perfeitamente distintos, nada mais tendo uma lei com a outra – a questão do divórcio com a dissolubilidade do laço conjugal tem de ser debatida no campo exclusivo em que me coloquei” (p. 3).

“[...] cumpre aclarar os fins fio divórcio, para evitar interpretações errôneas, acanhadas e vulgares, como as que começam a aparecer. Corra-se, a cortina da ignorância e vejam todos a realidade em plena luz. O divórcio, com a dissolução do vínculo conjugal, não vai separar casais venturosos, arrancar o adorado marido à sua extremosa esposa, destruir o lar, insultar a moral, derrubar costumes e erguer o pendão da libertinagem. Quem fala nisso? Qual o país adiantado e visando o progresso, a evolução, o aperfeiçoamento, que aceitaria essa volta à decadência de uma antiga Roma?” (p. 4).

“O que o divórcio tem de instituir, meus senhores e minhas senhoras, é isto, só isto: sempre que a desarmonia completa de m casal o levar a pedir à lei o seu desligamento, seja a tal estúpida separação judicial de corpo e bens, substituída pelo desquite absoluto, com a dissolução do vínculo conjugal” (p. 4-5).

“Venceu, enfim: o divórcio foi decretado. E toda França hoje o aceita, aclamando o nome do valente batalhador com a própria lei libertadora, que ficou chamando-se a lei Naquet. Ela abriu a porta aos desunidos, aos desesperados, aos torturados, extinguindo o direito das desforras e vinganças por meio da brutalidade e até do assassinato. Os que são desgraçados um pelo outro podem evadir-se da jaula, sem se devorarem, gritou essa lei... e todos a reconhecem agora e tratam até de aperfeiçoá-la, burilando as asperezas do primeiro bloco, suprimindo formalidade excessivas, simplificando, em suma, o primitivo processo, que a oposição exigiu

complicado. E era preciso ceder alguma coisa, para ganhar tudo...” (p. 7).

“Triunfem todos quantos combatem pela libertação dos galés da separação de corpo e bens – escravos que bem carecem de uma redenção gloriosa, como os cativos de outrora” (p. 9).

“E daqui, do meu inofensivo cantinho, eu clamarei sem cessar um bravo animador a todas as vitórias!” (p. 9).

“Ainda”

“Antes de tudo, quero explicar porque me tornei acérrima combatente nesse terreno melindroso, onde lavram opiniões tão diversas; e depois, que me ler e for imparcial, julgará se eu tenho razão, discutindo e lutando para que a mulher divorciada conquiste, enfim, entre nós uma situação definida, libertando-a das injustiças e das incoerências sócias” (p. 1).

“Nunca a situação das divorciadas tinha impressionado a minha inteligência, quando, certa ocasião, num encontro de rua, muitas senhoras reunidas num grupo conhecido, eu notei que uma delas, protagonista em aventuras amorosas fora do casamento, muito públicas, repetidas e escandalosas, manobrava para afastar as filhas dessa roda, porque nela se via uma desquitada – moça aliás bem procedida e simplesmente infeliz” (p. 2).

“O embaraço cômico dessa dama, a sua pressa febril, os seus sorrisos constrangidos, na ânsia de evitar o mesmo rumo da outra, chamaram a minha atenção e fiquei pensativa, observando a cena. Assim pois, essa senhora casada e não honesta, que não temia para as filhas a própria companhia, a pior de todas, nem o próprio exemplo, mais pernicioso do que quantos pudessem marear uma imaginação adolescente – essa senhora arredava as suas meninas do contato de uma divorciada, só porque a esta faltava o que ela tinha: uma fachada marital para servir de resguardo contra a opinião pública” (p. 2).

“Estas outras, ao contrário, só pelo fato de haverem sido colocada pelo absurdo ilogismo da lei em uma situação [...] nem casadas, nem vivas, apenas separadas de corpo e bens de algum miserável que as tivesse desgraçado [...] ainda [em] derradeiro elo, vedando-lhes a liberdade – estas outras deviam curvar a cabeça às injúrias, mesmo quando partissem de uma fonte impura” (p. 2).

“Outra cena se impôs ainda mais vivamente à minha observação. Em visita a uma interessante e excelente moça divorciada pela intervenção da sua família, que não pôde suportar mais tempo o espetáculo das torturas infligidas [na] vida conjugal [...] eu me encontrei com uma antiga amiga dela, figura [...] preparada com apuro e célebre pelo seu estouvamento, os

seus flirts, as muitas aventuras, enfim, que lhe emprestam as línguas” (p. 3).

“O marido é um... resignado.

Nesse dia, porém, a senhora divorciada estava vestida para também sair [...]” (p. 3).

“E eu reparei imediatamente na inquietação que se apoderou da gárrula visitante [...] procurando indagar, como por acaso. Que ruas escolheria a dona da casa para o seu passeio. Consultava o lindo relógio, alegando a necessidade urgente de retirar-se para ir depressa ao... [interrompeu a fala] receosa de desvendar o rumo dos seus passos, quando transpusesse a porta de saída; e eu, que examinava friamente essa pobre criatura de erro e convenção, que lia os seus covardes pensamentos, que lhe adivinhava o terror mesquinho de uma coincidência de destinos, obrigando-a a seguir caminho com a divorciada pelas mesmas ruas – eu tive-lhe nojo e uma raiva, que ainda hoje transbordam nestas linhas” (p. 3-4).

“O teto hospitaleiro da amiga tão digna e confiante encobria a sua visita; ela, em rigor, podia negá-la, disfarçá-la; mas o fato de serem vistas ambas numa calçada, andando juntas, era uma prova flagrante da intimidade que convinha evitar...” (p. 4).

“Por quê? Por que a essa divorciada faltava o direito reconhecido, que as heróicas sabem hoje fazer reconhecer, de procurar uma solução para a sua vida partida e inútil” (p. 4).

“E contudo, as leis sociais, mundanas, convencionais, estúpidas, ilógicas, davam razão a esse gesto de insulto” (p. 4).

“O tal decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, que alguns declaram um momento de sabedoria e que eu reputo simplesmente uma monstruosidade, trancava-lhe todas as portas, impondo-lhe uma coisa obtusa, desumana, iníqua, impossível, de viver eternamente só, sem recursos, se o ex-marido não lho fornecia ou não lho esgotara, como é mais comum, exposta a todos os agravos e atritos, condenada pela opinião se buscasse um carinhoso consolo, condenada igualmente se o não buscasse, permanecendo pregada ao seu poste da solidão, submetida ao papel de pária social, em cujas fibras doloridas todas as farpas da calúnia se cravam covardemente, gostosamente...” (p. 4-5).

“Os tempos modernos, não admitem mais o tipo resignado [...]

E eis porque me tornei encarniçada, fervente, incansável partidária do divórcio com a dissolução completa do vínculo conjugal, permitindo a liberdade dos seus destinos àqueles que não podem mais viver juntos. Os esposos felizes, afinal, não se divorciam, não é verdade? A existência a dois,

quando normal, mesmo sem venturas romanescas, apenas sólida, harmoniosa, agradável, é o paraíso na terra, sobretudo para a mulher, amparada contra tudo e todos pela ternura forte e respeitosa do seu companheiro, com o qual envelhece sem temor das rugas, na segurança de uma solidariedade crescente, que vai da vida moral à vida prática” (p. 5-6).

“Liga-os o interesse comum; liga-os a comunhão dos hábitos de cada dia – uma das forças do casamento” (p. 6).

“Mas se a união é infeliz, e cada um dos cônjuges puxa para o seu lado, exasperado, impaciente, cheio de ódio, maldizendo a cadeia que enrolou aqueles pulsos crispados? Se o lar se torna um centro, não de amor, mas de discussões e ameaças, de cenas escandalosas, de atos repreensivos e até brutais? A mulher chora ou a mulher se vinga...” (p. 6).

“[...] a lei intervém, porque a reclamam nesse caso desesperado – e o remédio que essa lei encontra para apartar os dois inimigos, é apenas a separação judicial de corpo e bens, que já existe de fato; é finalmente o tal nosso desquite, o nosso divórcio atual, um absurdo idiota que nada conclui nem nada corrige...” (p. 6).

“A esposa [...] na qualidade de separada judicial [...] aspira [...] à quebra inteira do seu grilhão para constituir de novo o seu lar esboroadado pelo infortúnio e poder enfiar publicamente o seu braço no do seu marido, verdadeiramente marido, sustentáculo do seu destino, apoio da sua vida...” (p. 8).

Sugestões do tema no romance

O livro *Ao esvoaçar da ideia* reúne trinta e nove crônicas; sete delas foram selecionadas para esta pesquisa, por falarem abertamente sobre o divórcio, a saber, “Conversando...”, “O divórcio”, “Um absurdo”, “É irritante”, “Coisas da atualidade”, “O triunfo” e “Ainda”.

Autora

**Maria Benedita Bormann
(Délia, 1853-1895)**

Obra

Lésbia
Florianópolis: Mulheres, 1998.

Marcas do tema

Em *Lésbia*, Maria Benedita Bormann fala em separação conjugal sem mencionar o termo divórcio. Há um debate acerca do desgaste do casamento e dos conflitos amorosos que abalam a “alma e o corpo” (p. 41).

Sugestões do tema no romance

“Lésbia viveu duplamente: conheceu todas essas dores cruelíssimas que são a partilha das almas eleitas e suportou-as com valor, crente de que cumpria

um fadário” (p. 34).

“Mais tarde, preferiu morrer a trair o único ente que a amava com veras, e teve razão: quando uma mulher como ela encontra um homem como Catulo, deve sacrificar-lhe tudo, até mesmo a vida” (p. 34).

“Padecia a alma naquele adorável corpo, quando a porta se abriu, entrando um homem no toucador a pisar forte: antes mesmo de o avistar, pressentira-o a jovem pelo magnetismo da aversão, contraindo-se-lhe o semblante” (p. 37).

“Arabela chamava-se a moça, porém todos a conheciam por *Bela*, gentil desinência que muito lhe enquadrava” (p. 38).

“Um dia, teve a desdita de encontrar o homem que o destino lhe reservava para marido e ouviu essas palavras afetuosas e aparentemente sinceras, com que os homens iludem as mulheres” (p. 39).

“Procurou ele frequentar-lhe a casa, despertando pela sua assiduidade a desconfiança dos pais de Bela, os quais não lhe mostraram boa cara e fizeram sensatas admoestações à filha; mas esta persistiu em atendê-lo, com a cegueira do fatalismo e desposou-o três anos mais tarde, apesar da viva oposição da família” (p. 39).

“No fim de oito dias, já ela se arrependia, medindo a profundidade do abismo onde se despenhara; suspirou, pôs ao ombro o pesado lenho do matrimônio, abafando os queixumes que lhe subiam aos lábios e devorando as lágrimas que lhe escaldavam as faces” (p. 39-40).

“São tão habilidosos os homens que apagam de todo nos corações que os amam os mais veemente afetos” (p. 40).

“Assim sucedeu entre Arabela e o marido: a grosseria e o bestial ciúme deste último mataram a ternura da pobre moça, infundindo-lhe um rancor que aumentava de dia a dia” (p. 40).

“Quando Bela [...] falando com judiciosa eloquência, empalidecia ele e zombava [...] – És insuportável! Uma preciosa ridícula! [...] devendo a elevação de seu espírito lisonjear a vaidade do marido, irritava-o apenas, o que demonstrava a pequenez desse néscio que ela se envergonhava de haver escolhido para companheiro” (p. 40).

“Para esquecer os pesares e afastar-se inteiramente desse homem que lhe era antípoda, estudou com afínco, auferindo magnífico resultado” (p. 40).

“Tornara-lhe odiosa a casa, onde penetrara palpitante de emoção e coroada de flores de laranjeira: fora ali, que a ilusão desaparecera para sempre, deixando-a ferida e aniquilada; era ali, onde tudo lhe recordava o desmoroamento de sua vida; resolveu portanto morar com os pais, cuja presença amenizaria a agrura da sua existência” (p. 41).

“Passara o pobre coração por todas as fases, em que o amor se extingue: amargura, rancor e enfim o tédio, que nada mais acende, nem apaga” (p. 41).

“Para ela não tinha a vida interesse algum, porque lhe anuviava o presente a sombra daquele homem, fechando-lhe também o futuro e entorpecendo-lhe a alma e o corpo” (p. 41).

“– São insuportáveis as mulheres pretensiosas!” (p. 46).

“Às vezes, apraz-me a ideia de morte: seria um consolo!... Se este viver devesse durar para sempre, não sei o que faria!” (p. 48).

“Arnaldo [...] filho da prima [...] contou a Bela mais uma vez os boatos que a seu respeito corriam, e referiu novas balelas que a acentuavam no público a convicção de ser ela a desonra e o algoz daquele meigo e imaculado cordeiro; empalideceu Bela, assustando aos pais, que a amparavam ...” (p. 49).

“[...] entrava o marido; ergueu-se ela impetuosa, fulminando-o com o olhar colérico e bradando [...] – Saia desta casa para sempre! Até hoje, tudo suporte estupidamente, por vãos preconceitos; mas, já que tiveram e têm a indignidade de me acusar, acabou-se, é inútil o meu sacrifício!... Saibam todos que fui desgraçadíssima, e que doravante não o quero ser!” (p. 49-50).

“[...] avançou o marido para ela; interpôs-se solene o sogro e, indicando: a porta, trovejou: – Saia! e esqueça até o nosso nome! Eu previa esta desgraça, quando me opus a tão desastrado casamento, porém Bela teimou e eis o resultado! Minha filha não carecerá do senhor; felizmente ainda vivo e sei trabalhar!” (p. 50).

“O marido [...] não estando preparado para essa cena extrema [...] emudecendo alguns instantes [...] tomou o chapéu num arrebatamento desvairado e deixou aquela casa para sempre, vociferando pela escada em despejo de injúrias vis e ameaças de vingança” (p. 50).

“Descrever a tristeza que se seguiu no lar de Bela é ocioso. Nos primeiros dias, só se viam semblantes anuviados, mudez e solidão” (p. 50).

“Em breve procurou ela a sociedade e o bulício das festas, aspirando

largamente à ideia da sua liberdade e da eterna ausência do antipático semblante, que lhe tocara por sorte na aventurosa loteria do matrimônio” (p. 51).

“Passou algum tempo tranquila, tendo n’alma a suprema quietação dos grandes desertos” (p. 51).

“Ia Bela a toda parte, sendo cortejada como todas as mulheres bonitas [...] Ouvir galanteios mais ou menos estúpidos ou picantes era uma imposição que ela suportava...” (p. 51).

“Se a criatura tivesse o dom da presciência poderia assim fugir de mil desventuras” (p. 55).

“Achava-o insolente a sua razão vacilante, mas absolviam-no a vaidade mulheril e o desapontamento de veemente afeto, tomando a ousadia pelo irresistível impulso de voraz paixão” (p. 59).

“[...] desde aquele momento baixara Bela em seu conceito, porque se nivelara às outras mulheres e, humanizando-se, perdera todo o prestígio” (p. 60).

“Oh! se lhe fosse dado adivinhar o que ele pensava a seu respeito, talvez ainda pudesse fugir, aguilhoadada pelo orgulho e pelo desprezo!” (p. 60).

“E dizem que o amor é a suprema ventura [...] Um sentimento tão pungente que desabrocha orvalhado de lágrimas, extinguindo-se muitas vezes na agrura do ódio ou no gelo da indiferença!” (p. 60).

“[...] entrou em casa silenciosa e presa à fatal imagem daquele homem, que desejava apenas a sua posse” (p. 60).

“Durou um ano aquela agonia [...] deixando-a desalentada, incapaz de repelir o homem de cuja fidelidade duvidava, e também sem forças de conhecer a fundo toda a sua desventura” (p. 62).

“Desesperada, receando os desalentos da amargura, teimou em conservar nos olhos lacrimosos a venda que tenuemente lhe encobria as perfidias do amante” (p. 62).

“[...] caiu Bela no divã, chorando a deslealdade do homem tão ternamente amado, e compreendendo só então a insensatez do passo que tencionava dar; porém já era tarde para recuar, e demais, preferia todo o horror da decepção às angústias da incerteza” (p. 64).

“Sentiu Bela no coração uma espécie de ruptura e comprimiu o dorido seio com as mãos convulsas; saiu-lhe da garganta medonho soluço, experimentando ela essa dor ostensiva, quase impudica, que necessita da piedade universal e é capaz de estorcer-se em pungente volúpia aos apupos da multidão desenfreada” (p. 65).

“Naquela noite fatal, convencendo-se da perfídia de Sérgio, chegara ela à casa febril e tivera violento acesso cerebral, combatido com energia pelo Dr. Luiz Augusto” (p. 67).

“Lastimava não haver morrido: o que lhe reservaria essa vida que a invadia, depois de tamanho golpe?... novos embates, novas provações?” (p. 67).

“Miseras mulheres, tomam muito a sério esses impulsos d’alma, sacrificando-se pelos homens que nada merecem [...] deve compreender que só o tempo, ou um grave incidente poderá, matar, ou atenuar este martírio!...” (p. 69-70).

“[...] era Bela presa de profunda melancolia, eivada de acerbo despeito e cruéis desilusões; sorria a mísera com amargura, medindo a intensidade de seu malfadado afeto pelo imenso vácuo que lhe enchia a alma esterilizada, morta a todo o impulso” (p. 73).

“O sentimento, ou por outra, o pesar depende da nossa vontade, da nossa cobardia em o aceitarmos, sem prévia oposição, deixando-nos subjugar com a estúpida passividade do fatalismo!... Não!... Eu saberei vencer o que tanto me oprime, porque sei querer e hei de triunfar!” (p. 74).

“O mesmo se dava com a moça: permanecera muito tempo presa à sua má escolha, sujeita a mesquinhos preconceitos, devorando as lágrimas” (p. 77).

“[...] certificara-se da infidelidade do amante, banira-o do coração, chorando seu menosprezado afeto e caindo no marasmo das grandes decepções” (p. 77).

“[...] permanecera muito tempo presa à sua má escolha, sujeita a mesquinhos preconceitos, devorando as lágrimas e os desalentos” (p. 77).

“Depois, seguiu o impulso ingênito da alma, em magnética atração, amando com loucura um ser vulgar e egoísta, abafando suas queixas, temendo averiguar pressentidas deslealdades” (p. 77).

“Fixou-lhe o triste devanear a necessidade de expansão, impelindo-a a escrever para reviver agitações e dores, operando violenta revolução moral, de onde surgiria essa serenidade de ânimo que aceita os fatos consumados e

que é tão salutar e tão difícil de obter!” (p. 77).

“Com ardor entregou-se Bela ao estudo [...] Na minuciosa investigação do passado reabriram-se todas as chagas d’alma, repetindo ela o verso de Tasso: “Amor, cruel amor, teus pesares e tuas doçuras são igualmente funestos, e os mortais sempre sucumbem ou aos teus males ou aos teus remédios!” (p. 79).

“Muitas vezes, ao entrar na redação, encontrou à porta uns valvedinos, mal amanhados, talvez empregados da casa, que a fitavam com o imprudente sorriso dos que desconhecem a dignidade e o decoro [...] Lésbia [...] viu que eles interpretavam com malignidade suas palestras com o chefe, e indignou-se [...] foi esse dissabor o começo de milhares de contrariedades que ela depararia a cada passo, já por ser jovem e bonita, já por querer afastar-se do comum das mulheres, dedicando-se às letras” (p. 86-87).

“Mas nada receiem; a mulher ama e não calcula, desvive-se no carinho e no afeto e não ambiciona; portanto será sempre a mais fraca” (p. 87).

“Pertencia ao número dessas mulheres, das quais o homem não suporta a ideia de ser somente amigo e cuja posse se torna ínfimo desejo, ou amarga saudade a sobreviver até a morte” (p. 89).

“Na maioria dos homens, o amor, esse sentimento que parece tão sublime, não passa de uma partícula de orgulho em serviço do coração” (p. 92).

“Era esse cidadão chefe de família, desperdiçara a herança da mulher, tinha uma filha e não temia que um dia ela sofresse pelas faltas paternas, pois que, tanta vez, paga o justo pelo pecador” (p. 92).

“E quanto mais conhecia os homens, mais se apegava aos livros, a fim de os evitar e esquecer, subindo sempre para as regiões superiores, onde somente imperam os grandes de espírito” (p. 95).

“Esquecera que possuía dois grandes inconvenientes para qualquer empreendimento deste gênero – ser mulher e ser brasileira [...] Entre nós o preconceito e o atraso relegam a mulher, colocam-na sempre em segundo plano, aceitando ela paciente esse papel secundário por falta de cultura, ou por flexibilidade de ânimo, ou por efeito de educação, ou para não incorrer em singularidade [...] Demais, sendo brasileira, não tendo vindo de longínquas paragens, não nascendo no velho mundo, não dispondo de rótulo estrangeiro, não havendo talvez desfrutado misterioso e ignoto passado, acidentado de aventuras picantes, que atenção pode merecer a que ousa transpor e quebrar o círculo de ferro que a todas encerra?” (p. 98).

“[...] investiram as mulheres contra a moralidade de alguns personagens do

romance, os quais, no entanto, poderiam servir-lhes de modelo em tudo e por tudo” (p. 105).

“Não satisfeitas ainda, como que enfurecidas pelos brados da consciência não de todo calejada, passaram a vociferar contra a autora, querendo talvez repartir com ela um pouco do que lhes nodoeava as fronteiras” (p. 105).

“Proibiram os maridos hipócritas, cujos delitos começavam no próprio lar, até a vista da mísera *Blandina* às esposas, falsamente ingênuas, que tomavam uns ares infantis, perguntando às amigas se ousavam ler aquela pernicioso produção” (p. 105).

“[...] desde a publicação de *Blandina*; todas as suas produções sofreriam o mesmo anátema, e ainda que dali em diante ela só escrevesse obras sacras” (p. 111).

“Possuindo a predestinada Lésbia talento e beleza, viu-se, portanto, duplamente atacada e talvez sucumbisse à fadiga moral, se não dispusesse de grande força resistente e de uma pertinácia mórbida, que, por assim dizer, constituía o fundo do seu caráter” (p. 112).

“Constituiu-se, pois, a sua viuvez mais um elemento da animosidade mulheril, que não lhe perdoava a auréola da tríplice coroa do gênio, da beleza e da liberdade” (p. 119).

“Por esse tempo, faleceu o marido de Lésbia, ficando a moça de todo livre, caso quisesse contrair novo enlace, o que não era provável, porque votava ao matrimônio real aversão, justificada pela desdita que encontrara no seu malfadado consórcio” (p. 119).

“Constituiu-se, pois, a sua viuvez mais um elemento da animosidade mulheril, que não lhe perdoava a auréola da tríplice coroa do gênio, da beleza e da liberdade” (p. 119).

“Fora ferido o Dr. Castro, o seu maior detrator, na fibra mais sã que possuía, na pessoa da filha, uma ingênuo de fisionomia angélica; desposando um ricoço, voltou no dia seguinte para o teto paterno, repudiado pelo marido” (p. 120).

“Catulo [...] Amava-a, como ela devia ser amada – exclusivamente, com todo o encanto, com supremo orgulho, mas, por isso mesmo, sofria o misero inconcebíveis ciúmes daquela beleza, daquela superioridade, daquele excesso de perfeições, enfeixado em um só ente” (p. 127).

“Li algures, creio que em um romance [...] um dia a cruel egoísta, presa a

outro, abandonou-o sem um adeus, sema ao menos uma lágrima que o consolasse, escrevendo-lhe estas linhas: – Parto, sou feliz! No entanto, sabia, a desumana, que deixava após si um descalabro, mas também conhecia a grandeza do coração que esmagava e nem mesmo receava o remorso” (p. 128).

“– Enlevado pela superioridade de V. Exa., achando que só lhe falta um título nobiliário para coroar a sua bela fronte, sedento de ventura, disposto a ser seu escravo, venho oferecer-lhe meu nome, pedindo-a em casamento” (p. 133).

“Agradeço-lhe infinitamente a gentileza, lastimando que as nossas opiniões sejam tão opostas [...] Para mim, só há uma nobreza – a do talento, e essa é tão forte, tão alheia à evolução social, tão subjetiva, que não tem a recear revoluções, nem confisco de bens, nem carece de ascendência, nem de posteridade” (p. 133).

“[...] não tenciona contrair novas núpcias [...] o homem que eu desposasse, desde que não tivesse engenho igual ao meu, seria unicamente conhecido pelo eu – marido de Lésbia” (p. 136).

“Tomando por sua vez a fronte do amante, beijou-lhe os olhos úmidos de enternecimento, enquanto ele se inebriava em sensação capitosas, aspirando o tépido aroma que ela exalava” (p. 140).

“[...] tu, o meu único confidente – talvez algum dia te seja agradável essa recordação, sobretudo quando eu morrer” (p. 143).

“[...] dez anos de incessante convívio haviam amortecido os entusiasmos e os arroubos dos primeiros tempos” (p. 167).

“[...] pressentisse o conhecido passo do amante; invadiu-lhe a fronte uma onda sanguínea, importunando-a ele pela primeira vez e pesando-lhe a ligação tão terna e afetuosa que até ali os unira” (p. 168).

“[...] de remorso por uma culpa involuntária, odiosa, que a torturava, apoucando-a aos próprios olhos e fazendo-a enrubescer” (p. 169).

“Completara Alberto vinte e três anos e Heloísa dezoito; esperariam ainda mais dois anos e então realizariam o desejado enlace, que os uniria à face de Deus e dos homens, na vida e na morte, nessa eternidade humana que se traduz por sempre, caminhando a sorrir de mãos dadas, sem temer dos cabelos brancos, nem do isolamento da velhice” (p. 176-177).

“Por esse tempo, tendo Lésbia regressado da Europa, o entusiasmo que ela

infundira em Alberto menino reapareceu vivaz no mancebo impressionável e ardente” (p. 177).

“No meio daquela fascinação em que a alma tomava proporções absorvente, rápida passou-lhe pela mente a imagem de Heloísa, provocando-lhe febril movimento de impaciência e quiçá de desagrado, de onde se originou o remorso” (p. 178).

“E desse dia em diante [...] andou Alberto sempre em busca da luminosa criatura [...] Heloísa, que o desconhecia, sofrendo em silêncio” (p. 179).

“E, enquanto revoltava-se Lésbia a querê-lo e a recear vir a amá-lo, encerrava-se Alberto em seus aposentos, ébrio de emoção, aspirando avidamente o seu fato, impregnado do perfume da mulher amada” (p. 179-180).

“Desde esse momento de rápido contato ficaram moralmente ligados” (p. 181).

“E, eu, que tudo conheci e a quem tudo desencantou, eu, que havia suplantado todos os maus desejos, refugiando-me no afeto de Catulo, hei de voltar parvoamente às decepções e aos dissabores de uma paixão que me levará a tristes extremidades!...” (p. 181-182).

“Olhe: começou a minha mocidade em uma luta e terminou em um desencanto. Atribuíram defeitos que eu não tinha e negaram-me as qualidades que eu possuía” (p. 192).

“Conhecendo todos os embustes da sociedade e toda a perfídia humana, caí na fria e inerte desesperança que mutila a criatura para toda a qualquer aspiração” (p. 192).

“E o que fazia Alberto [...] ? Deixara-se invadir sem resistência pela imagem de Lésbia [...] Às vezes, no meio da suas fatigantes vigílias, passava a sombra melancólica de Heloísa, da casta mocinha toda extremos [...] Não eu não ameí a Heloísa; interpretei erradamente o afeto que lhe votava desde a infância, porque a ele se aliara a atração do mancebo pela donzela!... Dar-lhe-ei a minha vida, farei mil esforços para felicitá-la, mas não lhe sacrificarei a minha liberdade!...” (p. 199-200).

“Desperdicei meus afetos, dando-os a seres vulgares e falsos, que não mereciam tão ricas dádivas, perdi a mocidade caindo, de decepção em decepção, e, agora, velha, fanada, desalentada, o que poderei oferecer a um espírito ávido de emoções, senão o meu frio ceticismo e a minha glacial filosofia?! ” (p. 204).

“O que daria eu para volver ao tempo de moça, em que a prática do bem me era fácil como um prazer, porque o coração transbordava de bondade e de fé! E como se evaporaram rapidamente essas puras ilusões que tanto perfumam o desabrochar da existência” (p. 204).

“E, eu, tão refratária ao suicídio, revoltando-me sempre à ideia do aniquilamento e da desapareição da criatura, afago mil vezes ao dia essa extrema solução de todos os males, esse fundo sombrio de toda a alegria!...” (p. 205).

“[...] fatigando-nos mutuamente e fazendo-nos amaldiçoar os pesados elos de uma ligação, que começaria por doces protestos” (p. 207).

“[...] assomou a cabeça de Alberto á porta do gabinete [...] Amo-a com tanto ardor, com todos os delírios de uma paixão voraz, mas sempre ambicionei cingi-la nos meus braços como esposa; minha, muito minha, só minha!... É essa aspiração o cúmulo da audácia talvez, mas prova – lhe de sobejo a veneração que lhe tributo” (p. 212).

“De envolta com a febre que me escalda, há tanta pureza no meu afeto, que eu sinto Deus abençoá-lo! Sou muito moço, Lésbia, tenho muita fé, por isso creio e espero nessa Divina Providência que tudo rege com perfeita equidade. E Deus que tudo vê e que tudo pode, conceder-me-á suprema ventura de viver a seus pés, já que permitiu que em toda parte, em mim e fora de mim, só a veja e só a queira!” (p. 212).

“– Oh! meu Alberto! como fulgem os teus olhos, quando falas no almejado enlace, que nos deve unir à face do céu e da terra!... Ser tua, só tua, sempre tua, aqui e além! Na vida dois, na eternidade um só!... Oh! se eu pudesse desfrutar essa ventura e crer nessa esperança!...” (p. 216- 217).

“Desposar-te-ei, já que o queres, já que é isso necessário à tua felicidade; quanto a mim, só o som da tua adorada voz causa-me as mais violentas emoções e contenta-me os desejos!” (p. 217).

“Eu sou Heloísa, a prima de Alberto [...] éramos noivos, havíamos trocado mútuas promessas de eterno amor, e, apesar da sua atual indiferença, tenho a certeza de que então me amava!...” (p. 219).

“[...] meus tios; eles adoram o filho, por isso perdão-lhes a satisfação que por ventura mostrarem à ideia de vê-lo desposar Lésbia, que reúne a tanto prestígio sólida fortuna!...” (p. 220).

“[...] eu creio na senhora como em Deus mesmo!” (p. 222).

“[...] tenha fé na magia de seus lindos olhos e nada receie de uma matrona que poderia ser mãe de vocês dois!” (p. 223).

“Siga sempre os avisos do seu coração e creia nesse Deus clemente, que protege os puros afetos e as almas ímpolutas. Considere-o sempre como fonte do bem e da justiça, cumpra todos os deveres que o destino lhe reservar; por mais árdua que seja a sua missão, parecer-lhe-á mais suave, desde que se apóie na fé e na paz da consciência” (p. 224).

“[...] avaliar a força do afeto que a prendia a esse homem, que lhe era tudo – família e universo” (p. 236).

“Disse Goethe que a religião cristã é uma grande coisa, inteiramente independente; para ela apela a humanidade, quando se sente fraca e aflita; nesse momento, experimentou Lésbia a justeza dessa asserção, desviando de si todo o consolo humano e mirando unicamente uma esperança mais ampla e perdurável” (p. 240).

“Evocou a infância, relembrando o conchego do materno regaço, onde bebera as primícias da fé e da pura crença em uma religião de amor e de indulgência, capaz de cicatrizar pela brandura e pelo perdão todas as úlceras, por mais doridas que sejam” (p. 240).

“– Oh! sim! eu creio na eternidade desse sopro etéreo que ambiciona a imortalidade e que, no entanto, se abate e tantas vezes se degrada, talvez pelo contato da matéria” (p. 240).

“No uso de todas as minhas faculdades, ponho termo à existência, porque assim me apraz. É mais uma excentricidade de mulher de letras, raça inútil e perniciosa, segundo a opinião de alguns cérebros resistentes e incapazes de vertigem” (p. 242).

“[...] compensa com o teu afeto a constância de tua mimosa prima, dessa criatura jovem como tu, digna de ti, e, feliz entre os teus, recolhe os cândidos eflúvios dessa alma pura que te dará a sua virgindade” (p. 242-243).

“Um ano mais tarde, em plena efloração, confiada na sua beleza e na força do seu afeto, viu Heloísa umedecer-se de ternura o olhar de Alberto, pedindo-lhe que confiasse o seu destino; sorrindo como um anjo, estendeu-lhe a nevada mãozinha, entrando desassombrada posse dessa cara ventura, comprada com tantas lágrimas e colhida sobre o grandioso túmulo da pobre mulher!” (p. 258).

Autora	Inês Sabino (1853-1911)
Obra	<i>Lutas do coração</i> (1898) Florianópolis: Mulheres, 1999.
Marcas do tema: divórcio	
<p>Ainda que Inês Sabino, em <i>Lutas do coração</i>, de 1898, esteja inserida em um momento social de discussão acerca da indissolubilidade do matrimônio, na obra em análise, essa percepção é repassada pelo que ela pensa sobre o casamento. Em geral, a autora, segue os critérios de uma estrutura convencional do casamento, em que as mulheres, ao se tornarem esposas, devem ser recatadas.</p>	
Sugestões do tema no livro	
<p>“Madame Alencastro [...] – É casada ou solteira? [...] Ela é educada, requestada e amada pelo marido em extremo [...] – E quem é aquela outra [...] – É uma das mulheres mais dignas e ilustres de um mundo diferente [...] não frequentam famílias [...] foi educada na Europa [...] levados até junto da rapariga [...] – Que pena ser uma perda! [...] Não é tal!...” (p. 80, 81, 82).</p>	
<p>“[...] amava o marido, porém sem esses esgares de ternura que não persistem em certos caracteres ardentes, mas inconstantes” (p. 90).</p>	
<p>“[Ofélia] A forma como ela o recebeu e o obsequiou acentuou ainda mais da sua simpatia [...] se tornaria em breve amoroso e seu escravo submisso” (p. 95).</p>	
<p>“[Ofélia] Era má e leviana? O mundo, que não a conhecia, confirmava que sim, julgando-a uma máquina de gozo, quando nada mais era que uma máquina de infortúnio [...]” (p. 96).</p>	
<p>“[Ofélia] Desde muito nova que na sua vida houvera um desses desastres matrimoniais, vistos por aí além, sem que a felicidade compadecida, dissesse à desgraça: “pára!” [...] marcando-se o consórcio para o dia dez de junho, que amanhecera úmido, pesado e triste” (p. 95-96, 98-99).</p>	
<p>“Realmente, a natureza parecia comprazer-se em não concorrer ao ato matrimonial com a fidalguia dos seus esplendores, entristecendo um noivado de luxo que tivera lugar numa capela particular e que, à porta de um prédio nobre, com jardim na frente, fizer aguçar a curiosidade dos pacatos moradores [...] para lobrigarem de relance a noiva, que, semelhante a uma sombra, pelo braço do marido, havia já entrado em casa” (p. 99-100).</p>	
<p>“Devia envelhecer-lhe cedo o pensamento, em vista do raciocínio revelar a grandeza do coração que no seu peito encobria [...] naquela hora em que deixava para sempre de ser a menina solteira, a virgem, para colar na face um sorriso mais grave e nas maneiras maior seriedade” (p. 99-100).</p>	

“[...] o semblante moreno e simpático da desposada esboçou um sorriso pálido, e nos seus olhos castanhos e vivos transparecia o ar bondoso que se nota nas almas dispostas a grandes cometimentos morais [...]” (p. 99-100).

“[...] naquela hora em que deixava para sempre de ser a menina solteira, a virgem, para colar na face um sorriso mais grave e nas maneiras maior seriedade” (p. 99-100).

“E a alma, ao mando do império psicológico, emudeceria, em razão da responsabilidade assumida ao ceder às leis das exigências sociais, calando-se, empedernindo-se, sepultando-se no pélago das conveniências, quando não o mundo, a moral, a família, os filhos, o marido, a apontariam como uma adúltera, como uma barregã, desbragadamente ruim e perjura, se destruísse com o menor gesto ou ação o concerto que à roda de si havia formado” (p. 101).

“ [...] procurando assim encobrir o mau presságio que dela se tinha apoderado [...] O rico negociante exultara: deu-lhe uma vitrina de diamantes. Acompanhava-o, porém, uma alma gasta e uma existência depravada; o seu prazer foi todo material; mais provou a indiferença com que três meses depois se portara para com ela. [...] No banquete do sentimento a alma deixou de ser o principal fator” (p. 102).

“Ao dar um sim sacramental, chorou. Casava sem amor, somente para satisfazer a família... [...] Grande era a diferença das idades entre os dois [...]” (p. 101).

“Quando o espírito se embriaga ante a ventura de dias sem nuvens, e que de repente, como a profecia de terrível fada, vem a desilusão prostrar na lama das não pesadas as causas das alegrias que a mente imaginava?... [...] A esposa do português ocultou da família a dureza da sua sorte” (p. 103).

“[...] Em breve uma grande moléstia prostrou o marido no leito, a cuja cabeceira ela se assentou como a mais solícita enfermeira [...] os amigos ficaram cientes de que a pobre moça sofria” (p. 103).

“Dois meses depois [...] desaparecia em precipitada fuga o comendador [...] os credores, sem atenção por coisa nenhuma, tomaram-lhe os prédios, as joias de sua mulher e os móveis existentes em casa [...] Pobre, sem o menor recurso, ficou a triste Antonieta desolada [...]” (p. 110).

“Que fazer em tais circunstâncias? A razão dizia-lhe que o trabalho era o único recurso de quem se preza [...] Seus pais não tinham fortuna [...] Sem querer ser pesada a ninguém [...] tomou o expediente de alugar um cômodo

numa pequena casa de pensão e principiou a lecionar” (p. 110).

“As pessoas de suas relações e que frequentaram a sua casa, todas lhe haviam voltado as costas, deixando-a portanto desamparada a lutar com a vida. Por algum tempo ganhou a vida com o suor do seu rosto. Ia no oitavo mês dessa existência tão atribulada” (p. 110).

“A esposa do comendador Bernardes, que a esse tempo se havia refugiado nos Estados Unidos, foi de tal dedicação que o inglês, apesar do seu gênio seco, apaixonou-se por ela [...] as dores da maternidade se aproximavam-se [...]” (p. 111).

“Com a filhinha nos braços [...] não abandonava a cabeceira do leito de sua benfeitora [que] falecia pouco depois [...] Em recíproca gratidão ficaram enlaçadas as duas existências [...] As más línguas, os despreocupados, censuravam-na acremente [...] uma suicida moral” (p. 111-112).

“O comerciante, cada vez mais atencioso [...] As leis sociais condenavam o casal ilícito, pelo que muitas vezes Antonieta se lastimava [...] Mr. Hardington [...] aconselhou-a a ir para a Europa: lá não teria inquietações por um passado desastroso, de que ela culpa alguma tinha. O único réu era o comendador” (p. 112-113).

“Mr. Hardington [...] instituindo-a sua herdeira [...] Legalizou todos os papéis, que garantiram a sua amante uma bela fortuna, e partiu com ela para Londres [...] Viajaram depois muito, o que mais desesperou sua família [...] havia rompido relações com ela [...]” (p. 113).

“Repentinamente, Mr. Hardington deixou de pertencer ao número dos vivos. Antonieta chorou muito e cobriu-se de crepes” (p. 113).

“Ao voltar ao Brasil, moça, rica, instruída, resolveu abominar os homens numa espécie de vingança pelo que lhe fizera o marido. Achando-se só e abalada no seu crédito, trocou o nome Antonieta pelo de Ofélia – para viver com remorsos, não consentindo que ninguém lhe faltasse com respeito [...]” (p. 113).

“Agora tinha fê, queria viver para amar e livrar-se a si mesma” (p. 114).

“Que vem a ser a mulher livre? – perguntava a si mesmo Hermano ao sair da casa de Ofélia, cuja imagem, por demais atraente pelo seu fino espírito de brasileira culta, o fizera, mau grado seu, enamorado!” (p. 115).

“– Qual o quê!... – objetou o Bastos – a mulher casada deve ter grande cuidado na sua honra” (p. 136).

“Matilde, uma sensualista inconsciente, [...] Como homem [Hermano] prático, tinha adivinhado nos seus olhos o que lhe ia no coração” (p. 148).

“[Hermano] não aceitou, por não querer constituir família aos trinta anos [...] a belíssima constituição assinada pelo amor mútuo dos cônjuges não o fascinava; temia a sua grande responsabilidade em razão do mal que produz na consciência a menor infração dos seus artigos” (p. 149).

“A catástrofe de uma afeição [...] tornou-o cético: eram as consequências das grandes lutas do coração, daquelas que jamais esquecem [...] Amara muito, e como o traíssem, jurou vingar-se das mulheres [...] Ele temia hipotecar a alma se desse em seguida o duelo cruento do remorso [...] Ele sabia ser muito velho o tema de redenção pelo amor” (p. 150-151).

“Roldanas presas em cabos de aço que giram e permitem suspender a marcha repentinamente” (p. 171).

“Nelas ouve-se o girar metódico dos cilindros do maquinismo e mais acessórios” (p. 171).

“[...] calando mais um suspiro, começou a ensaiar o hino do amor [...] na união recíproca, no consórcio de sentimentos que os acorrentava para sempre como dois esposos verdadeiramente sagrados por cerimônias públicas” (p. 176).

“Que lhe restava do passado? A indiferença pelo marido brutal, e calando mais um suspiro, começou a ensaiar o hino do amor [...] na união recíproca, no consórcio de sentimentos que os acorrentava para sempre como dois esposos verdadeiramente sagrados por cerimônias públicas” (p. 176).

“Que lhe restava do passado? A indiferença pelo marido brutal, e dois túmulos; nada mais. Por que não se unificaria com a existência do engenheiro?” (p. 177).

“Querida amor, bastava-lhe o coração dele; dando-lhe o seu, saboreava fartamente a doçura desse mito que se chama felicidade humana. Seria esposa d’alma desse homem que não lhe mentira nunca [...] O mundo lançava-lhe um lábio infame [...] apesar de haver dito Jesus acerca da mulher adúltera: – “Quem não tiver pecado, que lhe atire a primeira pedra”” (p. 177).

“Não obstante ver-se cercada de uma corte de adoradores, a mulher do médico deixava que no peito ruminasse a súbita paixão que nutria por Hermano Guimarães” (p. 181).

“[Matilde] Estava dominada [por Hermano]. Gostava dele porque era forte, altivo, em tudo diferente de seu marido, a quem estimava tranquilamente, como sucede às pessoas casadas há alguns anos” (p. 188).

“Quantas vezes [...] o via indiferente [...] Dor imensa [...] é que à mulher cabe sempre o papel de mártir, de escrava; lei fatal que a obriga a tornar-se santa, evoluindo do sentimento esses soluços cruciantes que estraçalham a alma nos desenganos eternos” (p. 185).

“Sentia, entretanto, que um estranho domínio acima do seu brio de senhora honesta, e mesmo das conveniências, a suplantava, e ela obedecia sem consciência dos graves males que isso poderia trazer-lhe” (p. 188-189).

“Silêncio sobre dois noivos no vigor da mocidade [...] muito unidos, as faces quase tocando-se num beijo, falavam sobre o futuro [...] E tão despercebidos iam, que não notaram que morria o sol [...]” (p. 205).

“[Ofélia] Bem sabia que o amor feliz é sempre incerto para quem o nutre” (p. 217).

“Após dois meses de ininterrupta ventura [...] O espírito dela era fútil; apenas lia romances violentos, nada mais [...] cultivava o piano e sobretudo o canto” (p. 209).

“Entre ela [Angelina] e Matilde não afrouxava a amizade [...] mal adivinhava o rugido das ondas encapeladas que ferviam na alma da amiga” (p. 221).

“A jovem senhora mordeu os lábios [...] – Acaso será uma lição de moral que deseja dar-me? – Sou um homem honrado que a não enxovalharei por ser a esposa de quem é” (p. 229).

“Que a mulher sensata deve guardá-la por tal forma, que nem por um gesto dê a entender que se possa duvidar dela” (p. 228).

“Matilde tinha o quer que fosse de infernal [...] – O que me diz sobre a constância matrimonial, Doutor?” (p. 228).

“Sim meu amigo; nada há na vida comparável à paz que se goza na família, que como a minha, está dispersada por sucessivas intervenções do destino” (p. 239).

“O amigo [...] lembrando-lhe a vantagem que tinha o homem em tomar estado chegando a certa idade, tendo como garantia um amor sincero, estável, que as impressões momentâneas não perduram, e o bafo dos *foyers* e

das salas duvidosas só fazem corromper os sentimentos do homem” (p. 244).

“– E se eu tivesse dado o coração, como poderia casar-me? Mas onde ficam as conveniências?... Antigamente bem sabe como se casavam as moças, sendo todas venturosas” (p. 244).

“– Uma vez dado esse órgão, respeitável amigo, não se pode mais tomá-lo. Enquanto as conveniências... – Serão, como tudo o mais sujeitas às leis sociais, que têm, como o amigo sabe, deveres muito restritos. Pelo que presumo, o senhor gosta de alguém?” (p. 244).

“– Sim e para efetuar esse consórcio, a consciência me convenceria que o casamento sem amor, sem paz, sem fidelidade sem dedicação, é o suicídio da vida, é a morte moral, que lentamente acabrunha o espírito, inutilizando-o para as grandes crises da vida” (p. 244-245).

“Ainda assim, eu sei que ela é sempre digna [...] capaz de ser amada, embora lhe dêem os seus detratores tantos amantes quantas joias possui [...]. Levo tanto a peito o seu consórcio, que se for preciso, serei eu quem fale nesse sentido a Ofélia. – Não será necessário, independente de garantir-lhe que, embora me case, eu não a deixarei nunca. Já vê o comendador que assim é sacrificar a filha alheia” (p. 246).

“Andou bem na escolha, é certo... Pobre moça! Só o marido foi o culpado da sua queda, pois que ela tudo fez para não pecar. Como sabe, ficou grávida, os pais portaram-se como estranhos, de sorte que nessas condições, o resultado foi funesto” (p. 246).

“O senhor não é uma criança; a sua prima é a única que lhe convém para companheira, além de sofrer daquele maldito histerismo por sua culpa. Acresce que tenho fê de que será um bom esposo, desde que saiba ser generoso no seu papel de amante. Há muita diferença entre o marido e o amante, pois, como sabe, as posições são diversas” (p. 247).

“Por que razão a faria sofrer, quando remorsos ela se lhe entregara sem nem ambições?” (p. 249).

“Via junto de si aquela amante adorável, por quem estava disposto a sacrificar-se [...] Tinha em certo a consciência de ser um bom marido, pois que sabia ser amante, mas até então vivera sem responsabilidade, por isso receava perder a sua liberdade” (p. 249).

“Para si, a mulher de hoje aborrecia-a amanhã, irresponsável por certo por essas palavras banais que se dizem e se escutam somente enquanto perdura a febre da ilusão. Com Ofélia, nunca [...] Sabia ainda que a mulher, quando se

regenera, torna-se o mais belo tipo da perfeição doméstica – isso é caso sabido” (p. 249-250).

“Com o olhar fito algures, como homem, sentia-se forte; amante, mas pusilânime como um criminoso” (p. 250).

“A loura filha dos barões deu o sim com voz muito clara, e corou muito quando ele a beijou na testa” (p. 267).

“Era mulher que buscava o bem e a felicidade numa paixão terna, sincera, à sombra do lar, cercada dos filhos, contando que a amassem sempre” (p. 263).

“Quando ela fazia as compras [...] ouviu o seu nome [...] a Angelina casa com o doutor Guimarães, tanto que o comendador Rebouças está envolvido nesse negócio [...] ele gosta de uma senhora chamada Ofélia, que dizem ser casada, conquanto fora do marido, porque ele era um demônio [...] esta gente do que vale? Em casando, manda-a andar” (p. 252).

“Hermano, no seu papel de noivo, apreciava os raros dotes de sua futura mulher, mas não havia contudo podido esquecer Ofélia, que nunca mais o quisera receber, nem responder às cartas que ele lhe enviava como um contrito” (p. 271).

“Na opulência dos bons predicados das suas virtudes morais [...] conseguia ser noivo delicado, atencioso, quase terno” (p. 293).

“Depois, como cavalheiro, jurou fazer feliz sua mulher. O que se passara eram fantasia de moço” (p. 299-300).

“Olhando furtivamente para o noivo, que às vezes tinha no semblante uma certa melancolia” (p. 302).

“Matilde [...] fechou-se nos seus aposentos, sem querer ver o marido, que esgotara os carinhos e triste aguardava a hora fatal” (p. 313).

“– Ainda bem!... que você compreende o que se chama... a política do lar [...] que tanto alcance tem como na política de qualquer nação” (p. 307).

“Se a mulher brasileira a estudar, meu Deus!... que de ventura não terá de gozar?!...” (p. 307).

“A tua lua de mel [Angelina] é o intróito do grande cenáculo, onde serás tua sacerdotisa [...] De hoje em diante principia o teu papel de senhora” (p. 328).

“A sua dignidade, em qualquer situação escabrosa, deve estar ao alcance dos

motejos do seu companheiro [...] O homem que deseja educar a sua mulher não o faz com um déspota [...] tanto pior para ele” (p. 329).

“A mulher quando se casa e quer constituir família pensa ser essa a base da sua ventura, se bem que de seu marido dependa esse prisma azul que a moça na sua bela fantasia de solteira, sonhe, mas, para que ela tenha a seu favor a constância dele, é necessário primeiro vigorar o amor com essa poesia dos sentidos [...] Destruir dela essa doce esperança que lhe alimenta a alma é profanar a natureza” (p. 329).

“A mulher casada deve reunir em si duas entidades diversas. Ela terá de ser esposa e amante [...] – Esposa, quanto ao respeito e à sua posição na família e na sociedade; amante, nessas ternuras [...] pequenos *nadas* que dizem muito na câmara conjugal” (p. 330).

“Serei, garanto, esposa e amante” (p. 331).

“Longe lá estava o engenheiro de encarar o ato somente pelo lado brutal [...] Acima de tudo achava-se ideal [...] por ser Angelina sua mulher” (p. 333).

“Duas semanas depois [...] julgando ela um sonho o que era realidade” (p. 333).

“Começava o seu noviciado de esposa no sublime papel de enfermeira [...] a mulher só vive pelos carinhos e pelas afeições [...] Ao homem [...] a espada da luta [...] a mulher a redentora, só em uma arma única – o coração, que a guia com a virtude através das lutas da humanidade!...” (p. 335).

“O espírito humano é quase sempre incompreensível [...] dizendo e contradizendo-se nos irrefletidos pensamentos que o torturam” (p. 335).

Autora	Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)
Obra	<i>Elles e ellas</i> (1910) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

Marcas do tema: divórcio

“Se eu fosse outra...”

“É assim mesmo, pensa que eu só vim ao mundo para servi-lo, e abusa... [...] Fico-lhe com uma raiva, que a minha vontade é fugir, não sei para onde, mas fugir, para sempre, diluir-me no espaço” (p. 61).

“[...] eu conservo-me bem caladinha no meu canto [...], sobretudo, porque sou discreta! (p. 62).

“[...] chamar-me “idiota”, a mim! mas, meu Deus, então que será ele?!... Ah! se os maridos tão irritadiços soubessem quanto essas palavras lançadas a

esmo no ardor irreprimível da cólera magoam o coração das mulheres e comprometem a felicidade do casal! (p. 62).

“Se eu fosse outra... quando ele voltasse, não me acharia em casa... não me falta para onde ir, graças a Deus! o que me falta é coragem de expô-lo ao ridículo e à reprovação dos outros...” (p. 63).

“Passa lhe a fúria, aclara-se-lhe a razão... Eu é que não esqueço: a cicatriz cá está e estará até a morte...” (p. 65).

“Quando chegará o dia em que o homem e mulher se possam amar sem desconfiança e sem traição? Ai de nós, esse dia não chegará a existir senão em curtas horas intermediárias...” (p. 65).

“O lenço já está encharcado... Estou a enxugar os olhos com tanto choro... e afinal essa solução seria estúpida [a do suicídio]... Antes o divórcio... sim... Se ele recomeçar algum dia a chamar-me idiota... o que tenho de mais sensato a fazer não é matar-me, é divorciar-me!” (p. 67).

“Afinal o que lucram os homens com esses desabafos malcriados? Irem perdendo aos poucos a consideração e a amizade das esposas...” (p. 67).

“Os serões familiares”

“Se tento então balbuciar um simples monossílabo, ele estrangula-o [...] e encolho-me arrependida para o meu canto” (p. 76).

“Como a minha opinião de mulher tem pouco peso, em certas circunstâncias, na consideração desses senhores, eu guardo para mim as sugestões do meu critério, sentindo-me resvalar para os estados opressivos do abatimento, da contrariedade e da consternação... até que uma filosofia especial da indiferença ou do hábito, venha, ainda o espero, curar minha alma desnorteada e impotente” (p. 77-78).

“O homem sotopõe voluntariamente as suas opiniões às opiniões da mulher: o período do noivado. E ainda com a condição de que esse período seja curto. Depois de casado, adeuzinho, meu anjo!” (p. 78-79).

“Quem escrevesse uma norma para guia da felicidade conjugal, deveria expor em termos convincentes que uma mulher perderá tempo e ganhará bilis se teimar com seu marido” (p. 79).

“Dindinho esqueceu-se de que se deleitou na vida com a variedade de três lares diferentes, porque casou e enviuvou sucessivamente três vezes, além de vinte paixões avulsas, para atacar agora o divórcio como uma lei destruidora

e fatal” (p. 79-80).

“[...] e o senhor meu marido esqueceu-se da felicidade que lhe dou, e que nenhuma outra mulher lhe daria tão perfeita, para defender esse mesmo divórcio, como um denodo tal, que me trespassou a alma com o ferro da desconfiança” (p. 79-80).

“A cada um dos tremendos argumentos de meu marido, os olhos de Dindinho procuravam os meus, como a dizer-me: cautela! vê as disposições deste sujeito!... e eu sorria, para tranquilizá-lo, com um sorrizozinho mais amarelo que a casca de uma laranja... O que eu sofri!” (p. 79-80).

“Estes serões familiares de que os moralistas gabam as doçuras, dão às vezes assunto para reflexões bem esquisitas! Uma das que me acudiram depois que eles acabaram de jantar e tomavam [...] o seu chá com biscoitos (porque enquanto eles disputam minha cabeça é um caos), foi que o divórcio não é só uma libertação para os casamentos desgraçados, como também uma ameaça útil para os felizes” (p. 80).

“O homem ama tanto mais a mulher quanto tem medo de perdê-la. É talvez por isso que em certas ligações ilegais as mulheres são adoradas como deusas, enquanto nas legítimas são tratadas como criaturas humanas sujeitas a defeitos” (p. 80).

“É que os bens definitivos acabam por nem parecerem bens, se não se erguer diante deles uma ameaça qualquer... Quem sabe? O divórcio desempenhará talvez bem esse papel, guardando à vista, como uma sentinela, a felicidade do lar” (p. 80-81).

“Uma ideia! Para castigo do sofrimento que meu marido me infligiu ontem, quem vai logo à noite fazer apologia do divórcio, sou eu! Sempre quero ver a cara que ele faz...” (p. 81).

“Já desanimei...”

“Já desanimei; a lesma da Emilinha é incapaz de seduzir meu marido...” (p.128).

“Não creio que o Alberto seja um santo... tenho tido mesmo certas horas de dúvida, muito aproximada da certeza, sobre a sua fidelidade” (p. 129).

“[...] todos o proclamam o mais fiel dos maridos...” (p. 129).

“[...] fica-se tolhida em todas as liberdades... sem razões plausíveis para um devaneio...ao menos um!...” (p.129)

“Se ao menos meu marido fosse um homem mau [...] a minha culpa ficaria atenuada ante a minha consciência, embora perante a dos outros não tivesse perdão” (p. 130).

“A consciência dos outros nunca perdoa às mulheres, – mas também não é o julgamento alheio o que me importa; é o meu...” (p. 130).

“Se ele amasse outra mulher, eu ficaria livre para amar também outro homem” (p. 131).

“Seríamos mais independentes e eu voaria, sem esta dor que me punge, para a aventura que ambiciono...” (p. 131).

“[...] se muitas vezes ele me teria dado razões para o divórcio, se fosse mais expansivo, por que tanto escrúpulo da minha parte?” (p. 131).

“É um excesso de sentimentalidade, este meu... afinal, se a atitude de meu marido é devida só à sua prudência, se muitas vezes ele me teria dado razões até para o divórcio, se fosse mais expansivo, por que tanto escrúpulo da minha parte?” (p. 131).

“Sinto que Alberto me engana [...] Em consciência, não há homens nem mulheres: há seres com iguais direitos naturais, mesmas fraquezas e iguais responsabilidades...” (p. 131).

“O mais curto dos nossos *flirts* fica logo seguro na rede, como irrecusável prova de um crime tenebroso” (p. 132).

“Enganar um homem é difícil. Dados certos casos, dele os inimigos fazem-se amigos; dela os amigos tornam-se inimigos” (p. 133).

“O inimigo...”

“– Teu marido? – Saiu, para tratar do divórcio” (p. 186).

“– Oh, mamãe! Pois não te disse logo à queima-roupa, quando entraste, que meu marido tinha saído para tratar do divórcio?!” (p. 186).

“Pois eu haveria de mentir-te... a ti... ?! E não bastará olhar-se para mim, para se perceber no meu abatimento uma grande, uma enorme comoção?!” (p. 187).

“Agora, na maior, na mais angustiosa crise da minha vida, quando já não se trata de um sentimento de menina, pueril, mas de uma situação terrível de mulher, clamo por ti para que me socorras e conserva-te impassível diante de

mim” (p. 188).

“Desde o dia, porém, que saíste de casa paterna para a tua, os teus segredos tornaram-se invioláveis para mim” (p. 188).

“Aconselho-te somente a não ser tão... tão francamente franca” (p. 189).

“Pensarás que te estou combatendo a ti, e estou combatendo em ti um inimigo [divórcio] terrível, que te comerá minuto a minuto aos bocadinhos, se a minha experiência e o meu amor não o espantarem para longe!” (p. 190).

“– Não há de ser com frases que o espantes! – Mas, filha, se eu não posso matá-lo a tiro!” (p. 190).

“Chamei-te para que me viesses buscar para casa, e para sempre, supondo que te desfizesse em lágrimas ao ver-me tão acabrunhada; vens, e desfias palavras e mais palavras, que me arrefecem, como se viessem sopradas por uma boca de gelo... e nem ao menos... por curiosidade, quando não fosse por outro sentimento, indagas da verdadeira causa da minha aflição!” (p. 190-191).

“Mas se me dissessem que eu teria de renunciar a tudo o que constituía a minha individualidade, eu não teria casado!” (p. 191).

“Casando, não perdeste a tua individualidade, mas adquiriste-a [...] vivias para o meu gozo, para a compensação do meu cuidado incessante... nada mais” (p. 191).

“Um dia surpreendi nos teus olhos uma chama de outra luz. Não me disseste nada, e eu adivinhei tudo! Amavas” (p. 191).

“[...] a criança vive... para viver!... e a mulher vive... para sofrer!” (p. 192).

“Que diabo!”

“[...] o Hilário Mendes... que o idiota penteia a mulher... e que só para poupá-la é ele quem vai à cozinha examinar as panelas... nunca o supus tão bobo...” (p. 107).

“[...] as crianças pilham a minha santa Eustachia, estou perdido... e a mãe é muito senhora para as deixarem brincar com os registros... e o pior é que sem eles estou exposto a alguma contrariedade... É verdade que ontem estive todo o santo dia com eles e se houve dia terrível e perverso foi o de ontem... só me faltou morrer esmagado embaixo de um *bond*!” (p. 108).

“E quem me diz que isso deixou de acontecer só pela proteção dos meus relicários?...” (p. 108).

“Se me quebram a santa Eustachia, eu divorcio-me. Divorcio-me, porque afinal de contas se deixei o escapulário em casa foi porque a Candinha, vendo que eu tinha pressa, não me ajudou... Anda sempre tão atarefada de manhã!” (p. 108).

“Se em lugar de andar naquela roda viva da cozinha para a sala de jantar [...] ela estivesse no quarto, pondo um pouco de ordem em redor de mim, eu sairia sempre com mais calma...” (p. 109).

“É como ler jornaís: não há meio de eu conseguir que ela me leia ao menos os telegramas enquanto eu faço a barba. É verdade! Um telegrama!... não...” (p. 109).

“Sempre que se recusam a fazer qualquer coisa já se sabe que a desculpa é esta: – meu marido não gosta... meu marido não quer... Esta covardia das mulheres seria de indignar céus e terra” (p. 110).

“Candinha mesmo, que é pacata, não hesita em atirar-me certas responsabilidades para cima dos ombros...” (p. 111).

“Valham-lhe as intenções... Pobres senhoras... ah! ah! ah! pobres senhoras” (p. 111).

Sugestões do tema no romance

“Os vícios deles...”

“[...] como parece forçoso que todo o homem se submeta à humilhante contingência de um vício, meu marido não pode resistir ao do amor” (p. 13).

“As mulheres fascinam-no, como os jacarés às crianças. Ele vive sempre alheado de mim, no deleite das suas paixões de aluguel ou de empréstimo” (p. 13).

“[...] o que lhes posso afiançar, é que isso me ocasiona as mais dolorosas revoltas de amor próprio” (p. 13).

“[...] embora o vício das mulheres seja entre todos os vícios o de mais curta duração na vida de um homem, é também aquele que uma esposa, embora diga o contrário, menos perdoa...” (p. 14).

“[...] de todos os vícios, esse é o mais compreensível [...] o único desculpável!” (p. 14).

“Sim, nos maridos das outras...” (p. 14).

“Se, por um cataclismo...”

“Parece impossível como, sendo casada há tantos anos, ela ainda não se acostumou a esta indiferença... nem se acostuma, porque a mulher vê tudo através da sua imaginação, e com as cores fabricadas pelo seu capricho...” (p. 19).

“[...] não há imaginação mais poderosa nem mais feiticeira do que a das mulheres” (p. 19).

“[...] os homens são mais habilidosos, mas as mulheres são mais inteligentes!...” (p. 20).

“Cada vez que...”

“Se o casamento torna geralmente os indivíduos mais complexos, porque suporem que a felicidade da mulher casada basta o gozo material da vida?” (p. 24).

“O marido não precisa nem deseja que a esposa lhe diga senão a palavra da ocasião” (p. 25).

“Ah! o lar! A sagração da mulher... Entretanto os homens, pelo menos meu marido... meu pai também... imiscue-se tanto na ordem da casa, que a gente tem vontade às vezes de cruzar os braços e deixá-los operar sozinhos!” (p. 25).

“[...] as nossas opiniões são desencontradas; mas, pela minha submissão, concordamos infalivelmente!” (p. 26).

“Cada vez mais negócios a roubar-me o marido e menos dinheiro a entrar em casa!” (p. 27).

“O meu dever de boa esposa é calar-me muito bem caladinha e lamentar ainda por cima a dureza desta vida” (p. 27).

“Para o sossego dele é preciso que eu dissimule” (p. 27).

O culpado é o mundo, que não nos dá outro remédio! Bem disse minha mãe [...]: – A felicidade, filha, está em acreditar, acreditar absolutamente no marido. Pobre mamãe, e eu que a supunha feliz!...” (p. 27-28).

“O rosto triangular...”

“[...] o dogma da minha fé – a ciência... mas deverei neste caso acreditar

mais nele de que em minha mulher, tão submetida sempre às imposições da minha má fortuna?” (p. 30).

“Agora mesmo que faz ela? Coze meias” (p. 30).

“Não há sábio capaz de me convencer de que ela tenha estado todo esse tempo a representar uma comédia, com qualquer fim oculto, ou mesmo sem nenhum propósito, só pelo prazer que têm as mulheres de que se criarem atributos diferentes dos que lhe deu a natureza, para se fazerem românticas e originais...” (p. 34).

“É inconcebível a leviandade com que a gente se casa, para depois, quando não há mais remédio, ter destas surpresas!” (p. 34).

“É esquisito...”

“Que horror! Eu estou sonhando... [...] ela foi e será sempre a minha melhor amiga... [...] Agora é que estou compreendendo o sorriso malicioso do copeiro, quando, por ordem d’ela, veio chamar meu marido para fechar-lhe a mala [...] o meu papel... bem ridículo [...] Senhor como são variados os recursos da traição!” (1910, p. 39).

“Esta suspeita é uma insensatez... uma maldade absurda... ele só obedecia aos preceitos da hospitalidade e da cortesia [...] Onde ia ele desencantar tantas violetas para trazer-lhe, se a não amasse?!” (p. 39-40).

“Em homens não há que fiar [...] isso era lá possível [...] ou não... não sei; mas o que é fato é que à hora de *ele* vir para casa *ela* ia esperá-lo no jardim, com vestidos sedutores e ele lhe beijava a mão... galanteria nunca antes praticada” (p. 40).

“Há na amizade das mulheres regras tão sutis e de uma trama tão frágil, que a gente não sabe como mover-se dentro delas” (p. 41).

“Já não me resta a mais pequenina dúvida: eles amaram-se! O que eu não vi de olhos abertos, durante quatro meses de habitação em comum” (p. 41).

“[...] segredavam-se ternuras [...] sorrisos nos lábios trêmulos...” (p. 41)

“Enquanto eu dedilhava Chopin, destilando em cada nota um pouco da minha alma comovida” (p. 42).

“[...] por entre as cortinas da janela e as galharias da glicínia discreta, perdiam-se pelos labirintos do *flirt*... E aí está porque ele se opôs tão formalmente a que se cortasse a glicínia, quando pedreiro afirmou que ela estava arruinando as grades da varanda e as telhas do telhado! E eu tão ingênua [...] o ajudei a defender a planta de encontro aos interesses [...] meus

de esposa fiel...” (p. 42).

“[...] como pude eu viver no meio de tudo sem perceber coisa alguma!” (p. 42).

“[...] só agora [...] eu veja a verdade clara e nua [...] Como hei de eu viver d’aqui em diante? que hei de fazer? Dizer-lhe que sei tudo?” (p. 43).

“[...] o melhor será calar-me [...] sofrerei em silêncio, que é o único modo digno de sofrer... Depois, que lucraria eu em falar? Tudo acabou” (p. 43).

“Entre eles há centenares de léguas de oceano; ela viverá sempre na Europa; ele viverá sempre aqui, jungido ao cadáver do meu amor, que morreu [...] Bandido... Bandido! estou morta por lhe dizer que sei tudo!” (p. 43).

“Cena de comédia”

“[...] vendo uma senhora casada continuamente aqui, ali e acolá, sem o seu marido, acabará por formar dela um juízo, tanto mais perverso, quanto mais injusto...” (p. 47).

“[...] que diabo! Nós estamos longe da idade média [...] todos os dias encontro moças sozinhas na rua, e não me ocupo em imaginar de onde elas vão” (p. 47).

“tu não ignoras a malignidade do nosso povo... de resto, bem provocada por um certo número de namoros que não vexam da exibição” (p. 49).

“Supões ter zelos de minha mulher *por mim* e de fato os tens *por ela* [...] tu amas minha mulher [...] que levará teus passos ao encontro de cada passo que minha mulher dá na rua?” (p. 50-51).

“Não foi hoje que eu descobri o teu segredo [...] veio se revelando aos poucos” (p. 53).

“Não dramatizes o teu sentimento, domina-o” (p. 54).

“Ah, mas que espécie de homem, és tu, que...” (p. 54).

“Sou um homem antigo, que ainda crê na honestidade das mulheres honestas e lealdade dos amigos como tu!” (p. 54).

“Foi muito bom...”

“Foi muito bom minha mulher não ter ido ontem ao cais com as crianças para dizer-me adeus...” (p. 55)

“A verdade é que eu morria por ir à Europa [...] fingindo [...] uma obediência à necessidade de negócios” (p. 56-57).

“Um homem casado tem de explicar ponto por ponto as suas escapadas do lar, se não quiser ser visto pela sociedade com os olhos maliciosos e terríveis da desconfiança” (p. 57).

“Por mim não me importo, mas minha mulher, coitada, ficaria numa posição esquisita de abandonada [...] Os negócios acobertaram-me de todas as suspeitas” (p. 57).

“como se está bem nessa cadeira...em face deste mar azul...grande como a liberdade!” (p. 58).

“esses dois felizardos que aí viajam com a prole terão, para acompanhar a família, de ir para a gaiolinha branca do beliche” (p. 59).

“Como é bom... como é bom viajar sozinho, depois de oito anos de casamento, e de sete anos de paternidade trabalhosa!” (p. 59).

“[...] esta sensação de liberdade [...] sem constrangimento de consciência, porque enfim, que faço eu?” (p. 60).

“Ah! os senhores feministas!”

“[...] pudesse eu enforcá-los a todos com uma só corda...” (p. 69).

“São as suas teorias desordenadas, subversivas, é a tragédia burlesca das suas justas reivindicações, que têm posto a sociedade neste estado. Pois quando é que se viu nunca uma senhora casada e mãe de filhos, como é a minha, não estar em casa à hora em que o marido entra para o jantar! De mais a mais, nem deixou dito para onde ia” (p. 69).

“[...] logo... os direitos são iguais [...] A razão deste seu primeiro movimento de independência deve ser outra ... talvez queira experimentar- me!” (p. 70).

“[...] a sua obrigação de boa esposa é estar em casa, não fazer nunca sentir a sua falta, e estar sobretudo naquela hora sentada naquela cadeira, dirigindo o movimento do serviço!” (p. 70).

“Mas esta circunstância, em vez de diminuir, julgo que aumenta a sensação estranha que me invade, de espanto e de aborrecimento!” (p. 71).

“Naqueles bons tempos, uma senhora de quarenta anos não tinha coragem de sair à rua sem a sua capinha [...] que atestava resignadamente a sua idade” (p. 71).

“Compreendo perfeitamente a ausência de minha mulher, quando quem está

fora de casa é ela!” (p. 73).

“Para a mulher, o marido talvez seja alguma coisa mais complexa; para o marido, porém, a mulher é sobretudo um hábito...” (p. 74).

“Cá por mim não posso viver, sem a minha, nem quando penso nas outras” (p. 74).

“Reparaste?”

“[...] é sempre assim, filho, minha mulher é sempre assim: ora quer, ora não quer [...] é de uma indecisão de fazer perder a paciência a um santo de pedra” (p. 82).

“Com franqueza: há dias em que a minh’alma me dá tantas cambalhotas dentro do peito, que nem sei como não me salta pela boca fora” (p. 82).

“[...] irrita-me que minha mulher me faça perder metade da vida com as suas perplexidades atormentadoras; porque, não imaginas, é de mais!” (p. 82-83).

“Observa, e te certificarás de que as mulheres se preocupam mais com a chuva de que nós com a guerra” (p. 83).

“[...] minha mulher tem muito juízo [...] Somente, ela excede-se em ponderações...” (p. 85).

“Só na velhice é que as senhoras observam com exatidão o correr das horas” (p. 87).

“Quem diria...”

“[...] meu marido interromperia a leitura [...] para afirmar-me que o amor não é como a natureza, porque é a própria natureza, criadora, destruidora, onipotente. Eu lhe responderia logo que esse é o amor selvagem; o dos homens civilizados deve compartilhar da natureza e da arte” (p. 89).

“[...] ele não admite que eu professe teorias diferentes das suas, ainda me obrigaria a ler (que horror!) passagens de certos livros filosóficos e com os quais me importo tanto como com a transformação das religiões ou com a passagem de um astro pelo meridiano da China! Pois sim” (p. 90).

“Se o amor fosse só natureza, não sei o que seria dessa história de fidelidade conjugal, porque se é verdade que no reino dos animais inferiores, aves e bestas se acasalam para a constância de um só amor, é porque eles nem têm imaginação” (p. 90).

“Vestimo-nos no mesmo quarto. Ele assiste calado, ou falando em fatos

indiferentes à minha *toilette* [...] não faz nem a mais insignificante observação [...] para só começar a censurá-las quando já está fora de casa” (p. 90).

“[...] ele vai envenenando o prazer que porventura eu possa sentir no meu passeio” (p. 91).

“Calei-me para não armar um escândalo” (p. 92).

“Estou convencida de que se não fosse a prudência das mulheres o casamento seria uma fonte abundantíssima de escândalos” (p. 92)

“Isto é vida?! Afinal, não sou uma criança... não necessito que me eduquem por meios brutais” (p. 93).

“Estou bem aviado...”

“[...] o diabo é que minha mulher, a propósito de tudo, chama a minha atenção para os exemplos do pai [...] – Faze como papai, não fumes. O tabaco é um veneno” (p. 97).

“[...] mas nada me irrita nem me altera como esta preocupação de minha mulher, de me querer amoldar às formas do seu paizinho!” (p. 98).

“Eu ameaço-a de ir de então por diante dormir num hotel [...] Meu sogro, coitado, não terá grande culpa [...] A filha é que sem o pensar estraga tudo” (p. 99).

“[...] não há posição mais falsa nem mais difícil de sustentar do que a de modelo. É uma entalção e uma responsabilidade de mil demônios. Modelos nem nos *ateliers*!” (p. 100).

“Há de ter muita graça...”

“O nosso papel é mais passivo: basta-nos estender as mãos para abençoar os sensatos maridos que vão aos teatros assistir a espetáculos inteiros, só para informarem depois às mulheres que é indubitavelmente muito mais agradável passar o rico serão em família!” (p. 102).

“[...] um *mas* ... dito por ele [...] é logo como um rochedo que se levantasse de súbito diante de meus pés, impedindo-me de caminhar para a frente” (p. 103).

“Eu em solteira supunha que não pudesse haver segredos entre duas criaturas que convivam o mais intimamente possível; e, todavia, essas criaturas comem uma ao lado da outra, dormem uma ao lado da outra, e é às vezes como se cada qual estivesse encerrada numa torre à parte, de grossas paredes

de pedra e sem janelas” (p. 103).

“Cá estamos nós dois, em estado de paz, com o espírito voltado para pontos divergentes” (p. 103-104).

“A harmonia precisa de contrastes; em compensação, amanhã, aborrecer-nos-emos de parceria, sem que haja nisso, nenhuma consolação para mim” (p. 104).

“Estou certa ou não estou, de que ele jamais me levará a esse mesmo espetáculo, que o está divertindo, só porque o considera imoral e indigno” (p. 105).

“Quando me lembro...”

“E seria possível que um marido ainda causasse surpresas agradáveis à mulher, depois de tantos anos de matrimônio?” (p. 114-115).

“[...] meu marido não me consultou e determinou pratos e vinhos à sua vontade” (p. 115).

“A minha vontade era levantar-me do meu lugar, suspender com as duas mãos as pontas do bigodão ruivo de meu marido e beijá-lo na boca, num longo e mudo agradecimento por aquele regalo de ceia, tão imprevisto!” (p. 116).

“Havia meia hora que eu falava sozinha!” (p. 116).

“Naturalmente, o criado percebeu logo que se tratava de marido e mulher...” (p. 117).

“Enxugando o bigode [...] acrescentou: – Hei de levar-te a almoçar um dia num hotel, só para veres o que é um bife; lá em casa nem ao menos a carne sabem escolher” (p. 119).

“[...] ri-me dolorosamente. Ele ria-se também [...] levando-me para casa como uma coisa inconsciente pendente do seu braço sereno, do seu braço protetor...” (p. 120).

“Sonhar é viver!”

“[...] as mulheres sonham mais do que os homens” (p. 121).

“Enquanto meu sogro e eu percorremos os jornais, na ânsia de telegramas, todo o pessoal feminino de casa relata com detalhes [...] incoerências das suas fantasias noturnas” (p. 121).

“As mulheres têm mais um órgão do que nós, que lhes aumenta a sensibilidade e lhes faz vibrar todos os nervos, do calcanhar ao cérebro” (p. 125).

“Não sei por que será...”

“Não sei por que será que minha mulher, que verberava antigamente com tamanho desassombro todas as infidelidades conjugais de que tivesse notícia [...] procura agora convencer-me [...] de não falar mal de certas mulheres e de certos maridos prevaricadores” (p. 134).

“Ainda quando estamos sós, absolutamente livres até da inspeção dos nossos próprios criados, ela me parece a mesma mulher dos primeiros anos de casamento, fremindo de interesse por tudo que se relacione [...] com o amor, abrindo os ouvidos aos escândalos conjugais, cujos ecos lhe trago da rua” (p. 135).

“No mais vivo ponto de uma cena [...] se se abre uma porta e aparece alguém, seja esse alguém embora a copeira imbecil que nos anuncia o jantar, sobre o rosto lindo e febril da minha mulherzinha, eis que tomba, rígida e pesada, a máscara da mais fria, da mais altiva indiferença” (p. 135).

“Pensando bem, eu também tenho mudado” (p. 137).

“A minha alma tem, como a de todos os homens, a mesma avidez que nos apura os ouvidos na percepção dos mais sutis rumores, e nos faz transbordar de eloquência a menor convicção... É, sobretudo, esta [...] faculdade que minha mulher condena [...] Estou quase em acreditar que ela teria um certo prazer em que eu me transformasse em surdo-mudo” (p. 139).

“Falta de ordem”

“Não conheço na vida nada mais aborrecido do que procurar... a não ser marido – quando se está na idade... A caça do marido deve ter o seu pitoresco... o meu foi de acaso” (p. 139).

“E é uma criatura que inutiliza tantas ideias, tanto papel e tanta tinta, que fala em economia doméstica... asseio... método” (p. 142).

“[...] um dia vem jantar às seis horas, já no outro vem às seis e meia ou às sete! E o jantar que esteja impecável [...] se vem mais tarde” (p. 142).

“As mulheres pensam...”

“Não! as mulheres não pensam, devaneiam apenas [...] se querem agir por si, ao mínimo embaraço olham logo em redor, procurando socorro!” (p. 147).

“A minha, coitadinha, é muito boa pessoa, mas absolutamente destituída de

critério” (p. 148).

“As mulheres queixam-se... também quando é que as mulheres se não queixam? mas nós é que temos razão” (p. 150).

“Julgam muitas que é por desconsideração que os maridos guardam para si os seus segredos comerciais... e não percebem que a culpa é delas, que mal veem esboçado um plano qualquer querem-no logo pintadinho com todos claros e escuros, retoques e não sei que mais! Enfim bem acabado...” (p. 150).

“A presunção das mulheres é que a sua imagem fica estampada na memória dos que as vêem de longe em longe, com todos os lacinhos e todas as bugigangas com que se enfeitavam em tal ou tal ocasião...” (p. 151).

“Mas se é assim...”

“Todas as mulheres são fáceis em inventar atenuantes para as culpas do marido [...] Quando uma mulher chega a queixar-se do marido, é porque tem dele ofensas muito graves” (p. 155).

“– Eu nunca me queixei das tuas ausências nem infidelidades...” (p. 155).

“Começo a compreender que a educação da mulher só tem servido para a criação de mártires ou de hipócritas, e não quero que a minha Lolota seja nem uma nem outra coisa...” (p. 160).

“– As imperfeições que agora condenas nas mulheres são as virtudes, através das quais vocês nos respeitam e nos amam” (p. 161).

“– Todo o tempo é tempo de acordar uma consciência e esclarecer uma razão [...] – A única razão na vida, para as mulheres como a nossa filha, é o amor” (p. 161).

“– Os casais separados pela intervenção alheia não encontram alívio na separação, mas antes motivos para ódios e rancores” (p. 162).

“[...] devemos esperar em silêncio que a crise passe; ou, se não passar, que eles se afastem um do outro por deliberação própria” (p. 139).

“Nessa mesma tarde...”

“[...] os casamentos deveriam em qualquer época da vida ser feitos por contrato temporário, de certo número de anos: cinco, dez, doze... quem se desse bem renovaria o contrato, tal e qual nas firmas comerciais; e quem não tivesse encontrado o seu ideal, esperaria pacientemente a terminação do primeiro prazo e serenamente, legalmente, sem escândalo nem discussão, diria adeuzinho a um período de vida em que não tivesse encontrado a felicidade sonhada, e trataria de pensar em outro rumo” (p. 166).

“Essa circunstância natural não inibiria os ex-cônjuges, se tal lhes aproovesse, de manter relações d cortesia e respeitosa amizade por todo o resto dos seus dias...” (p. 166).

“Vivi sempre atada ao preconceito, como um cachorro bravo a um poste, e é talvez ainda por isso que me deixo devorar em silêncio nesta fogueira dos quarenta” (p. 167).

“Não posso mais...”

“Zizinha... afinal como todas as mulheres... é de uma ignorância deplorável em tudo que concerne a negócios e espírito prático...” (p. 169).

“Nós os homens levamos a dizer [...] que ela é o maior luxo da natureza e que só nasceu para um fim: agradar-nos!” (171).

“[...] acompanhar a moda é a sua ocupação mais doce...” (p. 171).

“Se [...] insinuo, que as toilettes já me parecem demais, salta a maldita frase: – é com o meu dinheiro! – e não tenho remédio senão calar-me muito bem caladinho, porque se reajo, é pior...” (p. 173).

“[...] quem olhar para a minha não a julgará capaz de certas ousadias...” (p. 174).

“Se não fosse o medo do escândalo eu diria: pois guarde o seu dinheiro e eu vou-me em...Mas cá estou eu a pensar tolices... Embora para onde? fazer o quê? Afinal ela não diz aquilo por mal...” (p. 174).

“Maninha veio hoje...”

“Maninha é feia e ai dela, já não tem vinte anos; por isso eu supunha que na sua alma não houvesse vislumbre de ideia amorosa, nem resquícios da vaidade natural de outros tempos...” (p. 175).

“Pobre Maninha! eu não sabia que no fundo da sua alma de quarentona ardesse ainda, como num velho facho várias vezes apagado e reacendido, essa chamazinha de amor, que só a morte, parece, tem o poder de extinguir!” (p. 178).

“Será então certo que enquanto dura a vida, dura na mulher o desejo de agradar?” (p. 178).

“Sim... principalmente quando essa mulher não tenha uma família que dependa quase exclusivamente do seu cuidado e do seu carinho” (p. 179).

“Não há nada mais fastidioso...”

“Não há nada mais fastidioso do que ser bom marido... [...] Todas as restrições impostas à liberdade de ação representam um suplício difícil de

suportar” (p. 180-181).

“Quando a gente vem com a mulher ao teatro, os espetáculos não deveriam ter intervalos. Tudo de um jato. E este intervalo, então, é interminável... Ainda se viesse alguém conversar conosco...” (p. 181).

“Eu adoro minha mulher, mas... mas há certas horas em que ela toma para mim um significado [...] de objeto material do que de criatura pensante” (p. 183).

“Estou de guarda a um tesouro que me pertence, e do qual, com a minha presença, faço arredar todos os olhares” (p. 184).

“Como são felizes as mulheres! Principalmente a minha [...] Toda ela rescende como uma flor” (p. 184).

“[...] é esperar a saída pela queixa de costume: – Tu não conversavas comigo... Mas que lhe hei eu dizer?! Há certas horas em que cada um de nós fala uma língua diferente do outro; então é preferível não insistir, e esperar, esperar que o amor emurchecido [...] renasça em nossas almas...” (p. 185).

“A vaidade das ruínas”

“Tio Fonseca [...] parece-me que ele não gostava muito de ninguém; e a prova é que não se casou [...] afirmava que se não casaria nunca, porque um grande amor lhe tinha posto a alma em cacos e não lhe era possível recompô-la para uma segunda paixão” (p. 195).

“Ele não acreditava no amor, não acreditava na felicidade, não acreditava em Deus” (p. 197).

“[...] as mulheres, quer sejam crianças quer sejam grandes, nunca são tomadas pelos homens verdadeiramente a sério... deixá-los; o mais cômodo ainda é a gente fingir que não se importa e ir andando assim mesmo” (p. 197).

“Afinal, eles fazem tudo o que nós queremos... se não nos permitem a franqueza, que ao menos nos sofram a tática...” (p. 198).

“Em consciência...”

“A minha mulher não tem expressão, e a expressão é tudo na cara [...] A meu ver, o que estragou foi o colégio francês todo artificial, impostor, misto de sacristia e de salão de dança...” (p. 201).

“Reza por obrigação [...] Se a tivessem dirigido desde a infância com mais critério e mais cuidado, teria dado uma excelente esposa, menos banal e mais

ativa” (p. 201-201).

“Oh! as surpresas do casamento! Pobre Nenê!... do que ela carece não é de atividade, é de método... e um pouquinho mais de habilidade...” (p. 202).

“[...] ela clamou [...] pelo feminismo! É feminista, minha mulher! Coitadinha [...] só [...] quando se ressentido de qualquer ato mais violento [...] clama pelos direitos da mulher! Que sabe ela disso! Afinal, enquanto eu lido, luto, suo e sofro, ela arruma a casa” (p. 203).

“Coitadinha, é a fidelidade em pessoa [...] O meu rival é o espelho” (p. 204).

“Oh! a economia devia ser a principal ciência das mulheres! [...] Quem não sabe ganhar, não sabe gastar [...] É a tal história: falta de educação” (p. 204).

“Só dois anos de casados”

“[...] e já ele boceja ao pé de mim com tamanha frequência e tal fraqueza [...] quer eu o queira evitar quer não, eis que principio a bocejar também, até me sair água dos olhos” (p. 206).

“Se ao menos ele gostasse de frequentar a sociedade [...] e quando o faz não se arreda de ao pé de mim [...] recomendando-me cuidado no modo de falar, como se eu fosse uma criancinha” (p. 207).

“Tudo isso indica que ele já não me ama, que se sente constrangido [...] Não foi para isso que eu aprendi francês e música” (p. 208).

“Irradia, sê elegante, sê chic, mas não fales” – é esse o seu lema” (p. 209).

“O melhor é não lhe dizer nada e seguir os conselhos da tia Joaninha [...]: “que lhes falta é a paciência, a educação do sofrimento, com que nós nos fortalecemos para as lutas da vida e do matrimônio, principalmente as do matrimônio” (p. 210).

“Tia Joaninha tinha o direito de falar e de conhecer bem os homens [...] casou quatro vezes [...] e sempre a falar mal do casamento” (p. 211).

“Nas lutas do casamento as mulheres são sempre as mais generosas. Uma sacrificam a sua beleza, outras o seu orgulho; eu terei de sacrificar o meu espírito. Serei a mais abnegada” (p. 212).

“A curiosidade e a razão”

“[...] o amor conjugal deve ser, para um homem moço e de temperamento nervoso, de uma monotonia atroz...” (p. 217).

“A absoluta certeza, a absoluta confiança na didelidade da mulher tornam-na desinteressante aos seus olhos” (p. 217).

“O amor cristaliza-se com o tempo numa grande amizade ou evapora-se completamente [...] e entraremos assim no tremendo período em que marido e mulher se toleram apenas... Não era assim o casamento com que eu sonhava!” (p. 218).

“Levanta o teu espírito e escuta: se essas palavras tiverem fundamento, será que teu marido ande buscando novas sensações, mas voltará arrependido para a doçura de teu amor. Espera-o” (p. 219).

“[...] quando ele voltar eu serei outra!” (p. 219).

“Males do estio”

“Se em vez de estarmos sentados naquelas duas estafadíssimas sessões do cinematografo tivéssemos corrido para o nosso *Bond*, estaríamos já em casa, jantando com apetite... – Sim, Mas compreendes... Em que estado teria chegado o meu chapéu!...” (p. 225).

“[...] encontrei minha mulher já de chapéu na mão, observando as flores com um arzinho melancólico: afinal, apesar das precauções [...] ‘Será preciso, dizia ela, mandar substituir, ao menos estes três cachos por outras flores...’” (p. 225).

“[...] o teu chapéu mesmo sem a tal substituição que projetas, não nos custou noventa e cinco mil réis, mas cento e quarenta [...] para nós que mal começamos a vida, confessa que é terrivelmente caro!” (p. 225).

“– Que se há de fazer... Uma senhora não pode deixar de sair de chapéu!...” (p. 226).

“Calei-me e, como a visse amuada, desprezando a sopa do jantar e o vinho que lhe pus no copo, mandei no dia seguinte substituir-lhe os três cachinhos estragados do chapéu, por outras três flores iguais” (p. 226).

“Final de ato”

“Estou apaixonada por meu marido. – Estás louca! – Com quem então amas teu marido!” (p. 227).

“Eu sempre te direi que ando também um tanto ou quanto apaixonada [...] – Por quem?! – Por teu marido. – Estás louca! – Parece-me que sim. – E ele?! – Por enquanto nada [...] mas tudo me induz a acreditar que me ama...” (p. 229).

“– Ele é meu marido. – Foi... Vai ser o meu! [...] Lembra-te que foste tu a primeira a abandoná-lo... descuidaste da tua felicidade. Os homens vingam-se. – Não o abandonei tal! – Tinhas impaciências” (p. 233).

“– E ele? – Nem um passo. Como para demonstrar que se tinha acostumado à separação. Não lhe fiz falta [...] [...] me deixava sair sozinha quando a sua obrigação seria acompanhar-me” (p. 234).

“– Henrique sofreu uma decepção enorme com a tua indiferença” (p. 235).

“Quero ler a carta de meu marido” (p. 235).

“[...] lê alto” (p. 236).

“Convença minha mulher e sua amiga a partir no sábado comigo para a Suíça [...] Espero no meu escritório [...] o abraço da reconciliação” (p. 236).

“– Ah! Comediante!... ah! Anjo!... Como eu te amo! [...] – Tens razão... o meu amor é mais forte que o meu orgulho” (p. 237).

“Ninguém poderá dizer...”

“[...] que eu não ame o meu marido.... [...] basta-me pensar que em tantos anos de casada eu ainda não me habituei a sair sem ele e, quando o faço, tenho a sensação esquisita de ser um ente incompleto” (p. 238).

“[...] dir-se-ia então que o meu marido é a melhor parte de mim, a parte pensante, dirigente, apta para a compreensão e a análise dos fatos que exigem a minha” (p. 239).

“Porque não me agrada e me atrapalha tanto a sua presença em casa [...] quando nos dias de trabalho meu marido tarda meia hora [...] Nestes instantes de ciúmes... peço fervorosamente a Deus [...] que o obrigue a permanecer dia e noite debaixo das mesmas telhas que me cobrem a mim!” (p. 239).

“No entanto, se no outro dia [...] ele delibera [...] ficar em casa [...] reproduz imagens [...] de indignação diante de minha impaciência!...” (p. 239).

“[...] quando se metem na gaiola doméstica, entendam que se devem imiscuir em tudo, examinar miudamente tudo, saber o porquê de tudo!” (p. 240).

“O pior é que a cada uma das suas impertinências, eu me encolho assustada dentro da pele e o efeito deste retraimento abala-me por todo o resto do dia” (p. 241).

“É essa exigência inconsciente da sua vontade que me quebra os braços e me alheia da minha individualidade, impondo-me uma subordinação que me inquieta e que tira à minha vida as únicas horas de independência... relativa” (p. 243).

“O que eu admiro...”

“[...] ainda mais nas mulheres é a honestidade...” (p. 244).

“Pobre alma! Vem sempre com aquela cantinela dos cuidados... apreensões, não sei que mais, como se eu fosse uma criancinha... é boa! Eu é que não sou tão tolo que não saiba ler direito por linhas tortas... O que ela quer, pelo sacrifício patente do seu repouso e talvez mesmo da sua saúde, é obrigar-me a recolher mais cedo!” (p. 245).

“Que seria de mim se minha mulher pudesse penetrar nestas minhas ideias, heim?” (p. 245).

“[...] eu nunca me casaria com mulher que pensasse como eu [...] eu sou um dos homens mais pacatos [...] minhas extravagâncias [...] são pequenas anormalidades [...] E é por isso que eu me embasbaco ante a constância na virtude tão rigidamente mantida pelas mulheres honestas” (p. 246).

“Cá por dentro posso confessar que as outras são mais interessantes...” (p. 246).

“É como o amor. O conjugal tem expressão de máscara de arame; as feições regulares, mas nenhum traço que salte aos olhos como um indício provocador de curiosidade” (p. 246).

“[...] não compreendo por que milagre as honestas conseguem dominar a besta e conservarem-se dentro do apertado círculo que forçosamente as constrange e de onde governam o mundo” (p. 247).

“Afigura-se-me a mim, que a honestidade da mulher é um capital empregado a favor da família, com largos juros futuros...” (p. 248).

“[...] as mulheres não se dão por vencidas senão quando, cansadas da terrível luta [...] defendem como umas heroínas os seus encantos” (p. 249).

“Não posso ter uma abstração...” “um alheamento, que meu marido não procure insistentemente penetrar até ao recôndito da minha alma [...] Perto dele começo a ter a preocupação de dissimular até as inércias da minha imaginação” (p. 251).

“Preciso realmente sujeitar o meu espírito a uma disciplina rigorosa, que me habilite a negar ao rosto a mais sutil ou menos discreta expressão” (p. 255).

“[...] a mulher que não sabe dissimular, nunca parece sincera, porque se trai até pelo que não existe” (p. 256).

“[...] dir-se-ia que, quando o marido tira a máscara, é preciso que a mulher a ponha em si, para que flutue sempre entre ambos uma nevoazinha de mistério e de curiosidade” (p. 256).

“E é então que a mulher que deseja manter a paz no lar, deve fazer um estudo de dissimulação [...] em vez de embarçar-me” (p. 257).

“Casa-te”

“ – Casa-te [...] – Deus me livre!” (p. 258).

“ – Ora, meu velho, já te esqueceste que enquanto casado vivias continuamente querelando com tua mulher?” (p. 258).

“E disso bem me arrependo [...] porque nunca amei tanto minha mulher como depois que a perdi” (p. 258).

“[...] não era um espetáculo para animar um celibatário como eu a casar-se” (p. 259).

“[...] essas pequenas infelicidades dos felizes são comuns a todos os casais, acredita. – Acredito; e é precisamente por isso que eu não me caso” (p. 259).

“Fazes mal. afinal de contas, o casamento ainda é o que há de melhor na vida” (p. 259).

“O homem não nasceu para a solidão, e a alma, como o corpo, precisa de um espelho bem íntimo em que reflita as suas esperanças e os seus desassossegos...” (p. 259).

“Ora, desse espelho só o matrimônio tem o segredo da fabricação, visto que não há intimidade como a que existe entre marido e mulher” (p. 259).

“[...] jamais me convencerás de teres confiado a tua mulher qualquer das tuas infidelidades conjugais...” (p. 260).

“– Ela não tinha segredos para mim.

Sabes lá! Todos nós, homens e mulheres, temos segredos até para nós mesmos...” (p. 260).

“[...] mesmos os bem casados lá têm um dia ou outro em que divergem de opiniões e discutem e se alteram. É natural” (p. 261).

“[...] a bem dizer, no casamento há três fases: a primeira é a da ebriedade; a segunda a da inquietação e a terceira a da amizade amorosa e profunda, que é a mais nobre e a mais doce das três” (p. 261).

“Na primeira, mulher e marido olham um para o outro através de lunetas cor-de-rosa, estando dentro do período da *lua de mel*” (p. 261).

“– Na segunda fase do casamento [...] buscando cada um descobrir [...] mistérios que o ciúme inventa” (p. 262).

“– Só na terceira fase do casamento mulher e marido se contemplam a olho nu [...] e contam um com o outro para a travessia do mais doloroso passo da vida – o que transpõe os humbrais da velhice” (p. 262).

“– Na questão do casamento sempre o marido exige impossíveis [...] Elas sim, coitadas, é que sabem perdoar...” (p. 263).

“– O que te asseguro bárbaro [...] é que [...] a esposa [...] assume quase sempre um alto poder moral, que melhor do que nenhum outro consola e reanima o homem abatido” (p. 263).

“Ouve o que te digo: casa-te [...] – Quem sabe?... – Casa-te e sê feliz!” (p. 264).

Autora	Francisca Clotilde (1862-1935)
Obra	<i>A divorciada</i> (1912) Fortaleza: Premius, 2013. [digitalizado]
Marcas do tema: divórcio	
<p>“Trescala a narração o aroma das flores agrestes, é um inocente idílio que pode ser compreendido pelo olhar mais castos. Não está filiado à escola alguma dos grandes mestres; os seus personagens existem, e a cor verdadeira que apresentam é o mérito único da obra extremamente singela. Relevam os inúmeros defeitos, a simplicidade rústica da forma, a pobreza de colorido, devida talvez ao meio excessivamente burguês em que se deslizou a vida – Divorciada” (p. 27).</p> <p>“Naquela tarde de maio descera ao jardim e ao sentar-se no banquinho rústico veio-lhe à ideia o pequeno povoado onde fora convalescer [...] O pai veio arrancá-la à essa reminiscência [...] Em seguida fazendo um violento esforço, o Coronel tirou do bolso um pedaço de jornal marcado com um lápis encarnado e mostrou-o à filha. Entregou-o ao pai e disse resoluta: – São muito infames esses que procuram analisar a vida alheia – Devias requerer o</p>	

divórcio, rompendo de uma vez os laços que te prendem aquele miserável” (p. 171).

“– Oh! Meu pai, não fale assim! Ele é o pai de meu filho e eu, no caráter de sua esposa, tenho o dever de socorrê-lo e de tratá-lo em casos como este em que se encontra agora. Abandoná-lo quando ele expia os desvios de uma vida viciosa [...] Pensa na tua saúde debilitada, no teu olhinho, em mim que já me sinto próximo do túmulo e deixa o teu marido colher os frutos das boas obras que praticou [...] é desgraçado e não posso abandoná-lo à corrente da sorte adversa [...] o jornal falava nestes termos: “Baixou ontem ao Hospital de Misericórdia um moço que foi acometido de uma congestão na Hospedaria [...] quando se entregava a um jogo desenfreado em que perdera o último ceitil” (p. 172-173).

“Tratando-se de verificar a identidade do referido moço, chegou-se a saber que é o bacharel Artur Pedrosa Guimarães, cearense, casado com uma senhora distintíssima, filha de um ilustre Coronel que prestou relevantes serviços à causa do bem público. Lamentamos este acontecimento que vai encher de aflição a família do inditoso bacharel, que tão mal sabe prezar os seus foros de homem bem educado aviltando-se nas baixas espeluncas do vício etc. etc.” (p. 174).

“Querendo salvá-lo da libertinagem e do vício, sacrificara o sossego de sua vida inteira, tornara-se infeliz, e agora para que não recaísse sobre ela a infâmia que o manchara, cumpria-lhe quebrar de uma vez os laços que a prendiam procurando o divórcio. O Coronel ao estreitar a filha notou-lhe os vestígios de fraqueza estampados no rosto e avaliou a densidade das mágoas que a haviam martirizado durante a estada no Pará. As irmãs acolheram-na com lágrimas e o Oscar, na ingênua garrulice da idade, papagueou a palavra: vovô! Vovô! Olhando desconfiado para a Nazaré” (p. 186).

“– Concorri para o teu infortúnio fazendo que aceitasse por marido o último dos miseráveis; mas tens um filho sobre quem se refletirá a vileza da conduta dele. É’, portanto, indispensável subtrair a criança a essa infelicidade e terminar a existência de sobressaltos e torturas que levas. Vou providenciar no sentido de arranjar as coisas de modo a que te divorcies. Hei de descobrir o paradeiro do infame, e então vendo-te livre pela lei desse jugo desmoralizador, poderei morrer tranquilo” (p. 187).

“O Coronel tinha boas relações em Manaus e em diferentes pontos do interior do estado do Amazonas: escreveu empenhando-se com instância, e ao cabo de poucos meses sabia onde estava o Artur. Então encarregou um advogado de grande nomeada de tratar da questão do divórcio de sua filha, e conseguiu o resultado que desejava, graças a pertinazes esforços [...] O genro continuava a mesma vida viciosa nos centros do Amazonas” (p. 187).

“Divorciada! Esta palavra fatídica vinha ao espírito de Nazaré logo pela manhã quando despertava e o sorriso do filho lhe enviava um bom dia dulcificante e cheio de esperanças e de paz. Quebrara todos os laços que a uniam ao marido; mas seu coração igualmente se despedaçara. Que terrível desenlace tivera o seu casamento! Quantas súplicas levantava todos os dias no bondoso para que desviasse o marido do caminho do mal! Ele não lhe escutara a prece fervorosa, queria acrisolar sua alma virtuosa na adversidade. Era cristã, resignava-se. Tinha de viver dali em diante totalmente sequestrada do mundo ocupando a mais triste posição na casa paterna. Quantos comentários se faziam a respeito dela! [...]” (p. 189-190).

“Atribuíam o desfecho triste de seu casamento à rispidez de gênio, ao seu ciúme implacável. O algoz fazia o papel de vítima, e a própria reputação da inditosa moça sofria investidas grosseiras” (p. 190).

“Divorciada! Embora se encerrasse entre quatro paredes, vivendo exclusivamente para seu filho havia te atingi-la o boto traiçoeiro da calúnia! Contudo lutara muito antes do tomar a resolução decisiva de requerer o divórcio; mas a última proeza do Artur arrancara-lhe a venda dos olhos e despedaçara-lhe de todo a energia que a sustinha” (p. 190).

“Se não fosse a má saúde do Coronel que dia a dia se agravava, impelindo-o para o eterno; descanso, teria desejado do morrer [...] Divorciada! Esta palavra maldita causava-lhe a mesma impressão que o letreiro escrito nas paredes do salão do festim *baby lonico* ao ímpio Baltazar. Fora castigada simplesmente porque se casara deixando o coração ocupado pela imagem de outro” (p. 191).

Sugestões do tema no romance

“É uma história singela de suas criaturas que se amaram com pureza, e as quais o destino torturou acerbamente antes de dar-lhes a felicidade almejada” (p. 27).

“O Chiquinho tinha alguns conhecimentos bebidos na leitura constante de livros que lhe emprestava o vigário, que o nomeara procurador da capela e que a nele depositava a maior confiança” (p. 30).

“Uma atração invencível, o quer que era que ele não podia explicar impeli-o a gostar da Nazaré” (p. 44).

“Achava uma loucura julgar-se amado [...] Com todo o seu aparato de boa educação o esmagava. Protestou afastar-se daquela casa; mas o Coronel instara para que ele viesse passar os serões” (p. 44).

“Esperava às 6h30min com uma ansiedade febril contando os minutos, o coração parecia querer saltar-lhe do peito quando subia a calçada e a Nazaré que o esperava sempre de branco com uma cachênês de rosa dizia entre séria e risonha: Tardou tanto! Queria deixar hoje o papai enfasiar-se?” (p. 45).

“Falavam que brevemente chegaria do Rio o Artur um primo que se formara e que desde a infância lhe apresentavam como noivo” (p. 52).

“Sentia-o no seu próprio coração, pois tinha certeza de que seu pai não aprovaria sua escolha” (p. 52).

“No meio das frases indiferentes que intercalavam na conversação passava-lhes pelo espírito a ideia de uma separação próxima e calavam-se de súbito” (p. 45).

“Ela não ligara a menor importância a esse projeto [...] conservava-se indiferente, e depois que conhecia o Chiquinho, a simples ideia de que o primo voltaria [...] entristecia-a” (p. 53).

“[...] cresceriam os obstáculos para que ela correspondesse [...] ao amor de Chiquinho. Se pudesse esquecê-lo [...] mas quando dava 6h30min, olhava impaciente para o relógio e um minuto que passava contrariava-a e fazia-a nervosa. Que poder tinha o amor!” (p. 53).

“[...] convenciam-se da desigualdade de posições entre ela e o Chiquinho, avaliava o desejo que o pai tinha de assegurar-lhe um futuro esplêndido [...] Casar-se com um matuto! Se há dois meses atrás lhe tivessem prognosticado semelhante coisa ter-se-ia rido” (p. 54).

“Vinham-lhe ímpetos de pedir ao pai que a levasse dali para Quixadá, para outro lugar [do] sentimento que a deliciava, mas que também a torturava num grande impulso de revolta e de vergonha [...] falaria ao papai, já se sentia forte não havia mais necessidade de prolongar sua estada naquele povoado (p. 54)

“Fora bastante razoável até ali. Era tida como muito ajuizada [...] Esperou o pai ao almoço para falar-lhe [...] mas [...] lembrou-se do Chiquinho, recordou-se do sonho da véspera e entregou-se cegamente à vontade do destino que a impelia numa corrente fatal a gostar dele” (p. 55).

“Eu sou de opinião que o casamento e mortalha no céu se talham” (p. 57).

“Uma atração irresistível impelia-a fatalmente para o Chiquinho. Era inútil lutar. A corrente do afeto arrastava-a impetuosamente para o lado dele. O amor paterno, que até ali a escudara garantindo-a dos assaltos do coração, ia

ser preterido” (p. 58).

“Nazaré começava a sentir o desejo desprender o voo. Já o afeto paterno não bastava a sua felicidade” (p. 59).

“A luta era desigual. Ficar-lhe-ia bem fugir, ausentar-se aos poucos, esmagando suas esperanças” (p. 60).

“Os recursos do Chiquinho eram muito limitados e depois ele sabia que o Coronel não consentiria. Com a próxima chegada do primo bacharel entristeceu-se. Ouvira em casa falarem dos projetos de noivado e adivinhou que ele escolheria a mais gentil” (p. 61).

“A Nazaré amava o matutinho!” (p. 66).

“Artur, prático no traquejo da sociedade, portanto apto para conhecer o segredo de um coração ainda puro e que a hipocrisia não contaminara, viu de repente levantar-se um obstáculo à realização dos seus projetos [...] amara-a e sentia que a afeição que ela lhe podia dispensar não era suficiente para torná-lo feliz” (p. 65).

“Nazaré percebeu o jogo do primo, avaliou o vexame do Chiquinho e compadecida de ser ela a causadora dele pediu-lhe que desculpasse os gracejos um tanto pesados de Artur” (p. 67).

“Recatada e modesta como uma verdadeira donzela cristã achava inconveniente um namoro sem o ato do casamento, e desde que se sentira afeiçãoada deveras ao Chiquinho descansava naquela estima e deixava que os acontecimentos se sucedessem, porque confiava que a Providência velaria por ela. Não desgostaria o pai casando contra a vontade dele; mas também não se sacrificaria aceitando por marido um homem que não amasse. Estava sempre a ouvir falar dos graves inconvenientes de um casamento sem amor” (p. 71).

“Uma sua colega que casara com um [...] rico, fascinada pelas fulgurações do dinheiro que ele trouxera do norte, depois de uns meses de horrorosa luta doméstica, voltara para a casa paterna. E, abandonada, vegetava tristemente sequestrada do mundo e arrastando pesadamente o fardo da vida. Em plena juventude, quando as alegrias e as esperanças podiam inebriá-la, definhava no seu papel de desprezada e nem podia reclamar o seu direito porque o marido se fora para longe e constava-lhe que iludira outra e com ela se casara civilmente” (p. 71).

“[...] o Coronel com uma sutileza admirável procurou sondar o coração da filha. Falou-lhe do Artur, disse-lhe que ele se manifestara francamente o

desejo de casar com ela e que só dependia do seu consentimento realizar-se o enlace. Como lhe seria grato vê-los unidos! Tinha pelo Artur quase a estima de um pai, apreciava o seu talento robusto e compreendia que ele era desses que chegam as mais altas posições sociais, pois contava com elementos poderosos para se salientar. Era um futuro de rosa, que a Nazaré preparava para si casando-se com ele. Era melhor decidir-se logo” (p. 72).

“Além disto os matutos eram pretensiosos e mal-dizente. Constava-lhe que comentavam a familiaridade dela com o Chiquinho” (p. 72).

“A Nazaré indignou-se e num acento nervoso disse que o Artur não passava de um intrigante reles e que queria impor-se usando dos meios muito baixos [...] – Não posso aceitar a proposta do primo porque nunca hei de chegar a amá-lo!” (p. 73).

“Chiquinho tomara uma resolução extrema” (p. 74).

“[...] e era para fugir àquele amor que se confirmara do modo mais enérgico que ele ia partir [...] todo esse martírio era preferível a vê-la pertencer a outro e sentir o desprezo do pai a esmagá-lo” (p. 75).

“Compreendia que a principal causa da repulsão que lhe tinha o pai de Nazaré era a sua pobreza [...] assim mesmo pequeno e pobre, fazia sombra ao noivo que queriam impor à Nazaré” (p. 76).

“No meio das indecisões e das tristezas que a dominavam uma alegria estonteante dava-lhe coragem e lenitivo. Era amado! Sentia-o nos olhares, nos gestos, nos sorrisos da gentil moça” (p. 77).

“Chegou o dia da viagem [...] O apito do trem perdendo-se nas quebradas do Boqueirão fez Nazaré irromper em soluços desesperados” (p. 77-78).

“Desde aquela tarde de maio, límpida; cheia de harmonias e de perfumes agrestes até o momento horrível em que o pai de Nazaré o interpelara tão rudemente atirando-lhe em cheio o desprezo em que o envolvia tudo se lhe gravava no espírito. Via-se tão, tão abandonado!” (p. 80).

“São passados seis meses. Nazaré para quem a partida do Chiquinho fora um golpe cruel [...] quis conservar-se no povoado: As irmãs voltaram para a capital: ela, porém, obstinou-se a permanecer ali no lugar onde conhecera o Chiquinho” (p. 83).

“O pai censurava-a pela vida que levava [...] O primo vinha um domingo e outro espairar no povoado, e diante dele, como se ficasse esterilizada de súbito a fonte de sua sensibilidade [...] um sentimento de ódio mal sufocado

moderava-lhe o desejo de fazer bem” (p. 85-86).

“O Artur voltava despeitado protestando não repetir a visita; mas aos domingos, impulsionado por uma força invencível, tomava o trem e chegava um tanto envergonhado e [...] sedento de amor” (p. 86).

“[...] habituado a considerar a mulher um passa-tempo agradável, via-se completamente dominado por aquela mocinha romântica e neurótica que tinha a mania de fazer bem aos outros e timbrava em fazer-lhe mal” (p. 88).

“Ele não, apesar de repellido, conserva-se firme e movido apenas pela impetuosidade de uma afeição” (p. 89).

“O Coronel Pedrosa perdera completamente o bom humor que lhe era habitual [...] Vejo que ainda não esqueceste o pretensioso matuto [...] Afliges-me tanto com esse teu modo de pensar que já vou me sentindo doente e creio que pouco viverei” (p. 93).

“– Que quer o papai que eu faça [...]? Tanto se interessa que eu case com o primo! – Mas se eu vejo nisso a tua felicidade! – Um casamento sem amor pode trazer felicidade? – Conforme. Tenho visto muitas. Moças que se casam sem ter grande simpatia pelos noivos, depois do casadas chegam a estimar os deveras; e outras que se casam verdadeiramente apaixonadas, passados os primeiros dulçores da lua de mel arrependem-se e sofrem os martírios de uma tremenda desilusão. – E o papai me aconselha a casar com primo, embora não o ame?! – Aconselho-te que esqueças aquelas loucuras e penses seriamente” (p. 94).

“Nazaré calou-se. Temia contrariar o pai que era muito carinhoso, mas que ser mostrara bastante severo relativamente aos seus amores com Chiquinho” (p. 95).

“Ah! Mas a imagem do Chiquinho aparecia-lhe sempre e mesmo no meio da oração virginal que ascendia pura e fragrante ao trono do Eterno, o nome do querido ausente subia-lhe aos lábios e ela o envolvia na mesma súplica em que pedia a Deus forças para o enorme sacrifício de esquecê-lo” (p. 98).

“Maria da Glória, a sobrinha do Coronel Pedrosa, morava no Rio de Janeiro desde a época de seu casamento realizado em 1881 [...] Leviana e mal educada [...] Casara-se para ficar livre de andar por casas alheias suportando desaforos, aguentando imposições; mas ao cabo de três dias de casada, se algum sedutor lhe tivesse oferecido uma existência luxuosa teria abandonado o marido sem um arrepio de remorso” (p. 99-100).

“[...] de aventura em aventura deixou-se prender em amores fáceis, o marido,

se desconfiava de suas fraquezas, fechava os olhos e [...] ia suportando-a em casa, porque afinal sabia guardar as conveniências. Um dia, porém, deu-se um encontro fatal o pobre esposo ludibriado tangeu-a a pontapés mandando-a plantar batatas” (p. 100).

“Se o marido a visse com aquele ar recatado de mulher escrupulosa e intransigente e se pudesse sondar com o olhar de um psicologista aquele rosto de uma beleza cândida teria exclamado: eis o perfeito protótipo da maldade mais refalsada e da hipocrisia mais final” (p. 103).

“Dentro de 15 dias a Maria da Gloria [...] soubera conquistar de todo o coração ingênuo de Nazaré, que, levada pela sua bondade natural, vira nela uma vítima do casamento e a protagonista interessante de um desses dramas íntimos que despedaçam a união das famílias [...] procurou com a mais refinada hipocrisia impor-se à estima de todos” (p. 104-105).

“O passado foi esquecido. Atordoada, sem fazer muito caso da felicidade própria e querendo apenas alegrar o pai, satisfazer a prima e salvar o Artur do tenebroso pélago do vício, resolveu-se a dar o sim almejado casamento [...] O casamento foi marcado para Setembro. A Nazaré não quis enxoval pomposo e regressando à capital para cuidar em preparar-se retraiu-se completamente. Não saía de casa, recebia as visitas constrangidas, mas ao ver o pai satisfeito e voltando a tratá-la com a ternura de outrora sentia-se compensada pelo sacrifício” (p. 110).

“Seria ela também uma das vítimas do casamento? Ver-se-ia algum dia na dura contingência de pedir a proteção dos outros?” (p. 111).

“O Artur orgulhoso e comovido [...] Ia abdicar sua liberdade de solteiro, entregar os braços as algemas do casamento” (p. 112).

“Vamos ver de novo a Nazaré dezoito meses depois de casada. Em frente a um berço de azuladas cortinas contempla uma criança que dorme. É seu olhinho de dois meses, o louro e gentil. Oscar, que ela cria com amoroso desvelo. Ele torna-lhe a vida agradável, prende-a ao marido num elo indissolúvel que talvez não se tivesse estreitado tanto se aquela criancinha gentil não os tivesse aproximado mais um do outro” (p. 113).

“É que o marido sempre pontual a chegar às 9 horas demora-se naquela noite [...] Não o pintava ela assim antes de casar, nunca lhe havia falado dessa possibilidade de ir procurar distrações longe dela [...] Passam as horas [...] O marido entra cambaleando [...] e um sentimento de asco invade-a toda [...] chega-se mais do berço do filho. É ali que vai procurar refúgio para a dor cruel que lhe causa o despertar do sonho” (p. 114-115).

“A prima bem o disse. Ele não podia viver eternamente a fazer-lhe a corte” (p. 116).

“[...] ficou muito admirada quando viu o Artur que passara o dia indisposto enfiar o paletó e preparar-se para sair [...] O marido voltava ao jogo, atirar-se-ia de novo a embriaguês. E fora para salvá-lo desses vícios que ela se casara. Havia de salvá-lo de novo. Era o pai de seu filho e contava que Deus havia de protegê-la [...] no outro dia ao entrar em casa do pai aparentou o mesmo ar prazenteiro dos bons tempos. Não quer absolutamente que ninguém desconfiasse de seu sofrimento” (p. 116-117).

“Artur atirou-se em cheio no jogo. Perdeu grandes quantias, e impelido pelo demônio da cobiça que o incitava á desforra viu-se forçado a contrair empréstimos e um dia dirigiu-se ao sogro. O Coronel estranhou aquele pedido, emprestou o dinheiro, mas interrogou a filha [...] A Nazaré tentou falar-lhe um dia em que o viu mais satisfeito afim de fazê-lo entrar no bom caminho” (p. 118).

“Ela tragou o cálice mais amargo, sofreu longas noites o abandono imerecido, E a não ser o filho que a prendia à vida, teria desejado morrer. Cabiam por terra todas as esperanças. Fora horivelmente castigada pela levandade com que aceitara um casamento sem amor. Às vezes o ciúme mostrava-lhe o marido a conquistar outra mulher deixando-a já aborrecido, ávido de novos amores” (p. 119).

“Ela fugia dele num grande sentimento de repulsão e vinham-lhe ímpetos, ao vê-lo cambaleando, o olhar alucinado, de agarrar o filho e voltar à casa paterna” (p. 119).

“A Glória vendo-a um dia chorar [...] Distrai-te [...] A serpente tentadora citou mil exemplos de mulheres que sofriam atrozes desgostos na vida íntima e aparentavam felicidade em público” (p. 119).

“– A questão é guardar as conveniências, dizia. Deixa-te de fazer o papel de vítima, enxuga estas lágrimas e vamos passear. Nazaré [...] procurou distrações nos passeios [...] Ao voltar [...] sentia-se mais desgraçada [...] Um mundo de recordações a esmagava. A época de sua convalescença vinha-lhe à memória e sem querer, expelindo-a como uma lembrança criminoso, a imagem do Chiquinho lhe surgia [...] As torturas morais que experimentava aliavam-se mesmo de longe às dores físicas do Chiquinho lá no norte” (p. 120).

“Seu pai devia ter compreendido o procedimento indigno do marido. Pedir-lhe-ia que interviesse [...] e recriminá-lo e ver se lhe acordava na alma os sentimentos de brio que pareciam adormecidos” (p. 120).

“[...] foi à casa do pai [...] Ele queixou-se de ser o grande culpado da infelicidade que sobre ela pesava. O Artur tinha-o iludido completamente, mas nem tudo estava perdido. Ele era muito moço, podia voltar ao caminho do bem. Ela que se revestisse de resignação” (p. 121).

“[...] procurou o genro no clube onde ele jogava sob palavra, chamou-o de pai, mostrou-lhe as graves inconveniências de seu procedimento [...] O genro ouvia-o calado [...] quando ele retirou-se [...] tornou ao salão e continuou a jogar [...] chegaria ao último degrau da abjeção. Poucas horas demorava-se em casa” (p. 121).

“Muito digna para enveredar no caminho sinuoso do adultério, fechara os ouvidos às pérfidas insinuações da serpente. ela arrastara-a ao casamento; mas ao abismo da perfídia conjugal, nunca! [...] a consolação única que tinha era refugiar-se no amor do filho” (p. 123-124).

“Em um relance viu a existência da Nazaré martirizada, trucidada a todo o momento. E ele a teria feito tão feliz! Compreendeu a infame conduta do Artur já desconceituado” (p. 129).

“Pobre Nazaré! Fora bem mesquinho o destino [ao escolher] um homem nas condições do Artur” (p. 131).

“Ela contara-lhe o ocorrido com todas as particularidades, parecendo deleitar-se em que ela soubesse até que ponto de degradação chegara marido. Aquele rapaz vindo do norte apresentando-se com tanta generosidade no momento crítico [...] não podia ser senão o Chiquinho. O coração dela adivinhava-o e contraía-se de vergonha” (p. 132-133).

“Se o Artur compreendendo o negror de seu procedimento trabalhasse para regenerar-se seria de novo recebido com os braços abertos” (p. 135).

“Fora cruelmente punido no seu desvelo pela filha [...] Tratara tão mal o rapaz que ousara contemplar de perto a beleza da Nazaré, deixando-se enfeitiçar por ela e expulsara-o como um laçao indigno [...] Urgia debelar o mal e o melhor partido a seguir era fazer com que o Artur fosse para longe buscar a reabilitação no trabalho [...]” (p. 136).

“Teria visto mesmo o Chiquinho? Sim, era ele mais ele e mais simpático do que quando o vira pela última vez. Sempre bom e generoso livrara o marido do vexame, e em que se vira nos seus infames compromissos de jogo, e este tão obcecado não via a humilhação que lhe fora infringida pelo nobre rapaz [...] E aquele homem tão moço e já tão endurecido no vício era o pai de seu filho!! (p. 142-143).

“Felizmente o pai estava ali bem perto de braços abertos para recebê-la, pronto a indenizá-la dos sofrimentos que lhe trouxera o tal casamento visto por ele sob um prisma tão lisonjeiro” (p. 143).

“– Sei que te tenho causado aflições, minha cara, mas que queres? O homem é sujeito ao erro e aquele que se desvia pelo caminho sinuoso do vício [...] retoma a estrada limpa do bem; mas nem tudo está perdido. Vim hoje ter contigo para que me ajudes a sair de um mau passo [...] Em menos de dois anos ele tinha desbaratado um bonito capital [...] terminou pedindo-lhe seu adereço de brilhantes para empenhá-lo e assim livrar-se de credores impertinentes. Não queria dirigir-se ao sogro que ultimamente fugia dele mostrando-lhe o mais profundo desprezo” (p. 144-145).

“Nunca mais o Coronel pronunciara o nome do Artur” (p. 170).

“Completavam-se três meses que o Artur embarcara e nem o mais leve indicio havia sido divulgado do roteiro que seguira” (p. 170).

“Pensava amiúde no Chiquinho [...] Sentia por ele um afeto calmo [...] Não odiava o marido e pedia a Deus com fervor que o trouxesse regenerado e arrependido” (p. 171).

“Ao ver o marido como uma criatura sem família, atirado ao leito da caridade, acometeu-a uma crise nervosa, da qual melhorou depois de ter chorado convulsivamente durante uma hora [...] transportado para a casa do amigo do sogro, onde foi tratado com todo o desvelo. A Nazaré não se poupou às maiores fadigas, levou noites e noites velando cuidadosa para que ele tomasse a poção receitada pelo medico á hora marcada e teve a satisfação de vê-lo dentro de 20 dias completamente restabelecido” (p. 176-177).

“À noite esperaram embalde o Artur [...] No outro dia estava no domínio público o grande roubo feito [...] a polícia entrou em casa do Sr. Amorim á procura do Dr. Artur Pedrosa, um jogador de profissão, inculcado como cúmplice do roubo feito em uma importante casa comercial da praça de Belém” (p. 181).

“Eram as fezes do cálice. a inditosa Nazaré tragou as com o estoicismo da virtude retemperada nas mais rudes e continuas provas. Depois de uma crise que a colocou em uma prostração enorme pôde levantar-se e a sua primeira ideia foi voltar ao Ceará” (p. 182).

“Ao avistar as praias cearenses [...] Nazaré mediu toda a extensão de seu infortúnio [...] Ela, a mulher de um ladrão! [...] Compreendia que ele só por um milagre conseguiria regenerar-se” (p. 185-186).

“Uma tarde o velho chamou a Nazaré e vendo-a entristecida [...] Minha filha, eu morreria contente se te deixasse feliz, unida a um homem de bem que, avaliando a beleza de tua alma, compreendesse o valor inexcedível de tua virtude inquebrantável. Deus não o quis. Todos os meus cálculos falharam” (p. 184).

“Eu levo um único remorso: o de haver concorrido para tua infelicidade [...] Notou que a voz do pai enfraquecia [...] dirigindo-se à Nazaré, disse-lhe entrecortadamente: Trata de viver para o teu filho e para tuas irmãs. Tens de me substituir sobre a terra” (p. 195-196).

“A morte do pai deixara aniquilada, e se não fosse o pedido quase suplicante feito com a voz estertorada dos agonizantes e a crença que a escudava, ter-se-ia refugiado no suicídio, recurso extremo dos entes fracos e sem verdadeira religião. No povoado, para disfarçar a tristeza que o envolvia em uma contínua treva, continuou a mesma missão de caridade” (p. 199).

“Passada a primeira emoção o Chiquinho disse: – Minha Senhora, um triste e penoso dever obrigou-me hoje a importuná-la com a minha presença. Seu marido... – Meu marido?! Ah! Já não o tenho! A lei separou-me dele para sempre. – Escute-me. Eu não ignorava isso; mas um impulso de caridade me faz dirigir-lhe uma súplica a favor de um infeliz. O Dr. Artur chegou um dia doente e sem o menor recurso à minha barraca [...] Meu primeiro ímpeto foi atirá-lo de porta à fora [...] mas lembrei-me de que pagar o mal com o bem [...] e acolhi o desventurado dando-lhe os socorros de que havia mister” (p. 205).

“Longas noites passei velando à cabeceira de seu leito, e somente o seu nome, minha Sra. o nome de seu filho lhe saíam dos lábios. – Meu Deus, não me deixeis morrer sem vê-la, sem pedir-lhe perdão do mal que lhe causei, dizia de quando em quando” (p. 205).

“[...] chamando a mulher pediu-lhe que o perdoasse e ouvindo as palavras de indulgente compaixão que ela lhe dirigia no mais alto grau de bondade e caridade inexcedíveis, seu rosto cobriu-se de grande serenidade [...] em poucos momentos o Dr. Artur deixou de existir” (p. 211-212).

“[...] a morte quebrara de uma vez a odiosa cadeia que prendia Nazaré ao desventurado bacharel, que terminara tão mal a carreira iniciada do modo mais brilhante!” (p. 213).

“Vão realizar-se afinal os sonhos dourados do Chiquinho [...] A Nazaré, passados dois anos de luto, vendo o amor devotado que o rapaz lhe consagra, avaliando a nobreza de sua alma generosa enaltecida aos olhos dela pela

conduta que teve com o Artur, proferiu o sim desejado. Este casamento é abençoado por todos. Jamais houve união mais desejada” (p. 218).

“Os noivos não querem festa [...] Vai ser distribuído um jantar aos pobrezinhos sustentados pela caridade da Nazaré e do Chiquinho, depois da cerimônia do casamento [...] Chegam os noivos! Faz-se um silêncio próprio das grandes solenidades. A Nazaré está lindíssima com o vestido cor de lilás [...] Chiquinho um tanto pálido no seu uniforme preto” (p. 219).

“O padre faz uma bela alocução, falando do amor puro que une duas almas, identificando-as pelos laços sagrados do casamento. Exorta o noivo a que ame sempre com a mesma ternura a esposa, pois é a melhor felicidade que o homem pode encontrar na vida: a posse de uma mulher boa que o compreenda e o ajude a sofrer os males de que está cheia a existência; à noiva que obedeça ao esposo e lhe seja fiel como a Igreja é a Jesus Cristo. O *conjugio vobis sanciona* a união de dois corações, que de há muito se estremeciam, os quais, após as mais horríficas provações, encontravam o repouso no seio carinhoso da mais doce ventura” (p. 220).

“Foram-se retirando os convivas, e em breve [...] as pessoas da família. Foi servido um chá íntimo [...] A noite continuava bela. As estrelas tinham irradiações deslumbradoras em um céu de turquesa, as flores meio fanadas incensavam com seus perfumes o tálamo dos recém-casados, cuja união Deus abençoara do céu” (p. 221-222).

Autora	Andradina de Oliveira (1864-1935)
Obra	<i>Divórcio?</i> (1912) Florianópolis: Mulheres, 2007.
Marcação do tema: divórcio	
<p>“À grande evangelizadora” “À grande evangelizadora – à santa memória de Carmen Dolores – eu, franca batalhadora da mesma causa que houve as fulgurações da mais bela inteligência feminina contemporânea, que foi a sua... [...] defendeu o direito da mulher à educação e ao trabalho remunerado, lutou pelo divórcio...” (p. 25).</p> <p>“As mulheres e aos homens do meu país” “[...] dessa leitura sairão menos infensos ao divórcio e mais apiedados da mulher – a grande vítima dos absurdos e opressores preconceitos sociais” (p. 27).</p> <p>“Há de lhes vibrar a corda humana dos corações, esse pungente hospital de misérias matrimoniais, à espera do remédio único” (p. 27).</p>	

“O divórcio é, afinal, uma questão de urgente atualidade brasileira e que, dia a dia, se impõe, sem que haja o direito de alguém furtar-se e encará-la de face, positivamente. E mais cedo ou mais tarde vencerá” (p. 27-28).

“É vã toda a grita que contra ela levantam os conservadores, ao bordão das velhas convenções [...] Quando se ergue essa questão, eles, os antidivorcistas, saltam em arreganhos de ofendidos melindres [...] e empurram para a frente os velhos chavões da dissolução da família, da situação dos filhos, da depravação de costumes, dos motivos religiosos” (p. 28).

“Dissolução da família? – Ela é de fato dissolvida desde que o adultério, seja do homem, seja da mulher, nela penetrou. Não é ela, mil vezes, pior vendo nos pais desaparecer o sentimento de mútuo respeito” (p. 28).

“Depravação dos costumes? – Estará ela à espera do divórcio para surgir? Não! É um produto imediato desse indecente desquite sancionado pela legislação vigente, o qual conduz, em linha reta, à mancebia, ao concubinato, ao meretrício. Motivos religiosos? [...] quem se deixar dominar [...] não se divorciará [...]” (p. 28).

“Motivos religiosos? – Esses são mais sérios, mas quem por eles se deixar dominar, que for verdadeiramente católico não se divorciará, por certo. Por que teme, pois, o clero o divórcio ao mesmo tempo que protesta pelos sentimentos altamente católicos da família brasileira? Estará ele convencido de que esses sentimentos não estão enraizados, tão profundamente, que resistam a um rude embate das desilusões matrimoniais?” (p. 28).

“O casamento é contrato ou distrato? Na primeira hipótese, todo contrato supõe um possível distrato. Na segunda, a Igreja ergue-se dentro do seu formalismo para decretar a indissolubilidade!” (p. 29).

“É [...] das cortes religiosas que parte a mais feroz oposição ao divórcio, oposição tenaz, constante, injusta, desumana, despejando-se em toda a sorte de razões e sem razões” (p. 29).

“Condenar a mulher e o homem, já divorciados, e que experimentam um novo afeto, a passar a vida sem gozar a ventura de se unirem legalmente, publicamente, moralmente ao ente querido, não é um monstruoso crime, cometido em nome da mais das religiões – a religião do Amor e do Perdão?!...” (p. 29).

“A mulher desquitada [...] tem de se manter honesta, a despeito de tudo, mesmo na flor dos anos, seja embora só no mundo, sem família, sem

amparo” (p. 30).

“O divórcio só é apresentado como um remédio dolorosíssimo é um vesicatório, como é amarga uma dose de quinino. O cáustico, o quinino podem restituir a saúde a um corpo, como o divórcio pode restituí-la a duas almas” (p. 32).

“[...] no momento atual, a necessidade do divórcio impõe-se, aos gritos, como estes que ecoam nas páginas a seguir” (p. 33).

“Possa esse livro concorrer para a chegada do regime do divórcio” (p. 33).

“Este livro é um livro moral [...] porque é [...] atirado à mais nociva de todas as convenções sociais – a indissolubilidade matrimonial, fonte no mínimo, de vergonhosas hipocrisias e covardes cativéis” (p. 33).

“Cartas”:

1. “Meu Fausto”

“A imoralidade fica com a separação de corpos e de bens; mas não atinge o divórcio, que é uma solução leal, franca e decisiva, sem ambições nem ambiguidades hipócritas” (Carmen Dolores) (p. 37).

“Perguntas-me, e dizes que com temor de ser indiscreto, o que penso da questão atual do divórcio, agora que Myrtes de Campos e Carmen Dolores a reerguem pelos jornais daqui, Correio da Manhã à frente” (p. 37).

“Eu sou pelo divórcio, positivamente, sem restrições algumas. Como não o ser, não é assim, no caso de marido traído e desquitado?” (p. 38).

“Mas não julgues um momento que sou partidário do divórcio, pensando em dele aproveitar-me [...] Sou muito positivo na vida, tu o sabes, e se estimaria (é este o termo) ver minha mulher casada com o homem que me destruiu o lar e, com ele, a felicidade, é por amor a meus filhos” (p. 38).

“[...] se agora viesse uma lei de amplo divórcio, é provável que eles se casassem, é certo” (p. 39).

“Os meus filhos [...] quando crescessem [...] não precisariam saber quais as verdadeiras causas deste divórcio [...] sou partidário do divórcio, para que Antonieta dele se aproveitasse” (p. 39).

“[...] é um motivo muito sério que me parece ser digno [...] entre os argumentos em prol do distrato matrimonial” (p. 40).

2. “Mário”

“Não quero saber de desquite a que podia pretender” (p. 43).

“[...] houvesse neste país, de instituições masculinas, ao menos um divórcio que me despertasse esperanças de ainda ter futuro, e eu procuraria reunir os restos de dignidade que se pudessem salvar deste naufrágio” (p. 43).

3. “Jorge Meu sobrinho”

“Se ao menos houvesse um divórcio amplo, que a trouxesse novamente à sua posição de solteira, que lhe desse uma liberdade plena, que ela não escutasse nunca mais murmurar à sua passagem: “É a mulher do Gustavo Monteiro?....”” (p. 48).

“Mas está minha filha aos 21 anos condenada a esta posição esquerda, para a qual a sociedade olha, sempre, com desconfiança” (p. 48).

“E Sylvia, sob o peso do preconceito social, vai se estiolando, vai se finando dia a dia” (p. 48).

4. “Minha cara Lúcia”

“Já deve ter chegado a teus ouvidos o eco do escândalo em que fui, desgraçadamente, a protagonista” (p. 51).

“Casei por vontade da mamãe. Como sabes ficamos pobres [...] A mamãe cada vez mais triste [...] Ela não estava habituada ao trabalho [...] casei [...] para não ver definhar, de miséria, a pobrezinha da mamãe!...” (p. 52).

“Em pouco conheci [...] a alma de meu marido; não era menos repelente que o seu corpo ele fazia da alcova nupcial um verdadeiro lupanar!” (p. 53-54).

“Propus-lhe o divórcio” (p. 54).

“Meu marido, vendo-me entregue ao estudo, consagrou-se todo à nova amante” (p. 55).

“Se o divórcio fosse amplo eu poderia ao seio da sociedade pelo braço de Paulo! Ele ficaria também, para sempre, livre da vergonha de ser o marido de uma tresloucada [...] tenho o amor extraordinário de Paulo e, no entanto, me sinto esmagada pelo preconceito!” (p. 56).

5. “Minha querida Rosália”

“O ruído de tua separação chegou, com efeito, logo, aos nossos ouvidos. Quando se dão dessas catástrofes conjugais em que a mulher é a protagonista principal, os comentários, em torno, fervilham, se avolumam, deprimentes, sempre, para a infeliz” (p. 57).

“A mulher separada ou desquitada é, na nossa sociedade atrasadíssima, um pária, tivesse sido, embora, a vítima, e sofrido as maiores torturas do marido. Não tem mais jus à família, não pode reconstituir o lar, não lhe consentem amar” (p. 58).

“A lei condena-lhe o útero à esterilidade [esta] sociedade que não esperou o divórcio para se corromper!” (p. 58).

“Quantos destes infelizes não terão exclamando “o divórcio! que imoralidade! É a dissolução da família! Viesse esta lei indecente e eu não me divorciaria da mãe de meus filhos mesmo que não a amasse mais!” (p. 59).

“Quantos desvios [...] advêm desta desumana lei da indissolubilidade do casamento!” (p. 59).

“A indissolubilidade é bem uma espessa Capa de vergonhosas mentiras. A separação de corpos e bens, a única permitida pelo nosso código, é um aleijão, uma barbaridade não compreendida até nestes tempos de progresso e civilização” (p. 59).

6. “Prezada Ignez”

“Recebi a tua afetuosa carta e, acompanhando-a, alguns números do Correio da Manhã, onde as festejadas penas de Carmen Dolores, Osório Duque Estrada e Myrthes de Campos, a intemerata advogada brasileira, patrocinam, com entusiasmo, a causa do divórcio” (p. 61).

“Quando se trata desta momentosa questão do divórcio, Ignez, sinto ainda a alma fremir toda num anseio de justiça. Sou também uma desquitada. Arrastando o preconceito esmagador, propus divórcio [...] Os anti-divorcistas, no fero egoísmo, cerram os ouvidos ao clamor dos que agonizam, fecham os olhos às desgraças que veem em torno” (p. 62).

“Se o divórcio não vem desfazer as uniões felizes, dissolver a família, e sim salvar do opróbrio, da vergonha, tantas outras criaturas” (p. 62).

“Em vez desta campanha injusta, quando se discute lei higiênica do divórcio amplo, os argumentos trêfegos não dão um belo passo para a frente” (p. 63).

“O destino da mulher há de ser modificado [...] Para o homem todos os direitos, todas as liberdades; para a mulher só deveres e pode escravidões [...] Ele pode tudo. Mudar de amor [...] Pode abandonar a amante, trair a esposa, esquecer os filhos [...] Para a mulher o amor eterno, ou a morte!” (p. 64).

“[...] que venha, breve, este divórcio amplo, para acabar com tantos

martírios, para pôr um termo a tanta situação aflitiva [...] O desquite indecente deixou-me presa, pelo vínculo desumano, ao cadáver moral de um homem!...” (p. 66).

7. “Minha doce amiga”

“Ele só amava os filhos da *outra* [...] o mundo sabia que o Felipe não se importava com a família, e que eu e os pequenos curtíamos misérias” (p. 69).

“E, ainda, me é dolorosa tortura ver, desamados pelo próprio pai [...] E há ainda quem condene o divórcio amplo por causa da situação dos filhos! Não há tanto padrasto melhor que muito pai?... Há, sim!” (p. 70).

8. “Luiza”

“[...] um erro de lógica não instituindo o divórcio” (p. 71).

“O divórcio não foi feito instituído para desfazer o casamento, senão para normalizar uma situação” (p. 71).

“[...] despertada pela questão do divórcio amplo que veio, de novo, ao tapete de discussão [...] E este nos interessa bem de perto, porque afeta a nossa causa, a causa da mulher” (p. 72).

“O divórcio amplo também trará outras vantagens. Fará a mulher se premunir para o futuro. Ela compreenderá a necessidade para o trabalho que dá a independência e, portanto, nobilita [...] E assim mais valor terá aos olhos do homem que nela não enxergará mais o ente parasítico” (p. 74).

“Quando digo à vovó que desejo que venha o divórcio amplo, a velhinha benze-se [...] e a mamãe manda que eu cale [...]” (p. 73).

“Desejo, de toda a alma, que venha o divórcio amplo. E acho ridículo, até, este medo de algumas mulheres. É um receio tolo! Quando o homem quer abandonar não precisa de divórcio” (p. 73).

“A vovó foi mártir do casamento [...] Não levantava os olhos para o seu senhor, de quem era a mais desprezível escrava [...] fechada, sempre, à chave” (p. 72).

“A mamãe, criada naquela atmosfera de servilismo, de opressão, casou sem amor; o vovó lhe escolhera o marido [...] um tirano para a santa mamãe” (p. 72).

“Que triste ideia faziam do matrimônio! Para elas era o fim da vida único da mulher” (p. 73).

“[...] com esse tal divórcio os maridos são capazes de largarem as mulheres todas” (p. 73).

“E acho ridículo, até, este medo de algumas mulheres. É um receio tolo! Quando o homem quer abandonar não precisa de divórcio” (p. 73).

“Esta medida será salutar. O homem ficará melhor, pois que a mulher não será sempre a sua eterna vítima [...] A mulher, por sua parte, não abusará tanto do homem, não esbanjará, como muitas, o suor do marido, em luxos supérfluos” (p. 74).

“Tanto um como outro poderão ser a coluna do lar se ele faltar” (p. 77).

“E há beócios que ainda berram contra o feminismo e contra o divórcio amplo!” (p. 80).

9. “Augusto”

“Quando a conheci estava desquitada de um marido bárbaro, um eunuco, um corrupto, um infame!” (p. 81).

“– Se fosses minha mulher, disse-lhe chorando, era possível levar-te já” (p. 82).

“E o divórcio amplo nos teria salvado” (p. 82).

10. “Eduardo”

“A horrorosa situação criada pela hediondez do teu caráter, só tem uma solução – a minha morte!... Livre, poderás casar com a desventurada e ocultar da sociedade a sua vergonha e a tua enorme infâmia [...]” (p. 84).

“Se o divórcio fosse amplo, juro-te, não me matava!... para a reparação do teu crime não seria preciso um outro!... Mas acima da vida está a honra!...” (p. 84).

11. “Meu pai”

“Pelo divórcio” (p. 85).

“O divórcio é uma ideia vencedora” (p. 85).

“[...] durante toda aquela longa e escandalosa ação do divórcio que foi assunto obrigado das palestras em alta voz às mesas dos cafés e dos cochichos reticenciosos dos salões” (p. 87).

“Hermínia era solteira; e esta mulher [...] sabendo-me escravo duma lei iníqua [...] que nenhuma compensação tinha a esperar [...] é digna de mim”

(p. 88).

“Se a lei que me libertou da criatura que me infamava o nome, é uma lei truncada e me proíbe o santo direito de reconstituir um lar [...] a nossa adorável legislação assim o quer; mas ao menos tenho a minha consciência em paz, trago intacto o respeito de mim mesmo” (p. 88).

12. “Honorato”

“O divórcio é uma solução extrema e violenta para uma questão extrema e violenta” (p. 91).

“O divórcio, com a separação de corpos e bens, cria o concubinato e todas as outras formas de amor anti-sociais e monstruosas” (p. 91).

“E oxalá que venha, quanto antes, o divórcio amplo, porque assim se partirá, para sempre, este vínculo repugnante que me liga ainda à última das criaturas!...” (p. 93).

13. “Christiano”

“O divórcio permitindo aos cônjuges convolarem as segundas núpcias, terá a inestimável vantagem de [...] restringir o triste espetáculo dos filhos dos divorciados” (p. 95).

“Se passasse o divórcio amplo talvez houvesse uma cláusula de que eu me pudesse aproveitar [...] Para um caso como o meu, havia de haver remédio” (p. 96).

“Às vezes, fico tão desesperado, que almejo que venha o divórcio amplo na esperança de dar um jeito a tudo isto” (p. 96).

14. “Meus pais”

“O divórcio é de responsabilidade brasileira [...] legislado no Brasil, não causará nenhum abalo social ou sensível modificação de costumes: servirá apenas, para os casos de sinistro amor” (p. 97).

“Durante cinco anos [...] eu me debatia em convulsões de dor [...] Para segui-lo não me era possível ajoelhar às plantas de um sacerdote ou curvar, tímida, a fronte à voz severa de um juiz. Ainda não chegou para a mulher brasileira [...] divórcio amplo” (p. 100).

“[...] se a lei humana do divórcio amplo passar no senado do nosso país ou, se o barão se lembrar de morrer em breve [...] Então eu poderei [...] mostrar a todo o mundo o ser que me adora!” (p. 101).

15. “Waldemar”

“O divórcio [...] é apenas um remédio” (p. 103).

“Não aceito a proposta do divórcio que formulaste. Que utilidade tem essa lei manca [...] Fosse divórcio amplo e eu ainda poderia ser feliz, ao lado de um homem digno de mim, num lar honesto e sagrado!...” (p. 106).

16. “Anita”

“Se o divórcio é um monstro, esse monstro não nasceu da corrupção dos homens [...] vem da própria Bíblia” (p. 107).

“[...] dizes que no divórcio não aceitarás nem um ceitil de teu marido! És filha única, eu sei, e teu pai pode perfeitamente te dar que comer e vestir” (p. 96).

“Bem sabes que a desquitada é a condenada social mais desditosa” (p. 109).

“Bem se sabe que a igreja e os parlamentares já aceitaram o divórcio amplo. Mas aqui [Brasil] não se quer saber disso [...] Ele, o restrito, o indecente, é o que temos, é o que há de ficar embora o casamento civil seja um contrato e nada tenha a ver com a igreja!... [...] Há de ficar, mesmo ainda condenado pelo direito moderno [...] para esta situação cruelíssima, anômala da mulher brasileira” (p. 109).

“Sabe-se [...] que ele, divórcio amplo, triunfou em outras sociedades [...] sacudidas por um frêmito de civilização real!...” (p. 109).

“Não penses, não fales mais em divórcio [...] a mulher divorciada não vale nada [...] A mulher casada, ainda mesmo atraçoada e atraçoando, por sua conta, vale mil vezes mais!” (p. 110).

“Fecha, minha filha, os olhos às infidelidades do teu marido. Assim muitas fazem” (p. 110).

“Não penses em divórcio, não penses, Anita. O divórcio restrito deixa a mulher ligada, para sempre, a um passado amargurado [...] A mulher não pode mais casar, reconstruir o lar, levantar a fronte, ser feliz! [...] Mesmo que ame outra vez [...] o seu novo amor, será todo tecido de lágrimas e de vexames!...” (p. 111).

“Não fossem as injustiças dos códigos, não fossem as leis tiranas que nos esmagam, não fossem os preconceitos acanhados [...] o esquecimento de nossos governos, e outra seria a situação da mulher brasileira” (p. 112).

“E não é que a louca da pena se foi pelo papel em fora! É que a tua ideia de divórcio me revolucionou a cabeça e me fez dizer um mundo de coisas que

nunca quisera dizer” (p. 114).

“Mira-te em meu espelho e não penses mais em divórcio” (p. 114).

“A sociedade ignora a minha paixão e tem-me na conta de honestíssima [...] se passasse [...] o tal divórcio amplo, eu me casaria logo com o Heraldo” (p. 115).

17. “Luciano”

“Eu sei que tu és um mau marido, um mau pai [...] um libertino [...] se eu fosse aquela mulher de outrora, robusta e corajosa, separava-me, divorciava-me de ti, e ia para longe [...] com os meus filhos [...] e havia de trabalhar para eles e Deus havia de me amparar!...” (p. 116).

“As sociedades, os governos de todos os países deviam de ter leis, leis bem severas, para garantida da família!” (p. 116).

18. “Branca”

“[...] dizes que votos ardentíssimos fazes para que o divórcio amplo triunfe e eu me possa unir à face da sociedade ao homem que idolatro e venero” (p. 119).

“Mas, minha santa, eu estou ligada a Eurico à face da natureza e, portanto, à face de Deus [...] por isso [...] nem nos preocupa [...] o divórcio aqui assaz discutido e falado” (p. 119).

19. “Bertha”

“Discorres como um direitoista sobre a questão do divórcio de que és fervorosa adepta [...] E terminas [...] com esta pergunta: – Donde surgem, pois, as diferenças, as diversidades que notamos, ao encarar a organização social? Donde? Duma causa puramente humana, que só de nós depende: – a educação” (p. 123).

“[...] futura educadora dos seus filhos; capaz, se as circunstâncias o exigirem, de ser a coluna forte, o sustentáculo do lar!” (p. 127).

“[...] porque da mulher forte advirá a mais profunda, a mais radical e completa transformação social” (p. 127).

20. “Minha boa Henriqueta”

“A lei do divórcio só tem contra si o padre católico, único interessado em deixar [...] o peso insuportável da canga matrimonial” (p. 129).

“Oxalá! Que passe o divórcio amplo [...] só assim me poderei casar com o Artur e esmagar com o desprezo muita gente que julga me humilhar” (p. 129).

130).

“[...] Artur que é o mais interessado em que passe o divórcio amplo para nos casarmos logo de uma vez” (p. 132).

21. “Minha querida irmã”

“Tu sabes o quanto padeci após o divórcio que, eu mesma, propus a meu marido [...] O nosso casamento foi uma união desastrosa! Eu não era a esposa que Alípio sonhara; ele não foi o esposo que nos enlevos de virgem idealizara [...] Daí a paixão dele por Amélia [...] que o desvairou” (p. 134).

“Que situação horrível [...] criada por esta injusta e bárbara lei do desquite” (p. 134).

“Por que há de a desquitada [...] ser olhada com indiferença, com desprezo, com desconfiança?” (p. 134).

“A minha paixão [...] até agora, foi um segredo [...] em breve deixará de sê-lo [...] É o desquite infame que me assassina e o assassina” (p. 135).

23. “Armando”

“Para a maioria das mulheres a felicidade dura pouco, porque poucas são as que o amor dá a eternidade da beleza” (p. 144).

“Quando senti que o teu amor fugia [...] Dos meus lábios fugiu o sorriso [...] tu que quiseste que eu envelhecesse, deixando de amar-me [...] compreendeste que, para nada mais me serve a vida!” (p. 145).

“Mesmo que nos viesse esse divórcio amplo, tão ambicionado por uns, tão condenado por outros Nem assim. Que iria eu fazer da vida?!” (p. 145).

25. “Minha adorada Ruth”

“No outro dia fui tratar do divórcio [...] Começou o meu Calvário!” (p. 159).

“Como se o termo desquitada fosse sinônimo de prostituída, alguns homens me bateram à porta” (p. 159).

“Aceito o divórcio, o que acho uma necessidade. O Estado não irá obrigar ninguém a se divorciar, como não obriga ninguém a ser livre pensador. As famílias católicas continuarão a encarar como eterna e indissolúvel, a união conjugal (Júlia Lopes de Almeida)” (p. 161).

“Súplica”

“[...] anseia a mulher, a Mártir excelsa, que há vivido a grande vida dos séculos imersa na noite pavorosa da ignorância” (p. 164).

“Vinde [...] para libertar a vossa irmã da ignorância, da crueldade, da miséria [...] para arrancá-la da fereza dos códigos” (p. 164).

“Ela vem chorando, sim! Através de todos os progressos, de todas as civilizações, de todas as glórias e conquistas do homem, de todos os seus poderes e riquezas, de todos os seus gozos e vaidades” (p. 164).

“Vinde! Vinde vós todos, homens de alma e coração [...] em seu socorro [...] em procura de onde ela sofre [...] porque tendes em vossas mãos os governos, as leis [...] o mando [...] para a defesa da mulher futura” (p. 166).

“Entraí pela camada alta, fina, elegante da sociedade que dita leis! Que vedes? Milhares de mulheres desgraçadas: umas desquitadas, separadas, abandonadas, desprezadas, espezinhadas, incompreendidas; outras traiçoeiras e atraíndo; as incompatibilidades de gênios, de físicos, separando as criaturas, dilacerando-lhes as almas!... As mulheres de dinheiro! Oh! como são desgraçadas também!” (p. 168-169).

“Como o dote as infelicitas! São rios de lágrimas os que elas choram, presas nas cadeias de ferro dos preconceitos ferozes! algemadas pela indissolubilidade do matrimônio [...] Agarram-se com todos os santos e, febris nos confessionários, pedem perdão de serem tai infelizes [...] a felicidade delas é parecer feliz!” (p. 169).

“[...] é preciso salvar a mulher deste mar de sofrimentos em que a vida dela se debate!...” (p. 174).

Sugestões do tema no romance

22. “Mabel”

“A mulher é uma criatura desgraçada? Na minha opinião [...] desde o berço [...] o pai recebe o filho com alegria; a filha com tristeza [...] ele sabe que ela é mais uma presa do sofrimento [...] Para ele a liberdade de movimentos, para ela o tolhimento deles” (p. 138).

“Como este problema custa pela vida afora da mulher!” (p. 139).

“E nesta separação de funções ela [se prepara] para dona de casa e criadeira de filhos” (p. 140).

“E começa o seu preparo para o casamento. Uma instrução superficialíssima [...] Sabe pentear-se, pintar o rosto, apertar a cintura [...] Está pronta. A educação doméstica não podia ser pior. A intelectual, a social, idem” (p. 141).

“Fizera do casamento outro ideal” (p. 141).

“Enquanto uma metade de mulheres for a inimiga da outra metade, e os homens os senhores absolutos deste planeta, a sociedade será a de todos os tempos, e nela há de tripudiar sempre [...] o vício, a corrupção e a maldade” (p. 141).

24. “Corália”

“Vim para morar longe de ti [...] bem só” (p. 147).

“[...] como foram doridos os dias que juntos vivemos! Como foram até amargos os instantes em que nos desejamos e de que vieram estes filhos” (p. 148).

“[...] talvez nos amássemos muito [...] E foi por esta razão que talvez aí ficássemos, quem sabe? algemados os dois” (p. 148).

“[...] depois das ilusões do noivado e dos primeiros anos de enlevo, confessamos um ao outro!... amor que nos desgraçou [...] que nos fez sorver até as fezes, todo o cálice da amargura!...” (p. 148).

“Uma fragilidade minha, que não pudeste perdoar [...] por este amor feito de lágrimas [...] que eu te suplico... quase na hora derradeira... que vivas para amar por mim... e muito... os filhos que me deste!” (p. 149).

